

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E  
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS**

**LUIS OSETE RIBEIRO CARVALHO**

**A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES NA ESTEIRA DO TEMPO DE  
JUAZEIRO (BA): REPRESENTAÇÕES SOBRE INFÂNCIA,  
EDUCAÇÃO E CULTURA**

**JUAZEIRO – BA  
2017**



**LUIS OSETE RIBEIRO CARVALHO**

**A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES NA ESTEIRA DO TEMPO DE JUAZEIRO  
(BA): REPRESENTAÇÕES SOBRE INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Campus III, para obtenção do título de Mestres em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Educação para Convivência com o Semiárido

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Josemar da Silva Martins

**JUAZEIRO – BA  
2017**

**LUIS OSETE RIBEIRO CARVALHO**

**A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES NA ESTEIRA DO TEMPO DE JUAZEIRO  
(BA): REPRESENTAÇÕES SOBRE INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), ofertado pelo Departamento de Ciências Humanas – Campus III da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), para obtenção do título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Educação para Convivência com o Semiárido

Aprovada em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Josemar da Silva Martins  
Orientador/UNEB

---

Prof. Dr. José Roberto Gomes Rodrigues  
Membro Interno/UNEB

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Virgínia Pereira da Silva de Ávila  
Membro Externo/UPE

Às professoras fundadoras da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro: Maria Franca Pires (*in memoriam*), Maria de Lourdes Benevides Duarte, Renilde Teixeira Luna, Celita Dina da Cunha (*in memoriam*) e Terezinha Ferreira Oliveira (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi escrita a muitas mãos. Tantas que não cabem nos limites deste espaço e da memória de quem escreve. A mão que tudo recolheu em sua devoção eterna à cidade de Juazeiro (BA) atende pelo nome de Maria Franca Pires: a ela toda a minha gratidão, especialmente por ter possibilitado que outra mão desse continuidade ao seu trabalho: a mão da professora Odomaria Rosa Bandeira Macedo. Aquela que abriu as portas do arquivo para que os recém-chegados estudantes da segunda turma de Comunicação pudessem partilhar tantas histórias. Às mãos de Paulo Victor, Juliana Pires e Lidmillie de Castro, minha fraterna gratidão. Por extensão, agradeço também a todas as outras mãos que manusearam o Arquivo de Maria Franca Pires nos últimos doze anos e contribuíram, cada um/a à sua maneira, para que a chama continuasse acesa: Marcos Uchoa, Elane Moreira, Thirza Santos, Isabela Sales, Marcos Cadidé, Evelin Queiroz, Irislane Pacheco, Edilane Souza, Jorge Gonçalves (Galego), Laércio Lucas, Tito Eugênio, Paloma Jasminy, Taiane Sandes, Pedro Rogério, Juliano do Carmo, Lauana Sento-Sé, Sheila Feitosa, Amanda Santos, Larissa Kelly, Gabriela Marinho, Monique Rios, Thalyne Elaine, Irenilda Silva, Brenda Larissa, Samaia Félix e Rachel França. Sem essas mãos, que inventariaram, digitalizaram, digitaram, editaram e registraram, o Arquivo não teria tantas possibilidades e não teríamos apertado as mãos de nossas colaboradoras na composição dos dados de pesquisa, que vieram pela generosidade memorialística das professoras Dinorah Albernaz Pereira e Melo Silva, Maria de Lourdes Benevides Duarte, Antonila da França Cardoso, Maria Perpétua Gomes de Almeida, Maria Izabel Figueiredo Pontes (Bebela), Thomázia Bonfim dos Santos Almeida, Expedito Gomes de Almeida, e a ex-aluna de Maria Pires, Maria Emília Arapiraca. Além dessas, outras mãos trouxeram a sua contribuição durante as minhas buscas pela recomposição da trajetória de Maria Franca Pires e da Associação de Pais e Mestres: Maria Thereza Dewilson de Oliveira, Gildete Lino de Carvalho e Layse de Luna Brito. Entre todas as pessoas entrevistadas, preciso destacar a professora Lourdes Duarte e a sua amorosa memória, que possibilitou a ampliação das informações documentais e enriqueceu a escrita desta dissertação. Professora Lourdes, minha eterna gratidão. Agradeço também às mãos atentas de meu orientador Pinzoh, que estiveram disponíveis no momento oportuno e me ajudaram a conduzir as travessias deste texto. Travessias que foram se construindo a partir, sobretudo, da banca de qualificação, com o aporte das mãos do professor José Roberto Gomes Rodrigues e da professora Virgínia Pereira da Silva de Ávila. As contribuições desses pesquisadores foram fundamentais e comprovam uma tese certa: Não se faz nada só. Desde o berço, temos a presença de mãos que nos acolhem e ajudam a crescer. Mãos de pai, como a de José Vânio dos Reis Carvalho; mãos de mãe, Rosângela Ribeiro Carvalho, Juscylyne Pinto Reis e Isabel de Jesus Carvalho; mãos de irmãos, Hugo Ribeiro Carvalho e José Vânio dos Reis Carvalho Filho; mãos de sobrinho, Ícaro de Santana Carvalho; mãos de companheira, Klyvia Souza Tenório; e tantas outras mãos de vós, vós, tios, tias, primos, primas, afilhado, colegas de trabalho, de salas e aprendizados, amigos e amigas de toda hora. A todos/as, meu muito obrigado!

Travessias... Diadorim, os rios verdes. A lua, o luar: vejo esses vaqueiros que viajam a boiada, mediante o madrugal, com lua no céu, dia depois de dia. Pergunto coisas ao buriti; e o que ele responde é: a coragem minha. Buriti quer todo azul, e não se aparta de sua água – carece de espelho. Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende. Por que é que todos não se reúnem, para sofrer e vencer juntos, de uma vez? Eu queria formar uma cidade da religião. Lá, nos confins do Chapadão, nas pontas do Urucuia. O meu Urucuia vem, claro, entre escuros. Vem cair no São Francisco, rio capital. O São Francisco partiu minha vida em duas partes.

João Guimarães Rosa (2006, p. 309)

## RESUMO

O presente trabalho tem como ponto de partida os materiais e entrevistas do projeto de pesquisa e extensão “O Arquivo da professora Maria Franca Pires: memória e história cultural em pesquisa na região de Juazeiro-BA”. Há onze anos, a pesquisa desse acervo tem consistido no levantamento sistematizado, na preservação, organização e inventário dos materiais que se constituem como objetos de memórias. Durante esse tempo, foram realizadas quatro exposições temáticas, de fotografias, publicidade, imprensa e educação, que revelaram a diversidade do acervo e serviram tanto como uma estratégia para dar visibilidade aos objetos quanto como metodologia da pesquisa para ativação das lembranças de pessoas que vivenciaram os momentos registrados por Maria. Desde o início do trabalho, é perceptível nos materiais reunidos pela professora e pesquisadora Maria Franca Pires (1921-1988) um relevante potencial narrativo sobre muitos aspectos sociais, culturais e educacionais do território semiárido brasileiro, especialmente, do município de Juazeiro-BA. Nesta dissertação, o foco é a Associação de Pais e Mestres (APM) de Juazeiro (BA), com o objetivo de analisar as representações de infância, educação e cultura construídas pelos agentes que frequentaram a APM no período de 1954 a 1974. Para tanto, foram reconstituídas as trajetórias dessa entidade, do Arquivo que abriga seus objetos de memórias e da principal liderança da Associação, Maria Franca Pires, com base no cruzamento dos relatos orais provenientes de entrevistas com fontes bibliográficas e documentais. Tendo como base um amplo aporte teórico, a pesquisa permite discutir com abrangência as diferentes apropriações dos discursos e das ações, ao mesmo tempo, conservadoras e modernas, que expressam a síntese de uma tensão vivenciada naquele momento histórico e que continua repercutindo nos dias atuais.

**Palavras-chave:** Arquivo. Associação de Pais e Mestres. Infância. Educação. Cultura.

## RESUMEN

En este trabajo se toma como punto de partida los materiales y las entrevistas del proyecto de investigación y extensión "Los Archivos de la profesora María Franca Pires: la memoria y la investigación de la historia cultural en la región de Juazeiro-BA." Hace once años, la investigación de esta colección ha constituido la recopilación, preservación, organización e inventario de los materiales que constituyen como recuerdos de los objetos. Durante ese tiempo, había cuatro exposiciones temáticas, fotografías, publicidad, medios de comunicación y la educación, lo que puso de manifiesto la diversidad de la colección, y sirvió tanto como una estrategia para dar visibilidad a los objetos y, como metodología de investigación para la activación de la memoria de las personas que experimentaron la momentos grabados por María. Desde el inicio de los trabajos, es notable en los materiales recogidos por el profesor e investigador Maria Franca Pires (1921-1988) un potencial narrativo relevante de muchos aspectos sociales, culturales y educativos del territorio semiárido brasileño, especialmente en la ciudad de Juazeiro-BA. En esta tesis, el foco es la Asociación de Padres y Maestros (APM) de Juazeiro (BA), con el fin de analizar las representaciones de la infancia, la educación y la cultura construida por los agentes que acudieron a la APM desde 1954 a 1974. Para este período fue reconstruido las trayectorias de esa entidad, el archivo que contiene los objetos y recuerdos de la principal dirección de la Asociación, María Franca Pires, con base en la intersección de los informes orales de las entrevistas con las fuentes bibliográficas y documentales. Sobre la base de un amplio marco teórico, la investigación permite discutir con el alcance de los diversos créditos discursos y acciones, al mismo tiempo, conservador y moderno, que expresa la síntesis de un estrés experimentado en ese momento histórico y todavía resuena hoy.

**Palabras-clave:** Archivo. Asociación de Padres y Maestros. Infancia. Educación. Cultura.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNEC	Colégio Cenecista Professora Isabel Chaves de Almeida
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
PICIN	Programa Institucional de Iniciação Científica
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
FAMESF	Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
UDN	União Democrática Nacional
PSD	Partido Social Democrático
APM	Associação de Pais e Mestres
MEB	Movimento de Educação de Base
CSU	Centro Social Urbano
DCH	Departamento de Ciências Humanas
INP	Instituto Nacional de Pedagogia e Instituto Nacional de Puericultura
ABE	Associação Brasileira de Educação
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
LBA	Legião Brasileira de Assistência
DNCr	Departamento Nacional da Criança
CPPB	Confederação dos Professores Primários do Brasil

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA</b> .....	16
<b>3 MARIA FRANCA PIRES: O “PÉ DE BOI” DA HISTÓRIA</b> .....	30
<b>4 O “MUSEU DE TUDO” DE MARIA FRANCA PIRES</b> .....	58
<b>5 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO</b> .....	75
5.1 Antecedentes da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro (1889-1954).....	76
5.2 A Associação de Pais e Mestres assenta os trilhos na esteira do tempo de Juazeiro (1954-1957).....	95
5.3 “Uma educação cheia de sadias e ao mesmo tempo perigosas inovações”: a consolidação do discurso da APM de Juazeiro (1958-1964).....	129
5.4. Da euforia dos cursos de formação do professorado ao fim da Associação (1965-1974).....	114
<b>6 A APM NA ESTEIRA DO TEMPO: representações sobre infância, educação e cultura</b> .....	159
6.1 Infância: uma gestação na encruzilhada da modernidade.....	159
6.2 Educação: uma nova disciplina para todos os setores da vida.....	169
6.3 Cultura: a tradição se defronta com uma estranha noosfera.....	182
<b>7 NAVEGAÇÕES FINAIS</b> .....	197
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	203

## 1 INTRODUÇÃO

“O homem estava sentado sobre uma lata na beira de uma garça. O rio Amazonas passava ao lado. Mas eu queria insistir no caso da rã. Não seja este um ensaio sobre orgulho de rã. Porque me contou aquela uma que ela comandava o rio Amazonas. Falava, em tom de sério, que o rio passava nas margens dela. Ora, o que se sabe, pelo bom senso, é que são as rãs que vivem nas margens dos rios. Mas aquela rã contou que estava estabelecida ali desde o começo do mundo. Bem antes do rio fazer leito e passar. E que, portanto, ela tinha a importância de chegar primeiro. Que ela era por todos os motivos primordial. E quem se faz primordial tem o condão das primazias. Portanto era o rio Amazonas que passava por ela. Então, a partir desse raciocínio, ela a rã, tinha mais importância. Sendo que a importância de uma coisa ou de um ser não é tirada pelo tamanho ou volume do ser mas pela permanência do ser no lugar. Pela primazia. Por esse viés do primordial é possível dizer então que a pedra é mais importante que o homem. Por esse viés, com certeza, a rã não é uma criatura orgulhosa. Dou federação a ela. Assim como dou federação à garça quem teve um homem sentado na beira dela. As garças têm primazia”.

Manoel de Barros (2008, p. 51)

Bem antes de meu rio fazer leito e passar já havia um território circunscrevendo meus passos: a escola. O ambiente escolar me é tão familiar quanto a mesa de sucupira que repousa na sala de estar da casa de meus pais. Minha mãe, Rosângela, e meu pai, José Vânio, se conheceram entre os bancos do Colégio Cenecista Professora Isabel Chaves Almeida (CNEC), na cidade de Entre Rios-BA, quando ambos cursavam o ensino ginasial, na década de 1970. De colegas de sala, passaram a namorar e, aos 21 anos, casaram-se e se mudaram para o município vizinho, Cardeal da Silva, cidade natal de meu pai.

Vinda de uma experiência iniciada aos 17 anos como professora pré-escolar na Escola Espaço Livre, fundada em 1977 e até hoje em pleno funcionamento em Entre Rios, minha mãe resolveu criar a primeira escola particular de Cardeal da Silva. E, em março de 1986, a casa onde meu pai passou parte de sua infância e que pertenceu ao meu bisavô Antônio (Totonho) e à minha bisavó Idália (Iaiá) foi transformada na Escola Bem-Me-Quer.

Antes mesmo de nascer eu já perambulava pelo espaço escolar, acompanhando as vibrações de minha mãe nos primeiros desafios de gerir uma instituição dedicada ao ensino de crianças em uma pequena cidade do interior da Bahia, com área de 185 km<sup>2</sup> e população atual de 9.809 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2016.

Nasci em setembro de 1986 e, três meses depois, tive o registro de minha primeira participação em uma atividade escolar: no presépio de Natal organizado pela Escola Bem-Me-Quer na Igreja Matriz de Cardeal fui convidado a fazer uma participação especial, ao encenar Jesus Cristo em uma improvisada manjedoura.

Depois daquela honrosa participação, fui visto muitas vezes ensaiando os primeiros passos entre uma aula e outra. Quando aprendi a andar, ganhei logo uma farda e me integrei de corpo e alma ao cotidiano escolar. Por lá, aprendi a falar, soletrar, rabiscar, brincar, sentar, esperar, escrever, correr, escovar os dentes, conviver com o outro. Minha invenção como humano foi permeada pelo vai e vem da escola para a minha casa.

É por isso que até hoje, transcorridos mais de 20 anos da minha experiência como estudante na escola Bem-Me-Quer, invento sempre uma boa desculpa para bem-querer o ambiente escolar. A necessidade de estar perto, sentir o cheiro, enxergar possibilidades, escutar suas nostálgicas sonoridades e saborear os frutos de um trabalho cuidadoso e dedicado é tão intrínseca quanto habitar o próprio corpo. É parte também de um disciplinamento interno que marcou definitivamente a minha vida.

Em fevereiro de 2005, ao ingressar no curso de Comunicação Social: Jornalismo em Múltiplos Meios do Departamento de Ciências Humanas, campus 3, da Universidade do Estado da Bahia, em Juazeiro, vivenciei essas familiares sensações. A distância de 527 quilômetros em relação à escola Bem-Me-Quer se dissolvia no calor da amizade que até hoje se fortalece. O ingresso na graduação foi uma experiência transformadora.

Dos constantes aprendizados experimentados nas primeiras atividades do curso, tomei logo o gosto pela pesquisa e pela produção audiovisual. Duas paixões que encontrei com fartura ao adentrar dois projetos sobre o mesmo tema, um de pesquisa e outro de extensão, respectivamente: “O Arquivo da Professora Maria Pires: Memória e História Cultural em Pesquisa na região de Juazeiro-BA” e “Difusão do Acervo legado no Arquivo da Professora Maria Franca Pires”. Ambos eram coordenados pela professora Odomaria Rosa Bandeira Macedo e contaram com a participação de monitores, colaboradores, pesquisadores e estudantes ao longo dos últimos doze

anos.

Cursei Jornalismo nas idas e vindas à sala do *Projeto Maria Franca Pires* (como dizia a placa pregada na porta). No primeiro semestre de 2006, tive um projeto de iniciação científica aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), sob o título “Juazeiro na esteira do tempo, a partir das representações no acervo de Maria Franca Pires”. Ainda em 2006, começamos a exercitar a escuta atenta de pessoas que pudessem revelar novas informações a partir dos objetos documentais do acervo. Foi assim que entrevistamos as professoras Dinorah Albernaz Pereira e Melo Silva, Maria de Lourdes Duarte, Antonila da França Cardoso, Perpétua Almeida, Maria Izabel Figueiredo Pontes (Bebela), Thomázia Bonfim dos Santos Almeida, Expedito Gomes de Almeida, e a ex-aluna de Maria Pires, Maria Emília Arapiraca.

A partir de então, tudo era motivo para transformar os *papéis* [sic] e *vozes de Maria* (como diz o sugestivo título do livro-reportagem de Juliana Machado<sup>1</sup>) em pautas e matérias jornalísticas. Assim surgiram: o perfil de Édson Ribeiro, artigos sobre as professoras Antonila da França Cardoso e Maria de Lourdes Duarte e o poeta Raul da Rocha Queiroz, o curta-metragem “Lourdes e Antonila: memórias da educação escolar em Juazeiro-BA”, o videoclipe “Juazeiro na esteira do tempo” e tantas outras produções tecidas a partir de uma imersão na profusão de informações recolhidas por Maria Franca Pires em seus anos de peregrinação e pesquisa.

Nestas páginas, apresento mais um produto resultante do Arquivo de Maria Franca Pires: a dissertação de mestrado “A Associação de Pais e Mestres na esteira do tempo de Juazeiro (BA): representações sobre infância, educação e cultura”. A escolha do objeto de estudo, em meio ao multifacetado Arquivo que Maria Franca Pires legou à posteridade, foi fruto de uma trajetória orientada (por vezes até inconscientemente) para o aprofundamento de um espaço intrinsecamente constituidor de disciplinamentos e, por isso, a opção de iniciar esta escrita apresentando meu familiar

---

<sup>1</sup> O livro-reportagem “Maria Franca Pires: entre papéis e vozes” foi o Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social: Jornalismo em Múltiplos Meios de Juliana Pires de Carvalho Rocha Machado, integrante da equipe de pesquisa “O Arquivo de Maria Franca Pires: memória e história cultural em pesquisa na região de Juazeiro-BA” entre os anos de 2006 e 2009.

percurso escolar. Uma trajetória de vida construída na amorosidade com a escola só poderia se interessar por um tema que a todo momento sinaliza as distintas possibilidades de um espaço articulador de experiências educativas.

Esse é o espaço que a Associação de Pais e Mestres ocupa na esteira do tempo<sup>2</sup> de Juazeiro, embora poucos agentes atuais da educação juazeirense tenham tomado conhecimento da existência dessa entidade. O esforço que se faz aqui é o de produzir significados a partir de uma revisitação histórica, reposicionando a APM na memória social da cidade e, conseqüentemente, da paisagem educacional brasileira.

Para tanto, procurei circunscrever um problema que atrelasse as inquietações despertadas no percurso de pesquisa com as principais categorias conceituais do Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar – Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos, cujo objetivo é “discutir os processos educativos formais e não formais que se estabelecem em contextos de regiões semiáridas de diversas partes do mundo, destacando-se, deste cenário, o Semiárido brasileiro” (PPGESA, 2016).

Embora eu tenha inicialmente me interessado em focalizar e analisar as categorias Educação, Cultura e Identidade Territorial, um quarto conceito foi aos poucos se impondo no exercício da escrita e substituindo um outro que não teve tanta prevalência nos documentos da APM. Foi assim que a Infância ocupou o lugar da Identidade Territorial e cheguei à seguinte questão de pesquisa: Quais são as noções de Infância, Educação e Cultura praticadas pela Associação de Pais e Mestres em seus 20 anos de atuação na cidade de Juazeiro-BA?

Para responder a essa questão norteadora, o texto está organizado a partir de uma divisão em cinco capítulos. O primeiro é dedicado à fundamentação da metodologia da pesquisa, cujas técnicas de coleta de dados aproxima o levantamento das fontes secundárias, provenientes de referenciais bibliográficos, com as fontes primárias, a partir de materiais que não receberam tratamento analítico. As fontes orais também são valorizadas no itinerário de pesquisa, em suas evocações de uma temporalidade

---

<sup>2</sup> A expressão “esteira do tempo” foi tomada de empréstimo do livro “Juazeiro na esteira do tempo”, de Edson Ribeiro, obra de referência para os estudos históricos sobre o município de Juazeiro.

transversal à trajetória de vida de Maria Franca Pires e da Associação de Pais e Mestres.

O segundo capítulo é dedicado a traçar um perfil de “Maria Franca Pires: ‘O pé de boi da história’”, tendo como base os materiais que compõem o arquivo, o depoimento das referidas personagens entrevistadas no itinerário de pesquisa e produções bibliográficas. São apresentadas as diversas funções que Maria Pires ocupa ao longo de quase quatro décadas de serviços prestados ao município de Juazeiro, desde a sua vinda definitiva para a cidade em 1951 até a sua morte em 1988, sem esquecer, obviamente, uma parte da sua infância vivida em Remanso, Juazeiro e Petrolina.

Já o terceiro capítulo apresenta o “Museu de Tudo de Maria Franca Pires”. A partir da descrição dos materiais que compuseram quatro exposições do projeto, de fotografia, imprensa, publicidade e educação, é apresentada uma variedade de objetos em diversas naturezas que se expressam em diferentes suportes e revelam uma infinidade de temas, conteúdos generosamente recolhidos em toda uma vida dedicada a arquivar e produzir arquivos.

Entre os materiais que foram expostos pela equipe de pesquisa do Arquivo, o destaque, nesta dissertação, é às atas, relatórios, fotografias, palestras e manuscritos que dizem respeito à história da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro-BA, tema do quarto capítulo. Para tanto, são revelados aspectos que interligam as ações locais ao impulso nacional de mudanças educacionais iniciadas com a Proclamação da República, em 1889. O mapeamento dos diferentes materiais referentes à APM que se encontram no Arquivo de Maria Franca Pires e os depoimentos das fontes orais provenientes das pesquisas de campo do referido projeto revelaram a necessidade de dividir a trajetória da APM em três fases, que traçam o seu percurso histórico e demonstram a relevância institucional das ações da Associação para a comunidade local.

A compreensão de alguns sentidos recortados na trajetória da APM são o mote do quinto e último capítulo, que permite entrelaçar a APM de Juazeiro com um campo de produção teórica sobre a infância, a educação e a cultura. Os recortes foram realizados a partir dos diálogos e embates com as fontes históricas selecionadas,

percebendo nesses emaranhados de discursos as temáticas mais recorrentes, sem deixar, entretanto, de considerar outras categorias, como as noções de território e cultura escolar.

Obviamente, muito poderia ser escrito a partir da trajetória da APM e da própria Maria Franca Pires, mas as limitações inerentes a uma produção dissertativa impõem algumas escolhas. O que não pôde ser aprofundado se abre como possibilidade para novas pesquisas, revelando o rio caudaloso que passa nas margens dos materiais preservados por Maria Pires.

A importância das “coisas” que compõem o “Museu de Tudo” de Maria se deve exatamente por essa abertura que se expressa na permanência desses materiais em Juazeiro, muito além do expressivo tamanho ou volume que eles ocupam em uma sala do Departamento de Ciências Humanas do campus 3 da Uneb. Uma temporalidade que, nas tramas das memórias, é impossível ser datada e, na fisicalidade dos conteúdos, inicia em 1899 e que, por sua longevidade (118 anos), revela um aspecto fundamental da relação dos objetos com todos os seres humanos que atualmente habitam esta cidade: a primazia.

Os objetos de memórias do arquivo de Maria Franca Pires têm primazias.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A presente pesquisa se situa no âmbito da organização, descrição e interpretação de um arquivo pessoal, que reúne um conjunto de documentos recolhidos durante o desenvolvimento das atividades pessoais e profissionais de uma professora primária, Maria Franca Pires. Como será demonstrado nas páginas desta dissertação, ela assumiu diferentes funções vinculadas à produção cultural na cidade de Juazeiro-BA. Entre as décadas de 1950 e 1980, foi professora primária, presidente da Associação de Pais e Mestres, diretora de Grupo Escolar e do Departamento de Cultura e Turismo, coordenadora do Setor de Cultura e Artesanato do Centro Social Urbano e responsável pela constituição do Instituto Histórico e Geográfico do município.

Nos materiais que compõem o arquivo está evidenciada a diversidade temática de atuações protagonizadas por Maria ao longo das quatro décadas de trabalho e pesquisa em Juazeiro. Por isso, é indelével a sua onipresença em cada objeto preservado. Embora poucos sejam os registros sobre a intimidade de Maria Pires, ela se revela em tudo o que se vê. Compreensões sobre o seu lugar na realidade histórica e cultural são comunicadas o tempo inteiro, tanto assim que é possível tecer a sua biografia no percurso de produção e acúmulo dos documentos que representam esse contexto específico, como fez Juliana Pires Machado (2009) ao escrever o livro-reportagem “Maria Franca Pires: entre papéis [*sic*] e vozes”.

Por ter assumido a tarefa de fundar um Instituto Histórico e Geográfico no município de Juazeiro, Maria Pires pôde transformar o seu acervo pessoal, fruto de sua prática cotidiana de arquivamento, em um arquivo que termina por assumir um caráter institucional, especialmente pela presença significativa de documentos que extrapolam o recorte temporal vivido por ela e os seus próprios círculos familiares.

Entretanto, esse fato não impede que enxerguemos a configuração singular dos objetos preservados por Maria, em seus modos de arrumar os materiais e até no fato de conservar personagens históricos de Juazeiro que se insurgem no arquivo, revestindo-o de novos sentidos e ampliando o seu legado cultural. Algo que proporciona ao Arquivo um caráter também autobiográfico. Diante disso, optou-se,

nesta dissertação, à expressão “Arquivo de Maria Franca Pires” para se referir a todos os objetos de memórias que serão apresentados.

Presente no cotidiano de qualquer pessoa, a prática de arquivar só adquire significação, segundo Derrida (2001), quando possibilita uma escritura. O arquivo precisa ser reassignado, ou seja, preenchido de novos e dinâmicos signos que o reinvente em suas múltiplas vertentes enquanto espaço público e fonte reguladora de autoridade. Entre as escrituras sobre o arquivo de Maria Pires, a professora Odomaria Rosa Bandeira Macedo tem se destacado pela profícua produção de artigos publicados em anais de congressos científicos.

Na ausência da pessoa responsável por compor o arquivo, cabe ao pesquisador encarar o desafio de tecer o fio narrativo de acordo com os fragmentos de memórias que são possíveis recolher em meio à documentação. É esse trabalho de garimpagem que realizei na constituição da trajetória da APM, recorrendo ao ancoradouro da sequência cronológica para contar essa história. Para isso, o primeiro aprendizado é o entendimento de que o passado não pode ser apreendido em sua totalidade, mas antes, por meio da presentificação de um ausente, uma construção feita a partir da ausência, que envolve diferentes processos: “percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão” (PESAVENTO, 2005, p. 40).

Tornar a ausência uma imagem visível no presente é uma tarefa da relação de representação. O que importa é fazer uma análise que leve em conta os constrangimentos e as negociações que possibilitaram o texto, bem como os efeitos de sentido que ele produz enquanto um gerador de representações, ou seja, de “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17). Para Chartier (1990, p. 127), “não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor”.

Recorrendo à origem da palavra “arquivo”, Derrida (2001, p. 11) chama a atenção para a duplicidade do vocábulo grego *arkhé*, “que designa ao mesmo tempo o começo e o comando”. Assim, coordena dois princípios em um: o da natureza, ou da história, “ali

onde as coisas começam”, e o da lei (*nomos*), “ali onde os homens e os deuses comandam”. O sentido de “arquivo” vem, por outro lado, do *arkheion* grego: uma casa que era a residência dos magistrados superiores, os arcontes, onde se depositavam os documentos oficiais.

Essa passagem do privado ao público que caracteriza a constituição de um arquivo se aproxima da defesa do sociólogo francês Maurice Halbwachs (apud BOSI, 1994) de que a subjetividade da memória de cada sujeito histórico se situa na construção da memória histórica ou coletiva. A faculdade íntima da rememoração constrói o conhecimento público, social. Assim, as memórias pessoais que compõem o arquivo são fontes imprescindíveis para o conhecimento histórico local.

Halbwachs (apud BOSI, 1994, p. 55) considerava o caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória, como algo excepcional: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. E nesta reconstrução das experiências do passado, a memória individual está atrelada à realidade interpessoal do grupo ao qual o indivíduo se associa. De acordo com Bosi (1994, p. 66-67):

Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significado”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história.

Deste modo, há tantas memórias quantos grupos existirem. Ao estabelecer uma diferenciação entre memória e história, o historiador francês Pierre Nora (1993, p. 9) afirma que enquanto esta “é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”, aquela “pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal”. Para ele, “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo”.

Segundo Nora (1993, p. 13), os lugares de memória são criados a partir de um sentimento de que “não há memória espontânea”. Aqueles que vivem o lugar e prezam

pela perpetuação de uma memória que é viva são impulsionados pelo desejo de não esquecer e não ser esquecido e, para tanto, criam arquivos.

São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade dessacralizada; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p. 13).

Jacques Le Goff (1994, p. 424) lembra que a memória é resultado de “manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura” fazem sobre o indivíduo e o coletivo. Repositório de informações conservadas sobre o passado, a memória é uma modalidade de representação social que se expressa em objetos históricos, estes, enquanto produtos culturais, dão um assentimento à posição das pessoas no mundo e carregam de um para outro tempo a cultura da qual procedem.

A cultura é aqui entendida no sentido atribuído pelo antropólogo Clifford Geertz (2001), como uma reunião de textos – contexto no qual são elaborados os significados que constituem um modo de atuar próprio de um grupo social em dado espaço/tempo, que expressam as relações que o caracterizam e lhe dão uma particularidade passível de ser interpretada apenas pela decodificação daqueles significados.

Para que aconteça a decodificação dos significados, é preciso que se tenha um “conjunto de regras seletivas e combinatórias que permite a interpretação e a elaboração de representações do real”, como Lévi-Strauss (apud SODRÉ, 1983, p. 39) define o código cultural. A cultura, assim, passa a ser pensada como um instrumento de comunicação, resultante de um pacto social implícito.

Como destaca Sodré (1983, p. 40), essa noção pressupõe “uma totalidade submetida a princípios e regras (o código), cujos elementos se definem pelas relações de diferença que mantêm uns com os outros, de maneira que a modificação da parte acarreta a transformação do conjunto”. O código é percorrido por uma tensão constante entre estabilidade e inovação, permanência e mudança, passado e presente.

Para Guattari e Rolnik (1986), cultura é uma das palavras-ciladas na produção de singularizações existenciais, barrando e ressignificando as produções sociais sob o signo de uma alma coletiva apartada dos modos de produção materiais dessa mesma coletividade. Assim, os conceitos de cultura e de identidade cultural são profundamente reacionários, pois a cada vez em que são utilizados, veiculam, “sem perceber, modos de representação da subjetividade que a retificam e com isso não nos permitem dar conta de seu caráter composto, elaborado, fabricado, da mesma forma que qualquer mercadoria do campo dos mercados capitalísticos” (GUATTARI & ROLNIK, 1986, p. 70).

Pela diversidade de seu acervo de objetos de memórias, o arquivo de Maria Franca Pires incorpora o “sentido A” da “cultura-valor”, representado pelos artefatos artísticos (produções literárias, desenhos e demais referências do campo das belas artes), o “sentido B”, a “cultura alma coletiva”, inscrita nos registros de manifestações culturais que compõem a memória social de Juazeiro, e o “sentido C”, a “cultura-mercadoria”, veiculada, sobretudo, nos materiais de imprensa, publicidade e propaganda que atravessam a vida cotidiana do século 20 e constituem as subjetividades locais.

Em Cartografias do Desejo, Guattari e Rolnik (1986, p. 73) explicitam a diferença entre identidade e singularidade, ao afirmar que a identidade consiste em um plano específico dos processos de subjetivação, sendo entendida como “aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável”. Neste sentido, portanto, “a identidade cultural constitui um nível da subjetividade: o nível da territorialização subjetiva”.

Essa visão de cultura e identidade cultural está relacionada ao multifacetado e complexo conceito de território, categoria de análise transversal a esta pesquisa e amplamente utilizada na Geografia, Ciência Política e Antropologia. Rogério Haesbaert (2007) fez um levantamento detalhado das diversas concepções em uso, a partir do binômio materialismo e idealismo e da historicidade do conceito. Ele defende a proposta integradora de território, capaz de articular as dimensões político-econômicas e simbólico-culturais, afirmando que “o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido,

destacado por Godelier, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material” (2007, p. 56).

É o que Claval (apud CARVALHO, 2010) evidencia ao identificar a inscrição das dimensões materiais e imateriais do território na existência humana, nas ações técnicas e nos discursos elaborados sobre o território:

O autor analisa que as práticas culturais e as representações interferem nos processos de produção do espaço geográfico, sendo o território a escala na qual se atravessam histórias individuais e coletivas. E ele aponta como a leitura de uma dada realidade necessita considerar o espaço, a cultura e a sociedade como realidades sociais (CARVALHO, 2010, p. 147).

Cada território de identidade se efetiva no que Haesbaert (2007, p. 44) chama de identidade territorial: “a identidade social que toma como seu referencial central, definidor do grupo o território ou, num sentido mais amplo, uma fração do espaço geográfico”. No caso do território de Juazeiro, existe o reconhecimento da inscrição de alguns códigos significativos nos aspectos geográfico, histórico e social, como a presença do Rio São Francisco, “um dos marcos da sua identidade, junto com a cultura sertaneja e caatingueira” (CARVALHO, 2010, p. 179).

Essas referências ao território podem ser lidas a partir das temporalidades expressas na trajetória da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro, que, como já foi dito, inicia muito antes da sua fundação, indo de 1889 a 1974. Somada à biografia de Maria Pires, a datação se amplia a 1988 e, portanto, atravessa um período significativo da história de Juazeiro, da Bahia, do São Francisco, do Brasil e do mundo. O próprio arquivo é um território ao mesmo tempo espacial e de memórias, que expressa em seus materiais a cultura da qual procedem, no registro de informações sobre acontecimentos passados.

Durante os últimos doze anos, a pesquisa desse acervo tem consistido no levantamento sistematizado, na preservação, organização, digitalização e inventário dos materiais. Esses são “cientificamente perspectivados como artefatos de grande valor simbólico e patrimonial”, e compõem uma “narrativa histórica que os integra nos seus contextos, atribuindo-lhes significado e colocando-os em articulação com os

atores sociais que os usaram em diversos ambientes educativos” (MOGARRO et al., 2010, p. 156).

É o caso da cultura material escolar, noção que, de acordo com Alves (2010, p. 103), se refere a “um conjunto de artefatos, cuja existência, uso e significado se ligam historicamente ao processo de escolarização e à conseqüente disseminação da forma escolar”. São muitos os indícios, sinais e materialidades presentes no arquivo de Maria Franca Pires que se relacionam à ampla rede de relações culturais e às práticas escolares situadas em momentos distintos e contextos específicos da história de Juazeiro.

Nesta dissertação, o foco recai sobre a trajetória da Associação de Pais e Mestres (1954-1974). Além das noções de educação e cultura, serão enfatizados também os significados de infância atribuídos pelos agentes da APM e sua natureza histórica e social, nos marcos defendidos por Ariés (1981). Reconhecemos também a importância de consolidar uma visão da infância que considere, além dos aspectos históricos e sociais, os culturais e políticos que, no caso do Brasil, deixaram marcas profundas no processo de socialização de adultos e crianças.

Kramer (2002, p. 43) tem se dedicado a esse esforço e chama a atenção para a necessidade de pontuar circunstâncias específicas como a “presença da população indígena e seus costumes; o longo período de escravidão e a opressão a que foi submetida expressiva parte da população brasileira; as migrações; o colonialismo e o imperialismo”.

Os significados de infância, nesse sentido, variam de acordo com diferentes fatores: o tempo, o lugar de onde se fala, a autoridade de quem fala, a classe social de quem é o objeto da fala, as diferenças de gênero, raça e etnia. São, portanto, o resultado de um processo de construção social e, nos termos definidos por Bujes (2001, p. 26):

(...) Dependem de um conjunto de possibilidades que se conjugam em determinado momento da história, são organizados socialmente e sustentados por discursos nem sempre homogêneos e em perene transformação. Tais significados não resultam, como querem alguns, de um processo de evolução, nem estão acima e à parte das divisões sociais, sexuais, raciais, étnicas, .... São modelados no interior das relações de poder

e representam interesses manifestos da Igreja, do Estado, da Sociedade Civil... Implicam em intervenções da filantropia, da religião, da Medicina, da Psicologia, do Serviço Social, das famílias, da Pedagogia, da mídia, ... Contudo, esses significados não são estáveis nem únicos e as linguagens que usamos, ao mudar constantemente, são indicativas da fluidez e da mutabilidade a que estão sujeitos.

Todos essa teia de fatores que modelam os sentidos atribuídos ao conceito de infância podem também ser estendidos às outras categorias de análise deste trabalho. Os modelos narrativos hegemônicos que orientam a circularidade do discurso sobre cada uma das noções aqui enfocadas precisam, portanto, serem situados no território e na época histórica em que foram enunciados, de acordo com o que Foucault (2000, p. 12) denomina de “regime de verdade”, isto é, “os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado”.

Na dinâmica do trabalho de organização e catalogação do acervo, foi constatada a necessidade de atualizar os regimes de verdade sobre os materiais em exposições temáticas, sendo utilizadas, ao mesmo tempo, como uma estratégia para dar visibilidade aos objetos culturais e uma metodologia da pesquisa para ativação de certas lembranças de algumas pessoas sobre os objetos de suporte da memória. Afinal, esses objetos culturais têm conservado a sua força como memória ao nos comunicarem uma informação “na ausência do acontecimento que constitui o seu motivo” (LE GOFF, 1994, p. 424-425).

Além de ser o “espaço e tempo deflagradores da socialização preservacionista do patrimônio” (BRUNO, 1997, p. 18), a exposição tem se constituído para a pesquisa em questão como uma experiência que permite a produção, expressão e compartilhamento de uma pluralidade de significados a partir dos objetos de memórias, configurando-se, assim, como um espaço de construção de conhecimentos.

É válido ressaltar que os princípios básicos da Museologia, ciência que tem como objeto de estudo a relação do ser humano com a cultura material, são preservar, comunicar e investigar os bens culturais que foram selecionados, neste caso, por uma

professora primária, Maria Franca Pires, e que devem ser preservados como herança patrimonial do município de Juazeiro-BA. O processo de transformação de um acervo em herança cultural, segundo Bruno (1997, p. 14), está voltado, “especialmente, para a relação entre o Homem (público/sociedade), o Objeto (coleção/patrimônio) em um Cenário (museu/território)”.

A partir dessa relação Homem/Objeto/Cenário, foram sendo adquiridas novas informações sobre os acontecimentos que constituem o motivo dos materiais. Isso foi possível a partir do intercurso com entrevistas de pessoas que construíram as histórias social, educacional e cultural da região. Com sentidos atentos, cadernos de anotação, gravadores de áudio e câmeras fotográficas e filmadoras, foram registrados ao longo dos últimos doze anos as narrativas saborosas das fontes orais que têm se produzido como consequência da metodologia baseada na história oral.

Nesse esforço de presentificar o acontecimento que constitui o motivo da existência dos objetos culturais que se encontram no arquivo de Maria Franca Pires, é possível tecer uma reflexão que abarque diversas categorias conceituais, entre as quais infância, educação e cultura. O arquivo é uma das instituições que exercem um poder simbólico no Território de Juazeiro-BA, na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz (BOURDIEU, 1989).

Ao construir o dado pela enunciação, o poder simbólico, de acordo com Bourdieu (1989, p. 15), produz significados possíveis de “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo”. E, mais ainda, é um “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”.

O poder simbólico é, portanto, resultado de um trabalho histórico. Um dos esforços empreendidos neste trabalho será o de transportar os documentos sobre educação de uma região da cultura (arquivo) para outra, a história. Afinal, como afirma Michel de Certeau (2000, p. 81, grifo do autor):

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto *a priori*.

É na fronteira entre o dado e o criado que ocorre a pesquisa. O ato de falar sobre o passado transforma o dado no construído ou na “excedência”, como afirma Pinzoh (2012) ao se referir ao trabalho imaterial e intelectual que reside em toda forma de produzir conhecimento. Para além das produções de excedentes resultantes do arquivo de Maria Franca Pires, é notório que, em sua diversidade e riqueza, ainda permanece adormecida, parafraseando Rodrigues (2009), uma longa história a ser escrita sobre a cultura e o campo da educação no Território de Juazeiro.

Ao adquirir significados de herança cultural, a expectativa é que os objetos de memória evidenciados na pesquisa possam operar efetivamente na constituição específica do campo da educação e na visão da escola do tempo presente, contribuindo na reinvenção das práticas escolares a partir de um retorno reflexivo às experiências da gênese da escolarização local. Mas, para isso, é preciso construir uma narrativa, já que a representação do passado somente efetiva-se pela linguagem, por meio da transmissão e explicação do vivido.

No caso deste estudo, a narrativa construída diz respeito à reconstituição da trajetória da APM, cujo esforço se soma ao trabalho feito por Rodrigues (2009, p. 21), sobretudo quando este sinaliza a “possibilidade de uma perspectiva de escrita sobre o campo de produção cultural na cidade e, no interior desse campo, a escrita da estruturação dos processos de escolarização”.

Diante disso, os objetivos específicos que guiam a presente pesquisa são enunciados da seguinte maneira:

1. Descrever a trajetória pessoal e profissional de Maria Franca Pires;
2. Mapear as etapas de constituição do arquivo e a descrição dos documentos;
3. Descrever a trajetória da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro;

A partir desses objetivos, será possível, de forma ampla, *analisar as representações de infância, educação e cultura construídas pelos agentes sociais que frequentaram a APM no período de 1954 a 1974* – sendo este o objetivo geral do presente trabalho. O exercício que se faz nesta dissertação é, de alguma maneira, vislumbrar como os discursos e ações da APM, ao definirem de certo modo o que é infância, educação e cultura, acabam por possibilitar também entendimentos particulares sobre como se delineiam as relações de força na sociedade.

As técnicas utilizadas para dar conta dos objetivos da pesquisa foram a *bibliográfica*, elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos, teses, dissertações etc., a *documental*, elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, a *audiovisual*, dos registros de encontros com personagens históricas, e o *levantamento*, que envolve a interrogação direta das pessoas. Esta última foi feita sempre que houve necessidade de dirimir dúvidas sobre algum aspecto evidenciado na pesquisa, por meio de entrevistas semiestruturadas com pessoas que guardam memórias dos fatos a serem desvelados.

As referências utilizadas na interpretação dos dados da pesquisa encontram respaldo nos conceitos de infância em Ariès (1981), Benjamin (1987) Bujes (2001), Kramer (2002), Rousseau (1995) e Del Priore (1992), educação em Cury (1988), Varela (1994), Renovato (2009) e Faria Filho (2014), cultura em Morin (2005), Adorno e Horkheimer (1985) e Guatarri e Rolnik (1986), além de território em Santos (2014), e Haesbaert (2007), cultura escolar em Julia (2001), Forquin (1993) e Chervel (1990), entre outros, especialmente aqueles que, como Halfeld (1860), Sampaio (2002), Rodrigues (2009), Ribeiro (1968), Aguiar (1979) e Chilcote (1990), em períodos diferentes, discorrem sobre aspectos da vida social em Juazeiro-BA.

Os objetos de memórias do arquivo de Maria Franca Pires foram tratados como documentos e se configuram como a base do trabalho de investigação. Uma técnica importante na pesquisa qualitativa, a análise documental contribui no campo científico tanto ao complementar informações obtidas por outras técnicas quanto ao revelar aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Para isso, requer uma análise mais cuidadosa, “visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2013, p. 70).

Uma característica do arquivo de Maria Franca Pires é a capacidade de reunir registros feitos por Maria Pires em suas quatro décadas de pesquisas e as entrevistas realizadas pela equipe do projeto com personagens da história local. É por essa razão que a pesquisa também se filia à história oral, surgida como forma de valorização das memórias e recordações de indivíduos. Implícito em seu próprio termo, a expressão história oral sugere, como assinala o pesquisador Portelli (2001, p. 10), “uma forma específica de discurso: história evoca uma narrativa do passado; oral indica um meio de expressão”. Portanto, o discurso é específico muito mais pelo lugar de onde ele se faz do que pela temporalidade ou forma de expressão que apresenta.

Esse lugar de onde o discurso se tece apresenta uma complexidade no trabalho em questão, haja vista que, mesmo quando o registro é escrito, há marcas de oralidade indubitavelmente presentes em sua produção, como é o caso do Livro de Atas da Associação de Pais e Mestres, que será exaustivamente descrito no terceiro capítulo desta dissertação. Para preservar esses registros escritos da oralidade, recorreremos neste trabalho ao recurso do “*sic*”, advérbio latino que significa “desse modo”, “assim mesmo”, “exatamente assim”. Por mais estranha que algumas palavras pareçam, o *sic* irá sinalizar que a sua escrita foi respeitada exatamente do mesmo modo que está presente na fonte da informação.

Em relação às fontes orais entrevistadas no itinerário de pesquisa de campo, a opção deste trabalho foi inseri-las nos capítulos 1 e 3, referentes, respectivamente, à trajetória de Maria Franca Pires e da Associação de Pais e Mestres. Para tanto, foram consideradas as entrevistas realizadas pela equipe de pesquisa, entre os anos de 2006 e 2008, e foram feitas novas entrevistas nos anos de 2016 e 2017. Na pesquisa em questão, entende-se que as fontes orais de memórias sempre se recordarão tendo como perspectiva sua filiação a determinados espaços sociais ocupados, nos “quadros sociais da memória” definidos por Halbwachs (1990).

Entretanto, não se pode perder de vista o caráter único das fontes orais, o que Khoury (2001) identifica como o caminho no qual os materiais da história são organizados pelos narradores para contá-la. As fontes orais se tornam significativas exatamente a partir das diversas interpretações sobre uma dada realidade. O lugar que cada

personagem histórica ocupa na ordem do discurso histórico termina por constituir uma narrativa cuja importância está em ser única.

Nesse enfoque, percebe-se claramente a aproximação entre memória e identidade social. Numa referência ao pensamento de Halbwachs, Teresa Cristina Rego (2006, p. 275) chama a atenção para o fato de que “a memória se estrutura em identidades de grupo: recordamos a nossa infância como membros da família, o nosso bairro como membros da comunidade local”.

Halbwachs (1990) considera que a memória particular relaciona-se diretamente com o grupo ao qual o indivíduo pertence, sendo parte de uma memória coletiva. Assim, a rememoração individual se faz na tessitura das memórias de grupo, alimentando-se da memória coletiva e histórica. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que vai além dos livros e documentos escritos, buscando nos meandros da memória os registros que o tempo não conseguiu apagar.

Reunidas as informações necessárias, é possível estabelecer relações entre as representações de infância, educação e cultura pelos agentes sociais que frequentaram a APM no período de 1954 a 1974. As sedimentações teóricas e metodológicas para uma história das relações encontram ampla inspiração nos estudos de Bourdieu (1989, p. 32), sobretudo quando este autor discorre sobre o proveito científico que se retira de se conhecer o espaço em cujo interior se isolou o objeto estudado:

Consiste em que, sabendo-se como é a realidade de que se abstraiu um fragmento e o que dela se faz, se podem pelo menos desenhar as grandes linhas de força do espaço cuja pressão se exerce sobre o ponto considerado (um pouco à maneira dos arquitetos do século XIX, que faziam admiráveis esboços de carvão do conjunto do edifício no interior do qual estava situada a parte que eles queriam figurar em pormenor). E, sobretudo, não se corre o risco de procurar (e de ‘encontrar’) no fragmento estudado mecanismos ou princípios que, de fato, lhe são exteriores, nas suas relações com outros objetos.

No esforço de construir um objeto, segundo Bourdieu (1989), o pesquisador precisa ter uma postura ativa e sistemática, na construção de um sistema coerente de relações. Para isso, é preciso isolar alguns elementos, pô-los em confronto e pensar

sua pertinência e possíveis inter-relações. Nesse mister, o mergulho na teoria é fundamental para a produção de novas significações.

Na análise das categorias, o aporte teórico está em diálogo constante com as ações e discursos presentes nos documentos referentes à atuação da Associação de Pais e Mestres, como o estatuto, o livro de atas, as fotografias dos cursos promovidos pela Associação, os relatórios das atividades e os certificados de frequência e aproveitamento, entre outros, que sinalizam diferentes apropriações dos significados materiais e simbólicos de um território marcado pela relação entre os nativos e os forasteiros. Uma tensão que marca o processo de colonização do semiárido brasileiro. Como registra Chilcote (1990, p. 56), o controle efetivo do europeu na área que atualmente corresponde ao município de Juazeiro só foi possível “após anos de luta com os índios que ali viviam”.

Investidos por um poder simbólico que os situam como lugar de verdades culturais e sociais, os objetos de memórias do arquivo de Maria Franca Pires são constituídos de diversos suportes. O principal deles, o papel, tem um tempo de duração determinado, por isso, a equipe de pesquisa tem se empenhado há doze anos para digitalizar e inventariar todo o acervo.

Em tempos de aceleração da história e dos processos sociais, os lugares de memória precisam ser reinventados para ampliar o tempo de guarda e arquivamento dos materiais. Daí a necessidade de converter em arquivo digital os rastros de uma história, restos de um passado já morto (NORA, 1993). Os bancos de dados são criados por meio da imagem, e dos sujeitos e suas histórias.

E é justamente a história da pessoa responsável pela constituição do Arquivo que possibilita entender a persistência de um passado que insiste em viver.

### 3 MARIA FRANCA PIRES: O “PÉ DE BOI” DA HISTÓRIA

Foi professora  
De gerações  
E transmitiu  
Muitas lições.

A ela damos  
Nossa amizade  
Que retribui  
Com lealdade

Página linda  
Em sua vida  
Ela escreveu  
Na hora triste  
Em que a órfãos  
Carinho deu

E o seu gosto  
Pela história  
A fez da terra  
Precioso arquivo  
Fiel memória

Do que a cidade realizou  
Em sua casa  
Cópia e lembrança  
Sempre ficou

Há no seu porte  
Sinal bem vivo  
De segurança  
Há nos seus sonhos  
Perene chama  
De esperança

Veze é forte  
Como quem manda  
Ou mesmo impõe  
Veze é leda  
Ou até meiga  
Como u'a [sic] mãe

Sempre foi grande a sua dor  
E não menor o seu amor

Seu nome rima  
Cor arco-iris [sic]

O nome seu  
É Maria Pires

José Gilberto Luna (apud PERGENTINO, s/d)

Os “versos soltos” dedicados à amiga Maria Franca Pires pelo padre José Gilberto Luna é, seguramente, uma síntese importante das diferentes nuances que compõem

a personalidade de uma mulher que devotou a sua vida a alimentar um “caso de amor” pela terra que a acolhera desde os dois anos de idade.

Natural de Remanso-BA, Maria nasceu sob a regência do signo de escorpião, em 5 de novembro de 1921 na Fazenda Salinas, casa de seus bisavós maternos. Em um de seus cadernos de anotação, o de número 23<sup>3</sup>, identificado como “Maria Franca Pires – Pesquisas – outubro de 1975”, ela faz uma descrição detalhada do doce lar onde veio ao mundo: uma casa construída por seu bisavô materno José Dezydério da Silva, fazendeiro e major da Guarda Nacional:

Gastou na construção da casa 5 contos de réis; este dinheiro foi adquirido vendendo gado em Feira de Santana a 20 mil réis cada boi (às vezes até de 14 arrobas) vendeu 250 bois. As portas [foram] compradas em Remanso e trazidas para Salinas em burros. A madeira de casa veio de Pilão Arcado em carro de boi; os caibros [são] de “pau d’arco” e as ripas de “umburana de abelha” e as linhas de aroeira. As paredes externas têm cerca de 60 cm de largura. As telhas foram feitas aqui mesmo e a casa ainda tem as mesmas telhas de construção. Os pedreiros vieram de São Raimundo –Piauí. Um dos pedreiros morreu antes de terminar a construção. O marceneiro foi o senhor Antônio Lúcio do lugarejo Maravilha distante 2 léguas daqui. A construção tem 89 anos. Um trabalhador ganhava por dia 6 vinténs. O dono da construção dava a comida. Meu bisavô negociava também com tecidos comprados em Feira de Santana. Ele morreu com 88 anos. Meu avô: Joaquim Manoel da Franca morreu com 73 anos, nasceu na Fazenda Nova – Remanso. Maria Angélica da Franca nasceu na Tranqueira, município de Pilão Arcado, morreu com 96 anos (PIRES, s/d).

Intitulado “MINHA CASA”, o excerto acima é exemplar em termos da profusão de narrativas tecidas por Maria Pires em seus cadernos. A descrição da construção de uma residência envolve ao mesmo tempo a apresentação das origens da matéria-prima e dos trabalhadores, as relações trabalhistas da época e culmina com a referência aos seus avós maternos Joaquim Manoel da Franca e Maria Angélica da Franca.

Em outro caderno, o de número 5, identificado como “Maria Franca Pires – Pesquisa”, há uma referência aos nomes dos avós paternos de Maria: Trajano Torres Bandeira e Maria Joana. No caderno, Maria discorre sobre a vida de Trajano: “Quando jovem trabalhava no comércio, mais tarde veio trabalhar na Viação Baiana do São Francisco

---

<sup>3</sup> Os cadernos de Maria Franca Pires estão numerados do 1 ao 29. A numeração respeita a própria organização sugerida por Maria, que já indicava os números dos cadernos. Os que não haviam sido numerados passaram a contar com a organização do acervo pela equipe de pesquisa do projeto “O arquivo de Maria Franca Pires: memória e história cultural em pesquisa na região de Juazeiro-BA”.

e mais tarde passou a ser comandante de vapores em seguida [sic] ocupou por 15 anos o cargo de Chefe do Transito [sic]. Morreu no dia 21 de maio de 1956" (PIRES, s/d).

Um dos filhos de Trajano, Clodoaldo Pires Costa, pai de Maria, decidiu seguir o itinerário do pai e também se tornou comandante da Viação Baiana. Muitos anos depois, no dia 7 de novembro de 1986, Maria relembrou a sua vinculação familiar com a navegação no rio São Francisco em entrevista concedida ao programa Tribuna Livre, da Rádio Juazeiro: "Eu sou aquela filha, aquela neta, aquela sobrinha e aquela prima de vaporzeiros, e isso me envaidece muito, porque tudo que eu cheguei a ser na vida foi com recursos adquiridos por minha família na Viação Baiana do São Francisco" (PIRES, 1986).

O motivo da entrevista era a volta do vapor Benjamim Guimarães ao porto de Juazeiro naquela manhã de sexta-feira, 7 de novembro. Em meio à convocação da população local para recepcionar o "último gaiola do São Francisco", Maria Pires recorda as "dezenas e dezenas de viagem" no Velho Chico, quando seu pai Clodoaldo a levava para Pirapora e, na volta, a deixava sob os cuidados dos avós maternos na velha casa de 5 contos de réis da Fazenda Salinas.

"Nada pode ser comparado com a liberdade e a proteção da casa dos avós", revelaria em um texto autobiográfico datado de 6 de outubro de 1981 (PIRES, 1993, p. 58). Foi nos descaminhos de Salinas que Maria Pires viveu os dias mais felizes da sua infância. Talvez por isso a identificação com o município de Remanso tenha permanecido como marca indelével de sua trajetória, embora seus pais Clodoaldo e Carlota Angélica Franca tenham se mudado para o município de Juazeiro quando Maria, sua única filha, tinha apenas dois anos.

Escrito em atendimento a uma solicitação de Charles Muniz Duarte, autor de livros como Súmula biográfica dos educadores de Juazeiro, o texto autobiográfico de Maria registra os primeiros passos da sua vida estudantil em linhas melancólicas: "Minha alfabetizadora não era muito agradável; ainda hoje, lembro-me da variedade de palmatórias, que enfeitavam sua mesa. Eu também, não era uma aluna muito desejada" (PIRES, 1993, p. 58). Curiosamente, Maria seria lembrada pelo rigor,

acompanhado de castigos e punições, com que ensinava as lições das séries iniciais aos seus aprendizes.

Depois de uma alfabetização pouco desejada, Maria ingressa no 1º ano primário em 1930 com a sua madrinha de São João professora Maria José Sant'Ana, "uma preta boníssima e amiga, que soube compensar os dias de castigo, que vivi na classe anterior" (PIRES, 1993, p. 58). A escola era localizada nas Escolas Reunidas Dr. José Inácio da Silva, à Rua Barão de Cotegipe. Um ano depois, estudou com a professora Alzira Fernandes da Costa, em uma escola isolada que funcionava na própria residência da docente, na Praça da Bandeira.

Quando Maria Franca Pires tinha nove anos, a sua mãe Carlota, aos 32 anos, morre vítima de tuberculose. As consequências desse acontecimento trágico seriam recordadas por Maria meses antes de completar 18 anos em um texto intitulado "Saudades da Minha Mamãe" e publicado no dia 30 de agosto de 1939 pelo jornal "O Esdrúcio", quinzenário literário e noticioso do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e Ginásio Dom Bosco. Em um texto autobiográfico dramático, Maria escreve:

Infância - dias despreocupados; a vida nos parece um paraíso [sic]: de flores, risos, alegrias, finalmente de tudo que é bom e eleva a alma.

Entretida com as maravilhas desse "Paraíso" [sic] passei os meus doces [sic] dias de infância, sob a vigilância do olhar puro de minha santa mãe.

Como é sublime recordar um tempo que se foi feliz...

Por um milagre da memória, tenho recordações mui [sic] claras e vivas daqueles tempos: ainda vêjo [sic] a mamãe com os seus braços amigos, sempre prontos a me protegerem, a livrar-me dos perigos; a ouvir o sussurro dos seus beijos sinceros, naquelas horas felizes em que o véu da noite descia sobre a terra e entre as cobertas alvas, eu procurava conciliar o sono.

De tudo isto ainda me recordo e sofro por recordar...

Hoje, não tenho a felicidade de contemplar aquele rosto sereno.

Ah! si [sic] eu pudesse vê-lo e apertá-lo ao meu, depositando nas suas faces um beijo grande e imenso... mas, que fazer se isso não me é permitido? Resignar-me?... Talvez; pois a resignação é o único lenitivo que pode consolar o coração nesses momentos.

E agora, que desapareceu de minha vida aquela estrela, que aclarava a estrada íngreme e sinuosa da minha existência; vou palmilhando só por êsse [sic] deserto imenso que é a vida.

Como são tenebrosas e feias as noites, o céu está sempre coberto de nuvens ameaçadoras... nem uma estrela aparece no meio dessas trevas... o menor sussurro causa medo [sic], amarguras: vou seguindo silenciosamente [sic] o meu destino, tendo pôr [sic] companheira a saudade, êste [sic] sentimento doce-amargo [sic]!

Oxalá, si [sic] eu tivesse a felicidade de vêr [sic] surgir aquela estrela amiga!

Como é triste, como é doloroso não se ter mãe! (PIRES, 1939, p. 4)

A dor de não ter mãe ainda era recente quando Maria Pires, aos 10 anos, foi internada no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Em 1932, Clodoaldo decide entregar a filha aos cuidados das freiras Salesianas. Mais tarde, Maria escreveria que a decisão do seu pai era não só para ela ter "melhor aproveitamento nos estudos como, principalmente, para receber uma boa orientação para a vida, pois, nesta época, eu era órfã de mãe e, antigamente, o melhor lugar para órfãs era Colégio de Freira" (PIRES, 1993, p. 59).

Fundado em 1926 pelo primeiro bispo de Petrolina, Dom Antonio Maria Malan, e administrado pelas Filhas de Maria Auxiliadora, o colégio aliava a qualidade educacional com a formação religiosa católica e era, até 1946, com a fundação do Ginásio de Juazeiro, a única opção de ensino regular ginasial para meninas no Sertão do São Francisco. Autora de "Maria Franca Pires: entre papéis [*sic*] e vozes", a jornalista Juliana Pires Machado (2009, p. 45) assim descreve a rotina no Auxiliadora:

Maria recebeu seu uniforme: uma saia azul marinho pragueada, blusa branca com mangas compridas, meias cor da pele que iam até o joelho, gravata azul marinho e sapato vulcabras preto. Da entrega daquela farda obrigatória, ela ficara logo sabendo que toda segunda-feira era dia de revisão: as alunas enfileiradas eram minuciosamente observadas quanto ao comprimento das saias, estado das unhas, sobancelhas, enfim.

Fora da sala de aula, havia pouca comunicação entre alunas internas e externas. O enxoval das internas trazia o rigor do ensino das freiras da época: um roupão para ser usado no banho, que durava apenas três minutos e o chuveiro era desligado – era o tempo suficiente para evitar o pecado.

Essa rotina exigente, disciplinar e cuidadosa atravessou a adolescência de Maria Pires e foi decisiva em sua formação. Na vida pessoal, as suas unhas, sobancelhas, lábios, cabelos, pés e cheiros nunca mais foram os mesmos. A imagem de elegância, charme e bom gosto ficou marcada na impressão das pessoas que conviveram com ela. Uma de suas amigas íntimas, Thomázia Bonfim dos Santos Almeida (2006, comunicação pessoal), quando perguntada sobre como se lembrava de Maria, respondeu: "A primeira lembrança que eu tenho de Maria Pires é do perfume! (...) Aquele perfume dela era uma coisa maravilhosa!".

Ao mesmo tempo em que se distinguia pela maneira de se vestir, andar, maquiar e perfumar, o jeito sincero com que se referia às pessoas era a prova viva de que seu

sobrenome não era em vão: “Franca, de desaforada mesmo!” (CARDOSO, 2006, comunicação pessoal), como gostava de ressaltar. Juliana sintetiza muito bem essas duas características de Maria ao utilizar os primeiros versos do “ABC do São Francisco”, canção popular consagrada pelos remeiros do Velho Chico, para apresentá-la como a “Valente de Remanso e Lord de Juazeiro”:

Juazeiro é da lordeza  
Santana do cascalho  
Riacho da carestia  
Sento-Sé da nobreza  
Remanso da valentia  
(MACHADO, 2009, p. 74)

Com a valentia remansense e o desejo latente de aprender sempre e mais, Maria Pires permanece dez anos vinculada ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Após concluir o ginásio em 1935, ingressa no Curso Rural Normal do Auxiliadora. Pouco menos de um mês depois de completar 18 anos, no dia 3 de dezembro de 1939, forma-se professora. A convite da então diretora do Auxiliadora – Irmã Hortência – tem a sua primeira experiência como regente escolar de classe primária em 1940 e 1941, sob a fiscalização da Irmã Maria de Lourdes Veloso. Quarenta anos depois, ela confessaria:

Desta experiência, transformei-me na professora que fui: cumpridora dos meus deveres. Sempre coloquei minhas obrigações acima de qualquer interesse. Sei, sem nenhuma modéstia, que fiz um excelente trabalho e contribuí [*sic*] para a formação de muitas pessoas (PIRES, 1993, p. 59).

Em 1943, vai a Salvador prestar concurso para o magistério primário. Aprovada, reside em um pensionato dedicando-se a dar curso particular, enquanto aguardava a tão desejada nomeação para Juazeiro. Em julho de 1945, participa do grupo de professoras fundadoras da Escola do Serviço Nacional da Indústria (Senai) na capital baiana, instituição instalada no prédio da Escola Técnica e dedicada ao ensino de operários. “Gostei da experiência de trabalho” (PIRES, 1993, p. 59), registrou ela, em suas memórias.

A revista *A Capital*, uma das inúmeras guardadas por Maria Pires em seu acervo, registra, sob o título “Está lançada a semente do ‘Senai’”, uma fotografia do “Engenheiro Eduardo Monteiro de Matos, delegado do Senai, ladeado pelo corpo docente, funcionários e os mestres das oficinas dessa patriótica organização no dia

da instalação”. Maria Franca Pires apontou uma seta para sua imagem eternizada na extremidade esquerda da foto e escreveu: “Eu”.

**Imagem 1** – Maria Franca Pires participa do grupo de professoras fundadoras da Escola do Serviço Nacional da Indústria (Senai) em Salvador (BA).



**Fonte:** Arquivo de Maria Franca Pires.

Dois anos depois, leciona por três meses numa instituição escolar filantrópica sugestivamente chamada de Escola Abrigo dos Filhos do Povo. Localizada no bairro da Liberdade, a atual Escola Municipal Abrigo Filhos do Povo foi criada em 1918 e, em 1947, era dirigida pelo pai de Irmã Dulce, Dr. Augusto Lopes Pontes, “um homem”, segundo Maria Pires, “muito exigente” (PIRES, 1993, p. 60).

No curto período em que trabalhava no Abrigo dos Filhos do Povo, ainda em 1947, Maria finalmente foi nomeada como professora primária. A cidade escolhida pelo estado foi Bom Jesus da Lapa. “Triste do povo da Lapa se não fosse o Bom Jesus” (machado, 2009, p. 74). É o verso dedicado pelos remeiros à cidade que inaugurou a

carreira de Maria Pires como regente escolar. Embora tenha conhecido a alegria das boas amizades construídas em dois anos e meio de regência e residência na Lapa, Maria não via a hora de ser removida para um lugar mais próximo de sua família (PIRES, 1993). Em 1950, por influência política do deputado federal Luís Viana Filho, foi transferida para a sua terra natal, Remanso. As eleições daquele ano, porém, deram uma reviravolta em sua vida.

Como era admiradora e eleitora de Juracy Magalhães, candidato da União Democrática Nacional (UDN) derrotado na eleição de 1950, foi perseguida pelo governador Régis Pacheco (1951-1955) e por políticos do Partido Social Democrático (PSD). Estes logo a transferiram, por meio de uma portaria, para o município vizinho de Sento-Sé, em 1951, mas ela não aceitou. Um deputado federal da UDN conseguiu a anulação da transferência e, através de outra portaria, Maria foi reconduzida a Remanso. Começou então uma queda de braço entre políticos de ambos os partidos, que resultou na transferência definitiva para a sede do município de Juazeiro.

Ironicamente, a vinda de Maria Pires para Juazeiro era o seu sonho de toda uma vida de estudante. Após 20 anos, estaria novamente próxima do pai Clodoaldo. Ao serem nomeadas pelo estado, as professoras primárias ficavam encarregadas de toda a estruturação da escola. Tinham de alugar a sala de aula, comprar as carteiras, fazer a inscrição dos estudantes e escolher o nome para a escola. Maria batizou a sua em homenagem ao poeta baiano autor dos versos do Hino ao Senhor do Bonfim, Artur de Sales.

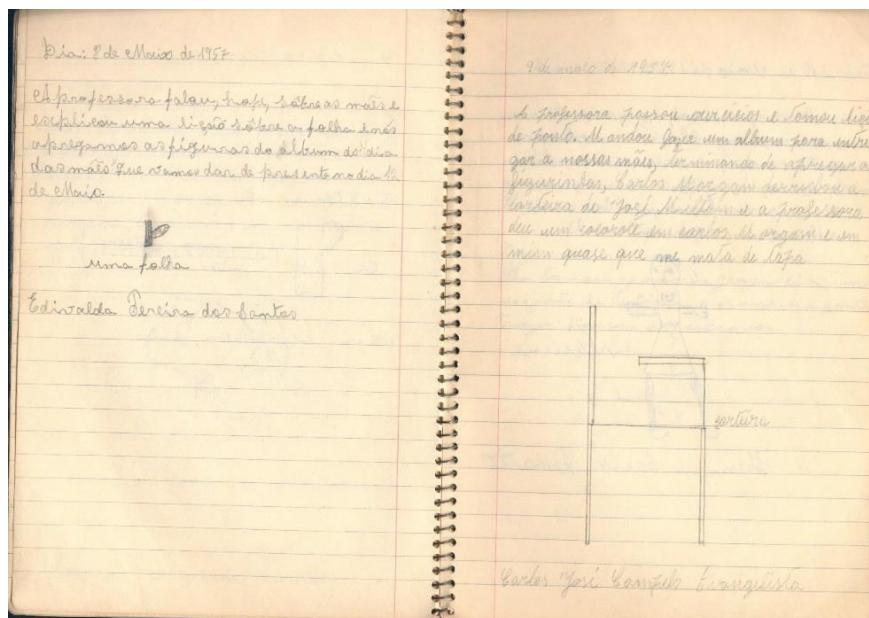
A primeira sala onde Maria Pires ensinou foi alugada nos fundos da Sociedade 28 de Setembro. Depois de ainda ter se mudado para um outro prédio, Maria resolveu instalar a Escola Artur de Sales nos fundos de sua residência, à Rua Conselheiro Luís Viana. Com isso, escapava de contratemplos e inconvenientes vivenciados pelo professorado da época, como o fato de ter de mudar de local pela variação no preço do aluguel. Sempre que entrava uma turma nova, fazia questão de apresentar todos os cômodos e assim evitava o burburinho de relatos sorrateiros sobre o que a casa da professora possuía, quando algum estudante neófito ia buscar uma caixa de giz ou qualquer outro material no interior da casa dela (CARDOSO, 2006, comunicação pessoal).

O rigor, a disciplina e a exigência vivenciadas por Maria Pires em seus anos de estudo no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora era a marca registrada de sua atuação como professora primária na Escola Artur de Sales. Como recurso metodológico de registro das aulas, ela adotara em 1957 um “Diário de Classe”. A cada dia um aluno fazia um relato pessoal de como a aula transcorreu, registrando em palavras e desenhos os instantes pedagógicos e pitorescos de aprendizado. Um dos mais expressivos relatos foi feito pelo então estudante Carlos José Campelo Evangelista:

A professora passou exercícios e tomou lição de ponto. Mandou fazer um álbum para entregar a nossas mães. Terminando de pregar as figurinhas, Carlos Morgan derrubou a carteira de José Milton e a professora deu um cocorote em Carlos Morgan e em mim quase que me mata de tapa.

O desenho caprichoso de uma cadeira acompanha o relato sincero de Carlos Evangelista.

**Imagem 2:** Relato de Carlos Morgan no Diário de Classe de 1957.



**Fonte:** Arquivo de Maria Franca Pires.

A rigidez, que ia desde a limpeza e o asseio ao comportamento e aprendizagem das crianças, era parte de um acordo tácito entre os pais e a professora Maria Franca Pires. Naqueles idos, como lembra a professora Antonila da França Cardoso (2006, comunicação pessoal), “os pais diziam: ‘O professor é o segundo pai!’”. Vizinha da

Escola Artur de Sales, Antonila recorda que o início da atuação de Maria como professora primária foi marcado pelas reprimendas:

Ela dava uns esculachos nos alunos como se eles fossem adultos. – “Você não tem vergonha de vir pra [sic] escola com esse pé sem lavar e num [sic] sei o que lá. Sua mãe é uma porca! Porque uma mãe que tem um filho que vem pra [sic] escola...” Eu ficava horrorizada! Com o tempo, ela adocicou! Mas, ela, no começo, era braba mesmo (CARDOSO, 2006, comunicação pessoal).

Pelos relatos dos diários de classe, nota-se que os castigos e punições conviviam com acontecimentos menos aversivos, como festas, recitais, jogos etc., que tornavam a escola um ambiente, ao mesmo tempo, sério e aprazível. As flores são o principal elemento retratado nos desenhos e a grande maioria dos comentários são de aprovação e regozijo. “Houve hoje na escola uma festa dos aniversariantes. Gostei muito, teve conto e poesia, as meninas compraram presente para a professora e teve comida”, registra um outro aluno.

Uma das alunas de Maria Pires que deixou seu registro no Diário de Classe de 1957 foi Irene dos Santos Cunha. Em um texto autobiográfico intitulado "Minhas Memórias de Infância", Irene relata aspectos fundamentais do comportamento da professora Maria Franca Pires:

(...) Era uma pessoa ativa, elegante, educada e muito rígida. Tudo que explicava e fazia era atentamente observado pelos alunos. Não tínhamos o direito de falar, nem sequer olhar para o lado. A cada erro de alguma atividade ou lição oral era devolvido [sic] com um beliscão, puxão de orelha ou cabelo, e ainda mandava um bilhete para os nossos pais, que era entregue por nós mesmo, [sic] contando sobre o nosso comportamento durante as aulas.

(...) Sempre tinha um dia na semana em que ela nos colocava na biblioteca da própria escola, para fazer a leitura de um livro escolhido por nós. Após terminarmos voltávamos para nossa carteira, e cada um ia contar oralmente o que tinha lido. Ela gostava também que cada aluno produzisse no final da aula um pequeno texto sobre o que ela tinha ensinado naquele dia; depois recolhia e levava para casa, realizando a leitura de nossos registros.

(...) Mesmo levando tapas, beliscões, puxões de orelha e de cabelo ("se chorei ou se sofri, o importante é que emoções eu vivi"), posso dizer que essa mulher foi uma das melhores pessoas que encontrei no meu caminho. Ensinou-me a ler, escrever, produzir pequenos textos, entre tantas outras coisas (CUNHA, 2012, p. 105-107).

Em depoimento à equipe do Arquivo, Maria Emília Arapiraca (2006, comunicação pessoal), que foi uma das alunas de Maria Pires no ano de fundação da Associação

de Pais e Mestres de Juazeiro, 1954, destacou a congruência de duas características marcantes de Maria Pires: a rigidez e a competência.

Era uma professora muito rígida e competente. E o aluno lá não tinha negócio de passar porque era bonitinho e era filho de doutor fulano não. Ela tratava o pobre igual ao outro da classe, lá todos eram iguais. (...) A aula, se começasse sete e meia, a gente tinha que estar lá sete e meia. E saía onze e meia. Era tudo certinho (ARAPIRACA, 2006, comunicação pessoal).

Naqueles idos, as crianças eram matriculadas pela proximidade física e diferentes camadas sociais dividiam a mesma sala. Meninos de classe média compartilhavam os bancos escolares com meninos pobres e desprovidos de condições mínimas para adquirir o material escolar. No início do ano letivo, as professoras pediam aos pais mais abastados que mandassem dois cadernos, ao invés de um, ou uma quantia em dinheiro para ajudar os que nada tinham.

A necessidade de fundar uma instituição que tivesse por finalidade aproximar pais e mestres, na cooperação de tudo quanto se referisse ao bem estar da criança e ao bom funcionamento da escola, reuniu, no dia 30 de abril de 1954, um grupo de professoras primárias do município e pais de alunos. Na ocasião, foram apresentadas as vantagens que a fundação de uma Associação de Pais e Mestres (APM) poderia trazer à comunidade. A ideia foi aceita e, no dia 9 de maio, em homenagem ao Dia das Mães, aconteceu a reunião de instalação da APM de Juazeiro.

Durante os 20 anos de vigência da APM de Juazeiro, entre 1954 e 1974, Maria Franca Pires presidiu os trabalhos da instituição. Nesse período, foram feitas diversas reuniões com os pais para a solução de problemas de interesse na formação da personalidade infantil, distribuídos material escolar aos alunos pobres, introduzidos equipamentos didáticos inovadores, como o mimeógrafo, realizados cursos de aperfeiçoamento e formação continuada das educadoras de Juazeiro e debatidos diversos temas vigentes na época.

Ao fazer uma avaliação das ações desenvolvidas pela APM de Juazeiro, a professora Lourdes Duarte (2006, comunicação pessoal) revela: “E que justiça se faça, Maria Pires foi a criadora, incentivadora. Como a gente diz na linguagem: ‘O pé de boi da história’”. Incansável na tarefa de oferecer o que existisse de melhor para a educação

juazeirense da época, significado que sintetiza a expressão “Pé de Boi”, Maria Pires soube cativar parceiras imprescindíveis.

É por isso que, como se verá adiante, a APM de Juazeiro tem lugar egrégio na história da educação local, ao cumprir com maestria a sua função precípua de ampliar o relacionamento entre a escola, a família e a comunidade, garantindo condições equânimes de aprendizagem aos estudantes primários daquela época. Além disso, possibilitou uma estruturação moderna do cotidiano escolar e incentivou um compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada uma delas a todas: a solidariedade. Ao destacar o espírito de iniciativa de Maria Pires, Antonila ressaltou o espírito de iniciativa:

Mas, era uma grande empreendedora, Maria! (...) Maria não era de esperar pelo governo não. Ela queria uma coisa, ela fazia do jeito que dava, com o material que tinha, com o apoio dos amigos, do pessoal da classe... Ela nunca ficou de braços cruzados esperando que a atendessem. (...) Era muito dinâmica e pé no chão! Não vivia com a cabeça na lua, sonhando com o impossível não (CARDOSO, 2006, comunicação pessoal).

Foi com esse dinamismo e os pés fincados no chão que, ainda nos primeiros anos da APM, ela e a professora Terezinha Ferreira resolveram abraçar uma causa: a construção de um sanatório em Juazeiro. Já tinham o psiquiatra, doutor Dewilson Oliveira, esposo de Terezinha, mas faltava recurso para alojar os pacientes em um espaço onde pudesse ser feito o tratamento. Como esperar nunca foi um verbo conjugado por Maria, ela e Terezinha resolveram realizar eventos para angariar recursos: fizeram bailes, concurso de miss belas pernas, bazares, quermesses e em 1956 foi construído um galpão para receber pessoas em sofrimento psíquico (OLIVEIRA, 2017, comunicação pessoal).

Maria Franca Pires foi a primeira secretária da Associação Sanfranciscana de Assistência ao Psicopata Desvalido, nome jurídico que até hoje identifica a atual Clínica Psiquiátrica Nossa Senhora de Fátima, localizada no bairro Santo Antônio, em Juazeiro-BA. Por lá, ensinou “bordados e outros trabalhos artesanais, como terapia ocupacional aos psicopatas daquela Associação”, segundo registra o perfil sobre ela publicado pelo suplemento especial do Jornal de Juazeiro no dia 26 de outubro de 1985.

Com a morte de seu pai Clodoaldo, Maria Pires aceita o convite para morar com Terezinha e Dewilson, colaborando na criação dos filhos do casal. As amigas inseparáveis foram surpreendidas pelas desventuras do destino no dia 16 de abril de 1967. Aos 33 anos, Terezinha morre em decorrência de complicações no parto de sua quarta filha.

A gerência do Sanatório passa então a ser dividida entre doutor Dewilson e Maria Pires, que continua morando na casa. A convivência entre os dois permanece até por volta de 1971, quando doutor Dewilson anuncia que se casará novamente. De acordo com Maria Tereza Dewilson Oliveira, filha de Terezinha e Dewilson, em um “ato de amor” pelos filhos de Terezinha, Maria Pires conseguiu que doutor Dewilson assinasse uma folha em branco no meio da papelada do Sanatório. Foi ao cartório e registrou todo o patrimônio da família em nome dos quatro filhos do casal.

Para completar, ainda levou José Ronaldo, José Robério, Maria Olívia e Maria Tereza para morar com ela. Ultrajado pela audácia de Maria Pires, doutor Dewilson retomou os filhos e proibiu-os de falar com ela. “Mesmo meu pai proibindo, a gente arranjava um jeito de se encontrar”, lembra Maria Tereza (2017, comunicação pessoal). Com o tempo, se reaproximaram e reataram a amizade com a “Manhoca”, palavra que até hoje os filhos de Terezinha utilizam para se referir a Maria Pires.

Não tinha jeito. Quando Maria Pires estava decidida a fazer alguma coisa, ela fazia. Essa determinação de fazer o que precisasse ser feito era contagiante. Antonila foi uma das pessoas influenciadas pelos apelos de Maria. Era 1972 e as notícias sobre a construção de uma barragem ameaçavam inundar as cidades de Remanso, Casa Nova, Sento-Sé e Pilão Arcado, “bem como boa parte da área de seus municípios, o que significava dizer que mais de 70 mil pessoas seriam atingidas e desalojadas de seus cantos. Isto não era uma notícia. Isto era uma bomba!” (LOPES, 1997, p. 225).

Foi nesse clima de aflição pelo risco de as águas submergirem muito mais do que as construções de concreto e alvenaria que Antonila (2006, comunicação pessoal), em meio a uma conversa com Maria e um grupo de amigos, desabafou: “Eu não entendo porque é que o governo estadual não manda uma equipe de professores e de

pesquisadores fazer um levantamento nessas cidades e registrar isso. Isso é um absurdo!”.

Aproveitando a indignação da amiga e lançando mão de sua elegante franqueza, Maria provocou: “E porque você que tá [sic] tão revoltada, num [sic] pega sua caneta e seu caderno e vai fazer esse levantamento?”, e, ao espanto de Antonila pelo desafio que estava sendo lançado, complementou:

Seu irmão não tem um Jipe? Você não vive aí de Jipe por esses interiores? Você tem máquina fotográfica e tem gravador. Tá [sic] esperando o quê pra fazer esse negócio? Você tem obrigação de fazer isso Antonila, porque você tem capacidade! (CARDOSO, 2006, comunicação pessoal).

Mais tarde seria publicado o resultado dessa conversa desafiadora e provocativa: o livro “Nosso Vale... Seu Folclore Beira-Rio” (1985), uma coletânea de “estórias do ouvi dizer” sobre as mais diversas “manifestações religiosas e expressões folclóricas do Vale do Médio São Francisco, apresentando-lhe a memória histórica”, como ressalta Antonila na apresentação da obra (1985, p. 9).

Resultado de quase 12 anos consecutivos de andanças, observações e gravações de entrevistas em 48 fitas cassete, o livro registra, entre outras manifestações, a Festa do Rosário do ano de 1973, em Sento-Sé, a última apresentação do Terno Brasileiro em 1975, na cidade de Remanso, o Samba de Véio da Vila dos Papagaios, município de Casa Nova, em 1973, os Penitentes, Congos, Reis de Boi, Ternos de Reis e Rodas de São Gonçalo de Juazeiro em diferentes momentos do século 20. Expressões culturais que também foram tema de pesquisas realizadas por Maria Pires, registradas em áudio e nos cadernos de anotação.

Quando o tema era “a história que vive na cabeça do povo” (PIRES, 1987, p. 6), como gostava de se referir aos relatos orais de memórias, Maria Pires era incansável. A qualquer hora poderia interromper um interlocutor para pedir que aguardasse um momento. Corria para pegar um papel e uma caneta, e retomava a conversa para registrar mais uma história à posteridade. De início, Antonila não entendia o significado histórico daquele gesto de Maria:

Quando eu contava uma coisa, ela dizia: “E anotou isso?” Eu dizia: “Não!”. (...) “Mas tinha que ter escrito. Pois, então, me conte”. E aí ela já ia pegar o caderno dela e anotava as coisas que eu ficava pensando, mas porque que ela quer esse negócio, essas histórias que num [sic] são nem verdadeiras nem nada? Quer dizer, só posteriormente é que eu vim a entender o que são manifestações folclóricas, religiosas, populares... o que era o folclore! (CARDOSO, 2006, comunicação pessoal).

Além de anotar aspectos culturais da região, Maria Pires registrava os mais corriqueiros acontecimentos de sua vida, como listas de compras, planos de aula e pautas de reuniões, fazendo dos 29 cadernos de anotação um mapa de sua vida em três décadas de existência em Juazeiro, entre os anos de 1957 e 1987. Por lá estão alguns registros de sua atuação como vice-diretora do Grupo Escolar da Companhia de Navegação do São Francisco, iniciado em 1969.

Ficou no cargo até a publicação da portaria 6.219, de 12 de setembro de 1973, quando, segundo Maria, os dois representantes de Juazeiro na Assembleia Legislativa do Estado<sup>4</sup> a demitiram. Ela ironiza o fato ao afirmar, em um texto autobiográfico datado de 6 de outubro de 1981, um mês antes de completar 60 anos: “Mais uma vez fui lembrada pelos legítimos representantes do povo” (PIRES, 1993, p. 61).

E complementa com um desabafo: “Às vezes, paro e penso: por que, desde 1950, os políticos passaram a utilizar as pobres professoras primárias como instrumento de demonstração do seu poder, da sua força política aos olhos míopes dos eleitores?” (PIRES, 1993, p. 61). Depois de dizer que as professoras primárias são uma “classe relegada ao seu próprio destino e quase em desuso”, Maria faz uma reflexão importante:

Elas, as professoras, não conseguem nem conscientizar os pais dos alunos sobre as vantagens que eles poderão gozar se assumirem a responsabilidade de orientar seus filhos em relação às obrigações escolares; muito menos ter força para modificar suas opiniões sobre conceitos políticos (PIRES, 1993, p. 61).

---

<sup>4</sup> De acordo com o cruzamento de informações da galeria de deputados da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (2016) com o livro *Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste*, de Ronald Chilcote (1990), os dois representantes de Juazeiro na câmara estadual entre 1971 e 1975 foram o coronel da polícia militar Raulino Queiroz e a funcionária pública Ana Oliveira.

Sete anos após o fim da Associação de Pais e Mestres, essa constatação sinaliza um retrocesso na relação escola-família-comunidade, tão cara à atuação da APM. No texto autobiográfico, Maria lembra com saudades do seu tempo de regente escolar, em que os problemas da escola eram “resolvidos sem esperar pelo governo” e o início do ano escolar era precedido pelo “corre-corre do professorado para providenciar a nova pintura da sala de aula, a revisão nas carteiras, do telhado, da ornamentação da sala, etc.” (PIRES, 1993, p. 62).

Depois de ter sido afastada da vice-Diretoria do Grupo Escolar da Companhia de Navegação do São Francisco, Maria ficou à disposição da Delegacia Escolar. O trabalho como delegada consistia no acompanhamento do trabalho das professoras regentes, em visitas que aconteciam uma ou duas vezes por mês (RODRIGUES, 2009).

No arquivo de Maria, poucos são os registros de sua atuação na Delegacia Escolar. Com a sua conhecida franqueza, ela afirma que no seu tempo de regente, uma delegada podia ficar “20 anos no cargo, e sair por motivo de requerer sua aposentadoria. Hoje, as coisas estão bem diferentes!... A maneira de agir é outra!... Ninguém está disposto a fazer ‘cooper’ no trabalho” (PIRES, 1993, p. 62).

Ainda na década de 1970, a então secretária de Educação e Cultura de Juazeiro, Marta Luz, convidou Maria para assumir o cargo de diretora do Departamento Municipal de Cultura e Turismo. Com a ajuda dos assessores Antônio Carlos Coelho de Assis e Odomaria Rosa Bandeira Macedo, organizou as “saudosas batalhas de confetes, competições entre batucadas, blocos e tipos carnavalescos” no carnaval de 1977, apresentações folclóricas e concurso de quadrilhas nos festejos juninos, encontro de violeiros, competição de brinquedos infantis, campeonato de futebol e a festa de abertura do centenário de Juazeiro (PIRES, 1993).

Embora tenha ficado apenas dez meses na direção do Departamento, Maria Pires iniciou um trabalho de cadastramento dos artesãos de Juazeiro que, ao assumir o setor de Cultura e Artesanato do Centro Social Urbano (CSU), em 1978, encontrou abertura e apoio para dar continuidade e fundar a Associação dos Artesãos de Juazeiro, com o cadastramento de 150 profissionais dos mais diversos ramos de atividade artesanal.

Por sinal, o trabalho desenvolvido junto aos artesãos de Juazeiro era considerado por Maria Pires um “capítulo especial” em sua vida. No relato autobiográfico de 1981, ela explica que sempre foi “muito voltada para a cultura popular”, pela simplicidade, pureza e defesa em relação às influências sofisticadas do clássico, “um grito da alma ingênua que ainda não despertou para a beleza maior da vida” (PIRES, 1993, p. 64).

Em sua defesa irrestrita dos fazedores da arte artesanal, ela faz uma leitura do processo de deterioração e decadência da profissão, em face das relações exploratórias de produção: “o artesão é um artista marginalizado, que vive na periferia da cidade, deixando-se explorar por sabidos negociantes que, possuídos [*sic*] de algumas notas de ‘barão’ vão enriquecendo às suas custas” (PIRES, 1993, p. 64, grifo dela).

O trabalho de Maria Pires na coordenação do setor de Cultura e Artesanato do CSU foi um antídoto contra o veneno da exploração dos artesão de Juazeiro. Além de promover o cooperativismo dos artistas na Associação dos Artesãos, ela foi responsável pela organização de diversos eventos locais que deram visibilidade e vazão à produção artesanal, como o 1º Festival de Carrancas do Médio São Francisco, 10 feiras de Artesanato e minifeiras para o atendimento de turistas locais (PIRES, 1993).

Em âmbito regional, nacional e global, os artesãos tiveram o apoio do CSU para participar da Feira Anual de Artesanato em Salvador, da Exposição de brinquedos infantis artesanais em São Paulo e da Exposição de Artesanato Brasileiro na Suíça, onde foram enviadas três carrancas do carranqueiro Xuri; para a França, foram enviadas 400 peças de cerâmica do ceramista Legal e várias peças avulsas de outros artistas circularam nessa época pelo exterior (PIRES, 1993).

Os feitos de Maria Pires no CSU foram reconhecidos pela equipe com a qual ela trabalhou. Em um texto intitulado “O agradecimento do CSU a Maria Franca Pires” e datado de 5 de novembro de 1984, dia em que Maria completou 63 anos, é possível ter uma dimensão da importância de sua atuação na entidade que viu “nascer, crescer e se desenvolver”, como afirma o documento (CSU, 1984).

Depois de um relato sucinto sobre a vida de Maria Pires, o texto destaca o ingresso dela no CSU, que lhe permitiu "realizar um grande sonho: conhecer melhor Juazeiro, divulgá-lo e dedicar-se ao desenvolvimento do nosso artesanato" (CSU, 1984). Mais à frente, o texto afirma que a biblioteca do CSU, organizada por Maria, "é sem dúvida um dos pontos altos da sua capacidade criativa. (...) Num preito de justa homenagem, esta Biblioteca oficialmente será batizada com o seu nome, em ocasião oportuna". As últimas linhas do "agradecimento do CSU a Maria Franca Pires" são escritas em tom de despedida:

Aproveitando a data de aniversário, da menina que nasceu no casarão da fazenda e é hoje respeitável [*sic*] e competente funcionária - o CSU quer prestar-lhe justa homenagem, no momento em que ela está se desligando dos trabalhos desta Casa, para continuar sua missão em outro setor da nossa comunidade, agora procurando implantar o Instituto Histórico de Juazeiro, órgão ligado à Prefeitura Municipal (CSU, 1984).

O novo setor a que se refere o texto foi fruto de um convite do então prefeito de Juazeiro, Jorge Khoury, a sua ex-professora da escola Artur de Sales, Maria Franca Pires. Jorge resolveu aproveitar o clima de redemocratização do Estado nacional para implementar uma ideia que integraria a um só tempo, e em todo o território, o passado, o presente e o futuro: a fundação de um Instituto Histórico e Geográfico. Para dar cumprimento à proposta, convocou Maria a mais um desafio.

Naqueles idos, ela habitava uma casa reconhecida pelos moradores como o "Museu de Juazeiro". Pela diversidade de materiais referentes à história cultural espalhados nos cômodos, o espaço, localizado no centro da cidade, era ponto permanente de visitação de estudantes, escritores, pesquisadores, curiosos e todos os interessados em obter informações sobre o município. Penduricalhos, carrancas, quadros, caixas, baús, imagens exprimiam às visitas uma sensação de pertencimento e enraizamento aos símbolos culturais do território.

"Eu, perguntando a mim mesma, não sei se houve algum motivo para entregar-me a esse trabalho da maneira que me entreguei. Apenas a coisa aconteceu" (PIRES, 1987, p. 7), revelaria ela ao Jornal O Berro D'água, quando perguntada sobre os motivos que a levaram a pesquisar a história de Juazeiro-BA. Datada de outubro de

1987, a edição nº 9 do Berro, um jornal mensal que circulou em Juazeiro nos anos de 1987 e 1988, é a última entrevista e um dos mais preciosos registros sobre aquela que ficaria eternamente conhecida como a professora e pesquisadora Maria Franca Pires.

Com tanta inclinação para a história local, nada mais adequado que a organizadora daquele patrimônio pessoal assumisse a tarefa de catalogar todos os dados históricos do município, “desde os primórdios de sua história, para que, os fatos não fiquem sem ser registrados”, como afirma o projeto do Instituto Histórico e Geográfico. Tendo se aposentado como professora primária em 1979, Maria já era reconhecida por aliar a docência com as pesquisas sobre as manifestações culturais da região.

Nos quatro anos que ainda viveria, seu trabalho de pesquisa só se intensificou. Machado (2009, p.39) chama a atenção para um dos 27 cadernos de anotação de Maria, em que, “nas suas 190 folhas, escritas frente e verso e cantos mais estreitos, estão registradas 79 entrevistas com 83 entrevistados, num apertado período de 3 meses”. A constatação é surpreendente: Em um único dia Maria chegou a fazer três entrevistas!

Quem acompanhou Maria Pires nessas investidas pelas histórias que povoam a cabeça do povo foi sua amiga de olfato apurado Thomázia Bonfim. Foi ela quem trouxe um testemunho exemplar e genuíno da missão que Maria tomou para si em suas últimas andanças pelos labirintos das memórias juazeirenses:

Ela me pedia: “Vamos Thomázia, você vai comigo?”. Eu dizia: “Vou!”. Aí a gente saía... Ela entrevistava, anotava tudo. Ela tinha aquela paciência de anotar tudo nos cadernos. Era um serviço lento que dependia de muita paciência. E a gente ia andando, não tinha carro nem nada. O pé dela inchado já. Foi quando deixou de usar sapato alto. Mas ela rodava Juazeiro todinho. E eu acompanhei! Ela adorava fazer esse trabalho! Ela fazia isso assim com uma ânsia... e escrevia, escrevia, escrevia! (BONFIM, 2006, comunicação pessoal).

A cidade de Juazeiro, na década de 1980, avançava sobre os sonhos de Maria, que via os passeios da rua d’Apolo serem substituídos pelas novelas e aulas noturnas, o carnaval de rua quase desaparecer, os carros alegóricos já não terem mais sentido, os intelectuais sem o entusiasmo dos de outrora e a revolta e a rejeição da mocidade

recair sobre as orientações dos pais e professores. “A realidade é outra; aceito-a porque vivo sobrando dentro de uma nova época” (PIRES, 1993, p. 71).

E, para não sobrar tanto, escrevia como se não houvesse amanhã, sabendo, intimamente, que haveria. Haveria um dia em que alguém iria se alimentar daquela escrita feita nas horas frias de uma doença que avançava em seu corpo, fazendo-a mais forte do que aparentava ser. Mais viva do que a própria morte.

Não consegui formar uma família, mas não acredito em solidão. A saudade dos que já partiram para a eternidade e o amor que dedico aos que ainda estão perto de mim são suficientes para encher as horas, além da dedicação ao meu trabalho, cujo objetivo é ajudar Juazeiro, esta terra querida, que tem me abrigado há tantos anos (PIRES, 1993, p. 71).

Sem dúvida alguma, a dedicação de Maria Pires ao esforço de realizar a proposta elaborada para o que seria o Instituto Histórico e Geográfico de Juazeiro é uma das grandes provas de amor que um residente pode dar à cidade que habita. Ela sonhava em ver Juazeiro como uma “cidade de cultura, uma cidade equilibrada, uma cidade onde ninguém seja uma célula morta; todos trabalhando, dando à boa terra o que sabe, o que tem condição de fazer” (PIRES, 1993, p. 71).

Em seus últimos meses de vida, Maria se dedicou com afinco à sistematização de informações de sua pesquisa na escrita de obras que legassem à posteridade valiosos dados históricos e culturais. Nesse intento, encontrou um importante parceiro: o diagramador, ilustrador e artista plástico Paulo Marcus Ribeiro Vianna, o Parlim. Foi ele quem diagramou e fez as ilustrações do primeiro livro publicado por Maria Franca Pires: *Lendas do Velho Chico*.

Lançado em 1987, o livro inicia com um pequeno texto em que Maria Pires apresenta uma definição de lenda, faz um apanhado histórico e uma advertência aos leitores da obra (PIRES, 1996, p. 3):

A lenda é uma estória cheia de fantasia, na qual o povo acredita, pois ela é cheia de simplicidade.

Existem muitas lendas no Brasil. Os índios, os negros e os portugueses foram os primeiros criadores e inspiradores das nossas lendas.

O barranqueiro do São Francisco, certamente, pela vida difícil e pelo encantamento com as águas do Velho Chico, transformou-se, também, em um inspirador de lendas.

As lendas deste livrinho devem ser lidas e estudadas por toda criança que ama sua terra nas barrancas do São Francisco.

Maria Franca Pires

Em suas 15 páginas de "estórias cheias de fantasia", o livro registra narrativas familiares aos habitantes do sertão do submédio São Francisco, especialmente, da cidade de Juazeiro-BA, como a lenda da Serpente da Ilha do Fogo, a Carranca, o Nego d'Água, a Mãe d'Água, o Encontro da Imagem de Nossa Senhora das Grotas (Padroeira de Juazeiro-BA), o Vapor Fantasma, o Minhocão, o Caboclo d'Água e Nossa Senhora da Rapadura. Entre as estórias escritas por Maria Pires, a lenda da Mãe d'Água (PIRES, 1996, p. 7) chama a atenção pela evocação poética impressa na imaginação popular:

#### Mãe D'água

À meia-noite, o rio dorme por 2 minutos; é a hora de mais mistério no rio. Há silêncio profundo: as águas param nas cachoeiras, os peixes deitam-se no fundo do rio, as cobras perdem o veneno; é nessa hora de profundo silêncio que, [sic] a Mãe D'água sai das profundezas do rio e vai sentar-se em uma canoa, pedra ou coroa para pentear seus longos e lindos cabelos.

Pessoas afirmam que, aqueles que morrem afogados e seus corpos não foram retirados das águas, neste momento de paralisação do rio, eles sobem para viver no meio das estrelas.

Pessoas que andam no rio, [sic] ficam cheias de medo e fazem tudo para não acordar o rio; se por acaso, [sic] algum viajante sente sede, coloca sobre o rio, um pedaço de madeira, se este ficar parado, o viajante espera o rio acordar, precavendo-se assim, de todos os castigos que poderá sofrer dos seres que vivem no rio.

A Mãe D'água é o duende mais bonito do Velho Chico; da cintura para cima, é uma linda mulher e da cintura para baixo, um peixe com lindas escamas.

Quando ela muda de uma casa para outra, ouve-se na margem do rio uma música muito bonita e suave.

O texto leve, direto e simples de Maria Pires se complementa com as ilustrações infanto-juvenis de Parlim, seguindo a máxima de que "as lendas deste livrinho serão lidas e estudadas por toda criança que ama sua terra nas barrancas do São Francisco". Embora o livro seja todo pensado em seduzir o público juvenil, a última página traz sugestões didáticas ao trabalho docente, como uma assinatura da profissão que marca a trajetória da professora e pesquisadora Maria Franca Pires:

#### Sugestões

1. Estas lendas não devem ser, apenas, contadas às crianças; devem ser trabalhadas:

- a) - ler para a criança ouvir;
- b) - comentar com a criança;
- c) - colocar no quadro de giz, um questionário para a criança responder no caderno de exercício;
- d) - grifar algumas palavras e pedir o sinônimo das mesmas;
- e) - chamar várias crianças para lerem o trecho da lenda;
- f) - novo comentário (interpretação da leitura);
- g) - mandar as crianças desenharem; verificar como cada uma concebeu o tipo descrito na lenda;
- h) - e por que não dramatizar a lenda?

Não é muito trabalho para a senhora professora, pois no passado, tudo isto já foi feito. Os resultados eram, sempre, maravilhosos.

A recepção do livro, que chegou a ter uma segunda edição publicada em 1996, deve ter impulsionado Maria Pires e Parlim a lançarem meses depois "Juazeiro-Bahia". Com 48 páginas, diversos mapas e ilustrações, a obra é fruto de uma ampla pesquisa empreendida por Maria em torno do tema que, durante a sua trajetória de vida, mais despertou a sua paixão: o município de Juazeiro.

Como fez com o livro "Lendas do Velho Chico", Maria dedicou "Juazeiro-Bahia" às crianças. Na dedicatória, ela relata os bastidores do convite feito pelo então prefeito Jorge Khoury para que soerguesse as suas últimas forças na construção de mais um presente ao futuro do município:

Criança Juazeirense,

Este livro foi escrito, letra por letra, pensando em você e para você.

Nas décadas de 50 e 60, as professoras usavam, na sala de aula, um "caderninho" com informações sobre esta terra tão progressista. Nosso prefeito, Jorge Khoury, foi uma das crianças que aprendeu a amar Juazeiro, estudando naquele caderninho. Por isso pediu-me que voltasse a distribuir nas escolas material semelhante, para que o estudo do Município fosse igual para todas as crianças.

De "caderninho" passamos a ter agora um livrinho muito bem ilustrado pelo Juazeirense Parlim, artista que vem crescendo dia-a-dia, na sua arte e na sua terra.

Neste livrinho, você vai encontrar informações básicas para um bom conhecimento sobre a Capital da Irrigação.

Estude com muito carinho estes assuntos e ame esta terra que é sua.

Um beijo

Maria Franca Pires (PIRES, 1988, p. 1)

As informações básicas reunidas por Maria Franca Pires e ilustradas por Parlim abarcam diferentes perspectivas sobre o município de Juazeiro, partindo da história

do rio São Francisco e passando pelas vertentes sociais, econômicas, geográficas, educacionais, estruturais, culturais, religiosas, esportivas etc., que dão um amplo panorama da "Capital da Irrigação". A linguagem acessível da obra marca definitivamente o público a que se destina, como se Maria tivesse aprendido - na leitura do Diário de Classe de 1957, em que seus aprendizes registravam em palavras e desenhos os instantes pedagógicos e pitorescos de aprendizado - a historiar um tipo de escrita estudantil ou infanto-juvenil.

Isso fica ainda mais evidente na obra póstuma "Você tem medo de assombração?", publicada em 1992 pela editora O Berro D'Água. É o mais ilustrado de seus livros e o único que traz sua imagem: três fotografias de Maria Pires em diferentes lugares de sua casa, em composições com imagens de esculturas, fotos, pinturas, indumentárias e outros tipos de penduricalhos.

Imagem 3 – Capa e Contracapa do livro Você acredita em Assombração?



Fonte: Acervo pessoal de Odomaria Rosa Bandeira Macedo.

Na leitura das apresentações da obra, é possível apreender algumas informações importantes, como a pressa que Maria Pires tinha em publicar o terceiro livro que registra, como escreve a professora Maria de Lourdes Duarte, "as assombrações conhecidas dos nossos antepassados e que, na sua infância e juventude, ouvira

muitas vezes contadas pelos 'mais velhos'. Concluíra-o [sic] quase às vésperas de sua morte" (PIRES, 1992, p. 9).

Além de pedir à professora Lourdes Duarte que escrevesse uma apresentação da obra, Maria havia pedido à psicóloga Gildete Lino de Carvalho um comentário do livro sob o ponto de vista psicológico. "Nas entrelinhas o seu pedido era uma espécie de aperto de mãos, de despedida. Pois tinha pressa", escreve Gildete (PIRES, 1992, p. 11). Ao invés disso, ela dedica um poema à Maria.

Intrigara-me o tema de tão preciosa produção. E a psicanalista, traíndo o propósito do poeta, pensou - Existe maior assombração do que a morte?

Maria, Maria  
 quantas Marias comportas?  
 Arelada estava  
 a tua carruagem  
 à estrela longínqua  
 e derradeira  
 cuja carreira  
 ninguém podia deter!  
 Mas tinhas ganas de vida,  
 e vivias com a morte  
 a esperança de vencê-la.  
 Tripudiando sobre ela  
 inscreveste Juazeiro  
 no coração de cada amigo teu  
 com teu amor ditavas  
 em cascata de sonhos  
 em reverberações do teu apaixonado  
 amor pela terra.  
 Treinaste falar de vida  
 até o minuto final!  
 As vitórias de assombração  
 vida e tempo de um povo,  
 os medos de todos nós,  
 agora livro concretando.

- Lembrança infinita  
 de alguém que partiu  
 mas que ficou!

O esforço de Parlim foi determinante para a transformação das "estórias" colhidas por Maria em um livro com 42 páginas recheadas das histórias que viviam na cabeça e no pesadelo do povo, o que fazia de Juazeiro, de acordo Maria Pires, "a terra das assombrações". "Era assim", relata ela ao Berro D'Água, "na rua de baixo está aparecendo um homem de saia comprida, de chuchalho com as cabaças e não sei o

quê!; 'apareceu uma mulher Atrás da Banca'; 'apareceu um bicho na beira do rio'. Sempre apareciam coisas aqui em Juazeiro" (PIRES, 1987, p. 7).

---

### **Parlim (1955-2015)**

*Paulo Marcus Ribeiro Vianna, carinhosamente conhecido como Parlim, nasceu no dia 27 de junho de 1955 na cidade de Juazeiro. Filho de Adolpho Vianna Filho e Euridice Vianna, era o caçula de 10 irmãos. Formou-se em Licenciatura de Educação Artística e trabalhou como professor nos Colégios Paulo VI, Caique e Anglo, antes de ser tornar coordenador da Escola de Formação da Rede Municipal de Educadores de Juazeiro (EFEJ). Foi um dos fundadores do Jornal "O Berro D'água", veiculado em Juazeiro no final da década de 1980. Apaixonado pelo universo infantil, fundou o Bloco Carnavalesco Pirlimpimpim e foi o criador da Brinquedoteca do Parlim e do Trenzinho da Alegria, que circulava pelas ruas da cidade fazendo a alegria das crianças. Além de educador, se notabilizou como artista plástico, escritor, diagramador e ilustrador. Ao longo da sua vida teve vários livros paradidáticos publicados, cujos conteúdos versam sobre histórias e personagens lendários do Rio São Francisco, como o Nego D'água, e do Nordeste brasileiro, como Lampião e A Guerra de Canudos. Em 2011, Parlim criou o blog "De lá pra cá", onde registrava produções de arte e cultura. Morreu no 30 de dezembro de 2015, aos 60 anos.*

---

A primeira "coisa" que aparece no livro "Você tem medo de assombração?" parece bem direcionada às crianças. É a história de um senhor morador de um dos distritos de Juazeiro que toda sexta-feira, à meia-noite, se transformava em monstro. "Começava a ranger os dentes, batia-se como um epiléptico. Desprendia no local um cheiro desagradável, e saía correndo no meio do mato. Tudo só deixava de acontecer quando os galos começavam a cantar, anunciando um novo dia" (PIRES, 1992, p. 15). O motivo para a transformação do rapaz em bicho era que ele tinha por hábito bater no pai e na mãe. Na moral da história está incutido o respeito aos mais velhos, que, de acordo com Maria, havia se transformado em "revolta e rejeição à orientação dos pais e professores - os 'quadrados'" (PIRES, 1993, p. 72).

A estória do monstro da sexta-feira divide espaço no livro com várias outras, intituladas por Maria Pires como: Assombração Viva, Candomblé na Batateira, Vapor Fantasma,

Bicho de Chocalho, Cavalos Mal Assombrados, Viciada em Jogo do Bicho, Porco - Fantasma, Procissão de defuntos, Olhos-de-brasa, Barrica Acorrentada, Dentão, Assombração na vizinhança, Vingou-se depois de morta, O guarda fantasma, O bicho Peludo, A mulher de sete metros, Apaixonada por música e Assombração na estrada.

Além de ter sistematizado as informações de sua pesquisa nos três livros, Maria Pires legou à posteridade inúmeros registros sobre as mais variadas temáticas, por vezes fragmentadas e descontínuas, que estão registrados em seus 29 cadernos de anotação e espalhados em jornais, revistas, flâmulas, livros, fotografias, cartazes, convites e tantos outros objetos de memórias do seu rico arquivo. Muitos outros livros poderiam ter surgido, não fosse a implacável doença que em diversos momentos furtava o ar de sua vitalidade, o câncer de pulmão que a vitimou no dia 5 de agosto de 1988.

Maria Tereza (2017, comunicação pessoal) recorda que ela só morreu depois que os quatro filhos de Terezinha estavam juntos e pertos dela. José Ronaldo foi o último a chegar. A ponte estava congestionada por conta da reforma que retirou os trilhos e Ronaldo ficou preso no engarrafamento. Depois de apelar à Polícia Rodoviária Federal, conseguiu autorização para dirigir sua Hilux sobre os trilhos insepultos. Quando ele chegou na casa de Maria Pires, a professora Lourdes Duarte anunciou: “Pronto, chegou Ronaldo, seu grande amor, Maria”. “Ela abriu os olhos, ficou olhando, conferindo se estavam todos, aí Lourdes Duarte disse: ‘Já sei, falta Maria Tereza, né?’, e me empurrou pra [sic] frente. Quando eu fui, ela suspirou e morreu” (OLIVEIRA, 2017, comunicação pessoal).

Em oração fúnebre pronunciada na missa de sétimo dia de Maria Franca Pires, o padre José Gilberto Luna registrou alguns aspectos da personalidade de sua amiga diante da doença: o sinal bem vivo de segurança, a perene chama de esperança, a fortaleza do seu amor pela vida, mesmo diante da grandeza da dor, como já havia anunciado no poema "Perfil de uma amiga", epígrafe deste capítulo:

Quem a viu, quem a visitou durante sua doença, quem lhe levou a Eucaristia, sentiu e percebeu o quanto é indomável o seu espírito, o quanto era tenaz a sua vontade, o quanto era imenso o seu poder de luta, o quanto era sólida a sua crença, o quanto era viva a sua esperança, o quanto era profunda a sua convicção, o quanto era irradiante o seu otimismo, o quanto era amadurecido

o seu temperamento, o quanto era edificante a sua capacidade de superação da dor (...).

Sendo assim, o que perdemos com o seu desaparecimento, não foi apenas uma mulher culta e operosa, não foi apenas uma animadora da vida de nossa comunidade, foi também e, sobretudo, um exemplo de como se pode morrer sem se deixar vencer pela morte, um exemplo de como se pode viver sem se maltratar um só instante pela vida.

E, deste modo, extremosa como mãe e fidelíssima como amiga, autêntica, leal, prestativa e sincera Maria passou, construiu história, se tornando cada vez mais amada, à medida em que se tornava mais conhecida, se tornando cada vez mais admirada, à medida em que se penetrava no oceano de sua pessoa, onde as pequenas ondulações de seus defeitos jamais poderiam subir tão alto, quanto as vagas montanhosas de suas virtudes (LUNA, 1988).

A história de Maria Franca Pires não terminou com a sua morte, tampouco o seu caso de amor por Juazeiro. Como revela Machado (2009), é possível vislumbrar “várias Marias” a todo o tempo no silêncio da sala de pesquisa que abriga os seus materiais:

Ao seguir os rastros da pessoa que percebo deixados ali: vejo uma **professora**, caprichosa e exigente; vejo uma **pesquisadora**, dedicada e incansável; vejo uma **mãe**, atenciosa e solícita; vejo uma **aluna**, disciplinada e organizada; vejo uma **amiga**, solidária e sincera; vejo uma **administradora**, justa e competente; vejo uma **investigadora**, curiosa e persistente; vejo uma **líder**, disposta e atuante. Vejo uma **mulher**, que tendo sido amorosa, delicada e vaidosa, mostrava-se tão feminina - bem ao gosto do seu tempo - mas, que, sendo, também, autônoma, voluntariosa e disposta, mostrava-se, valentemente, de um modo tão diferente do padrão de mulher àquele tempo (MACHADO, 2009, p. 79, grifos da autora).

A história de Maria, as suas diferentes faces e o seu infinito amor por Juazeiro, portanto, está inscrito em cada objeto que compõe o seu arquivo, este, obedecendo a um desejo expresso por ela aos seus familiares antes da manhã do dia 5 de agosto de 1988, foram entregues, nos primeiros meses de 2004, à professora Odomaria Rosa Bandeira Macedo, sua ex-assessora da breve e intensa experiência no Departamento Municipal de Cultura e Turismo.

Nesse mesmo ano, o Departamento de Ciências Humanas do campus III da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Juazeiro, alojou-o em suas instalações, mediante a proposição e aprovação de um projeto de pesquisa concebido para cuidar dos materiais que o integram. Denominado “O Arquivo de Maria Franca Pires: memória e história cultural em pesquisa na região de Juazeiro-Ba”, o projeto objetiva dar visibilidade e tornar acessível à comunidade os objetos de memórias frutos dos esforços de tantas vidas.

Em dezembro de 2005, enquanto eu sonhava finalmente descansar de meu primeiro ano como estudante de jornalismo, um colega de sala e amigo, Paulo Victor, avisou-me que iria participar da seleção para monitoria do projeto de extensão da professora Odomaria. Resolvi me inscrever também, sem saber ao certo o que esperar daquela experiência. Hoje, perguntando a mim mesmo, não sei se houve algum motivo para entregar-me a esse trabalho da maneira que me entreguei nesses últimos onze anos.

Apenas, como diria Maria Pires, a coisa aconteceu.

#### 4 O “MUSEU DE TUDO” DE MARIA FRANCA PIRES

E acho que se uma pessoa, por exemplo, disser, “a partir de agora eu vou pesquisar a história de Juazeiro” ou a história da terra onde nasci, ou a história de qualquer outro lugar e colecionar coisas, ela não vai durar nesse trabalho nem seis meses, porque essa coisa é muito complicada. Todo trabalho só tem continuidade se estiver dentro da pessoa (PIRES, 1987, p. 7).

O trabalho de colecionar “coisas” habitava Maria Franca Pires. Em sua entrevista ao jornalista Marcelino Ribeiro, do Jornal O Berro D’água, ela explicou como começou a juntar materiais sobre Juazeiro e municípios circunvizinhos. Iniciou guardando objetos pertencentes ao seu avô Trajano Bandeira: uma máquina alemã, uma caixa de música, um gramofone, um almanaque luso-brasileiro do século XIX, um almanaque lítero-comercial lançado em Juazeiro no ano de 1910 e um dicionário charadístico. Ao chegar em casa, sempre abria as gavetas para conferir se tudo estava devidamente em seu lugar.

Além dos objetos familiares, Maria Pires passou a guardar em suas gavetas, pendurar nas paredes de sua casa, organizar nas estantes, preservar em pastas, sacolas, caixas e baús tudo o que pudesse transmitir às novas gerações as vivências transcorridas durante um longo tempo em terras ribeirinhas. Uma temporalidade que, na concretude dos materiais, vai da carta-patente de Joaquim Liberato Caffé, datada de 1899 e assinada pelo então presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Campos Sales, ao número 1064 do Jornal de Juazeiro (atual Diário da Região), datado de janeiro de 1989, cinco meses após a morte de Maria Pires, este, obviamente, guardado por uma de suas filhas adotivas.

Como guardiã da memória local - tarefa que se institucionalizou a partir de um convite para a organização do Instituto Histórico e Geográfico de Juazeiro, em 1984 - Maria Pires exerceu o poder de escolher aquilo que deveria ser lembrado. O interesse dela, demonstrado na entrevista ao Berro D’água, era “arquivar todos os acontecimentos”. A partir da década de 1970, com um acervo reconhecido e consolidado perante a sociedade juazeirense, passou a abrir as portas de sua casa para a visita de estudantes, historiadores, escritores e curiosos, ávidos por desbravar, nos guardados de Maria, a história cultural da cidade.

Esse trabalho de difusão do acervo foi retomado 18 anos depois da morte de Maria Pires, com a realização da primeira exposição do projeto “O Arquivo de Maria Franca Pires: memória e história cultural em pesquisa na região de Juazeiro-BA”. Intitulada “Juazeiro – Flashes de memória do acervo de Maria Franca Pires”, a exposição foi aberta para visitação pública no Departamento de Ciências Humanas da Uneb, em Juazeiro, nos meses de julho e agosto de 2006.

Com uma mostra do acervo de fotografias, primeiro tipo de material inventariado pela equipe de pesquisa, a exposição foi organizada em três seções, denominadas com base nas categorias fotográficas percebidas como tendências marcantes do arquivo: Pessoas em cena; Lugares de lembranças; e Carnavais – fantasias e alegorias.

As fotografias preservadas por Maria Pires são valiosos registros de um momento que atravessa o século XX em um espaço comum: a cidade de Juazeiro. Nelas, são retratados diferentes aspectos culturais, que vão desde os movimentos urbanísticos às estéticas das indumentárias, das paisagens às travessias, das poses às cores, das realizações artísticas às manifestações religiosas. Imagens inspiradoras e essencialmente produtoras de narrativas, como esta que Juliana Machado produziu em seu livro “Maria Franca Pires: entre papéis [sic] e vozes”:

As fotografias dizem de uma cidade de Juazeiro em que – sendo escrita “Joaseiro” – os carnavais eram festejados em carros alegóricos pesadamente puxados por cavalos nas ruas de areia, e as pessoas se fantasiavam com muita roupa. A avenida da orla fluvial da cidade era uma rua larga de mão dupla com árvores que dividiam um lado e outro. A ponte erguia seu vão central – chamado Portão da Ponte – para a passagem dos vapores que paravam no porto e seguiam viagem. E muito antes disso, quando ainda a ponte não existia, os paquetes bailavam soberanos levando e trazendo gente e carga entre a baiana Juazeiro e a Petrolina pernambucana (MACHADO, 2009, p. 16-17):

São inúmeras as narrativas possíveis a partir da leitura de cada fotografia do acervo. As expressões do público presente à exposição foram exemplos da natureza provocativa das fotos, que revelam diferentes implicações e significados históricos para os sujeitos de memórias.

Na exposição, uma das fotos que mais chamou a atenção do público retrata um trono ornamentado de flores que serve de assento para uma rainha mirim. Ela está ladeada por dois meninos travestidos de súditos, que repousam as mãos envoltas em luvas no braço do trono. Ao redor, estão dispostas oito crianças vestidas com diferentes adornos, em que predomina o tom branco das roupas; nos pés da rainha, uma boneca vestida de noiva segura um adereço na mão direita. Nenhum traço de sorriso escapa dos lábios infantis, nenhuma pose artificial rouba a simetria da composição. O que mais se sobressai em todos os corpos dispostos no pequeno espaço de uma sala é a espera.

Imagem 4 - A coroação da Rainha das Bonecas.



Fonte: Arquivo Maria Franca Pires.

Trata-se da coroação da “Rainha das Bonecas”, como se pode constatar ao ler a dedicatória escrita no verso da fotografia em 9 de outubro de 1949 para a tia Joscicélia Dúmet, que concorreu “com uma contribuição larga e magnífica para o brilho desta festa e o seu compensador resultado”. Essa é uma das mais fascinantes fotografias do acervo de Maria Franca Pires, testemunha de um momento histórico peculiar, em que o detalhamento cuidadoso e a elegância no vestir era a marca de uma lordeza juazeirense consagrada nos versos do ABC do São Francisco.

A virtuosidade estética é verificável em várias fotografias que compuseram a seção “Pessoas em Cena”, da exposição “Juazeiro: Flashes de memória do arquivo de Maria Franca Pires”, como o registro da festa “Imperador do Divino”, realizada na cidade de Juazeiro por Francisco Figueiredo, no dia 31 de maio de 1914. O menino coroad

imperador segura o bastão real envolto em uma roupa suntuosa. Um pedestal coberto por um lençol serve de apoio para o pouso de seus pés, que o deixa do tamanho de seus guardas, dois adultos.

Acontecimentos importantes para a sociedade local também colocam em cena pessoas que, de diferentes maneiras, contribuíram com transformações sociais, educacionais e religiosas ao longo do século 20. São exemplos as fotografias da pedra fundamental da Sociedade Beneficente dos Artistas Juazeirenses, colocada no dia 15 de dezembro de 1929, do discurso de Édson Ribeiro saudando a chegada do primeiro bispo de Juazeiro, Dom Tomás Murphy, em 1963, e os registros dos cursos de aperfeiçoamento organizados pela Associação de Pais e Mestres nos anos de 1967 e 1968.

Educadores de diferentes gerações, que são parte da história educacional de Juazeiro, estão reunidos nas fotos do acervo, como o professor Luís Cursino da França Cardoso, que aportou na cidade em 1893 e até 1921, quando se aposentou, foi a referência da instrução pública na cidade. Além de Luís Cursino, aparecem nas fotos o professor Luís Piedade, as professoras Emília Matos Cajé, Judite Leal Costa, Hélia e Lília Café Siqueira, Dinorah Albernaz Pereira e Melo Silva etc.

As alegorias e fantasias dos carnavais resplandecem nos registros dos Embaixadores de Veneza, Clube Carnavalesco fundado pela Sociedade Filarmônica 28 de Setembro. Embora alguns registros deem conta de que os Embaixadores foram fundados em 1914, algumas fotos estão escritas no verso: “antes do carnaval de 1914”.

Imagem 4 - Os Embaixadores de Veneza em desfile pelas ruas de Juazeiro.



Fonte: Arquivo Maria Franca Pires.

O que se vê nas fotos são carros alegóricos luxuosos puxados por animais elegantemente vestidos pelas ruas desvestidas em areia. As pessoas, que se dividem entre as que seguem em cima dos carros, guiam os animais e assistem ao desfile, aparecem nas fotos com roupas atualmente mais alinhadas a um casamento do que a um carnaval. Tudo respira sofisticação, refinamento e aprumo.

Com o avançar dos carnavais, as roupas vão encurtando e se tornando mais adequadas ao clima quente e agitado de fevereiro/março. Mas as fantasias e os carro alegóricos seguem, como “A corte de Nero” comprova, no carnaval de 1961. E os espaços continuam extremamente ornamentos para receber os foliões, como revela uma foto do interior da 28 de Setembro.

Dos ornamentos das paredes internas para os frontispícios dos sobrados. Estes estão retratados em abundância nas mais de 200 fotografias do arquivo, em que se pode conhecer as fachadas de prédios históricos de Juazeiro, como o hotel Ideal Palácio, os Correios e Telégrafos, a Prefeitura Municipal, o Mercado Municipal, o Tiro de Guerra, a Loja Maçônica, o Cine Teatro São Francisco e a majestosa Estação Ferroviária. Cada construção com seu rosto característico, traços desenhados sob inspiração de artistas arquitetos.

Tal qual os vapores, com seus peculiares adereços e apitos, que cruzaram o rio da integração nacional até a década de 1970. Carregados de lenhas e mercadorias, como o Cordeiro de Miranda, o Siqueira Campos, o Matta Machado, o Barão de Cotequipe e o Juazeiro, foram por muito tempo o principal meio de transporte de pessoas e produtos. A fama comercial da cidade se alimentava na mesma proporção em que os vapores atracavam no porto.

Imagem 5 - Vapor Matta Machado atraca em Juazeiro.



Fonte: Arquivo Maria Franca Pires.

As fotos revelam diferentes momentos dessas chegadas e partidas. Em uma das imagens, a água está distante das rampas de acesso ao rio. Um cais ainda sem balaustrada revela as lojas, armazéns e tavernas da orla. Em outras se vê uma Ilha do Fogo ainda virgem, sem cruzeiro nem ponte. Os homens estão, em sua maioria, de chapéus e roupas sociais; as mulheres, de vestidos compostos e braços cruzados. Além dos vapores, podem ser vistas outras embarcações, como canoas, paquetes e barcas.

As ruas de areia são largas, alinhadas e paralelas ao rio. Árvores frondosas embelezam praças e outras ainda miúdas estão protegidas por pequenas armações de madeira, sobretudo nas ruas do centro e na orla. É uma cidade arborizada, bonita e efervescente, cuja pompa se dissolve de forma contundente nas fotografias de

inundações, em que se revela com mais evidência o inacabamento urbano, como as fotos das enchentes de 1943 e 1946.

A cidade está em constante construção. Que o diga a lembrança fotográfica da inauguração do Obelisco comemorativo da fundação da cidade e que marca o início do seu calçamento, erigido à praça Dr. Cordeiro de Miranda, no dia 14 de julho de 1929. Na ocasião, o intendente municipal Miguel Lopes de Siqueira pronunciou um discurso em que “dissertou sobre as múltiplas necessidades de obras do calçamento” e levantou “a todos um apelo para com a conjugação de esforços levarem avante a obra magnífica do engrandecimento da cidade”, como registra a ata redigida para marcar aquele momento (RIBEIRO, 1968, p. 132).

A cada foto, uma ata se anuncia. Um detalhe diferente modifica a paisagem urbana. Um cais, por exemplo, que em uma fotografia não existe, em outra já está inteiramente construído e entregue à utilização pública, com sua bela balaustrada de concreto. Uma ponte atravessa o rio em direção a Petrolina, que, vista de Juazeiro, parece uma cidade pouco movimentada, com construções arquitetônicas mais recatadas do que as atuais.

A euforia progressista de Juazeiro aparece com esplendor nas peças publicitárias da exposição “Anúncio!”, realizada em julho de 2007. Em diversos cartazes é possível identificar um furor em torno da cidade que atravessa o milagre econômico da década de 1970 e chega aos anos de 1980 com a promessa de um futuro promissor.

Juazeiro é uma cidade que se vende. As principais frentes de propaganda do município são o comércio e a agricultura. Sobre esta última, imagens de frutas e verduras acompanham a mensagem: “Juazeiro oferece projetos agroindustriais que vão da semente à mesa do consumidor”. A cidade é apresentada como “o maior pólo irrigado do Nordeste”, “a capital da irrigação, com centenas de projetos em operação”. A Festa Nacional do Melão, de 1985, prenuncia o surgimento da 1ª Feira Nacional da Agricultura Irrigada (Fenagri), iniciada em 1986.

No setor de comércio e serviços, Juazeiro é uma grande festa nos cartazes do arquivo. “Compre em sua cidade, aqui tem tudo”, divulga uma peça da Campanha

Promocional do comércio juazeirense. Em outra, Juazeiro é apresentada como “a cidade que mais cresce no Nordeste brasileiro”, é “polo comercial de mais de 50 municípios da região”. Não faltam oportunidades de investimentos. “Aqui tem trabalho”, anuncia um cartaz com o retrato de uma rua do centro comercial repleta de carros estacionados e pessoas circulando.

Imagem 6 – Cartaz anuncia as compras de fim de ano.



Fonte: Arquivo Maria Franca Pires.

Até mesmo a Carranca, símbolo cultural do município utilizado como mote para a elaboração de diversos cartazes, é ressignificada para atender aos anseios comerciais. Abaixo do título escrito em letras garrafais e negritas “Carranca dá sorte”, aparece a mensagem: “Primeiro você vem passear em Juazeiro. Depois você ganha dinheiro com quem vem passear em Juazeiro”.

É “Juazeiro a todo vapor”, como apregoa o cartaz que clama aos munícipes o pagamento dos tributos municipais. Sob o título “Pegue & Pague”, o anúncio pede que a população procure a coordenação de tributos e rendas do município para pagar com 10% de desconto: “Juazeiro cresce com o imposto que você paga”, adverte o aviso. As promessas de ganhos são vendidas tanto para os investidores externos quanto para a população local.

Iniciativas artísticas estão presentes em muitos cartazes, registrando eventos que marcaram o contexto social da cidade de Juazeiro durante os anos de 1980, como o 1º Festival Universitário de Música do Médio São Francisco, realizado pela Secretaria de Cultura do Diretório Acadêmico da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), em 1986.

No teatro, estão presentes os espetáculos “Encantado”, “Antônio, meu santo”, “Um Sábado em 30” e “A Crucificação”. Esses últimos dois foram apresentados em Petrolina. Na dança, aparece o 4º Festival de Ballet de Petrolina, realizado em 1985, no Cine Teatro Petrolina, com apoio do Sabão Thais, das Indústrias Coelho SA. Na poesia, o projeto poético Grupo Fruto da Terra divulga o 3º Concurso Pedro Raymundo Rodrigues Rêgo de Poesias.

Numa época em que os recursos de construção da imagem eram feitos no “bico de pena”, chama a atenção os traços cuidadosos dos desenhos que ilustram boa parte dos cartazes, como a ilustração feita por A.C. Coelho de Assis para o encontro das bandas Situação Paradoxon, Metalúrgica e Flor da Pele, ocorrido em 1986, no centro de cultura João Gilberto, em que nove músicos estão misturados entre si e em meio a instrumentos musicais. Além de Coelho, tem registros de Parlim, Trajano e outros artistas locais.

O sentimento de pertencimento à terra está registrado nas peças publicitárias comemorativas do centenário de Juazeiro (1978), em que “terra e povo” se unem num “cântico de amor”. Todas as flâmulas apresentadas na exposição são alusivas ao centenário, elaboradas pela Humpty Dumpty School, que “oferece com carinho um lustro de trabalho pela educação e a cultura de sua Juazeiro centenária” e pela Escola de Samba A Voz do São Francisco.

Artesanato e cultura popular estão representados em diversos anúncios do arquivo, a exemplo do 1º Festival Arte e Cultura Camponesa, da 6ª Feira do Artesanato da Bahia, 1º Festival de Carrancas e 1ª Feira Intermunicipal de Cultura Popular, realizada em 1984 em uma parceria do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) com a prefeitura municipal de Juazeiro.

A valorização de uma manifestação religiosa local também está impressa em um cartaz que anuncia: “Uma chama de fé ilumina as noites quaresmais de Juazeiro” e clama para que se “respeite, valorize, participe das manifestações dos Penitentes de Juazeiro-BA”.

Em uma Juazeiro a todo vapor o anúncio de cursos que acompanham a velocidade dos tempos modernos tem expressão no arquivo, como os “Cursos de Leitura Dinâmica e Memorização para estudantes, profissionais liberais, professores, militares, bancários e pessoas interessadas”. A promessa é tentadora: “Você poderá ler até 1.000 palavras por minuto e memorizar 40 informações”.

Juazeirenses que são destaques em outras paragens estão presentes em algumas peças do arquivo, como o músico e compositor Mauriçola, que apresentou o repertório do show “Na barra do brilho”, no Teatro Vila Velha, em Salvador, e o ilustre cartunista e caricaturista Miécio Caffé, com a divulgação das exposições realizadas em 1984-1985 intituladas “A música popular brasileira através da caricatura e do desenho”.

Já a exposição “Espelho, espelho meu: de que modo a educação aconteceu?” trouxe ao público juazeirense uma mostra do acervo de memórias da educação escolar. Entre os objetos culturais selecionados, os que mais se sobressaíram foram os materiais que se aproximam de uma dimensão da cultura escolar não oficial, antiburocrática, vivenciada no cotidiano das relações entre estudantes, em sua maioria primários, e educadoras.

As experiências escolares estão circunscritas ao contexto do século 20 no município de Juazeiro-BA e, embora seja permeada por diferentes atores e atrizes sociais, apresenta uma prevalência de ações ligadas à professora Maria Franca Pires e ao seu círculo de amizades, o que sugere uma vinculação biográfica com a própria autora do arquivo.

É o que se pode depreender, por exemplo, na leitura de 16 dos 27 cadernos de anotação da professora Maria Franca Pires, que registram planejamentos de aulas, gincanas, tómbolas, atividades do calendário de comemorações escolares, como a Semana da Bandeira, anotações de cursos de formação continuada e uma coleta de

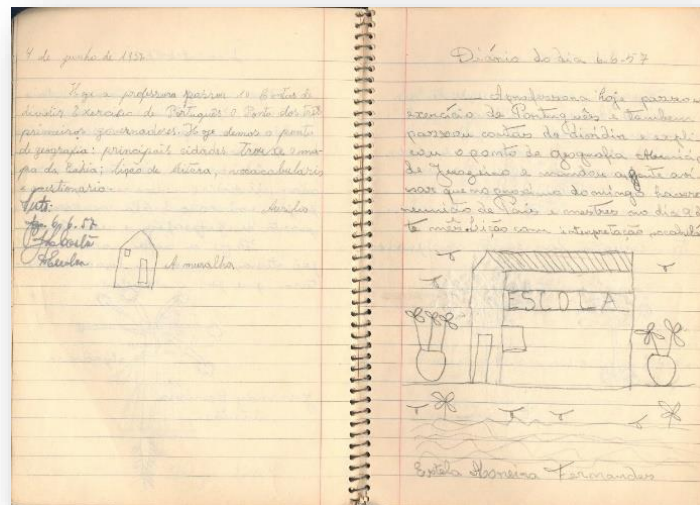
informações sobre a história e a cultura de Juazeiro realizada por Maria com estudantes de escolas do município (sede e distritos).

Tais apontamentos do dia-a-dia escolar preservados por uma profissional rigorosa, exigente e centrada em sua função sinalizam um procedimento corriqueiro entre os professores no exercício docente daquele tempo: o registro informal das atividades escolares, por vezes utilizado como estratégia pedagógica e disciplinar no trabalho em sala de aula.

Esse traço se revela com nitidez no caderno número 15, que, em sua capa, registra o nome da escola dirigida por Maria Pires: “Escola Prof<sup>o</sup> Artur de Sales”. É o diário de classe do terceiro ano primário de 1957. Em suas 44 folhas, o pequeno caderno de cor cinza e com espiral em arame apresenta a cada dia os conteúdos trabalhados, em palavras e desenhos. A regularidade dos registros permite acompanhar a evolução dos conteúdos e a sequência didática utilizada pela professora.

Também pode ser evidenciada a relação do fazer escolar com a esfera político-administrativa que fiscalizava e orientava a prática docente, representada pela atuação da Delegacia Escolar. No registro do dia 4 de junho de 1957, feito pelo estudante Aurílio, pode ser identificada a presença da então delegada escolar Judite Leal Costa pelo “Visto” que ela faz ao lado da “Muralha” desenhada pela criança e abaixo do texto que registra as lições do dia.

Imagem 7 - Diário de Classe da Escola Artur de Sales com "visto" da delegada escolar



Fonte: Arquivo Maria Franca Pires.

Além da professora Maria Pires, outras duas docentes legaram à posteridade muitos e variados registros da prática escolar: as irmãs Emília e Alípia de Matos Cajé, as quais, respectivamente, ministraram aulas de Inglês e Literatura no ginásio Ruy Barbosa. Diferentes textos literários, como canções, poemas e peças teatrais, aparecem em constante articulação com os conteúdos curriculares, o que indica o cultivo do gosto artístico no cotidiano escolar.

Entre os periódicos da imprensa escrita, foram selecionadas notícias que abordassem temas da educação escolar em jornais e revistas. No conjunto de periódicos, podem ser destacados dois espaços diferentes de produção das informações: a imprensa institucional, representada pelas oficialidades do Estado e das instituições educacionais, e a imprensa comercial, que se dirige ao grande público sob a égide da iniciativa privada.

Nos jornais de tipo institucional, de origem e finalidade escolar, estão presentes o primeiro número do jornal "O Ecrínio", datado do dia 15 de agosto de 1939 e editado pelo Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que traz textos escritos em sua maioria pelas próprias alunas; os números 3 e 4 do órgão cultural "O Miliciano", de setembro/outubro de 1955, publicação do círculo literário esportivo da Escola de Formação de Oficiais

do Colégio Militar, e o jornal de classe “O Apriginho”, de 30 de novembro de 1966, da escola Aprígio Duarte Filho.

Em volume menor do que os jornais, as revistas institucionais também estão presentes no arquivo, representadas pelas duas edições de “A Capital – Revista Mensal Ilustrada”, de Salvador, que, em seu número 39, de 5 de julho de 1945, traz uma fotografia de Maria Pires ao lado de outras professoras fundadoras da escola do Senai, em reportagem sobre a história dessa instituição educativa; e o número 65, de novembro de 1959, da “Revista do Ensino”, publicação da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul que apresenta uma diversidade de textos, desde atos oficiais a relatos de professores sobre experiências didáticas.

Na imprensa comercial destinada ao público geral, a maioria dos jornais são de Juazeiro e Petrolina, com datas que vão de 1939 a 1987. Algumas matérias foram mapeadas e apresentadas ao público presente à exposição, dentre as quais se destaca: “Pela Alfabetização” [sic] e “Festa da Árvore”, publicadas no sexto número do jornal “O Arauto”, de 24 de setembro de 1939; “Educação ou bomba atômica”, publicada no dia 18 de outubro de 1947, no jornal “O Juazeiro”; e a entrevista com Maria Pires no número 9 do Berro D’água, datada de outubro/novembro de 1987.

As fotografias também se constituem como um tipo de material que revela aspectos da cultura escolar de um tempo em Juazeiro. Nelas, estão retratadas posturas e práticas escolares protagonizadas pelos professores e estudantes, como a foto do corpo de professores tendo ao centro o então prefeito de Juazeiro, coronel Aprígio Duarte Filho, os movimentos de profissionalização do professorado local nos cursos de capacitação promovidos pela Associação de Pais e Mestres (APM) e o professor Luís Cursino da França Cardoso, que aparece ladeado de dezenas de crianças impecavelmente vestidas e enfileiradas.

Imagem 8 - O professor Luís Cursino e os alunos juazeirenses do início do século 20.



Fonte: Arquivo Maria Franca Pires.

Documentos oficiais, como a tese de doutoramento em medicina de José Araújo, diplomas, certificados, fichas e formulários também se constituem em objetos de memórias no arquivo. O mais antigo é a carta de habilitação conferida ao então concluinte do curso primário, Saul Rosas. Datado de 1909, o diploma registra um momento histórico de separação entre homens e mulheres nas instituições escolares, uma vez que Saul estuda na “Eschola [sic] Estadual do sexo masculino da cidade do Juazeiro”.

Além dos temas que compuseram as quatro exposições do projeto, podem ser encontrados escritos literários de poetas e dramaturgos da região, biografias de juazeirenses, religiosidade, documentos oficiais, correspondências, festividades, com ênfase nas comemorações do centenário de Juazeiro (1977-1978), registros de pesquisas sobre cultura popular e folclore regional e uma infinidade de conteúdos recolhidos em toda uma vida dedicada a arquivar e produzir arquivos.

Pelo que já pode ser constatado, o acervo de Maria Franca Pires é composto por uma variedade de materiais em diversas naturezas: papel, plástico, metal, madeira, tecido e até material magnetizável, que se apresentam em diferentes suportes: fita de áudio,

vestimenta, sacola, fotografia, flâmula, copo descartável e inúmeros formatos de impressão do papel.

A preservação do acervo vem se dando através de um longo e, por vezes, exaustivo trabalho, desenvolvido nos últimos doze anos por uma equipe de pesquisa e extensão. A participação de estudantes de graduação dos cursos de Comunicação Social: Jornalismo em Mídias e de Pedagogia do Departamento de Ciências Humanas (DCH III) da Uneb, em Juazeiro, tem sido fundamental para a manutenção do trabalho. Até o momento, 32 estudantes estiveram vinculados ao Arquivo de Maria Franca Pires, muitos dos quais hoje são mestrandos, doutorandos e profissionais da comunicação e da educação.

Além de acolher a comunidade acadêmica do DCH III, o Arquivo recebe constantemente pesquisadores de outras instituições da região do sertão do São Francisco e de outras partes do país, os quais têm consultado o material a partir do trabalho de digitalização e inventário que foi realizado nos últimos doze anos. Para facilitar o acesso do público ao material do Arquivo, a equipe de pesquisa vem desenvolvendo atualmente um catálogo virtual que reunirá todos os materiais da primeira leva de objetos que foram entregues à professora Odomaria.

\*\*\*

“E o que você vai fazer com tudo isso?”, Marcelino Ribeiro perguntou a Maria Pires. Em novembro de 1987, ela parecia se defrontar com uma angústia similar à vivenciada por João Cabral de Melo Neto na publicação de seu livro “Museu de tudo”, uma coletânea de 84 poemas esparsos escritos entre 1946 e 1974 e lançados em 1975. No poema de abertura, ele explica a sua apreensão deste modo:

Este museu de tudo é museu  
como qualquer outro reunido;  
como museu tanto pode ser  
caixão de lixo ou arquivo.  
Assim, não chega ao vertebrado  
que deve entranhar qualquer livro:  
é depósito do que aí está,  
se fez sem risca ou risco.  
(MELO NETO, 1997, p. 43)

A indefinição sobre o que o acervo poderia ser aliada à franqueza característica de Maria Franca Pires a fez responder: “E eu sei? Eu só sei que no dia em que eu morrer, podem até tirar uma grade dessas da janela, para ser mais fácil jogar tudo aí de janela à fora, queimar. Porque o que tudo isso terá de sentido para mim depois que eu morrer? Não vai ter nenhum” (PIRES, 1987, p. 7). “Para você não, mas tem para a comunidade. E então?”, provoca Marcelino. “Para Juazeiro seria de muita importância. Mas, eu pergunto assim: a quem entregar? Infelizmente eu não confio em ninguém pelo seguinte: Isso para mim tem um sentido infinito” (PIRES, 1987, p. 7).

Felizmente, os nove meses que ainda viveria fizeram Maria confiar em alguém, a professora Odomaria Rosa Bandeira Macedo, transmitindo os sentidos infinitos de seu acervo para as milhares de pessoas que até o momento puderam conhecê-lo, tanto nas exposições realizadas em Juazeiro quanto nas publicações da internet e nos eventos científicos.

Há doze anos, a pesquisa desse acervo tem consistido no levantamento sistematizado, na preservação, catalogação e organização dos materiais. As exposições temáticas foram utilizadas tanto como uma estratégia para dar visibilidade aos objetos culturais quanto como metodologia da pesquisa para ativação das lembranças de pessoas que vivenciaram os momentos registrados por Maria.

A partir de então, tem sido adquiridas novas informações sobre os acontecimentos que constituem o motivo dos materiais. Como se revivêssemos as pesquisas realizadas por Maria Pires sobre “a história que vive na cabeça do povo”, temos nos servido de sentidos atentos, cadernos de anotação, gravadores de áudio e câmeras fotográficas e filmadoras para o registro de narrativas saborosas das fontes orais, muitas das quais conheceram e compartilharam a intimidade da pessoa responsável pela existência do acervo.

Para a minha formação em Jornalismo e Psicologia, transcorrida entre os anos de 2005 e 2014, o diálogo com a riqueza do acervo de Maria Franca Pires revelou a necessidade do mergulho profundo na pesquisa histórica para uma atuação mais comprometida com o presente e o futuro. À parte isso, o material produzido com a história oral contribuiu decisivamente pela opção profissional baseada no respeito às

fontes jornalísticas e aos sujeitos do processo psicológico. Cuidar, escutar e pesquisar são ações similares.

Em minha vida acadêmica, o arquivo foi o mote para a realização de duas pesquisas de iniciação científica: uma do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), por meio do projeto “Juazeiro na esteira do tempo, a partir das representações do acervo de Maria Franca Pires” (2006-2007), e outra do Programa Institucional de Iniciação Científica da Uneb (PICIN), com a “Documentação historiográfica das imagens e discursos sobre Juazeiro na esteira do tempo: Representações da memória coletiva na pesquisa de um arquivo pessoal” (2008-2009).

Ao fazer o trabalho de conclusão do curso de Jornalismo, em 2010, os materiais do arquivo ajudaram a evidenciar traços da pesquisa com a manifestação religiosa das Alimentadeiras das Almas de Juazeiro-BA e, dois anos depois, as entrevistas realizadas com duas professoras do município foram o argumento do curta-metragem “Lourdes e Antonila: memórias da educação escolar em Juazeiro-BA”, produto experimental entregue na conclusão do curso de Especialização em Ensino da Comunicação.

As pesquisas com o projeto do arquivo de Maria Franca Pires têm guiado o próprio itinerário de minha invenção como pesquisador. Nesse tempo, acompanhei ainda a produção - por parte de integrantes da equipe - de monografias, livros-reportagem, exposições, artigos, videocliques, websites, CD de registros em áudio da cultura popular, entre outros.

O trabalho, portanto, continua.

## 5 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO

Nunca podemos recuperar totalmente o que foi esquecido. E talvez seja bom assim. O choque do resgate do passado seria tão destrutivo que, no exato momento, forçosamente deixaríamos de compreender nossa saudade. Mas é por isso que a compreendemos, e tanto melhor, quanto mais profundamente jaz em nós o esquecido. (BENJAMIN, p. 104-105, 1987).

As palavras de Walter Benjamin fazem eco para a história que será contada a partir deste capítulo. A trajetória da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro não está inscrita na historiografia da cidade. Nas obras basilares para a compreensão da história de Juazeiro, não se vê registros sobre essa agremiação protagonizada por professoras primárias da década de 1950. Portanto, tais livros nos servem tão somente para contextualizar o momento histórico e compor a colcha de retalhos das instituições que antecederam a fundação da APM.

As linhas que bordam a trajetória da Associação foram recuperadas nos rastros da saudade alimentada pela memória prolífica da professora Maria de Lourdes Duarte, Gildete Lino de Carvalho, Maria Perpétua Gomes de Almeida e, sobretudo, nos materiais guardados por Maria Franca Pires em seu arquivo. Os registros dos livros e portais da internet servem apenas para compor uma ou outra informação trazida pelas fontes orais e documentais.

Por opção metodológica, a progressão do texto acompanha o fluxo das informações que foram possíveis de serem recolhidas, sem se deter em análises e interpretações. Assim como aconteceu na narração da trajetória de vida de Maria Franca Pires e na apresentação dos materiais do arquivo tendo como base as exposições, será seguida uma ordem cronológica na descrição dos acontecimentos referentes à APM.

Para delinear essa história, serão apresentados alguns recortes temporais que definem os antecedentes da fundação da APM (1889-1954) e as ações transcorridas em três períodos: A Associação de Pais e Mestres assenta os trilhos na esteira do tempo de Juazeiro (1954-1957), “Uma educação cheia de sadias e ao mesmo tempo perigosas inovações”: a consolidação do discurso da APM de Juazeiro (1958-1964) e Da euforia dos cursos de formação do professorado ao fim da Associação (1965-1974).

### **5.1 Antecedentes da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro (1889-1954)**

O surgimento, no Brasil, das Associações de Pais e Mestres advém de um processo histórico que se relaciona intimamente com a Proclamação da República, ocorrida no dia 15 de novembro de 1889. Naqueles idos, os movimentos liberais que influenciaram politicamente a queda do Império brasileiro promoveram o debate a respeito da importância e da necessidade de ampliar a participação dos diversos segmentos da sociedade na construção do Estado nacional (BRANCO, 1996).

As discussões políticas exerceram grande influência na dinâmica escolar daquele período, momento em que surgiram propostas de organização de grupos de pessoas interessadas em ampliar os espaços de atuação da escola, com o envolvimento da comunidade. Essa integração escola-comunidade aparece associada a temas como "democracia", "progresso" e "desenvolvimento", "incentivando a formação de grupos com a preocupação de reestruturar a educação e a escola" (BRANCO, 1996, p. 28).

É nessa perspectiva, segundo Branco (1996, p. 28), que algumas escolas, a partir da década de 1920, implantam de maneira informal e como órgãos auxiliares as Associações de Pais e Mestres (APMs). O intuito era promover a conjunção do "otimismo pedagógico" com o "entusiasmo pela educação". Este defendia o "caráter politizador da Educação e a importância do envolvimento da sociedade civil nas lutas pela escolarização da população brasileira", enquanto aquele visava "um ensino de boa qualidade" e sugeria "alterações didáticas e pedagógicas fundamentadas pelos ideais escolanovistas" (BRANCO, 1996, p. 29).

A chegada ao Brasil dos ideais escolanovistas tem relação direta com o contexto político mundial. Após a Primeira Grande Guerra (1914-1918), os Estados Unidos da América ocupam o espaço deixado pela Inglaterra no cenário financeiro e mercantil internacional. Aos novos padrões de consumo impostos pelo imperialismo norte-americano, se somam as novas teorias pedagógicas, naquela época, representadas pelo movimento da Escola Nova. De acordo com Ghiraldelli Jr. (2009, p. 11):

Por intermédio da imprensa, do cinema, da literatura, das relações comerciais etc., passamos a ter certo apreço pelo que veio a ser conhecido mais tarde

como *American way of life*. Então, começamos a absorver de modo mais intenso a literatura pedagógica norte-americana. Essa literatura foi, em parte, o conteúdo do movimento do otimismo pedagógico. Não era apenas a abertura de escolas que queríamos, mas, como diziam os livros que nos chegavam, era preciso também alterar nossa pedagogia, nossa arquitetura escolar, a relação ensino-aprendizagem, a forma de administrar as escolas e a educação em geral, nossas formas de avaliação e, enfim, a psicopedagogia. Muitos acreditaram nisso, ainda que não tivéssemos uma rede escolar suficientemente pujante para se pensar em tantas reformas internas quanto as que os livros indicavam.

A partir da década de 1920, os ideais da Escola Nova se difundem na produção da literatura educacional brasileira, por meio da publicação de trabalhos referentes à “nova pedagogia”. Em contraposição à “escola tradicional”, a Escola Nova faz uma revisão crítica da problemática educacional e se fundamenta em nova concepção sobre a infância. Esta agora deixa de ser uma condição transitória e inferior para se revestir de um valor positivo e se institucionalizar no “respeito à criança, à sua atividade pessoal, a seus interesses e necessidades, tais como se manifestam nos estágios de seu ‘desenvolvimento natural’”. Parte-se da afirmação de que o fim da infância se encontra na própria infância” (NAGLE, 2009, p. 272, grifo do autor).

Esse novo olhar sobre a infância transformará radicalmente o interior das instituições escolares, com relevantes impactos na atuação do educador, na natureza do programa escolar, na noção de aprendizagem e nos métodos e técnicas de ensinar-aprender. O que importa é a realização das potencialidades contidas na personalidade integral da criança, em cada etapa de seu desenvolvimento, com que se transforma a própria atmosfera do ambiente escolar (NAGLE, 2009).

Ao mesmo tempo em que assimilavam as novas ideias, alguns adeptos dos ideais escolanovistas assumem posições de liderança na instrução pública de estados brasileiros. Nunca é demais lembrar que a década de 1920 é um decênio de efervescência ideológica e inquietação social fruto do “desajustamento entre as forças sociais dominantes e as novas forças sociais em emergência” (NAGLE, 2009, p. 264). O estado que sediou a Semana de Arte Moderna de 1922 foi o primeiro ente federativo a passar por uma reforma no campo educacional. São Paulo, sob a liderança de Sampaio Dória, regulamenta o decreto 3.356, de 1921, dando o primeiro passo para a transformação do ensino brasileiro.

A repercussão dessa reforma leva o presidente do Estado do Ceará, Justiniano de Serpa, a solicitar do presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís, um educador qualificado que pudesse reformar a instrução pública cearense: é a origem da Reforma Lourenço Filho, instituída em 1923. Dois anos depois, em 1925, será a vez de Anísio Teixeira reformar a instrução pública no estado da Bahia, seguido de Francisco Campos e Mario Casassanta em Minas Gerais (1927), de Fernando de Azevedo no Distrito Federal e Carneiro Leão em Pernambuco (ambos em 1928).

De acordo com Branco (1995, p. 29), dos movimentos por reformas educacionais surgiram as primeiras Associações dos Amigos da Escola. Os objetivos eram, além de aproximar as pessoas interessadas na reorganização do ensino e da escola brasileira, “incentivar as discussões a respeito das políticas educacionais e da organização escolar e, finalmente, implantar novas metodologias de ensino baseadas nos princípios da Escola Nova” (BRANCO, 1995, p. 29).

Ainda segundo Branco (1995, p. 30), a liderança do educador escolanovista Lourenço Filho, "entusiasmado com o momento e com os novos paradigmas", é determinante para que as escolas públicas paulistas sejam as pioneiras na criação das APMs, em 1931. Naquele momento, são estabelecidas algumas diretrizes gerais que, mesmo não servindo de referência para as professoras fundadoras da APM de Juazeiro, se aproximam dos Estatutos elaborados em 1954 para essa entidade:

Em cada município, aconselha-se a criação de uma Associação de Pais e Mestres, ao menos com o fim especial de estabelecer mútuo entendimento entre pais e mestres, acerca dos problemas da educação.

Tais associações terão regulamentação especial, de acordo com as condições particulares do meio, não sendo obrigatória nenhuma contribuição em dinheiro para que qualquer pai faça parte delas;

Convém que cada uma tenha um Conselho Diretor de sete membros, e que façam parte quatro pais e três professores em exercício;

As associações devem interessar os pais na manutenção e desenvolvimento de instituições auxiliares da escola, sob todos os pontos de vista, e no encaminhamento dos alunos que estejam a terminar o curso primário para novos estudos ou aprendizados de trabalhos, de acordo com suas aptidões;

Cada associação promoverá, ao menos uma vez por mês, uma reunião para discussão desses assuntos e difusão de conselhos relativos a Higiene e Puericultura;

Nessas reuniões convém que diretores do estabelecimento ou professores expliquem, da melhor forma possível, quais os processos educativos postos em prática nas escolas, a fim de que por eles se interessem os responsáveis pelas crianças;

As associações podem tomar como programa específico de cada semestre ou de cada ano, um problema particular de localidade: campanha higiênica,

melhoria do prédio escolar, criação de um aprendizado agrícola, de uma escola doméstica, excursões escolares, biblioteca infantil, etc; Os trabalhos de cada associação serão publicados, como exemplo de estímulo, por intermédio desta Diretoria, e os trabalhos dos Srs. professores em prol desta grande obra são considerados como relevantes (BRANCO, 1995, p. 30).

É importante lembrar que um mês após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, o Governo Federal cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, responsável pelo estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar. Em 1937, um decreto altera o nome para Ministério da Educação e Saúde, com atividades relativas à educação escolar, extra-escolar, saúde pública e assistência médico-social. Entre os institutos criados nessa época, destaque para dois com a mesma sigla (INP): Instituto Nacional de Pedagogia e Instituto Nacional de Puericultura. A história de convivência das áreas da saúde e educação em um mesmo Ministério continuará até 1953 e por muito tempo ainda influenciará ambas as práticas.

Com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930, as disputas pelo controle do aparelho estatal e pela definição dos rumos da educação nacional tenderam a estreitar as relações entre um amplo ideal pedagógico, a defesa de uma concepção de Estado educador e a recomposição da frente de educadores na dinâmica das novas alianças. A Escola Nova acabou equivalendo a um movimento, opondo pioneiros e católicos (VIDAL, 2013).

Em 1932, dois acontecimentos marcam essa cisão: a saída de educadores católicos da Associação Brasileira de Educação (ABE)<sup>5</sup>, com a criação da Confederação Católica Brasileira de Educação<sup>6</sup>, e o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da

---

<sup>5</sup> A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi fundada no dia 15 de outubro de 1924. Em 1932, lança o célebre Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo. Ao longo de sua atuação, a ABE promoveu diversas Conferências Nacionais de Educação, com educadores de todo o país, influenciando na elaboração de leis que traçaram diretrizes e bases da educação e de planos nacionais de educação. O seu arquivo foi considerado de utilidade pública no ano de 2008, contendo documentos preciosos para a História da Educação no Brasil (SILVA, 2009).

<sup>6</sup> A Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE) foi fundada em 1933 por Everardo Backheuser, após os intelectuais católicos abandonarem a Associação Brasileira de Educação (ABE) por ocasião da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). A CCBE constituiu-se como “organismo centralizador do movimento católico pelo ensino, para o efeito de articular o trabalho geral, reunir idéias [sic] e encaminhar tecnicamente a ação comum, sem desperdícios de energias, reconhecendo que só assim será possível a difusão no Brasil, da escola católica de todos os graus” (CARVALHO, 2003, p. 111).

Educação Nova, escrito por Fernando de Azevedo e tendo como signatários os principais líderes das reformas de ensino da década de 1920: Sampaio Dória, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Mario Casassanta e outros educadores e jornalistas.

Entre as principais reivindicações do Manifesto, estava a defesa de uma educação pública, laica, gratuita e obrigatória. Embora a atuação da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro estivesse influenciada intrinsecamente pelo viés religioso, alguns trechos do Manifesto refletem os ideais do grupo de pais e mestres que impulsionou a criação da entidade, como a perspectiva de que a escola deveria se integrar a outras instituições sociais, para estender o seu raio de influência e ação no meio social, e o direito à educação independente de razões de ordem econômica e social.

A própria existência das Associações de Pais e Mestres encontra substrato em pelo menos três passagens do Manifesto. A primeira faz uma referência histórica ao movimento de renovação educacional da década de 1920 que “inaugurou uma série fecunda de combates de ideias” em que se multiplicaram “as associações e iniciativas escolares, pondo em circulação novas ideias e transmitindo aspirações novas com um caloroso entusiasmo” (MANIFESTO, 1932, p. 188).

A segunda diz respeito à defesa de que o Estado deve assentar o trabalho da educação na colaboração efetiva entre pais e professores, “entre os quais, nessa obra profundamente social, tem o dever de restabelecer a confiança e estreitar as relações, associando e pondo a serviço da obra comum essas duas forças sociais – a família e a escola” (MANIFESTO, 1932, p. 193). E a terceira passagem do Manifesto que sinaliza a necessidade da aproximação dos pais e mestres afirma que “cada escola, seja qual for o seu grau, dos jardins às universidades, deve, pois, reunir em torno de si as famílias dos alunos, estimulando e aproveitando as iniciativas dos pais em favor da educação” (MANIFESTO, 1932, p. 202).

Dois anos depois do Manifesto e três após o estabelecimento das diretrizes gerais das Associações de Pais e Mestres foi elaborado o primeiro Estatuto Padrão das APMs, que – refletindo o clima político da década de 1930, marcado por um modelo centralizador de Estado e de organização da sociedade brasileira – definia o diretor da escola como presidente da Associação e convocava todos os pais, professores e

estudantes para participar da iniciativa, além de outras pessoas interessadas no cotidiano escolar.

Além da vinculação das APMs à direção da escola, as alterações propostas pelo primeiro Estatuto Padrão referem-se às contribuições espontâneas dos "sócios beneméritos, devendo ser encaminhadas para a organização de bibliotecas, instalação de gabinetes dentários, assistência médica, aquisição de medicamentos e de prêmios para os melhores alunos" (BRANCO, 1996, p. 31). O caráter abrangente da APM, que aspira colaborar com o bem-estar das crianças, garantir o bom funcionamento da escola e envolver a comunidade nas discussões educacionais, sofre um duro golpe.

O Estatuto Padrão das APMs se soma a outras iniciativas em um ano emblemático para a história da educação brasileira: 1934. Ano da aprovação de um capítulo dedicado à educação e cultura na Carta Magna elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte. Alguns avanços no campo educacional foram fundamentais, como a garantia da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário integral, a aprovação da liberdade de cátedra e a fixação de "nunca menos de 10%" dos impostos arrecadados pela União para o sistema educativo.

Entretanto, foi pouco o tempo em que o Brasil viveu sob a égide da Constituição gerada pela Assembleia Nacional Constituinte. Getúlio Vargas, eleito presidente da República pela Constituinte, extinguiu a democracia, alegando que o Brasil precisava de um Estado forte para combater a ameaça comunista, e deu início ao período conhecido como Estado Novo. Embora acompanhado do "Novo", o modelo de Estado que se implantou no Brasil em 1937 em nada pode ser comparado com as aspirações da Escola Nova. A novidade trazida pelo ordenamento legal do novo regime, a Constituição de 1937, elaborada por Francisco Campos, foi utilizar o poder centralizador e totalitário da ditadura recém-instalada para inverter a tendência democratizante da Carta Magna de 1934. Ghiraldelli Jr. (2009, p. 64-65) destaca alguns trechos em que é possível observar o retrocesso:

Artigo 149 — A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país (...).

1937

Artigo 125 — A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular.

1934

Artigo 150 — parágrafo único — a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível (...).

1937

Artigo 130 — O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar, escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

A perspectiva de desobrigar o Estado em manter e expandir o ensino público, deixando nas mãos dos mais ricos o dever de financiar a educação dos mais pobres, marca profundamente a história da educação brasileira e, especialmente, a mentalidade das professoras fundadoras da APM, que estavam justamente em seu período final de formação e início de profissionalização durante a vigência da ditadura varguista (1937-1945). Anos mais tarde, em 1954, o argumento do dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados seria utilizado em defesa da fundação da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro.

Outra iniciativa de diminuição das “deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza” foi a criação das instituições de assistência social no Brasil. Entre elas, para fins desta pesquisa, se destaca a implantação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Criado em 1938 e vinculado à Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância do Ministério da Educação e Saúde, o CNSS tinha a função de centralizar e organizar as obras assistenciais públicas e privadas do país. Para tanto, atribuía parecer quanto à concessão de recursos estatais, sob a forma de subvenções, a entidades sem fins lucrativos. As instituições assistenciais eleitas deveriam prestar serviços sociais sob a forma de ações de assistência social, de saúde, de educação e de cultura. Como veremos mais adiante, em seu terceiro ano de funcionamento, a APM de Juazeiro preenche os requisitos e consegue o registro no Conselho para a obtenção de subvenções.

Ainda durante a gerência de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde foi criado, no dia 17 de julho de 1942, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Fruto de um acordo firmado entre os Estados Unidos e o Brasil, o SESP tinha inicialmente a atribuição de sanear o Vale do Amazonas, preparar profissionais para o trabalho de saúde pública e colaborar com o Serviço Nacional de Lepra. Com o avanço da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a criação da agência garantiu as condições sanitárias para a produção de matérias-primas com fins militares nos Vales do Amazonas e do Rio Doce (RENOVATO, 2009).

O SESP chega ao Vale do São Francisco em 1949, no início da fase de expansão do Serviço para outros rincões do Brasil. Dois anos depois, é inaugurado o Hospital Regional com as presenças do então presidente da República, Getúlio Vargas, do ministro da Saúde, Ernesto Simões Filho, do governador do Estado, Régis Pacheco, além de deputados, senadores e autoridades locais. De acordo com Ribeiro (1968, p. 283), no ano de 1952 o “Posto de Higiene de Juazeiro”, inaugurado em 1922, como resultado da Campanha de Esclarecimento Sanitário, foi entregue ao SESP e se tornou uma Unidade Sanitária. Naquele mesmo ano, o SESP geria as seguintes unidades integrantes de sua jurisdição distrital:

Um Centro de Saúde no Juazeiro [sic]; Uma unidade hospitalar no Juazeiro; Uma Unidade Sanitária em Petrolina (Pernambuco); uma Unidade Sanitária em Carijós (Santa Maria da Boa Vista – Pernambuco); uma Unidade Sanitária em Cabrobó (Pernambuco); uma Unidade Sanitária em Jatinã (Pernambuco); uma Unidade Sanitária em Uauá; uma Unidade Sanitária em Remanso e uma Unidade Sanitária em Sentucé [sic] (RIBEIRO, 1968, p. 284).

Transformado em fundação e vinculado ao Ministério da Saúde em 1960, o SESP desenvolveu uma moderna administração sanitária nos locais onde atuou, trabalhando com temas como higiene infantil, controle de tuberculose e educação sanitária. Por sua vinculação com as escolas primárias, tornou-se um importante antecedente da APM de Juazeiro e se consolidou como um parceiro fundamental da Associação, ao oferecer palestras para os pais e mestres.

Ainda durante o Estado Novo, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, buscou regulamentar o ensino a partir de Leis Orgânicas, entre elas, a de reforma do ensino comercial, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em 1942, e, já durante o Governo Provisório, em 1946, a Lei Orgânica do

Ensino Primário. Essas duas são importantes antecedentes da fundação da APM de Juazeiro, de um modo geral, pela vinculação das professoras fundadoras com o ensino primário e, de modo particular, pelo fato de Maria Franca Pires ter sido do primeiro corpo de docentes do Senai de Salvador. Em seus relatos, fica patente a importância dessa experiência no ensino profissionalizante concedido a operários para a sua trajetória profissional e início de atuação no ensino primário.

As finalidades do ensino primário definidas pela Lei Orgânica de 1946 serão consideradas oito anos depois pelas ações desenvolvidas na APM, embora diferentes interpretações e atividades possam encontrar ressonância nas seguintes definições:

- a) proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandecam, dentro de elevado espírito de Naturalidade humana;
- b) oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade;
- c) elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho (BRASIL, 1946, p. 113).

Antes mesmo da publicação da Lei Orgânica do ensino primário, as crianças eram alvo das ações desempenhadas em todo o país pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), iniciativa surgida em 1942 “sob a inspiração da primeira-dama Darcy Vargas e com o apoio da federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional das Indústrias” (KRAMER, 2011, p. 71). Seu principal objetivo era:

Congregar os brasileiros de boa vontade e promover, por todas as formas, serviços de assistência social, prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as instituições privadas, tendo em vista principalmente: proteger a maternidade e a infância dando ênfase especial ao amparo total à família (KRAMER, 2011, p. 71).

Com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a LBA passou a construir centros de proteção à criança e à mãe, como creches, postos de puericultura, comissões municipais, hospitais infantis e maternidades. Como era vinculada à Confederação Nacional das Indústrias, tudo indica que Maria Franca Pires tomou conhecimento das ações dessa entidade durante a sua curta temporada na Escola do Senai.

O final da Segunda Guerra trouxe como consequência imediata a abertura política do país, com a queda do Estado Novo. Em nível estadual, a Bahia elegeu Otávio Mangabeira, da União Democrática Nacional (UDN), para a gestão de 1947 a 1951. Depois de mais de dez anos de perseguições e ostracismo, Anísio Teixeira voltou a assumir um cargo público, o de secretário de Educação e Saúde do estado da Bahia. Entre as primeiras tarefas, coube a Anísio escrever um capítulo para a Educação e Cultura na Constituição baiana de 1947.

Imerso na concepção escolanovista, Anísio defendeu a garantia da gratuidade em todos os níveis de ensino, a criação de um Conselho Estadual de Educação, de um Fundo Estadual e de uma Lei Orgânica de Ensino. Em seu primeiro relatório, um ano após sua posse como Secretário da Educação, Cultura e Saúde Pública, Anísio Teixeira relata ter encontrado uma situação lastimável na educação do estado: “Os serviços de educação no Estado resumem-se em um corpo de professores primários aglomerados nas cidades, ou dispersos pelas vilas e povoados, quase todos sem prédios, instalações e assistência técnica, moral ou mesmo administrativa” (TEIXEIRA, 1948, apud DICK, 2016, p. 3).

Até o ano em que esteve à frente da Secretaria de Educação e Saúde do estado da Bahia, Anísio Teixeira conseguiu três feitos importantes: Estabeleceu um convênio com Ministério da Educação para a construção de 258 prédios escolares, contribuindo com a penetração da escola primária nas regiões mais distantes e de população dispersa; Instalou serviços de administração e inspeção no ensino primário, por constatar que as escolas não poderiam garantir um bom funcionamento contando apenas com a ação do professor; e Aumentou a relação estudantes por habitantes de 26 para 63 alunos para mil habitantes, alcançando umas das primeiras colocações na média nacional (DICK, 2016). É durante a gestão de Anísio que Juazeiro ganha uma delegada escolar, Lília Café Siqueira, e que a maioria das professoras fundadoras da APM são nomeadas como regentes das escolas isoladas.

O ano em que Anísio Teixeira deixa a gestão da Secretaria, 1951, é o mesmo em que se inicia a Campanha Educativa do Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. De acordo com Leite Filho (2008, p. 91), o objetivo era “formar uma mentalidade voltada para o bem-estar da criança,

evitar a mortalidade infantil e materna, fortalecer a vida familiar, elevar o nível social e despertar e estimular o amor à terra". Em seu trabalho direcionado à comunidade, a Campanha Educativa do DNCr divulgava preceitos de higiene e puericultura em todo o Brasil. Entre as diversas instituições públicas e comunitárias que se entrosaram na Campanha, estavam o Senai e o SESP.

A orientação médico-higiênica do DNCr foi reforçada com a realização de alguns programas e campanhas direcionadas ao combate à desnutrição, vacinações e auxílio para a criação, ampliação ou reformas de obra de proteção materno-infantil. Paralelamente, se desenvolveu também uma tendência individual-assistencialista que incluía ações de fortalecimento da família e educação sanitária, como a criação, em 1952, dos Clubes de Mães, a fim de valorizar o trabalho da mulher no lar e seu papel na educação dos filhos (KRAMER, 2011).

Ao longo das décadas de 1950 e 1960 outras Campanhas iriam tentar superar a morosidade da burocracia estatal para atingir fins educacionais emergentes, a exemplo das Campanhas do Livro Didático e Manuais de Ensino e de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, em 1953; a Campanha Nacional de Merenda Escolar, em 1955; a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958; a Campanha de Educação Popular, em 1962, entre outras.

Com relação à origem das APMs no Brasil, Maria Franca Pires tinha informações diferentes das apresentadas até o momento. Em um documento mimeografado e sem datação, sob o título de "A Associação de Pais e Mestres (ou Associação de Pais e Professores)", está registrado no primeiro parágrafo: "Nascida na América como evolução natural dos Clubes de Mães junto às escolas maternais, a Associação de Pais e Mestres tomou incremento, no Brasil, por volta de 1935, nas escolas primárias do Rio de Janeiro".

O referido documento explicita ainda as finalidades de assistência sociais e educacionais das APMs, "visando sempre o enriquecimento de seus membros através das atividades unificadoras de promoção da família, da escola e da comunidade". As funções das Associações de Pais e Mestres estabelecidas no documento são

especialmente importantes por servirem de inspiração para a atuação da APM em Juazeiro:

- ❖ Atuar junto das demais agências educativas, especialmente as de difusão de massa, no sentido de conseguir melhorar a qualidade dos seus programas;
- ❖ Auxiliar as escolas na ampliação ou remodelação das instalações e seus equipamentos;
- ❖ Organizar caixas escolares, sistemas de bôlsas [sic], encaminhamentos a emprego, etc;
- ❖ Promover programas sócio-culturais [sic] e recreativos para pais, antigos alunos, mestres, educando e comunidade;
- ❖ Propiciar aos pais ocasiões de esclarecimentos a respeito dos cursos, métodos, programas, processos de ensino adotados pela escola;
- ❖ Promover círculos de orientação para oferecer às famílias informação psicológica e ajuda em suas tarefas educativas, modificando as relações das pessoas entre si, favorecendo uma ótica nova de velhos problemas, despertando os líderes para as suas possibilidades;
- ❖ Zelar para que a comunidade das famílias encontre estímulo amplo para sua realização humana e sobrenatural e atue de modo eficiente na solução dos problemas sociais em geral;
- ❖ Ajudar a estabelecer, [sic] nas escolas o espírito de família, bem como o sentido cristão e democrático na tarefa formativa;
- ❖ Difundir suas atividades e suas realizações, de modo a manter sempre vitalizada a articulação família-escola-comunidade, dentro de uma mentalidade de prestação recíproca de serviços e de promoção humana e espiritual (A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, s/d, p. 1)

Como veremos na descrição das ações desenvolvidas pela APM de Juazeiro, todas essas funções foram minimamente contempladas durante os 20 anos de vigência da entidade. O documento mimeografado que serviu de referência para as professoras fundadoras de Juazeiro registra que a atribuição mais importante das APMs é o Círculo, que é definido como:

Um agrupamento tão homogêneo quanto possível de pais e mães para:  
 A) uma troca de experiências educativas;  
 B) uma análise objetiva da atuação no lar, junto à escola, na comunidade;  
 C) uma decisão de modificar conceitos e transformar atitudes no sentido de garantir aos educandos plena auto-realização [sic] (A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, s/d, p. 1).

Em seguida, são definidos os passos do círculo, as atribuições de quem deve fazer o papel de animador de reunião, os passos da preparação inicial, a duração dos círculos, as técnicas de discussão em grupo e a lista de livros que devem ser lidos que devem ser lidos por quem deseja se exercitar na técnica de animação de reuniões.

O desenvolvimento de ações com base nas dinâmicas propostas para os Círculos só será efetivado pela APM na década de 1960. Nos primeiros anos de vigência da Associação, o que se vê são sessões ordinárias em que as atas registram, como veremos adiante, palestras tradicionais em que não há o desenvolvimento de técnicas de discussão em grupo que pudessem dinamizar o debate e incentivar a participação dos pais e mestres presentes à reunião.

Em um documento datilografado por Maria Franca Pires com um balanço das ações desenvolvidas pela APM de Juazeiro, ela explica por que as professoras fundadoras resolveram adotar o nome Associação ao invés de Círculo: “De modo geral as organizações nesse sentido recebem o nome de ‘Círculo’, preferiu-se, entretanto no caso, o nome de Associação por dar ideia de movimento de maior amplitude e abertura” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, p. 1, s/d, grifo dela).

Independentemente do nome escolhido e da versão verdadeira sobre a origem das APMs, o certo é que foram necessários, aproximadamente, 20 anos para que os efeitos da organização escolar da década de 1930 chegassem ao município de Juazeiro-BA. Para entender historicamente esse atraso, é importante situar o complexo emaranhado político e econômico que marca o período que está sendo considerado na definição dos antecedentes da APM.

A cidade de Juazeiro chega a 1889, ano da Proclamação da República, com 11 anos de elevação à categoria de cidade. O entusiasmo de um comércio florescente está integrado cultural e economicamente às grandes cidades brasileiras pela navegação e impulsionado pela organização urbana e a estratégica localização, em uma “encruzilhada de duas grandes artérias de comunicação interior” (SAMPAIO, 2002, p. 103).

Em 1888, o tenente-coronel Durval Vieira de Aguiar (1979, p. 64-65) se deslumbra com o porto, “embelezado por arvoredos que lhe dão um aspecto encantador”, o comércio, “feito mais civilizadamente do que nas outras partes do rio”, e as perspectivas prodigiosas de um futuro promissor:

Estamos convencidos de que um futuro de incalculáveis prosperidades adeja sobre a cidade do Juazeiro, devido unicamente a continuação do prolongamento até lá, com o que necessariamente muito ganhará o nosso comércio, que além do aumento natural da exportação e importação para com as nossas localidades ribeirinhas terá também de fazer suprimentos ao sertão de Minas, de Piauí, de Pernambuco e talvez que das Alagoas - tudo pela via do Juazeiro, que ficará sendo o único empório do rio de S. Francisco até que outra qualquer estrada, noutra localidade, vá lhe fazer concorrência, partilhando nos lucros e na glória do engrandecimento daquela fértil região (AGUIAR, 1979, p. 65).

Oito anos depois, em 1896, dois acontecimentos marcantes aumentam o entusiasmo sobre o futuro de incalculáveis prosperidades: a inauguração do terminal ferroviário ligando Juazeiro a Salvador no dia 24 de fevereiro e a criação de uma escola municipal pelo então intendente Ramiro Antônio Ribeiro, com a nomeação e posse no dia 7 de abril da professora Maria Isabel Carolina de Carvalho. Juazeiro avança na instrução pública e se consolida definitivamente como entreposto de integração entre o Nordeste e o Sudeste do país (RODRIGUES, 2009).

Entretanto, a efervescência intelectual e cultural da cidade, com a presença de uma imprensa atuante, além do desenvolvimento econômico e social experimentado ainda no início do século XX, não são acompanhados pelo aumento na capacidade de atendimento educacional. Rodrigues (2009, p. 165-166) relata que nas primeiras duas décadas dos anos 1900 a “escolarização na cidade era ínfima”. “Havia, porém”, segundo o autor, “alguns cursos particulares e estaduais ministrados por professores nomeados, como os cursos do professor Luis Cursino da França Cardoso e o de Rosalina Maria dos Santos. Várias escolas municipais isoladas são criadas a partir daí”. É ainda nesse período que o então prefeito Aprígio Duarte Filho inaugura o primeiro grupo escolar, as Escolas Reunidas Dr. José Inácio da Silva.

Na década de 1920, um outro visitante esteve em Juazeiro e deixou seu registro para a posteridade. Vicente Licínio Cardoso (1933, p. 50-51) ficou surpreso ao ver o desenvolvimento econômico impulsionado pelo rio São Francisco, que ele chama de “dádiva opulentíssima da natureza”. Ele afirma que o Velho Chico não mereceu a atenção da história brasileira, embora tenha sido o principal responsável pela “união entre o centro do sul – Rio, São Paulo e Minas – e o centro do norte – Bahia, Pernambuco – que eram até o século XIX os grandes núcleos, exclusivos quase de nossa civilização incipiente”. Opinião semelhante à de Luís Flores Rêgo (1935, p. 171-

172), quanto este afirma que o São Francisco sempre desempenhou um papel relevante na evolução da população do interior, como “principal meio de comunicações”.

Nas primeiras décadas do século XX, portanto, Juazeiro já tem o seu reconhecimento como grande entreposto de integração nacional, com o seu florescente comércio. Mas a riqueza que atracava e partia de Juazeiro não era acompanhada de um incremento na escolarização. Isso se evidencia no ato solene aos festejos do centenário de autonomia do município de Juazeiro, realizado no Clube Comercial em 1940. Na ocasião, a professora Emília de Matos Cajé chama a atenção para a quantidade de vagas ociosas nas Escolas Reunidas Dr. José Inácio da Silva, único grupo escolar da cidade, em decorrência da situação financeira das famílias, que não tinham condições de oferecer a primeira alimentação para os filhos. Os apelos da professora Emília sinalizam a necessidade de que seja criada uma Caixa Escolar para a assistência aos alunos pobres. A solicitação encontrou ouvidos atentos: três anos depois, em 1943, foi fundada a Caixa Escolar de Juazeiro (RODRIGUES, 2009).

Ainda na década de 1940, mais precisamente em 1947, foi fundada a Associação Assistencial de Juazeiro, por iniciativa de algumas lideranças locais, como Alfredo Viana, Edson Ribeiro e Ana Oliveira. A finalidade da instituição era prestar serviços de assistência médica, farmacêutica, dentária e de enfermagem à população pobre da cidade. Entre os anos de 1950 e 1953, chegou a atender “10.204 pessoas” no ambulatório que funcionava em dois turnos: manhã e tarde, além de prestar “803 socorros dentários” e transportar “3.156 doentes” para os serviços hospitalares de maternidade e clínicas locais (RIBEIRO, 1968, p. 268).

A primeira maternidade construída às margens do São Francisco foi inaugurada em Juazeiro no dia 22 de dezembro de 1951: a Maternidade São José, que ocupou um pavilhão da Santa Casa de Misericórdia e se constituiu como uma “obra de assistência de há muito reclamada pelas mães do Juazeiro [sic]” (RIBEIRO, 1968, p. 241). Durante a trajetória da APM, a presença do diretor da Maternidade, José Araujo, era constante nas sessões solenes, em uma dessas ocasiões chegou a receber das mãos de Maria Pires um “rico enxoval oferecido à mãe pobre” de Juazeiro.

Outra iniciativa ocorrida no início da década de 1950 que pode ser vista como um relevante antecedente da APM foi a fundação do Círculo Operário, o qual, em 1951, ofereceu curso de Corte e Costura e criou uma escola de Arte Culinária; em 1952, deu aulas de Português, Inglês, Matemática e Escrituração Mercantil; em 1953, criou uma cooperativa de gêneros alimentícios; e, em 1954, “criou uma pequena biblioteca e escolas diurna e noturna” (RIBEIRO, 1968, p. 271).

Ainda em 1954 um grupo de profissionais de diferentes setores da economia de Juazeiro e Petrolina se uniram na fundação do Rotary Club. De acordo com um dos fundadores, a entidade criou escolas e creches, que ficaram sob a orientação das esposas dos rotarianos (DUARTE, 1994). As histórias da APM e do Rotary Club se cruzaram pelo menos em duas ocasiões: quando ambos realizaram, em parceria, um festival nos dois cinemas de Juazeiro; e na palestra proferida por Dr. Onias Oliveira, presidente do Rotary Clube, sobre o “Tratamento dos dentes na criança”. As duas atividades aconteceram em 1955 e serão apresentadas durante a descrição da trajetória da APM.

Em relação à vida política de Juazeiro, o que predomina ao longo da sua história é “a intensa rivalidade entre facções das famílias dominantes” (CHILCOTE, 1990, p. 70). Ao investigar a transição capitalista experimentada por Juazeiro e Petrolina no início da década de 1970, o professor da Universidade da Califórnia, Ronald Chilcote (1990, p. 74) entrevistou membros da classe dominante das duas cidades e comprovou como “a falta de consenso na política municipal de Juazeiro resultava em maior dependência em relação às decisões políticas em nível estadual”.

A persistência e crescimento dessa burocracia nepotista tendia também a ser diretamente dependente das decisões e alocações de recursos materiais e humanos em nível estadual e federal. De modo característico de muitos municípios, a administração local estava em geral sujeita a decisões externas. Frequentemente, as divergências políticas davam origem a sanções externas. (CHILCOTE, 1990, p. 74).

Entre as sanções externas sofridas por Juazeiro em meio às disputas estaduais e federais, está a transferência do “Aprendizado Agrícola Pereira Lima” em decorrência de algumas lideranças municipais resistirem à chamada Revolução de 1930. Fundado em 1917, esse estabelecimento de ensino era direcionado, preferencialmente, a

órfãos de ambos os sexos. Na mesma ocasião, foi suspensa a Repartição Geral dos Correios e a Agência do Banco do Brasil foi rebaixada de categoria (RODRIGUES, 2009).

É bem provável que tais reprimendas (ou mesmo indiferenças) institucionais estejam no cerne do lastimável atraso educacional que Juazeiro experimenta durante as primeiras décadas do século XX, mesmo cultural e economicamente integrado às grandes cidades brasileiras, especialmente pelo sistema trimodal de transporte (fluvial, ferroviário e rodoviário). O primeiro ginásio, denominado Ginásio de Juazeiro, foi fundado apenas em 1946, ou seja, 20 anos após a inauguração do Ginásio Dom Bosco e do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, ambos ofertantes do ensino secundário na vizinha cidade de Petrolina-PE.

A situação de Juazeiro não era diferente dos outros municípios baianos. Como afirma Rodrigues (2009, p. 134), somente a partir da década de 1950 é que são "efetivamente concretizadas as primeiras iniciativas e tentativas de implantação de políticas" de ampliação e oferta do ensino secundário no estado da Bahia. O primeiro ginásio público de Juazeiro, o Ginásio Ruy Barbosa, é fundado somente em 1953, por iniciativa da Cooperativa Cultural de Juazeiro Responsabilidade Ltda, liderada pelo professor Agostinho José Muniz (RODRIGUES, 2009). Ainda nesse ano é instalada a primeira rádio-emissora e difusora de Juazeiro: a ZYN-21, idealizada por Joaquim Borges dos Santos (RIBEIRO, 1968).

Um ano depois da fundação do Ginásio Ruy Barbosa e da inauguração da primeira rádio difusora, Juazeiro experimenta uma profunda transformação na paisagem urbana. A ponte Presidente Dutra, elo físico entre os estados da Bahia e Pernambuco, assenta seu concreto protendido (com fios ou cabos de aço especiais de protensão) sobre as ruínas da majestosa Estação Ferroviária, em um nítido exemplo da imersão dos novos tempos, de "progresso, desenvolvimento e urbanização". Todos os ares conspiravam para um momento de renovação também no campo educacional.

Naqueles idos, recorda a professora Antonila da França Cardoso (2006, comunicação pessoal), crianças da classe média juazeirense dividiam a mesma sala com meninos pobres e totalmente carentes. Era costume as professoras pedirem para os pais mais

abastados mandarem dois cadernos ou “quinhentos reis”, para ajudar os que nada tinham. Antonila recorda que o próprio prefeito do município, Édson Ribeiro, que governou entre os anos de 1951 e 1954, sugeriu que fosse criada uma associação. “Essa coisa de tá [sic] pedindo a um, pedindo a outro, assim não dá certo. Tem que juntar um grupo”, teria afirmado o prefeito (CARDOSO, 2006, comunicação pessoal).

Embora não haja nenhuma referência nos registros da associação que sustente essa interferência do então prefeito Edson Ribeiro, a professora Lourdes Duarte (2006, comunicação pessoal) lembra que “talvez” tivesse alguma influência, “porque sempre ele gostou de participar, agora não era assim uma coisa... Maria Pires centralizou muito nela, porque ela era quem enfrentava tudo, é quem mexia, é quem ia atrás, procurava”. Édson Ribeiro, como outras lideranças do município, nunca “tomou a frente”, e nunca também “deixou de colaborar e participar” (DUARTE, 2016, comunicação pessoal).

---

### **Édson Ribeiro (1899-1965)**

*Nasceu em Juazeiro-BA, no dia 29 de janeiro de 1899. Assim como Oscar Ribeiro, foi fruto da união entre Josino Alcides Ribeiro e Izabel Augusta de Oliveira Ribeiro. Casou-se com Maria Garrido Ribeiro, com quem teve uma filha: Edna Garrido Ribeiro. Fez o curso primário em Juazeiro, nas escolas da prof<sup>a</sup> Adelina de Oliveira Sayeg, Pe. Pedro Ventura Esteves e Luis Cursino da França Cardoso, onde, a 30 de novembro de 1911, terminou o curso. Em 1914, migrou para Salvador, onde foi aluno interno do Ginásio Ipiranga, de julho de 1914 a dezembro de 1918. Terminado o curso secundário, matriculou-se, em março de 1919, na Faculdade de Medicina da Bahia. No dia 27 de dezembro de 1924, colou grau em Doutor em Medicina. Chegou a Juazeiro no dia 19 de janeiro de 1925 e, em fevereiro do mesmo ano, foi clinicar no nordeste do estado passando por Barro Vermelho, Curaçá, Patamutê e Uauá, donde, com a morte de seu progenitor, voltou definitivamente para Juazeiro. Em agosto de 1925, foi eleito vereador para substituir seu pai e foi reeleito sucessivamente, até que a Revolução de 1930 extinguiu as Câmaras Municipais. Em 1928, foi eleito provedor da Santa Casa de Misericórdia, sendo reeleito, sucessivamente, até 1932. Na sua provedoria, o patrimônio social da Santa Casa aumentou de forma significativa. Ainda em 1928, no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia, Édson Ribeiro fundou, junto*

com vários representantes do operariado de Juazeiro, a Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses, nome sugerido por um dos principais “benfeitores”, Saul Coroliano Rosas. Presidiu os destinos da Associação até 1935. Nesse processo de organização sindical do operariado juazeirense um veículo de imprensa destacou-se de forma inexorável, “O Trabalho”, órgão quinzenal, fundado pela Sociedade Beneficente, cuja direção da redação fora entregue a Édson Ribeiro. Édson também incentivou a arregimentação política do operariado juazeirense, fundando o Partido União Trabalhista de Juazeiro. Desde a sua fundação, em 1934, até 10 de novembro de 1937, com a ditadura do Estado Novo deflagrada por Getúlio Vargas, o partido não conheceu derrota. Ainda nas eleições de 1934, a União Trabalhista elegeu Luís Viana Filho, Deputado Federal; e Édson Ribeiro, Deputado Estadual. Nas eleições de 1935, Alfredo Viana, Prefeito de Juazeiro; e a maioria da Câmara de Vereadores. Durante o período que se seguiu ao Golpe de 1937, que instaurou a ditadura do Estado Novo, Édson Ribeiro ficou afastado seis anos da vida pública, até ser convidado, em 1943, para presidir e reorganizar o Aero clube de Juazeiro. Em 1946, participou de um grupo com outras quatro pessoas, Lília Siqueira, Agostinho José Muniz, Ademar Raimundo da Silva e Mons<sup>o</sup> Antonio da Costa Rego, da fundação do Ginásio de Juazeiro. Com a queda do Estado Novo, em novembro de 1945, Édson Ribeiro foi nomeado pelo interventor do estado da Bahia, João Vicente Bulcão Viana, como prefeito de Juazeiro, sendo empossado a 25 de dezembro de 1945. Assim, deu-se início à 1ª Gestão Édson Ribeiro. No dia 25 de novembro de 1946, deixou o cargo de prefeito para se candidatar à Assembleia Legislativa do Estado. Terminado o mandato de deputado, em 1951, Édson Ribeiro foi eleito prefeito de Juazeiro pela segunda vez. Tomou posse no dia 31 de janeiro de 1951, com uma bancada de 12 vereadores, dos quais apenas quatro foram eleitos pelo partido que o apoiava, além da oposição sistemática do governo do Estado, administrado pelo getulista Régis Pacheco. Terminou o mandato em 1955, reconheceu que a política não o atraía mais e dedicou-se ao Ginásio de Juazeiro. Do Ginásio, surgiram as primeiras reuniões para a fundação da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, em 1960, na qual presidiu a primeira sessão. Pelo pioneirismo em conclamar os munícipes para a importância da criação da Faculdade de Agronomia, foi eleito Presidente do Conselho de Curadores, além de lecionar biologia no curso pré-vestibular. Morreu no dia 23 de março de 1965, enquanto redigia o livro “Juazeiro na esteira do tempo”, obra póstuma cuja primeira edição foi publicada em 1968.

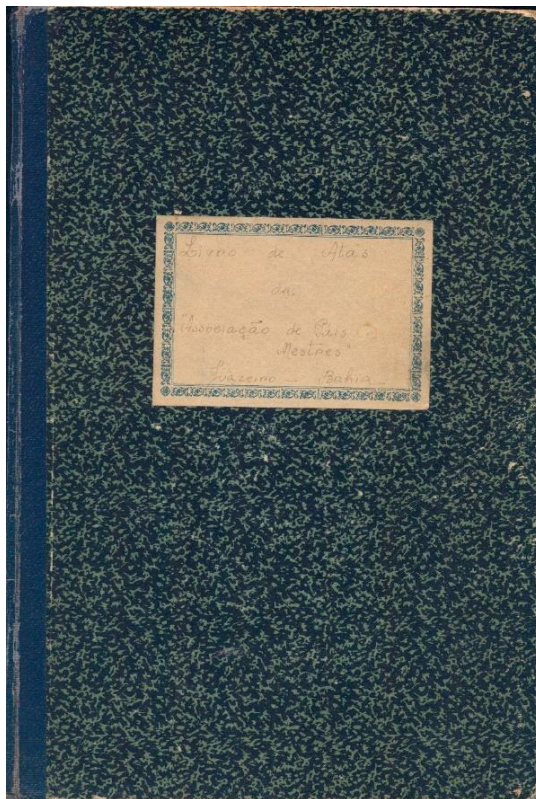
---

## 5.2 A Associação de Pais e Mestres assenta os trilhos na esteira do tempo de Juazeiro (1954-1957)

O presente livro, contendo 50 folhas, por mim, numeradas e rubricadas, servirá para 'Livro de Atas' da 'Associação de Pais e Mestres'.  
Juazeiro, 9 de maio de 1954.  
Maria Franca Pires

Eis o termo de abertura do Livro de Atas da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro. Embora datado de 9 de maio de 1954, a primeira ata do livro, intitulada "Ata das sessões de elaboração dos Estatutos e reunião preparatória para a instalação da 'Associação dos Pais e Mestres'", registra a sessão do dia 30 de abril de 1954.

Imagem 9 - Capa do Livro de Atas da APM.



Fonte: Arquivo de Maria Franca Pires.

São as atas da APM a principal fonte de reconstituição dos primeiros anos da Associação. Preservado no arquivo de Maria Franca Pires, o livro registra com minúcias as sessões ordinárias e comemorativas realizadas pela APM entre os anos de 1954 e 1957. Nos dois primeiros anos, não existe lacuna entre as sessões. Todos

os meses contam com pelo menos uma ata, iniciando no dia 30 de abril de 1954 e finalizando no dia 13 de novembro de 1955.

Já em 1956, faltam as descrições das sessões de julho e setembro. Não é possível saber se existiram, já que a próxima ata não informa o que teria ocorrido para que esses dois meses passassem em branco nas páginas do livro, hoje amareladas pelo tempo. O que é possível constatar a própria ata relata: a baixa participação nas sessões anteriores e posteriores àquelas que registram os dois meses faltosos. Fica então o indicativo de que a mobilização não foi suficiente para atrair a presença dos sócios e as sessões devem ter sido suspensas.

Em 1957, só foram registradas quatro sessões: a sessão comemorativa do terceiro aniversário da APM; e as sessões de 14 de junho, 14 de julho e 11 de agosto, essas três últimas com a presença de um pequeno número de sócios. Depois de 11 de agosto de 1957, só há dois registros no livro de atas: 6 de agosto de 1961 e 6 de agosto de 1965. O intervalo de quatro anos entre um registro e outro é o tempo de uma gestão da diretoria da APM, o que nos leva a concluir que a partir de 1957 os registros só serviram para comprovar que uma diretoria estava à frente dos destinos da Associação, requisito necessário, por exemplo, para a APM requerer a subvenção do Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação.

Além das atas registradas no Livro de Atas, o arquivo de Maria Franca Pires contém uma folha avulsa, datilografada e intitulada “Cópia autêntica da última ata de reunião da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro – Bahia”. É o registro da ata do dia 15 de agosto de 1968. O original, em tese, deveria estar no Livro de Atas, mas só constam as atas apresentadas anteriormente. Contando com essa “cópia autêntica” de 1968, ficaram 31 atas da APM de Juazeiro no arquivo de Maria Franca Pires, das quais 28 registram os anos de 1954 a 1957, por isso, esse é o período que resolvemos delimitar como a primeira fase da Associação, em que os trilhos da APM se assentam e pedem passagem na esteira do tempo de Juazeiro.

A primeira ata da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro relata as sessões de elaboração dos Estatutos e reunião preparatória para a instalação da APM. Datada de 30 de abril de 1954, a ata registra que as sessões de preparação do Estatuto foram

realizadas nos dias 13, 20 e 25 de março, entretanto, o Estatuto traz a inscrição de que os seus capítulos foram aprovados nas sessões de 13, 20 e 25 de abril de 1954. Pela proximidade da reunião do dia 30 de abril, o mais provável é que essas últimas datas das sessões sejam as corretas.

De acordo com a professora Lourdes Duarte (2016, comunicação pessoal), as reuniões de preparação do Estatuto aconteceram na escola professor Artur de Sales, regida pela professora Maria Franca Pires. “A escola dela nesse tempo era no fundo da [Sociedade] 28 [de setembro]. A sala do fundo da 28 alugavam e Maria Pires alugou para a primeira escola dela. Na escola dela era mais prático porque o salão era bom, era mais ou menos arejado”. O salão da escola, que tempos depois se tornou uma conhecida boate em Juazeiro, terminou sendo o lugar de referência para as reuniões da APM de Juazeiro.

Todos os artigos e itens do Estatuto foram elaborados e aprovados nessas três sessões por uma comissão formada pelas professoras fundadoras da APM: Maria Franca Pires, Maria de Lourdes Duarte, Renilde Teixeira Luna, Celita Dina da Cunha e Terezinha Ferreira. Cobia, portanto, à "reunião preparatória para a instalação da Associação dos Pais e Mestres" referendar o que a comissão produziu nas três sessões de elaboração do Estatuto.

Segundo consta na ata, foi grande o número de pais de alunos que compareceram ao salão da escola professor Artur de Sales naquela noite de sexta-feira, 30 de abril de 1954. A primeira pessoa a fazer uso da palavra foi a professora Maria Franca Pires, "que de início demonstrou estar plenamente satisfeita diante de tão grande assistência, confessando não contar com esta vitória, ao primeiro encontro de pais e mestres" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

O entusiasmo de Maria Pires deve ter inspirado a sua explanação, que prosseguiu na apresentação da finalidade daquele encontro e nas vantagens que a fundação de uma Associação de Pais e Mestres poderia trazer à comunidade. A ata destaca um trecho da fala de Maria em que ela relaciona a fundação da APM com a continuação de uma obra organizada e divulgada por professores e pedagogos ilustres como Antonio D'Ávila e Theobaldo Miranda.

---

**Antonio D'Ávila (1903-1989)**

*Nasceu em 1903, em Jaú (SP), e diplomou-se pela Escola Normal de São Paulo em 1920. Atuou em diversas entidades culturais e educacionais, entre as quais a Liga do Professorado Católico, o Centro do Professorado Paulista, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Academia Paulista de Educação e a Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil. Foi testemunha dos vários projetos e das diversas leis de diretrizes sobre a Educação no país. Iniciou sua produção teórica em 1932 e até 1989, ano de seu falecimento, publicou manuais de ensino, livros didáticos sobre o curso primário e formação de professores, além de artigos em revistas e jornais (TREVISAN, 2007).*

---

Essa vinculação é especialmente interessante por anunciar dois profissionais da educação vinculados à perspectiva do “escolanovismo católico”, termo cunhado por Sgarbi (1997) para caracterizar os educadores católicos que introduziram as ideais progressistas da Escola Nova em sua produção teórica e atuação profissional. Evidentemente, essa introdução passava pelo filtro da defesa irrestrita de algumas concepções “sagradas” da educação cristã, como a inserção do ensino religioso e o cuidado do sensível, do espiritual, da moral, do doméstico e do social, entre outras exigências que cooperassem na formação do “verdadeiro e perfeito cristão” (SGARBI, 1997).

Por certo que em abril de 1954 a disputa pela hegemonia do campo educacional brasileiro, que havia se acirrado na década de 1930, entre educadores católicos e os pioneiros da educação nova, já estava em um estágio ameno. Educadores como Theobaldo Miranda e Antonio D'Ávila publicavam manuais e livros didáticos impregnados das bases filosóficas, biológicas e sociológicas modernas, com base nos princípios da Pedagogia escolanovista (TREVISAN, 2007), e eram bem recebidos por professoras primárias Brasil afora, que tinham formação católica e inspiração moderna para transformar as escolas públicas brasileiras.

---

---

### **Theobaldo Miranda dos Santos (1904-1971)**

*Nasceu em 1904, na cidade de Campos (RJ), onde residiu a maior parte de sua vida. Frequentou o Liceu de Humanidades e a Escola Normal Oficial. Iniciou sua trajetória profissional na Cidade de Manhuaçu (MG), como professor primário. No ano de 1928 retornou à sua cidade natal ocupando os cargos de diretor e professor das disciplinas de Física, Química e História Natural, do Liceu de Humanidades na qual fora aluno. Foi ainda professor no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Campos, onde ensinava História da Civilização. Sua carreira como escritor começa em 1932, com a publicação de artigos para jornais nas cidades de Campos e Niterói. Neste período, converteu-se ao catolicismo e participou ativamente do Movimento de Renovação Católica, redigindo inúmeros artigos para a revista "A ordem", de cunho católico. Ao todo, escreveu 150 obras sobre diversos temas, como Literatura Infantil, Psicologia, Pedagogia, Sociologia e Filosofia, além de livros didáticos para o ensino primário. (CALIXTO, 2013).*

---

É o caso das fundadoras da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro. Naquela reunião preparatória para a instalação da APM, Maria Franca Pires leu e explicou, "minuciosamente", para as pessoas presentes todos os itens produzidos e aprovados pela referida comissão de elaboração do Estatuto. Entre os artigos aprovados, é importante destacar alguns que dizem respeito à natureza e dinâmica de funcionamento da APM de Juazeiro.

O primeiro e único artigo do Capítulo I do Estatuto, por exemplo, denomina a entidade, seu raio de atuação e determina a sua finalidade precípua:

Com a denominação de 'Associação de Pais e Mestres' fica fundada em Juazeiro esta instituição que tem por fim aproximar pais e mestres, na cooperação de tudo quanto se referir ao bem estar da criança e bom funcionamento da escola (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, 1954, p. 1).

O Capítulo II do Estatuto caracteriza os sócios, em número ilimitado, considerando-os "todos os pais dos alunos e professoras [sic] que desejem cooperar para o bem da Associação". O referido capítulo define ainda as duas categorias de sócios da APM de Juazeiro: benemérito, para "os que contribuirão, mensalmente, com a importância

de Cr\$ 5,00<sup>7</sup>", e auxiliares, "os que contribuirão com Cr\$ 2,00 mensais". A lista de obrigações dos sócios compreende oito itens:

- a) pagamento da jóia [sic]<sup>8</sup> (de cr\$ 10,00 para os beneméritos e de cr\$ 5,00 para os auxiliares);
- b) comparecer às reuniões;
- c) atender às instruções da Associação e fornecer-lhe informes, quando solicitados;
- d) sugerir idéias [sic] que tragam resultados benéficos para a Associação;
- e) votar e aceitar cargos do Conselho geral;
- f) zelar pela assiduidade, pontualidade e asseio dos alunos, ajudando a escola na obra de educação;
- g) fazer a propaganda da Associação da escola;
- h) requerer convocação de assembléia [sic], quando julgar necessário (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, 1954, p. 1).

O Capítulo III do referido Estatuto define as reuniões ordinárias, realizadas mensalmente, e extraordinárias, "tantas vezes quantas necessárias". Afirma também que a presidente fará a convocação das reuniões e "em cada reunião será debatido um assunto sobre educação, higiene, etc., ficando a palestra a cargo de uma professora ou pessoa escolhida pelo Conselho Geral".

O Capítulo IV discorre sobre os membros do Conselho Geral, composto de professores e Auxiliar, de pais de alunos e professores, que estariam responsáveis pela direção da APM. Além de presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários e tesoureiro, os Conselhos são compostos também por uma comissão fiscal de dois membros. O Capítulo V se detém a relatar os deveres da diretoria e comissão e finaliza com a deliberação de que haverá eleição de quatro em quatro anos.

Todos os trâmites que envolvem as eleições e votações são o assunto do Capítulo VI, que inicia determinando "as condições indispensáveis ao direito de votar e ser votado: a) ser sócio inscrito há mais de seis meses; b) estar no gôzo [sic] de seus direitos de associado" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, 1954, p. 3). A possibilidade de os membros da diretoria serem reeleitos também é um item importante desse capítulo.

A constituição do patrimônio da APM e sua aplicação estão discriminados no Capítulo VII. As contribuições dos sócios e possíveis ofertas serão empregadas "em tudo

---

<sup>7</sup> O Cruzeiro, também conhecido como cruzeiro "antigo", foi uma moeda brasileira que vigorou durante o período compreendido entre 1º de novembro de 1942 e 12 de fevereiro de 1967 (AMATO, 2016).

<sup>8</sup> A "jóia" era uma espécie de taxa de adesão para se associar à APM.

quanto visar o bem estar da criança" e, "quando a associação tiver fundos suficientes" serão cumpridos os seguintes feitos:

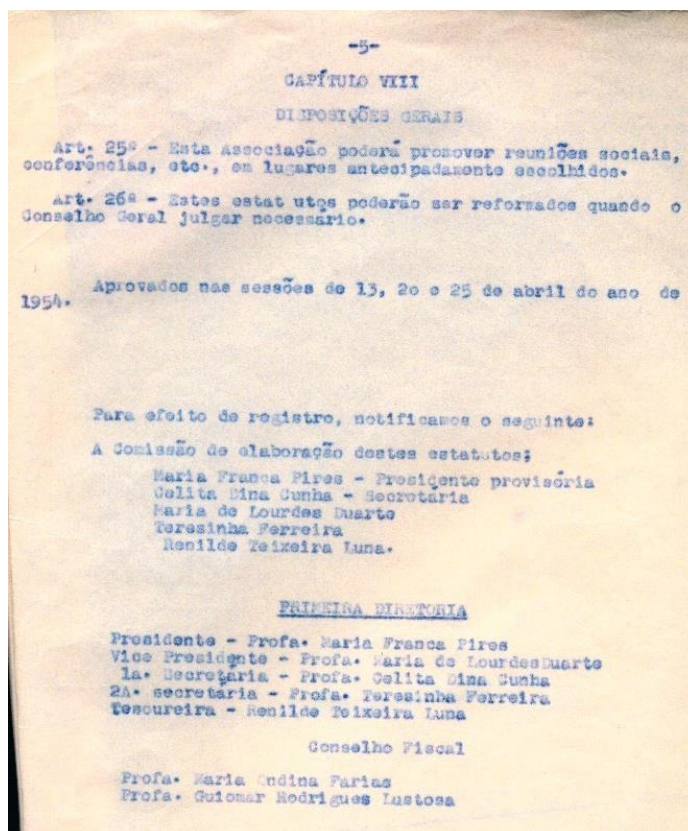
- a) organização de uma biblioteca subordinada a um regulamento interno feito pelo Conselho Geral;
- b) fornecimento de material escolar às crianças que realmente necessitarem;
- c) instituição de um prêmio em dinheiro para o aluno que se distinguir durante o curso. Este [*sic*] prêmio será colocado em uma casa bancária e só poderá ser retirado quando o premiado atingir a maioridade. O prêmio pode ser, também, em medalha ou objeto (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, 1954, p. 4).

O oitavo e último Capítulo do Estatuto (ou "dos Estatutos", como muitas vezes é referido) traça as disposições gerais, definindo que a Associação "poderá promover reuniões sociais, conferência, etc., em lugares antecipadamente escolhidos". Além disso, afirma que os estatutos "poderão ser reformados quando o Conselho Geral julgar necessário" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

Após a referência à leitura e explicação minuciosa de todos os artigos e itens aprovados nas três sessões anteriores àquela reunião, a ata afirma, sem maiores detalhes, que:

O Conselho Geral ficou estabelecido da seguinte maneira: Presidente - Maria Franca Pires, Vice-presidente - Maria de Lourdes Duarte, 1ª Secretária - Celita Dina da Cunha, 2ª Secretária - Terezinha Ferreira, Tesoureira - Renilde Teixeira Luna. Comissão Fiscal - Maria Ondina Benevides Farias, Guiomar Lustosa Rodrigues (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

Imagem 10 - Última página dos Estatutos da APM de Juazeiro.



Fonte: Arquivo Maria Franca Pires.

Ou seja, a Comissão de elaboração dos Estatutos compôs a primeira Diretoria da APM de Juazeiro. Além delas, duas professoras fundadoras da Associação assumiram o Conselho Fiscal. A professora Lourdes Duarte (2016, comunicação pessoal) lembra que “houve um consenso”, a partir das “pessoas mais interessadas e que tivessem mais disponibilidade” para assumir a direção da entidade naquele momento.

---

### **Guiomar Lustosa Rodrigues (1921-1999)**

*Nasceu no dia 6 de março de 1921, na fazenda Sítio dos Borges, em Juazeiro. Filha de Vitório Rodrigues de Assunção e Eufrosina Lustosa Rodrigues. Ao 3 anos, ficou órfã de pai. Aos sete, ingressou nas Escolas Reunidas Dr. José Inácio da Silva, sendo aluna da professora Maria José Sant'Ana. Aos 12 anos, foi matriculada na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, em Petrolina, onde cursou da 4ª série primária ao 4º ano normal, recebendo o diploma de professora primária no dia 19 de dezembro de 1940. Um ano depois, passou a lecionar na Escola da Maçonaria Segredo, Força e União, onde ficou até 1949. Em 1950, foi aprovada em concurso para o magistério*

*público, sendo nomeada inicialmente para o distrito de Pau a pique, em Casa Nova (BA). Antes de assumir a regência de classe, foi indicada para substituir uma professora que se deslocara de Juazeiro para outra localidade. Trabalhou como regente e diretora das Escolas Reunidas Dr. José Inácio da Silva. Depois de 17 anos de serviços prestados à escola onde cursou o primário, foi removida para a Escola Auxilium, e dessa para a do Clube Comercial, tendo sido diretora até a extinção dessa escola, em 1979. Antes da aposentadoria, ainda dirigiu a Escola prof<sup>a</sup> Isabel Lopes de Almeida. Morreu no dia 8 de junho de 1999.*

---

Depois de estabelecida a Diretoria, a ata informa que "os pais foram convidados a escolher livremente a categoria de sócios, a que desejavam pertencer". Às opções de sócios beneméritos e auxiliares, que constam nos Estatutos, foi acrescida a de "simplesmente sócios", cuja joia era de cr\$ 2,00 e não havia taxas mensais (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

As listas de sócios foram apresentadas e assinadas pelos presentes "com a maior bôa [sic] vontade, demonstrando sua inteira cooperação a tão importante iniciativa", como registra a ata (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954). A quantidade de pessoas que se associaram à APM naquele dia reforça o entusiasmo de Maria Franca Pires. Foram 47 sócios beneméritos, 55 sócios auxiliares e 23 simplesmente sócios, totalizando 125 pessoas presentes à reunião preparatória para a instalação da APM de Juazeiro.

Depois do registro nominal de cada sócio, divididos nas três categorias citadas anteriormente, a ata informa que "o Conselho Geral solicitou que os presentes opinassem sobre a escolha dos membros que deveriam compor o Conselho Auxiliar", que ficou constituído da seguinte maneira:

Presidente - Olinto Ferreira Muniz, Vice-Presidente - Honorato Bispo, 1<sup>a</sup> Secretária - Professora Maria Dulce Luz Barros, 2<sup>o</sup> Secretário - Alfredo Carneiro de Oliveira, Tesoureiro - José Januário Barbosa, Consêlho [sic] Fiscal - Helena Pereira Rocha, Joana Felix da Costa, as pessoas eleitas foram bem aplaudidas (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

Os aplausos foram seguidos pelo agradecimento de Maria Pires às presenças de todos, emendado com o convite para a sessão de instalação e posse dos membros

da APM, marcada para o segundo domingo de maio daquele ano, dia 9, às 16h, "por ser o dia dedicado às mães" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

E foi no dia das mães de 1954 que o salão da escola professor Artur de Sales recebeu professoras, pais de alunos, autoridades e "várias pessoas gradas" para a sessão solene de instalação e posse dos membros da APM de Juazeiro. A ata daquele dia informa que o professor "Augustinho" (Agostinho) José Muniz, secretariado pela professora Celita Dina da Cunha, presidiu a sessão e, após a leitura da ata da sessão preparatória, convidou os membros dos Conselhos Geral, Auxiliar e Fiscais para compor a mesa. A esses, somaram-se a delegada escolar, professora Judite Leal Costa, e o representante do grêmio literário "Os Cruzados", Expedito Nascimento (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

Empossada a diretoria, o professor Agostinho José Muniz cumpriu, em seu discurso, a incumbência ou, nas palavras dele, "deferência", que lhe tinha sido conferida pelas professoras fundadoras da APM: "teceu considerações sobre [sic] todos os pontos do estatuto, e, com palavras eruditas, mostrou o alto valôr [sic] da Associação que se instalava naquele momento" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954). E o professor Munizinho, como era carinhosamente conhecido, foi além:

Baseado nos princípios pedagogicos [sic], mostrou a finalidade real da escola na sociedade, encontrando elementos para comprovar o mérito da obra, ora fundada. Disse ser um grande dia, êste [sic] em que pais e mestres na perfeita compreensão dos seus deveres, reuniam-se para melhor estudar e defender os interêsses [sic] da criança (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

Ao franquear a palavra para o público presente, o professor Agostinho José Muniz foi acompanhado em saudação pelo reverendo padre Arnaldo<sup>9</sup>, que, "num feliz improviso, ressaltou o valor da Associação de Pais e Mestres, louvando a iniciativa daquele grupo de professoras idealizadôras [sic] da agremiação, formulando os melhores votos pelo progresso da nova instituição" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO,

---

<sup>9</sup>De acordo com a professora Lourdes Duarte, o padre Arnaldo fazia parte de um grupo de Redentoristas que "tomava conta da Paróquia de Juazeiro", pertencente até 1963 à Diocese de Barra e administrada, entre os anos de 1942 e 1963, por Dom João Batista Muniz, da Congregação do Santíssimo Redentor.

1954). A sessão solene contou ainda com a declamação da poesia Parábola da Angústia, feita pela professora Terezinha Ferreira, e pela canção Mãezinha querida, cantada pela aluna Itela Borba em homenagem às mães. O encerramento ficou por conta do Hino Nacional, entoado por toda a assistência.

---

### **Agostinho José Muniz (1901-1960)**

*Nasceu em Juazeiro, no dia 10 de fevereiro de 1901. Fez o curso primário com o professor Luis Cursino da França Cardoso e o curso Ginásial no Colégio Estadual da Bahia, em Salvador. Mesmo residindo em Juazeiro, onde trabalhava no comércio, estudava as matérias do ginásio e, quando chegava o período de provas, conseguia uma licença com o patrão para ir a Salvador prestar os exames. Finalizado o curso ginásial, ingressou nas Faculdades de Medicina e Direito, as quais não chegou a concluir. De volta a Juazeiro, ministrou aulas particulares de preparação para o exame de admissão no Ginásio Dom Bosco, em Petrolina, atuou como advogado provisionado e fundou sindicatos, sociedades literárias, beneficentes e partidos políticos, como a Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Anexos e o partido União Trabalhista de Juazeiro. Sua origem popular o mantinha sempre vinculado às causas do povo pobre e trabalhador. Em 1946, participou da Fundação do Ginásio de Juazeiro. Mas, seu interesse mesmo era instalar um Ginásio público em Juazeiro. E, nesse intento, não mediu esforços. Em 1953, liderou um grupo de cidadãos juazeirenses que fundou a Cooperativa Cultural de Juazeiro Responsabilidade Ltda, responsável pela fundação do Ginásio Ruy Barbosa. Foi o primeiro diretor do Ruy Barbosa, até ser demitido, por perseguição política, em 1959. Morreu alguns meses depois, no dia 10 de janeiro de 1960 (DUARTE, 1964; RODRIGUES, 2009). .*

---

O segundo domingo do mês terminou sendo o dia de referência das reuniões ordinárias da APM. Um mês e quatro dias depois da sessão de instalação da APM, no segundo domingo (dia 13) de junho de 1954, foi realizada a primeira sessão ordinária da Associação. O salão da escola professor Artur de Sales recebeu os membros da diretoria e "vários pais de alunos", segundo registra a ata (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

A professora Terezinha Ferreira, que havia declamado a Parábola da Angústia na última sessão, deu uma palestra sobre "as vantagens e desvantagens que o cinema, a imprensa e o radio [sic] pode [sic] influir na formação da criança". O apelo direcionado aos pais era para que esses prestassem "atenção às leituras dos filhos, os filmes mais [sic] das veses [sic] impróprios [sic], os quais cheios de crimes, virá sobrecarregar a mente infantil de emoções demasiadas fortes para idade". No rádio, segundo Terezinha, era importante aos pais observarem "o inconveniente de certas músicas livres, inadequadas para idade, chocantes ser ouvidas e cantadas por crianças que nem ao menos compreendem o sentido" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

A professora Lourdes Duarte (2016, comunicação pessoal) recorda que as reuniões tinham por vezes um tema para debater "da área de medicina, de bons costumes, um assunto em foco que estivesse no momento". Era o caso da palestra da professora Terezinha, que focalizava uma questão daquele tempo: como a escola e a família devem lidar com os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação? A preocupação daquele grupo de professoras era incentivar que os pais valorizassem a escola, apoiassem os professores e orientassem o que as crianças deveriam ouvir. "Se na escola a gente ensinava uma coisa e depois vinha um outro fator que atrapalhava, então vamos ver o que é que nossos filhos estão vendo, estão lendo, estão aprendendo" (DUARTE, 2016, comunicação pessoal).

Terminada a palestra, Maria Franca Pires convidou a tesoureira da APM, professora Renilde Teixeira Luna, para fazer a chamada dos sócios e prestar contas sobre o movimento financeiro existente em caixa. Após notificar ter aberta uma caderneta no Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia para o depósito das contribuições mensais dos sócios da APM, Renilde "leu o movimento do caixa, cuja importancia [sic] livre das despesas [sic] para a instalação da Associação importa em deposito [sic] novecentos e oitenta e um cruzeiros" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

A segunda reunião ordinária da APM foi realizada no dia 11 de julho, também no salão da escola professor Artur de Sales. Os membros do Conselho Geral foram acompanhados de "uma dezena de pais de alunos". "Lamentando a minória [sic] dos

sócios presentes", a presidente da Associação, professora Maria Franca Pires, "lançou um apelo [sic] aos que ali [sic] se encontravam, no sentido de não deixar fenecer tão importante agremiação, cooperando não no sentido financeiro e sim com as suas presenças" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954). A baixa participação dos pais já era sentida apenas dois meses após a instalação da APM de Juazeiro.

A mobilização para as sessões ordinárias, segundo a professora Lourdes Duarte (2016, comunicação pessoal), incluía o convite verbal e o envio de bilhetes para os pais pelos estudantes das escolas. Maria Franca Pires e as professoras fundadoras da APM iriam persistir na tarefa de incentivar a participação da família no cotidiano escolar. E é isso que a ata registra quando informa que Maria Pires "fez ver aos senhores sócios, que os pais precisavam conviver mutuamente com os mestres, frisando que sem a ajuda dos pais, [sic] não se poderia levar avante a Associação" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

O tema da palestra daquele dia não poderia ser mais adequado ao momento: "Assiduidade, pontualidade e asseio", dissertado pela professora Maria de Lourdes Duarte. E ela fez questão de frisar que os assuntos da palestra haviam "encaixado justamente com o apêlo [sic] da senhora presidente" da Associação. "Se os sócios não estavam sendo pontuais, como poderiam os filhos seguir o exemplo?", provocou a professora Lourdes Duarte. "Diante de 10 sócios, que estímulo poderia ter para falar?", prosseguiu ela, com a franqueza necessária para despertar a atenção e a reflexão dos pais e mães presentes naquela sessão (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

A professora Lourdes (2016, comunicação pessoal) recorda que naquela época tinham muitos pais e mães de estudantes que confundiam. "Diziam: 'ah, meu filho vai à escola todos os dias'. Mas não é só vir à escola, não é só a assiduidade, é a pontualidade. Que às vezes a gente dizia: 'olhe, se você continuar assim você vai perder aula, você perde a explicação'". Os temas então, segundo ela, abordavam "coisas práticas que servissem pra [sic] ajudar o trabalho nosso e os pais. Escolhia aquele assunto que se adaptava melhor ao ambiente dos nossos alunos" (DUARTE, 2016, comunicação pessoal).

Com relação ao asseio, um dos temas da palestra, a professora "aconselhou aos senhores pais que sempre vigiassem as crianças antes de ir à escola, pois mais [sic] das vezes aparecem com unhas, cabelos, roupas desorganizados". Depois de ressaltar a necessidade de professores e alunos terem um ambiente sadio, com ordem e limpeza, a professora Lourdes Duarte finalizou pedindo "a cooperação dos pais, no sentido de seus filhos serem pontuais, assíduos [sic] e ter o máximo asseio possível [sic]" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

Os temas da palestra proferida pela professora Lourdes Duarte seriam destacados pela professora Maria Franca Pires na sessão do dia 8 de agosto de 1954. Após a leitura e aprovação da ata anterior pelos sócios, como era de praxe, Maria Pires frisou que os problemas da pontualidade, assiduidade e asseio "dependem principalmente dos pais". Em seguida, elogiou "a boa vontade dos sócios no tocante as suas contribuições" e proferiu a palestra do dia: "As desvantagens e perigos que trazem [sic] as tendas" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

A professora Lourdes Duarte (2016, comunicação pessoal) lembra que as tendas eram muito comuns em Juazeiro na década de 1950. Em qualquer rua se via uma tenda de marceneiro, ferreiro, mecânico, sapateiro, alfaiateiro, e muitos pais botavam as crianças de manhã na escola e à tarde na tenda. "Não, não quero meu filho vagabundo na rua não", costumavam dizer. Segundo a professora Lourdes, as tendas eram uma espécie de "ensino profissional", em que as crianças começavam a adquirir uma profissão.

Na palestra, a professora Maria Franca Pires explicou aos pais que a tenda "não é ambiente sadio, porque é frequentado por adulto, onde a criança ouve anedotas, palavras as vês [sic] indecorosas, adquirindo assim hábitos péssimos, resultando consequencias [sic] funestas na formação moral da criança". Diante disso, "lançou um apêlo [sic] aos pais para que fossem vigilantes com seus filhos, aconselhando as tendas para quando a criança chegar ao término do curso primário". Para ela, "por melhor que seja a tenda, os professôres [sic] é que são prejudicados". Além das piadas e palavras indecorosas trazidas para a sala de aula, os alunos não preparavam a lição. A sessão do dia foi encerrada pela própria Maria Pires, com a informação de

que "iria fazer um bingo em benefício da biblioteca infantil e desejava o apoio dos sócios". A data do bingo não foi informada (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

---

### **Maria de Lourdes Benevides Duarte (1917)**

*Nasceu no dia 26 de junho de 1917. Teve como primeira mestra e alfabetizadora a professora leiga Honorina Puccini de Almeida. Coursou o 3º e 4º anos na escola pública regida pela professora Angélica Maltez, recebendo o diploma de conclusão com distinção e louvor. Ficou dois anos sem estudar, até que a família conseguiu recursos para efetivar a sua matrícula no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Petrolina, em 1931. Entre um pacote e outro, passou cinco anos no colégio das freiras, onde se diplomou professora em 1936. Por conta de um parente que militava na oposição, teve dificuldade de ser nomeada para reger classe na sede do município de Juazeiro. Enquanto aguardava a nomeação, deu aula por alguns meses no curso ginásial do Colégio onde se diplomara professora e ocupou a regência de classes no curso primário da Sociedade Beneficentes dos Artífices Juazeirenses, que oferecia ensino gratuito a filhos de operários. Sem vínculo com o Estado, a escola dos Artífices tinha um benfeitor – Lafaiete de Castro – que doava o material didático. Durante a regência da professora Lourdes Duarte, um inspetor escolar visitou a escola e, após acompanhar uma aula, lavrou elogioso termo e empenhou-se no registro da escola junto à Secretaria de Educação. Por dificuldades financeiras de se manter com a baixa remuneração da Sociedade Beneficente, a professora foi forçada a pedir desligamento de suas atividades para trabalhar, a partir de 1944, como correspondente na firma comercial Viana Braga & Cia. Continuou, entretanto, dando aulas particulares para jovens e adultos que desejavam ingressar em concursos ou ampliar os conhecimentos. A tão sonhada nomeação para o magistério primário só foi conseguida depois da intervenção política de seu patrão na firma comercial, Alfredo Viana, que ocupou o cargo de prefeito do município de Juazeiro por duas vezes. Após 14 anos de esperas e dois concursos prestados, finalmente a professora Lourdes Duarte ocupou uma cadeira pública em 1950. Naquela época, segundo ela, não bastava ser bem classificada no concurso para o magistério primário, como foi o seu caso, era preciso, além disso, ter um "pistolão". Foi empossada pela então delegada escolar Lília Café Siqueira e manteve regência de classe até 1966, tendo como*

*patrono da escola o Padre Anchieta. Ocupou ainda a administração escolar como assistente da Delegacia Escolar e a direção dos grupos escolares Hildete Lomanto e Nossa Senhora das Grotas, onde permaneceu até a sua aposentadoria em 1980. Foi secretária do primeiro bispo de Juazeiro, Dom Tomás, entre 1965 e 1974, e uma das mais atuantes professoras da Associação de Pais e Mestres, entre 1954 e 1974. Mora na rua XV de Novembro (DUARTE, 1993; RODRIGUES, 2009; 2016, comunicação pessoal).*

---

No dia 12 de setembro de 1954, o salão da escola professor Artur de Sales recebeu a reunião ordinária da APM. Desta vez, Maria Pires mostrou-se "plenamente satisfeita com a presença dos sócios" e, aproveitando a boa audiência daquela sessão, declarou que havia em caixa um depósito de Cr\$ 2.340,00. Para aumentar as rendas da Associação, iria fazer "um drama infantil e uma festinha com adultos", como descreve a ata. Mais uma vez, pediu "o apôio [sic] dos senhores sócios, de quem sempre tem encontrado a máxima bôa [sic] vontade" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

"Educação no sentido geral" foi o tema da palestra proferida por Expedito Almeida Nascimento naquele dia. Na ocasião, ele "mostrou a importância que a família exerce sobre a educação da criança" e a necessidade de "uma urgente compreensão entre Mestres no tocante ao aprendizado intelectual e os Pais no ponto de vista moral e espiritual". De acordo com a ata, Expedito revelou as dificuldades dos pais e mestres "em virtude da fase crítica que ora está passando a educação moral, com a influencia [sic] de leituras escabrosas, filmes livres e novelas carregadas de sentimentalismo exagerado etc". "Nesse ponto de sua palestra", revela a ata, "alguns pais e professoras falaram já ter empregado meios para evitar tais leituras destruindo gibis e outras revistas perniciosas" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

O tema da educação iria retornar na próxima reunião ordinária da APM, ocorrida no dia 10 de outubro. Entre os "vários sócios" que estiveram presentes no salão da escola professor Artur de Sales, estava Braulio Limeira, que naquele dia "dissertou sobre a educação dos filhos, no ponto de vista de educação doméstica, moral e religiosa", como informa a ata. O registro dessa palestra é importante para considerar a concepção de educação que vigorava em Juazeiro na década de 1950:

Brilhantemente dissertando sobre estes três pontos de educação, frisou que a missão dos Mestres é somente o complemento do trabalho dos Pais, porém é preciso que os Pais tenham confiança nos Mestres e que a façam sentir juntos aos filhos. Falando sobre a educação doméstica, abordou que compete ao professor o aperfeiçoamento da educação doméstica, pois sem esta base, tornaria difícil [sic] a instrução na escola. Tecendo ainda comentários sobre a educação doméstica apelou para os pais, no sentido de que fossem vigilantes sobre as companhias dos filhos, quando estes estão em formação, portanto no período de formar bons ou maus hábitos em sua personalidade. Em continuação falou sobre a profissão, que os pais não devem ir de encontro à inclinação da criança, ou querer inculcar-lhe seu ponto de vista sobre esta ou aquela profissão, por julgar mais bela, grandiosa etc, e sim procurar compreender os pendores da criança. Quanto a educação religiosa, fez compreender aos pais que, se não aprendermos a orar na infância, é tarde na velhice, quando já nada nos comove. E que para educar os nossos filhos, nada mais acertado do que seguirmos os exemplos que Jesus nos dá no Evangelho (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

Após a palestra de Bráulio Limeira, a tesoureira da APM, Renilde Luna, atualizou os sócios sobre o caixa da Associação, que naquele momento tinha cr\$ 2.679,00. Maria Pires encerrou a sessão reforçando a necessidade que os pais frequentassem as sessões, "para que dia a dia a Associação prosperasse, uma vez que o seu principal fim é de conjugar os trabalhos da família [sic] e da escola para completar a educação dos filhos" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

A sessão que encerrou as atividades da APM de Juazeiro em 1954 foi realizada no dia 14 de novembro. Estiveram presentes 45 sócios. Segundo consta na ata, Maria Franca Pires aproveitou a oportunidade para falar sobre "promoções e exames finais, pedindo aos srs. pais vigilância nos estudos das crianças e perfeita compreensão com os resultados obtidos". Advertiu sobre a realização da matrícula das crianças e, "entusiasmada com os frutos colhidos pela Associação de Pais e Mestres", reforçou o apelo para a importância da difusão dos resultados alcançados nas reuniões. As palestras, segundo ela, "se tornaram um veículo de educação para todos nós associados" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1954).

Após a prestação de contas da Associação, que encerrou o ano com cr\$ 5.111,00, foi feita uma despedida com "recitativos, cânticos e sorteios de prendas". O ano encerrava com o entusiasmo pelos feitos alcançados em menos de seis meses de APM.

Quatro meses depois, no dia 13 de março de 1955, a Associação de Pais e Mestres de Juazeiro abriu novamente os trabalhos. Desta vez, apenas 20 sócios compareceram ao salão da escola professor Artur de Sales. Como se tratava da primeira reunião, Maria Pires aproveitou para discorrer sobre "os planos para melhorar a Associação, apelando para os associados o maior cuidado com os filhos sobre a continua [sic] vigilância [sic] nos estudos, bem como a questão do asseio e da assiduidade" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

Foi retomada a necessidade da difusão dos resultados alcançados pela APM no intuito de ampliar o número de sócios e apresentada uma estratégia para angariar livros à futura Biblioteca Infantil: a realização da Campanha do livro, que consistia na feitura de cartas das crianças para "filhos de pessoas amigas no sentido de adquirir livros". Maria Pires informou ainda ter estado com a professora Denise Tavares<sup>10</sup>, diretora da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, em Salvador, "procurando orientar-se sobre a escolha dos livros que devem ser lidos pelas crianças [sic], recebendo da referida Diretora algumas revistas educativas". O esforço para erguer a biblioteca incluiu ainda o pedido de livros em editoras da capital, das quais conseguiu a oferta de 70 obras (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

Com base no regulamento da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, o grupo de professoras fundadoras da APM escreveria anos mais tarde o regulamento interno da Biblioteca Infantil Municipal de Juazeiro, que funcionaria sob a responsabilidade da Associação. Entre os seis capítulos e 14 artigos do documento, destacam-se alguns trechos que discorrem sobre a finalidade e a organização da instituição:

#### Capítulo I – Da finalidade

Artigo 1º - A Biblioteca Infantil Municipal de Juazeiro [sic] destina-se a despertar e desenvolver o gosto [sic] pela leitura entre as crianças, possibilitando aprimoramento intelectual das mesmas através livros [sic] conceituados.

Artigo 2º - Propõe-se a cooperar com Pais e Mestres na orientação intelectual das crianças, colaborando, assim, com a Escola e Família.

---

<sup>10</sup> Denise Tavares Fernandes nasceu em 4 de maio de 1925 na cidade de Nazaré, Bahia. Em 1958, diplomou-se em Bibliotecária Documentalista pela Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade da Bahia. Em 1950, fundou a Biblioteca Infantil "Monteiro Lobato" em Salvador (BA), com o apoio de Anísio Teixeira, então secretário de Educação e Saúde da Bahia. (CRUZ, 1998).

Artigo 3º - Como centro de educação social, procurará atraír [sic] para o são convívio dos livros todas as crianças e, ilustrando-as e educando-as, prepará-las-á [sic], assim, com o auxílio da leitura e outras atividades para que, amanhã, sejam parcelas úteis à sociedade.

#### Capítulo II – Da organização

Artigo 4º - A BIBLIOTECA INFANTIL MUNICIPAL DE JUÀZEIRO [sic], como centro de cultura e educação, estará organizada de maneira atraente e convidativa a fim de que a criança a procure espontaneamente e com satisfação.

Artigo 5º - A BIBLIOTECA INFANTIL MUNICIPAL DE JUÀZEIRO [sic] constará de quatro secções [sic]:

- a) – Secção [sic] Fixa – Farão parte desta secção [sic] todos os livros que se destinam à leitura no recinto da Biblioteca;
- b) – Secção [sic] Circulante – Os livros desta secção [sic] poderão ser retirados para a leitura a domicílio, mediante o regulamento da Biblioteca em sua secção [sic] de empréstimo;
- c) – Secção [sic] de Referência – Esta secção [sic] destinar-se-á às consultas, sendo constituída de enciclopédias e dicionários que serão usados exclusivamente na Biblioteca, não estando destinados a empréstimo;
- d) – Secção [sic] de Revistas – Constará de revistas infanto-juvenis, cuja escolha estará a critério da Direção da Biblioteca (BIBLIOTECA INFANTIL MUNICIPAL DE JUAZEIRO, s/d, p. 1-2).

A segunda sessão de 1955 foi realizada no dia 10 de abril. Com a presença de um "regular número de sócios", a reunião contou com a palestra da professora e delegada escolar Judite Leal Costa. Após tecer elogios à APM, "considerada como atividade extra-classe de alto valor educativo", Judite dissertou sobre o tema Arejamento e banhos de sol. Falou sobre a importância de um ambiente bem arejado, os benefícios de uma respiração feita dentro das regras higiênicas, as vantagens da vida ao ar livre para o desenvolvimento físico da criança e o valor de um banho de sol bem aplicado. O apelo final foi pela frequência dos sócios, "para que ao lado das professoras que se empenham na boa marcha deste trabalho, possam todos cooperar numa obra de tão elevado valor" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

A delegada escolar Judite Leal Costa retornaria dali a quatro semanas para compor a mesa da sessão comemorativa do primeiro aniversário da APM de Juazeiro, ocorrida no dia 8 de maio. Com a presença de "grande número de sócios", reunidos no salão da Sociedade 28 de Setembro, a sessão foi presidida, assim como a de instalação da APM, pelo professor Agostinho José Muniz (erroneamente grafado na ata como "José Augustinho Muniz"). Além de Judite, foram convidados para a mesa Jorge de Souza Duarte, representante do Grêmio Literário "Os Cruzados", doutor José Araújo, diretor da Maternidade São José, Leopoldo Santos, representante da Sociedade Beneficente

dos Artífices Juazeirenses, professora Renilde Luna, representando da Superintendência de Educação (Supe), e a secretária da APM, Celita Cunha, que fez a leitura da ata anterior (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

Antes de iniciar a palestra do dia, o professor Agostinho José Muniz esclareceu que em seu lugar deveria estar a Irmã Elizabeth, esta, "por motivo superior", não pode comparecer à sessão. O tema discorrido por Agostinho dizia respeito à "responsabilidade da Mãe no campo educacional da criança, achando que nela está toda a esperança do futuro da pátria". A ata esclarece que ele "não deixou também de ressaltar o papel relevante do pai que deve cooperar para a concretização do trabalho da mãe" e, aproveitando a deixa, "fez referencias [sic] sobre a situação da família [sic] atual, que não satisfaz a sua verdadeira finalidade na formação da criança". Em seguida, as alunas das escolas apresentaram "um pequeno programa", com poesias e cantos alusivos ao dia das Mães, "sendo bastante aplaudido" (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

A continuação da festa contou com a intervenção da professora Zenith Borba Miranda, que, "em nome do professorado local, em brilhante oração elevou a missão sublime das mães" e parabenizou o grupo de professoras fundadoras da APM, "formulando votos de felicidades a tão importante agremiação". Em um gesto simbólico de homenagem ao dia das mães, a professora Maria Franca Pires e a delegada escolar Judite Leal Costa entregaram, "em nome do professorado local", um "rico enxoval" ao diretor da Maternidade São José, oferecido à "mãe pobre". "Bastante emocionado e em empolgante improviso", doutor José Araújo agradeceu "o gesto nobre das educadoras de Juazeiro". Após o agradecimento, o professor Agostinho Muniz pediu que constasse em ata a oferta de Cr\$ 300,00 da Escola Brasil à APM. A sessão foi encerrada com o hino nacional (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

---

### **Judite Leal Costa (1909-1987)**

*Nasceu em Juazeiro-BA. Filha de Domingos Alves da Costa e Pastora Leal Costa. Aos quatro anos, perdeu a mãe. A partir dos seis anos, foi matriculada na Escola Primária da Piranga, que era regida desde 1912 pela professora Emília de Matos Cajé.*

*Ainda no primário, frequentou a escola do professor Vitor Cousin de Moraes e outras escolas particulares, até terminar o curso Elementar com a professora Maria Elisabeth Lopes de Almeida. Ingressou como aluna interna do Colégio da Providência, em Salvador, dirigido por irmãs de Caridade. Por lá, fez o curso Complementar para livre ingresso no Instituto Normal da Bahia (ICEIA). Depois de diplomada, iniciou a atividade profissional na Escola Estadual do Subúrbio de Piranga, onde trabalhou por dois anos. Substituiu por um ano a professora Isolina Soares, nas Escolas Reunidas Dr. José Inácio da Silva. Voltando à sua escola, passa a dar aula na entrada do Horto Floresta, onde passou 20 anos de regência de classe primária. Lecionou ainda por 24 anos no Ginásio de Juazeiro (hoje Colégio Edson Ribeiro), sendo professora da disciplina de História do Brasil. Foi professora também das disciplinas de Prática de Ensino e Administração Escolar na Escola Normal do Ginásio de Juazeiro. Em 1952, passa a exercer o cargo de delegada escolar, substituindo Lília Café Siqueira. Fica na função até 1972, quando se aposenta depois de 43 anos de trabalhos escolares (COSTA, 1993). Morreu em Salvador-BA, aos 88 anos, em 1997.*

---

A terceira reunião ordinária de 1955 foi realizada no dia 10 de junho, no salão da Sociedade 28 de Setembro. A presidente da APM, Maria Franca Pires, pediu a cooperação dos 30 sócios presentes para duas realizações da entidade: a organização de uma “festinha joanina no Teatro São Francisco” e a concretização de “um dos ideais da Associação de Pais e Mestres”, a Biblioteca Infantil, que dependia apenas de uma casa (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

Naquele dia, a palestra ficou por conta do “Meretíssimo [sic] Senhor Dr. Juiz de Direito da Comarca”, Arnaldo de Almeida Alcantara, que abordou o tema “O Casamento Civil”. Com “palavras claras”, o juiz explicou a origem da instituição do Casamento Civil no Brasil, apresentou as vantagens de ordem social provenientes do matrimônio, estabeleceu paralelo entre os que “por ignorância se descuidam da realização deste ato tão importante na organização da sociedade” e, por fim, aconselhou que os sócios divulgassem aquelas instruções no ambiente onde vivem (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

O salão da Sociedade 28 de Setembro sediou a próxima reunião ordinária da APM, realizada pela primeira vez no primeiro domingo do mês, dia 3 de julho. Com a

presença de um grande número de sócios, Maria Pires agradeceu aos pais a cooperação na realização da festa Joanina e, em seguida, a tesoureira declarou ter em caixa Cr\$ 7.124,40. O convidado do dia foi “vossa reverendíssima” Dom Avelar Brandão Vilela, “digníssimo bispo de Petrolina” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

Depois de tecer “elogiosa apreciação” sobre o trabalho da APM, Dom Avelar dissertou sobre o tema “A Família e a Escola”. Explicou aos sócios que a união da Família com a escola é “imprescindível” para a formação da criança, apresentou a mestra como “representante dos pais” na escola e frisou que para maior união entre Família e Escola seria importante haver uma aproximação de Pais e Mestres, para que os Mestres não falhem “em sua missão educativa uma vez que o professor desconhece o mundo interior da criança” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

A palestra prosseguiu na abordagem da importância e deveres da família, “frisando que em parte os pais são os únicos responsáveis pela corrupção dos filhos”, já que a estes compete “velá-los e orientá-los moralmente para vida”. “Em consequência dessa falta de orientação moral”, continua dom Avelar, “é que vê-se os maiores desajustados nos lares e daí o grande problema da educação hoje em dia”. A “eficiente lição” do bispo terminou como começou, com os parabéns à APM e o desejo de “bênçãos em profusão sobre os Pais e Mestres” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

---

### **Avelar Brandão Vilela (1912-1986)**

*Nasceu em Viçosa (AL) no dia 13 de junho de 1912, filho de Elias Brandão Vilela e de Isabel Brandão Vilela. Estudou no seminário de Aracaju, ordenando-se nessa mesma cidade em outubro de 1935. Por lá, se tornou professor de português, literatura luso-brasileira e psicologia, secretário do Bispado, capelão, cônego, diretor espiritual do seminário, assistente diocesano e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Com apenas 34 anos, foi escolhido bispo de Petrolina pelo papa Pio XII e consagrado em 27 de outubro de 1946, tomando posse em dezembro. Criou em Petrolina a Escola de Economia Rural Doméstica, ampliou as instalações do Colégio*

*Dom Bosco, inaugurou as praças Nossa Senhora Auxiliadora e Dom Malan, administrou a construção do Centro Social Pio XI, realizou dois congressos eucarísticos e várias semanas ruralistas de iniciação profissional do Instituto São José e organizou setores especializados em Ação Católica. Em novembro de 1955, dom Avelar Brandão é elevado a arcebispo de Teresina, tomando posse em maio do ano seguinte. Frequentou o Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965. Foi eleito presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), mandato que exerceu entre 1966 e 1972. Frequentou a Primeira Assembleia Ordinária do Sínodo dos Bispos, na Cidade do Vaticano, entre 29 de setembro e 29 de outubro de 1967, a primeira Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, entre 11 a 28 de outubro de 1969 e a II Assembleia Ordinária do Sínodo dos Bispos, entre 30 de setembro e 6 de novembro de 1971. Em 25 de março de 1971 foi transferido para a Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Em 5 de março de 1973, foi criado cardeal no Consistório Ordinário Público. Faleceu em 19 de dezembro de 1986, de câncer de estômago e encontra-se sepultado na Catedral-Basílica Primacial de São Salvador (CPDOC, 2016).*

---

Voltando a acontecer no segundo domingo do mês, dia 14 de agosto, a sexta sessão do ano contou com a presença de 32 sócios e foi realizada no salão da sociedade 28 de Setembro. A presidente da APM, Maria Pires, informou ter recebido da “senhorinha Ana Oliveira, figura de representação social em nosso meio político”, uma oferta de um tambor de leite para ser distribuído entre os sócios da Associação. Já havia entregado a 88 sócios de diversas escolas (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

Maria Pires falou também sobre a fundação do Clube dos Amigos da Biblioteca Infantil, “arrecadando dos mesmos uma quantia de quinhentos e vinte cruzeiros em prol da Associação” e da organização, em parceria com o Rotary Clube, de um Festival nos dois cinemas locais. Mais uma vez, relatou a dificuldade de conseguir uma sala para a Biblioteca Infantil e disse ter tomado as providências para registrar a Associação. Depois de apelar para os sócios pagarem as mensalidades de dois meses de cada vez, a fim de “facilitar o pagamento nos meses de férias”, Maria Pires declarou ter em caixa Cr\$ 7.913,00 (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

Naquela ocasião, a palestra foi proferida pelo Dr. Edson Ribeiro. Antes de iniciar, o ex-prefeito da cidade congratulou-se com “a Instalação da nova sociedade, marco de progresso, para o desenvolvimento social de Juazeiro”. O tema escolhido foi “Higiene sôbre [sic] todos seus aspectos” e, dissertando sobre ele, o palestrante explicou a importância do “exame pré-nupcial”, que “evitaria uma prole de doentes, tarados etc”. Aconselhou as mães a procurarem “os postos de Higiene e serviços Pré-natais, para melhor orientação e aquisição de conhecimentos sadios aos primeiros anos de vida da criança”. Como a higiene acompanha “todos os setores da vida”, segundo Edson Ribeiro, ela torna-se indispensável também “ao trabalho, para não torná-lo improdutivo” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

Imagem 11 – Ficha de sócios do Clube dos Amigos da Biblioteca Infantil.

**Clube dos Amigos da Biblioteca Infantil**  
JUAZEIRO — BAHIA

Nome do Sócio: .....

Estado civil..... Profissão.....

Endereço: .....

Contribuição Mensal: O MÁXIMO DE BÔA VONTADE

Contribuição	Ano	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setb.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
«														
«														
«														
«														
«														
«														
«														

Despertai na criança o amor pela leitura

Fonte: Arquivo de Maria Franca Pires.

No dia 11 de setembro, foi a vez de a reunião ordinária da APM acontecer na residência de Maria Franca Pires. Sem palestra, a sessão se resumiu a informes dados por ela sobre os festivais de cinemas ocorridos em benefício da Biblioteca Infantil, que arrecadaram Cr\$ 1.900,00; o Clube dos Amigos, que continua dando “ótimos resultados”; o afastamento de diversas professoras em um período de 15 dias para dar lugar às estagiárias; a dificuldade de casa para abrigar o funcionamento da

Biblioteca Infantil, embora crianças de algumas escolas já estivessem lendo os livros; e a distribuição, pela segunda vez, do leite em pó a 143 sócios (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

A sessão do dia 9 de outubro voltou a ocorrer no salão da sociedade 28 de Setembro. Mesmo com a presença de um “regular número de sócios”, Maria Pires lamentou as ausências. Frisou que “se não houvesse bôa [sic] vontade de um pequeno número de sócios sempre presentes às sessões, altivez de espirito [sic] e força de bôa [sic] vontade da diretoria geral”, a APM já teria chegado ao seu término. Além disso, comunicou que a Semana da Criança seria de 10 a 17 de outubro e convidou os pais para as palestras que iriam ser feitas nas Sociedades dos Artífices, 28 de Setembro e Apolo Juazeirense (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

Após a tesoureira atualizar os sócios sobre o caixa da APM, que naquele momento contava com Cr\$ 10.271,90, o convidado do dia, Dr. Onias Oliveira, presidente do Rotary Clube, proferiu palestra sobre o “Tratamento dos dentes na criança”. Explicou os perigos de uma dentição descuidada e, mostrando “quadros ilustrativos sobre os dentes, inclusive uma caveira”, despertou o interesse e o entusiasmo dos ouvintes em relação ao tema (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

Entre os conselhos, pediu para os pais examinarem diariamente a boca dos seus filhos, fazendo ver aos presentes que “a culpa direta ou indiretamente” é dos pais sobre a perda dos dentes na criança “e também do governo, que deveria mandar o dentista” nas escolas. “Pela boca se conhece a civilização de um povo”, teria dito o Dr. Onias, utilizando a frase de um cientista alemão. “Baseado neste principio [sic], terão os filhos com o auxilio [sic] dos pais, mostrado que pertence a um povo civilizado” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

A última sessão ordinária da APM em 1955 foi realizada no dia 13 de novembro, no salão da Sociedade 28 de Setembro. Com a presença de “um grande número de sócios”, Maria Pires falou sobre os exames de aprovação que seriam realizados na segunda quinzena do mês e fez “um apêlo [sic] para o espirito [sic] de cooperação e compreensão que deve haver entre os pais e mestres, no sentido de saberem receber as boas e más notas que seus filhos obtivessem”. A professora Renilde Luna,

tesoureira da Associação, prestou contas mais uma vez do caixa da entidade, que já atingia a marca de Cr\$ 11.707,80 (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

A palestra ficou a cargo da Irmã Elizabeth Pereira da Silva, a mesma que, por motivo superior, havia sido substituída pelo professor Agostinho Muniz na sessão comemorativa do primeiro aniversário da APM. Em sua “instrutiva palestra”, ela “mostrou que certos defeitos físicos não são motivo para tornar uma criança infeliz, pois, a ciência, a dedicação dos estudiosos têm procurado minorar o sofrimento físico e evitar que os portadores não adquiram complexo de inferioridade perante aqueles mais favorecidos pela natureza”. Citou exemplos de instituições especializadas na educação dos cegos (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1955).

---

#### **Renilde Teixeira Luna (1923)**

*Nasceu em Juazeiro, no dia 8 de agosto de 1923. Estudou o primário, o ginásio e o curso Normal no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Petrolina, onde se formou como professora primária aos 18 anos. Fez concurso para o magistério e iniciou a regência escolar no distrito de Pau a Pique, em Casa Nova (BA), seguindo para Itumirim (BA), até se fixar em Juazeiro (BA). A escola da professora Renilde ficava situada à rua Barão de Cotegipe e tinha como patrono Pio XII. Atualmente, reside na rua Joaquim José Seabra, aos cuidados da sua sobrinha Layse de Luna Brito (BRITO, 2017, comunicação pessoal).*

---

A Associação de Pais e Mestres só se reuniria novamente no dia 11 de março de 1956. Foi no salão da escola da professora Maria Perpétua que “um pequeno número de sócios” escutou a presidente da entidade, Maria Pires, falar sobre a eleição para a escolha da nova diretoria da APM. Na prestação de contas, os valores atualizados foram de Cr\$ 11.767,80. A rasura nos valores escritos na ata, como se houvesse algum erro de cálculo, é logo entendida na sequência da descrição da sessão, em que há o relato de que Maria Pires retirou Cr\$ 500,00 do caixa para comprar livros na

Editora Brasil<sup>11</sup>, no Rio de Janeiro (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

Maria Pires falou também que o Clube dos Amigos da Biblioteca Infantil “estava em boa marcha progressiva, pois no período de férias arrecadara seiscentos e dez cruzeiros”. Além disso, a Câmara de Vereadores de Juazeiro prometera dar Cr\$ 10.000,00 à Associação, “embora nada estivesse certo”. O “grande sonho” de registrar a APM havia esbarrado na falta de capital, mas Ana Oliveira se interessou pela “causa” e colocaria no orçamento da Câmara Estadual, “para ver se assim sairia alguma coisa favorável [sic]” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

Falando da sua estadia na capital federal, Rio de Janeiro, Maria Pires disse ter conversado com diversos deputados sobre a “necessidade por que passam nossos alunos, sem alimentos, material escolar, afim [sic] de que estes cooperassem em qualquer sentido”. Segundo ela, eles alegaram “não poderem satisfazer, por não ter a Associação posto médico” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

A dificuldade de adquirir uma casa para abrigar a Biblioteca Infantil volta à discussão, e Maria Pires declara que a Biblioteca pode funcionar normalmente nas escolas. Esse tema é discutido novamente na sessão do dia 8 de abril e o entendimento é o mesmo. Não é possível saber onde a segunda sessão de 1956 aconteceu, só se sabe que foi no salão de uma escola. Com a presença de um pequeno número de sócios, Maria Pires falou que depois de consultar a diretoria geral e alguns sócios da APM presentes àquela reunião, ficou acertado que todos os membros da diretoria permaneceriam em seus cargos, “em virtude de estar a Associação ainda em sua fase de organização [sic]”. Avisou ainda que distribuiria “cadernos com os filhos dos sócios que estivessem quites com as suas mensalidades” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

---

<sup>11</sup> A Editora do Brasil S/A foi fundada em 1943 por alguns funcionários que saíram da Editora Companhia Nacional e iniciaram uma nova editora, esta tinha como lema “Uma organização a serviço dos educadores”. “em sua ata de fundação, a Editora do Brasil disse que visaria ‘com especial cuidado, à edição e à divulgação de obras didáticas de caráter cívico, de real valor (FERREIRA; SILVA, 2016)

Depois de quase dois anos de funcionamento da APM, essa frase dita por Maria Pires e registrada no Livro de Atas causa estranhamento. Afinal, se a APM foi fundada para garantir a compra de material didático para os alunos mais necessitados, como poderia excluir aqueles cujos pais não quitaram a mensalidade? Naquela ocasião, o caixa da Associação junto ao Banco do Fomento Econômico da Bahia foi atualizado em cr\$ 11.067,00, ou seja, Cr\$ 700,00 a menos do que o último balanço apresentado, valor possivelmente gasto na compra dos cadernos (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

A sessão comemorativa do 2º aniversário da APM foi realizada no dia 13 de maio, no salão da Sociedade 28 de Setembro. Com “grande assistência [sic]”, a mesa de honra foi presidida pelo superintendente das Municipalidades, Bolivar Santana, acompanhado do diretor do Ginásio Ruy Barbosa, professor Agostinho José Muniz; diretor do Ginásio de Juazeiro, professor Benedito de Araujo; reverendo Padre Bernardino Padilha Luz; presidente da Sociedade dos Artífices Juazeirenes, Antonio Saldanha; representante do Círculo Operário, João José Teixeira; e a delegada escolar Judite Leal Costa. Um dos convidados a compor a mesa, Expedito Almeida Nascimento, representante dos Cruzados grêmio literário, enviou um cartão desculpando-se de não poder comparecer à sessão (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

O convidado do dia foi o reverendo Padre Bernardino Luz, que proferiu a palestra sobre Educação doméstica na formação da criança. De acordo com a ata, o reverendo:

Mostrou o alto valor e a necessidade capital que a educação domestica [sic] proporciona na formação da criança, expondo que sem ela a criança encontrará sérios desajustamentos para os problemas da vida. Continuando aconselhou aos pais que orientassem melhor os seus filhos, no tocante às diversões, sabendo escolher aquelas que são sadias para o espirito [sic], evitando assim os disturbios [sic] que produz, o radio [sic], o cinema, e as más leituras (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

Terminada a palestra, algumas pessoas apresentaram músicas, poemas e discursos alusivos ao Dia das Mães: Valter Souza cantou a música “Na serra da Mantiqueira”; professora Haydee Fonseca Falcão fez um discurso “homenageando a ‘Mãe Preta’”; a aluna Renilde Ferreira Santos declamou a poesia Mamãe; professora Maria de

Lourdes Sant'ana Silva fez um discurso em nome das mães; professora Nely Araujo apresentou a valsa Suely; Paulo Almeida apresentou a poesia Mãe; Edila Pimentel declamou a poesia Quem será; a professora Perolina Miranda fez um discurso de homenagem ao reverendo Padre Raimundo Bergmans; e Stella Borba Miranda e Valter Souza apresentaram a valsa Mamãe (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

A palavra foi franqueada e os professores Agostinho José Muniz e Benedito de Araujo aproveitaram para, respectivamente, desejar votos de felicidades à APM e discorrer sobre os relevantes valores da educação doméstica na formação da criança. O Padre Raimundo Bergmans agradeceu a homenagem que lhe foi prestada e, “num feliz improviso, fez compreender aos pais que sobre a educação religiosa, é preciso que estes cuidem dos filhos desde a infância, pois é tarde na velhice, quando já nada nos comove”. Segundo ele, para educar os filhos no setor religioso é preciso “sermos os exemplos que Jesus nos dá no Evangelho” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

O presidente da sessão, Padre Bernardino, encerrou o encontro com uma “brilhante alocução”, como registra a ata. Esta destaca um trecho do discurso do Padre em que ele descreve as fases atravessadas pelos seres humanos da infância à velhice. “Na primeira fase o homem pensa e crê; na segunda fase o homem pensa e não crê; e na terceira pensa e crê”. A sessão foi encerrada com o hino nacional (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

No dia 10 de junho, um “pequeno número de sócios” compareceu ao salão da Sociedade 28 de Setembro para a quarta sessão ordinária do ano. Desta vez, quem abriu os trabalhos foi a vice-presidente da Associação, professora Maria de Lourdes Duarte, que “fez um apêlo [sic] veemente aos sócios presentes, no sentido de comparecem às sessões, afim de q [sic] a Associação de Pais e Mestres sempre viesse a ter seu marco de progresso”, como registra a ata. A professora Lourdes Duarte informou aos sócios que “os exames de classificação seriam realizados na segunda quinzena do mês de junho aconselhando aos pais grande vigilancia [sic] nos estudos de seus filhos, e perfeita compreensão com os resultados obtidos”. Era a

última reunião do semestre e, por isso mesmo, nenhuma palestra foi proferida (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

A APM só voltaria a se reunir dois meses depois, no dia 12 de agosto. Assim como ocorreu com a sessão do dia 8 de abril, a secretária não completou o nome da escola que sediou a reunião. Com a presença de apenas 5 sócios, a vice-presidente da Associação, professora Maria de Lourdes Duarte, abriu novamente a sessão e fez outro apelo veemente para que os sócios comparecessem, a fim de que a APM “não viesse a fenecer” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

O convidado de honra da quinta sessão do ano foi o presidente dos Cruzados Grêmio Literários, Expedito Almeida Nascimento, que abordou o tema “Conceito de Educação, Tendência [sic] e Família [sic], Aspectos da Educação, Maturidade sexual precoce, A Família [sic] e a Escola, Educação e Família [sic] através dos tempos”. Embora sejam assuntos bem amplos, a ata registra apenas que Expedito:

Explicou aos sócios que se a cooperação de Pais e Mestres falhar nessa tarefa de acompanhar os filhos no desenvolvimento de sua formação moral, terá como consequência [sic] dessa falta de orientação indivíduos desajustados na sociedade, resultado daí o grande problema da educação e a necessidade de Associações como esta onde Pais e Mestres, vivem em contato (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

Se o número de sócios presentes estava baixo em agosto, dois meses depois ficou ainda menor. Apenas quatro sócios compareceram ao salão da escola professor Artur de Sales para a reunião realizada no dia 14 de outubro de 1956. Mais uma vez, coube à vice-presidente da APM, professora Maria de Lourdes Duarte, a incumbência de abrir a sessão e lamentar “profundamente” a ausência dos sócios. Pediu inclusive aos presentes que cooperassem na “campanha do mais um, para que a Associação não viesse a fenecer” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

A convidada do dia foi a enfermeira auxiliar do SESP, que dissertou sobre o tema “Tuberculose na Infância”. Na ocasião, ela explicou aos pais os perigos do contágio da doença nas crianças, destacando que estas, pela condição especial de sensibilidade, adquirem mais facilmente a doença, “de uma vez que amas e outras empregadas têm grande papel na contaminação das crianças, parecendo sadias,

podem ser tuberculosas”. Além disso, a enfermeira abordou os sintomas da Tuberculose e os meios de evitá-la e curá-la, lembrou da vacina BCG, que deve ser tomada por via oral nos primeiros anos de vida. Terminada a “bela palestra”, a sessão foi encerrada (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

A secretária da APM termina errando o mês na assinatura da ata do dia 14 de outubro. Como a ata sempre é lida na sessão posterior, deveria ter sido grafada a data 11 de novembro de 1956. Mas até mesmo na escrita dessa que foi a última sessão do ano, a secretária acabou confundido o mês e registrou 11 de outubro. É impossível que uma ata registre uma data anterior ao acontecimento que está sendo relatado. Em uma verificação do calendário do ano de 1956, é possível identificar que o dia 11 de novembro corresponde ao segundo domingo do mês, portanto, esse deve ter sido o dia da última sessão daquele ano.

Embora sediada no salão da escola regida pela professora Maria Franca Pires, a professor Artur de Sales, mais uma vez quem presidiu a sessão foi a vice-presidente da APM, professora Maria de Lourdes Duarte. A ausência dos sócios, que já estava se tornando corriqueira, foi lamentada novamente e o apelo veemente feito pela vice-presidente foi o mesmo: que comparecessem às reuniões, a fim de que “a Associação de Pais e Mestres não viesse a feneceer”. Da mesma forma que havia acontecido na última sessão de 1955, a professora Lourdes Duarte falou sobre os “exames finais, pedindo aos senhores pais vigilância [sic] nos estudos das crianças e perfeita compreensão com os resultados obtidos” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1956).

A primeira sessão ordinária da APM em 1957 foi realizada apenas no segundo domingo de maio, dia 12, data em que a Associação comemorou o terceiro aniversário. Como já era de praxe, a sessão comemorativa foi presidida por um convidado da comunidade, naquela oportunidade, o diretor da Maternidade São José, Dr. José Araujo Souza, que compôs a mesa juntamente com o diretor do SESP, Dr. Edson Ribeiro, a delegada escolar, professora Judith Leal Costa, o reverendo Padre Raimundo e a secretária da APM, professora Celita da Cunha (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1957).

O orador oficial da solenidade foi Dr. Edson Ribeiro, que pronunciou a palestra sobre o Dia das Mães. Segundo a ata, ele “empolgou a assistência [sic] pela maneira eloquente com que discorreu sobre a instituição do dia das Mães e aproveitou o momento para ressaltar a responsabilidade da mulher Mãe no setor da vida moderna”. O Padre Raimundo, que falou em seguida, parabenizou a APM e fez “referência especial” à “responsabilidade das Mães” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1957).

A sessão continuou com música, canto e declamação. A professora Maria Lopes Ramos leu um discurso alusivo ao dia e Jorge de Souza Duarte expressou sua satisfação por “mais um ano vencido” pela APM na vida juazeirense. O encerramento da solenidade ficou por conta do presidente de honra da sessão, que agradece a deferência para escolha do seu nome, teceu elogios à mulher Mãe e parabenizou a Associação, “a quem a Maternidade S. José se confessava credora [sic] de significativas ofertas”.

A segunda reunião do ano está registrada na ata como sendo a do dia 14 de junho, embora no calendário de 1957 o segundo domingo do mês corresponda ao dia 9. A ata informa que um “pequeno número de sócios” compareceu ao salão da escola professor Artur de Sales para a sessão ordinária da APM. A presidente da entidade, Maria Franca Pires, lamentou a ausência dos sócios e fez o velho apelo de que frequentassem mais as reuniões. Foram discutidos assuntos e problemas de “capital importância para a Associação de Pais e Mestres”, mas a ata não cita nenhum deles. Informa apenas que Maria Pires “convidou diversos pais para tomarem parte da Associação”, explicando as vantagens da APM na vida da criança (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1957).

Exatamente um mês depois, no dia 14 de julho, que de fato foi o segundo domingo do mês, mais um “pequeno número de sócios” compareceu ao salão da escola professor Artur de Sales para a sessão ordinária da APM. A presidente da entidade, Maria Franca Pires, abordou diversos assuntos, “sobretudo o controle de pagamento das mensalidades dos sócios” e possíveis homenagens aos pais no segundo domingo de agosto, já que estes “exercem grande influência [sic] na formação biológica, moral e espiritual da criança” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1957).

Para diminuir a grande crise financeira da APM, Maria Pires disse que iria organizar uma festa para a escolha da “Rainha da Primavera”. Mesmo não dispondo de capital, a Associação iria distribuir papel e cadernos aos filhos dos associados. Por fim, avisou que os documentos da APM haviam sido enviados ao Rio de Janeiro para ser feito o registro no Conselho Nacional de Serviço Social-CNSS (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1957).

A vinculação da APM ao CNSS é especialmente importante pelo caráter assistencial que impulsiona a Associação desde o seu nascedouro. Assim como a APM, o CNSS foi criado para diminuir ou mesmo suprimir “as deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza ou pela miséria ou oriundas de qualquer outra forma do desajustamento social e de reconduzir tanto o indivíduo como a família, na medida do possível, a um nível satisfatório de existência no meio em que habitam”, seja no ambiente escolar ou na sala de estar (BRASIL, 1938, p. 13.384).

Entre os materiais do arquivo referentes à Associação de Pais e Mestres, há um atestado datado do dia 19 de novembro de 1959 em que o Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação, “atendendo solicitação verbal, para fins de recebimento de Subvenção”, atesta que a APM foi registrada no Conselho no dia 2 de setembro de 1957, a partir do processo nº 45 700/57. Os requisitos para garantir o registro no CNSS eram enviar a “certidão do inteiro teor dos estatutos, regulamentos ou compromissos da instituição, fornecida pelo Registro Público das Pessoas Jurídicas, a prova do mandato da diretoria em exercício e o preenchimento do questionário adotado pelo CNSS”. Como sinalizado anteriormente, o fato de as últimas atas da APM, referentes aos anos de 1961 e 1965, serem apenas do registro da eleição pode ser uma tentativa de cumprir o segundo item e continuar recebendo as subvenções.

Imagem 12 – Atestado de registro da APM no CNSS.

CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

ATESTADO

Atendendo solicitação verbal, para fins de recebimento de Subvenção, A T E S T O que A ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO

JUAZEIRO -----

Estado de BAHIA, foi R E G I S T R A D O neste Conselho, em data de 2 / 9 / 1957, Processo n. 45.700/57

C.N.S.S., 19 de novembro de 1957.

*Mariana Schwab Figueiredo*

V I S T O

*Olga Rosa da Costa Lima*  
por Diva Figueiredo Lima -  
Chefe do S.A.

Fonte: Arquivo de Maria Franca Pires.

Depois de três reuniões seguidas com intervalos de aproximadamente um mês, exatamente como nos dois primeiros anos de funcionamento da APM, a impressão era que as sessões ordinárias pareciam ter retornado à regularidade, mas era só aparentemente. A quarta reunião de 1957 aconteceu logo um mês depois, no dia 11 de agosto (embora a ata informe erroneamente o ano como sendo 1958). A sessão ocorreu na Sociedade 28 de Setembro e mais uma vez comparece um pequeno número de sócios. A palestra do dia foi proferida pelo Dr. Nilson, diretor do SESP, tendo como tema “O valor da alimentação do recém-nascido e os cuidados que devem ser dispensados aos mesmos”. Não há descrição do que foi apresentado pelo palestrante. A ata informa apenas que depois da palestra “ouve-se um programa

lítero-musical por um grupo de alunos de diversas escolas” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1957).

Como já referido anteriormente, a partir da ata do dia 11 de agosto de 1957, só foram registradas mais duas sessões no Livro de Atas da APM: 6 de agosto de 1961 e 6 de agosto de 1965. Portanto, existe uma lacuna entre os anos de 1957 e 1961 e entre 1962 e 1965. Como todos esses anos passaram em branco nas páginas do Livro de Atas, foi necessário recorrer a outras pistas para reconstituir as ações desenvolvidas nessa segunda fase da Associação. Entre os registros que ficaram, estão aqui as memórias das pessoas, os relatórios, as palestras e as crônicas veiculadas pela Rádio Juazeiro em 1959. Este último documento é especialmente relevante pela produção de um discurso da APM em torno da função da mãe naquela sociedade do final da década de 1950 em Juazeiro. É o que veremos no próximo tópico.

### **5.3 “Uma educação cheia de sadias e ao mesmo tempo perigosas inovações”: a consolidação do discurso da APM de Juazeiro (1958-1964)**

É possível saber as ações desenvolvidas pela APM de Juazeiro em 1958 por meio do relatório de ocorrências que se encontra no arquivo de Maria Franca Pires. Em um documento datilografado em folha de papel, está registrado:

No ano de 1958 a Associação de Pais e Mestres realizou o seguinte movimento:

Reuniões mensais, contando com regular número de pessoas interessadas em intensificar as relações entre pais e mestres para um melhor rendimento escolar;

Sessões de caráter solene quando da passagem de datas significativas para a Associação como: Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Mestre;

Distribuição de material escolar às crianças menos favorecidas em situação financeira.

O movimento na Biblioteca Infantil ultrapassou ao dos anos anteriores, registrando-se, semanalmente, frequência compensadora.

Para incrementar a boa leitura, foi adotado o critério de se enviar às escolas, livros interessantes e úteis, o que foi aceito com simpatia e veio [sic] concorrer para maior estímulo aos clubes de leitura.

Necessitando de sede [sic] própria e mobiliário, a Associação promoveu meios de angariar fundos com que possa concretizar estas realizações. Infelizmente, a situação financeira ainda não permite que se dê início a estas obras (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959a, p. 1).

Pelo relato, é possível constatar que a APM continuou funcionando e ampliando o seu raio de ação na cidade de Juazeiro, com a realização das reuniões mensais; as sessões solenes, desta vez com a inclusão do Dia do Mestre; distribuição de material escolar; expansão dos clubes de leitura estimulados pelo amplo movimento da Biblioteca Infantil e ampliação das campanhas para angariar recursos. O documento, assinado pela presidente da APM, Maria Franca Pires, é datado de 31 de dezembro de 1959.

Os únicos registros materiais de ações desenvolvidas pela APM em 1959 são as crônicas que foram veiculadas pela Rádio Juazeiro na semana do Dia das Mães, comemorado naquele ano no dia 10 de maio. A veiculação de informações referentes à efeméride no sistema de radiodifusão de Juazeiro atendia a um dos princípios da Associação de Pais e Mestres: contribuir para que “o Dia das Mães fosse divulgado e festejado em nosso meio no seu verdadeiro sentido”, segundo afirma um documento datilografado por Maria Franca Pires com um balanço da atuação da APM em Juazeiro.

A primeira crônica sobre o Dia das Mães de 1959 foi veiculada pela Rádio Juazeiro no dia 4 de maio, segunda-feira. “Neste poético mês de maio”, inicia a crônica, “maio que cheira a novena e tem sabor de cochichos de amôr [sic], há sempre um domingo reservado para comemorar o dia das mães”. Depois de relatar a importância em se destacar uma data para “pensar com mais cuidado na figura das mães, sobretudo nos dias atuais quando solicitações mundanas e snobes [sic] vêm alterando a sua fisionomia dando-lhe matizes diferentes”, o texto convoca os ouvintes a viver o dia integralmente, sem transformá-lo “em mero pretexto para presentes, confundindo o seu sagrado significado com o calendário das festas mundanas idealizadas por trêfegos vendedores de artigos de presentes” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959b, p. 1).

O convite é para que todas as pessoas vivam o dia 10 “sob o aspecto de fidelidade aos ensinamentos sadios que ouvimos, um dia, aos lábios de nossas queridas mães” e ressuscitem “do reinado de pureza e felicidade” da infância “a imagem daquela mulher feita de amor e sacrifício, que nos acompanhou em todos os instantes de nossa vida, pronta sempre para levantar-nos das nossas quedas e dar-nos alento para novas

caminhadas”. A crônica anuncia que até o dia 10 serão lidas “algumas considerações em torno [sic] da data magna de nossos afetos”. A intenção é contribuir, “com algumas palavras e certo entusiasmo, para um maior brilho nos festejos com que as professoras desta Cidade, unidas às autoridades e às nossas famílias, comemoram [sic] o dia das mães” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959b, p. 1).

O tom poético do texto continua nos dois últimos parágrafos, em que se afirma que “nada de novo será dito por que [sic] toda mãe encerra um universo de virtudes inatas que nos furta qualquer tentativa de ineditismo”, por isso, “nem é preciso que se conheça o autor destas crônicas; qualquer um filho as assinaria, por que [sic] qualquer uma mãe as entenderia” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959b, p. 1).

A segunda crônica inicia retomando o aspecto discutido na anterior: a imprescindibilidade da criação do dia das mães, “como elemento de fixação do nosso pensamento no problema da mãe moderna, em face das solicitações sociais e snobes [sic] do nosso tempo”. O texto se detém a discorrer sobre “a problemática da mocidade feminina de hoje”, que estaria “envolvida pela liberalidade excessiva de uma educação cheia de sadias e ao mesmo tempo perigosas inovações”. Afirma que “a boa educação da mocidade depende da boa formação dos seus pais”, mas se detém na análise da “moça, que é a futura mãe”, frente aos desafios daquele momento (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959b, p. 2):

Estamos vivendo uma fase de substanciais modificações no panorama da família. Muitos tabús [sic] até então mantidos tiveram de ser marginados porque seria pouco prudente sustentar a ignorância ante tantas realidades que nos entram de casa a dentro pelo rádio, pela televisão, pelo cinema e por uma série interminável de revistas amorosas e passionais.

É muito comum, numa atitude de condenável perplexidade, que se conceda a um jovem o direito pleno à participação de todos estes ensinamentos sem que ela já esteja de posse de uma premissa moral fundada sobretudo na verdade religiosa. E pouco justo é que se lhe outorgue a primazia de invadir todos os mistérios da vida antes de que esteja capacitada, pelo exemplo inatacável de seus pais, para enfrentar as suas decepções e os seus revezes.

Muito importante é, pois, o cuidado que se deve ter no sentido de incutir no espírito da jovem o temor de Deus, que é o fundamento de toda moral. Ninguém se habilita a vencer as tentações da vida e sobrepôr-se [sic] às suas ciladas se não possuir um elemento de incentivo e valorização, que só o amor a Deus, representado por uma autêntica educação religiosa, pode oferecer. Redobremos a nossa atenção para as nossas filhas; não nos iludamos sobre

a sua provável imunidade às degradações do dia a dia, por que [sic] cedo a nossa ilusão fenecerá.

A jovem só poderá portar-se com dignidade, na sociedade, se a sua educação alicerçar-se na moral religiosa; é preciso cuidar desde [sic] cedo e a todo instante, habilitando-a para a sua divina missão de futura esposa e mãe, responsável também, numa continuidade da própria vida, pela educação e formação de outras jovens, igualmente cheias de problemas e ávidas de viver.

Não pregamos, em absoluto, a necessidade superada de isolá-la de tudo e de todos; o que é necessário é esclarecê-la sobre as vantagens de uma vida feita de sacrifício e pureza, virtudes que só sobrevivem com um cuidado diário com as companhias, as leituras, o cinema e as modas.

Há um conluio danado contra a manutenção do pudor feminino; costureiros, moral e fisicamente “travestidos”, fazem a jovem oscilar a todo momento ao sabor do seu erotismo e das elucubrações sensuais e a pregação ostensiva do amor [sic] livre, no cinema, na imprensa e no teatro, completa a obra de destruição do que a mulher tem de mais valioso a conquista de sua felicidade, que é o seu pudor e a sua capacidade de ser difícil.

Sintetizando, somente a educação religiosa perfeita capacita a jovem para uma maternidade perfeita e somente uma dosagem sensata do que a jovem deve fazer e deixar de fazer, na sociedade moderna, a habilita para a aceitação de uma educação religiosa perfeita (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959b, p. 2).

A necessidade de uma educação religiosa perfeita passa a ser analisada, na terceira crônica, a partir do matrimônio e, neste sentido, o texto afirma que os esposos também precisam de uma boa formação religiosa. A falta desta “esconde as quotas indispensáveis de sacrifício, abnegação e concessões com que se tem de concorrer, inevitavelmente, para a manutenção da harmonia e felicidades conjugais”. A finalidade “precípua e superior” da felicidade matrimonial, segundo a crônica, é “conservar o ambiente de paz, respeito e amor para a educação perfeito [sic] dos filhos”. O último parágrafo conclui que “somente uma jovem bem formada religiosamente pode constituir-se no alvo da permanente admiração do homem e transformar-se, por todos os títulos, na verdadeira rainha do lar” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959b, p. 3).

O tom de aconselhamento permanece na quarta crônica, que tem como foco o exemplo dado pelos pais daquele tempo aos seus filhos. Depois de explicar que “está mais do que provado, por experiências milenares – e nem sequer precisaríamos do auxílio da moderna pedagogia – que a melhor educação é aquela que se mostra com fatos concretos”, o texto se dirige “ao mais completo educador”: “o pai, no sentido genérico, já que tanto ao homem quanto à mulher cabe, dentro de suas atribuições, a função educadora”. A abdicação, portanto, “desse dever sagrado de oferecer aos

filhos o exemplo de uma vida correta – tanto quanto o permitem as fraquezas humanas – tem concorrido, diretamente, para o aparecimento da decantada e tão discutida juventude transviada<sup>12</sup>” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959b, p. 3).

E é esse o principal tema da crônica, discutir as causas do aparecimento da chamada “juventude transviada”. O texto reputa à segunda guerra “o desbaratamento das tradições respeitáveis da família”, mas “só mesmo quando a família se desagrega e se desentende, moral e espiritualmente, é que nos deparamos com a depravação da mocidade”. “O problema da juventude transviada”, portanto, “é um problema de fundo familiar e não terá fim se fim não tiver o egoísmo [sic] furibundo dos pais de hoje, extremamente preocupados com o seu bem estar, a sua conservação física e uma série interminável de prazeres, festas e exhibições próprios [sic] mesmos das existências insatisfeitas” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959b, p. 4). Tendo como público principal as mães, a crônica segue com ênfase no papel da mulher:

Cabe à mulher, principalmente, essa nobre tarefa de restabelecer o equilíbrio das relações da família, com as armas que lhe são peculiares do carinho e da fortaleza moral. A sua posição, como mãe, tem de ser uma posição de afirmação e de desassombro, afirmação pelo exemplo da fidelidade, da discrição nos trajés, do amor ao trabalho e sobretudo de dedicação à causa de Deus e desassombro pela coragem das correções oportunas e justas e das atitudes irrecusáveis de protesto perante as perigosas liberalidades a que se julgam com direito os jovens do nosso tempo.

É indispensável, então, para que suas filhas sejam, no futuro, mães dignas e cumpridoras do seu dever de educadoras, que as mães de hoje dêem [sic] o exemplo da virtude premiada.

Ela dever ser, acima de tudo, a representação da humildade e da abnegação, a sábia distribuidora do orçamento doméstico, aparando as superficialidades e podando o luxo desproposital, tudo visando a que se instaure um regime de bom senso moral, de modo a que não ocupe posição de destaque exagerado os valores mudanos [sic] com que se compraz o homem de hoje em organizar as novas tabelas de hierarquia moral.

O seu exemplo, pois, agindo com maior intimidade e mais assistência sobre [sic] a formação da jovem é forçoso que seja um exemplo policiado, diariamente, em consonância com os sadios princípios da moral cristã (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959b, p. 4).

---

<sup>12</sup> A expressão Juventude Transviada advém da repercussão do filme *Rebel without a cause* (traduzido para o Brasil de forma moralista como “Juventude transviada”). Lançado em 1955, o filme retrata a rebeldia juvenil (PINSKY, 2014).

Depois dessa ênfase na mulher, considerada “veículo de educação moral e religiosa, no seio da sociedade moderna”, o assunto da quinta crônica se desloca, “intencionalmente”, para o campo educacional. “Educação que é coisa bem diversa de alfabetização e compreende os dois aspectos básicos da natureza humana: o moral e o religioso”, ressalta o texto. Esses devem ser cuidados desde a infância, “no desabrochar da inteligência e da sensibilidade”, porque só assim poderão conservar, “no fundo de sua dúvida e de sua descrença” futura, “uma centelha inapagável de fé e de bondade. Fé e bondade que a sua querida mãe um dia derramou em seu coração e fez nascer em sua alma” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959b, p. 5). A crônica mais uma vez destaca a função da mãe:

A mãe é, por conseguinte, a doce [*sic*] confidente dos momentos iniciais de nossa vida moral e religioso e tudo o que nos transmite e ensina constituirá, pelos tempos a dentro, o conjunto das mais ternas evocações. Consagremos à sua imagem o culto da mais pura e completa admiração e façamos o juramento de recorrer à sua querida lembrança sempre que as tentações e as negações da vida nos rondarem a alma e o coração na persistente pretensão de desviar-nos das rotas carinhosamente traçadas pelo seu carinho e o seu amôr [*sic*].

Nós vamos verificar mais tarde, quando a maturidade chegar e à nossa volta os filhos despertarem a nossa atenção para o seu mundo misterioso e feliz, que a missão materna tem muito de divino e que os corações das mães são capazes de repetir, com os sorrisos nos lábios e a expressão santa de resignação, o sacrifício do Calvário.

Não há perigo, não há obstáculo que a impeça de realizar ou ajudar a realizar os ideais dos seus filhos e na maioria das vezes [*sic*] o que chegamos a fazer e construir não passa de remoto desejo de nossas mães, que no seu cuidado e na sua infinita capacidade de indução desde [*sic*] cedo traçaram a linha de nossa conduta e o trajeto de nossas conquistas (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959b, p. 5).

A sexta e última crônica foi veiculada na rádio Juazeiro às vésperas do dia das mães, no dia 9 de maio de 1959. O texto inicia afirmando que “nada dissemos de novidade” e retoma o ponto básico de que “só uma educação moral e religiosa perfeita pode habilitar uma jovem ao desempenho de seus deveres futuros de mãe e educadora primeira, contribuindo, ao mesmo tempo, para uma completa felicidade conjugal”. É uma síntese do que foi apresentado nos últimos cinco dias, uma atualização dos “velhos e repetidos” conceitos. Uma das novidades do texto é a referência ao aborto, tido como o assassinato de “uma vida indefeza [*sic*], no próprio ventre”. A crônica alerta para a condenação de Deus e as vozes da consciência culpada e o remorso tenebroso da velhice para as mulheres e todos que cooperem com esse ato (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959b, p. 6).

A parte final é dedicada à exaltação das mulheres que “afrontam tudo, os sofrimentos, as necessidades, as ingratidões e o desprêza [sic] a fim de conservar os frutos do seu amor e doá-los à sociedade na continuidade dos mesmos ideais de nobreza e amôr [sic] (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959b, p. 6). A última frase é o pedido de um filho a uma mãe cuja distância é sentida com muita dor, como se fosse mais um texto dedicado por Maria Franca Pires à sua mãe Carlota:

Onde quer que esteja a sua lembrança, perseguida pelo coração até a última capacidade da memória, eu cobrirei de flores os seus passos e reduzido à infância, lá longe, me aconchegarei ao seu regaço pedindo ainda aquilo que só você é capaz de dar sem pensar em recompensas: proteção e amôr [sic] (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1959b, p. 6).

Para compreender com mais abrangência o momento histórico em que as crônicas da APM foram veiculadas na Rádio Juazeiro é importante situar o papel atribuído às mulheres brasileiras nos chamados Anos Dourados, apelido nostálgico do período que compreende o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) ao Golpe Militar no Brasil (1964).

Ao mergulhar nas páginas das publicações direcionadas ao público feminino, a historiadora Carla Pinsky (2014, p. 18) chama a atenção para a prevalência de aspectos “tradicionais das relações de gênero, como as distinções de papéis com base no sexo, a valorização da castidade para a mulher e a moral sexual diferenciada para homens e mulheres”. Entre os padrões tradicionais que permanecem, estão o casamento, a autoridade paterna e os mandamentos da igreja.

Nas crônicas transcritas acima, é possível perceber a influência religiosa em diversas passagens, o que ratifica a função da igreja como orientadora da conduta e dos discursos veiculados pela APM. Mesmo com os novos padrões de comportamento trazidos pelos meios de comunicação de massa, o catolicismo continua ditando as concepções conservadoras que, entre outras coisas, prega a submissão da esposa ao marido e proíbe a dissolução do casamento (PINSKY, 2014). Até os novos desafios que surgem na década de 1950, como o fenômeno da Juventude Transviada, são lidos a partir da responsabilização da mulher em restabelecer o “equilíbrio” das relações familiares.

As novidades também repercutem positivamente nos espaços da APM. Pelo relatório de 1960, por exemplo, ficamos sabendo que, entre as diversas ações transcorridas, um novo equipamento foi introduzido no cotidiano das escolas primária: o Duplicador a álcool<sup>13</sup>, trazendo consigo um aroma vagamente doce às páginas frescas que eram distribuídas aos estudantes. Em uma folha datilografada estão registradas as atividades desenvolvidas pela APM em 1960. Intitulado “Relatório das ocorrências verificadas na Associação de Pais e Mestres, no ano de 1960”, o documento registra as seguintes realizações:

- 1º) Distribuição de material escolar
- 2º) Ampliou o movimento da Biblioteca Infantil
- 3º) Reunião com os pais para a solução de problemas de interesse [sic] na formação da personalidade infantil
- 4º) Sessões solenes no “Dia das Mães” e no “Dia dos Pais”
- 5º) Para auxiliar os pais, facilitar o trabalho do professor e ajudar o aluno, foi feita a compra de um DUPLICADOR a álcool [sic] (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, s/d).

A introdução do Duplicador a álcool no “Setor de Educação da nossa comunidade” foi uma ação pioneira da APM, segundo consta em dois balanços da atuação da APM deixados por Maria Franca Pires em seu arquivo. Em um desses registros, um documento de duas páginas datilografado, ela informa que a função do Duplicador era “preparar folhas para registro de matrícula, mapas de exame, cadernetas de notas, boletins para alunos, que o professorado adquire para seu serviço administrativo”. Além disso, eram preparadas “provas e impressos outros, cobrando uma pequena taxa apenas para manter a compra de material” (PIRES, s/d).

Em depoimento à equipe de pesquisa do arquivo de Maria Franca Pires, a professora Maria Perpétua Gomes de Almeida (2006, comunicação pessoal) recordou que antes do Duplicador e do Mimeógrafo<sup>14</sup>, o processo de produção das provas era feito à mão

---

<sup>13</sup> O Duplicador a álcool (também referido como uma máquina Ditto na América do Norte) foi um método de impressão inventado em 1923 pelo alemão Wilhelm Ritzerfeld e comumente utilizado em todo o mundo durante o século XX. O álcool no nome deve-se a este ter sido um dos maiores componentes dos solventes usados como “tintas” nessas máquinas. O Duplicador a álcool foi contemporâneo do mimeógrafo (WIKIPÉDIA, 2016).

<sup>14</sup> Mimeógrafo (do grego mimeo: imitar, copiar[1] + grafia: escrita) é um instrumento utilizado para fazer cópias de papel escrito em grande escala e utiliza na reprodução um tipo de papel chamado estêncil. Foi um dos primeiros sistemas de cópias em série utilizados no ensino. O mimeógrafo é uma máquina

e, por isso, demorava muito. “Aí, ela [Maria Franca Pires], como presidente da Associação de Pais e Mestres, mandou buscar o em Salvador e passava as provas da gente. Aí, nós deixamos de ter o trabalho de copiar aquela prova toda na mão”, afirmou Perpétua. Por sinal, é possível verificar que a partir daquele momento muitos documentos da Associação e outros pertencentes ao arquivo de Maria Franca Pires foram gravados no Duplicador a álcool.

O único registro do ano de 1961 é a ata do dia 6 de agosto. Desde a sessão ordinária do segundo domingo de agosto de 1957, dia 11 daquele mês, o livro de atas da APM não havia se movimentado. É a segunda secretária do primeiro Conselho Geral da Associação, Terezinha Ferreira Oliveira, “no impedimento da 1ª secretária”, quem registra a primeira eleição dos membros da diretoria da Associação de Pais e Mestres, desta vez, para o quadriênio 1961-1965, o que revela que a APM ficou por três anos, entre 1958 e 1961, com os cargos da Diretoria em vacância, embora os membros da primeira gestão tenham dado continuidade às ações da APM (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1961).

A sessão do primeiro domingo de agosto de 1961, dia 6, aconteceu no salão da escola professor Artur de Sales, reunindo o Conselho Geral, Auxiliar e diversos sócios. A ata registra que foram submetidas à votação duas chapas completas sendo vitoriosa a seguinte:

Presidente: Profª Maria Franca Pires (reeleita); vice-presidente: Maria de Lourdes Benevides Duarte (reeleita); 1ª secretária: Terezinha Ferreira Oliveira; 2ª secretária: Profª Maria Perpétua Gomes de Almeida; 1ª tesoureira: Profª Renilde Teixeira Luna (reeleita); 2ª tesoureira: Celita Dina Cunha Abreu. Conselho fiscal: Profªs: Crenildes Luis Brandão, Delanídia Oliveira, Haydêe Fonsêca Falcão, Vanda Guerra. Conselho Auxiliar: Presidente D. Eliete Borges; vice-presidente: Profª Judith Leal Costa; 1ª Secretária D. Lourdes de Aquino Miranda; 2ª Secretária: D. Carmelita Gomes Almeida; 1ª tesoureira D. Maria Pucini Dantas; 2ª tesoureira: D. Lourdes Gomes Souza. Conselho fiscal: Profª Gildete Lino de Carvalho, Nilma Léa Evangelista Muniz, Gisélia Braga, Zailde (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1961).

A ata não registrou o nome dos membros da chapa perdedora. Informa apenas que depois de proclamado o resultado da eleição, a presidente da APM, Maria Franca Pires, “determinou a posse para o segundo domingo de agosto, em homenagem ao

---

que requer, para além da mão-de-obra, materiais para a geração de cópias a partir de uma matriz, como por exemplo: impressora matricial, papel sulfite ou de outro tipo, mesa de apoio, estêncil, scanner do texto e molha dedo (CAMPOS, 2009).

‘Dia do Papai’”. O local escolhido para a sessão solene foi o salão nobre do Clube Comercial, “ocasião em que a Associação de Pais e Mestres oferecerá aos presentes um coquetel”. Curiosamente, a primeira assinatura dessa ata é a do Padre José Gilberto Luna, seguida das professoras Judite Leal Costa e Terezinha Ferreira Oliveira, que assumiu o papel de secretária.

As ações desenvolvidas pela APM naquele ano de 1961 não foram descritas em nenhum documento do arquivo de Maria Franca Pires, bem como as de 1962 e 1963. Entretanto, esses dois anos registram dois acontecimentos importantes para a APM e a história de Juazeiro: a criação da Diocese de Juazeiro<sup>15</sup>, em 1962, e a chegada do primeiro bispo, Dom Tomás Murphy, em 1963. Com ele, chega também o Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>16</sup>. Embora não seja o foco desta pesquisa, é válido enfatizar a importância do MEB na história educacional do território circunscrito pela Diocese de Juazeiro. Em entrevista com duas representantes do Movimento, que também participaram ativamente da APM, Maria Perpétua de Almeida Santos e Gildete Lino de Carvalho, foi possível fazer um breve levantamento da primeira experiência brasileira de alfabetização pelas ondas sonoras.

---

<sup>15</sup> A Diocese de Juazeiro foi criada em 21 de julho de 1962, pelo Papa João XXIII, pela Bula “Christi Ecclesia” (Igreja de Cristo), sendo instalada em 10 de fevereiro de 1963. É formada por nove municípios: Casa Nova, Campo Alegre de Lourdes, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá.

<sup>16</sup> Criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1961, o MEB teve atuação em estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, objetivando valorizar a cultura popular e desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas. Segundo a síntese do sistema de escolas radiofônicas, elaborada por Fávero (2004, p.4), a Equipe Local (ou Central) do MEB era composta de “coordenação e apoio administrativo, supervisores responsáveis pela escolha e treinamento dos monitores e pelo funcionamento das escolas; professores-locutores, encarregados da produção e emissão de aulas e outros programas educativos”. Todos eram treinados e selecionados pela Equipe Técnica Nacional. Já os Monitores viviam na comunidade e “desenvolviam trabalho voluntário e gratuito, na instalação da escola, matrícula dos alunos, controle de sua frequência, auxílio aos alunos para o aproveitamento das aulas radiofonizadas, aplicação de provas, envio de relatórios mensais sobre o andamento da escola” (FÁVERO, 2004, p.4). O requisito mínimo era que soubessem ler e escrever e demonstrassem capacidade para seguir as instruções das aulas produzidas pelos professores-locutores. Além de quadro de giz, rádio e lâmpião de querosene, os monitores recebiam cartilhas e livros de leitura. A Equipe Central, que atuava junto a uma emissora de propriedade da Igreja e sob responsabilidade do Bispo Diocesano, enviava os conteúdos sonoros para os rádios-cativos que os monitores/as operavam nas escolas radiofônicas, as quais funcionavam em escolas isoladas, salas paroquiais, sede de fazendas, barracões e, sobretudo, nas casas dos próprios monitores, de acordo com a tradição das escolas de “professores leigos”.

---

**Tomás William Murphy (1917-1995)**

*Nasceu em Omaha, no estado de Nebraska (EUA), no dia 10 de dezembro de 1917. Estudou no Seminário Menor Redentorista São José, em Kirkwood, Missouri. Fez o noviciado em De Soto, Missouri, posteriormente professou os votos religiosos como Redentorista na província de St. Louis, sendo ordenado presbítero no dia 29 de junho de 1943. Dois anos depois, ofereceu-se para servir como missionário no Estado do Amazonas, desenvolvendo durante 13 anos uma obra de evangelização como vigário de Manacupuru. Foi pregador das Missões Populares e, por fim, vice-provincial dos redentoristas. Em 1958, volta para sua terra natal, onde ocupou os cargos de reitor do Seminário de sua congregação e integrou o Colégio Apostólico. Atuou como missionário em Manaus até 16 de outubro de 1962, quando o Beato Papa João XXIII o nomeou para ser o primeiro bispo da recém-criada Diocese de Juazeiro (BA). Foi ordenado bispo pelo Arcebispo Dom Gerald Thomas Bergan, no dia 2 de janeiro de 1963 e tomou posse no dia 10 de fevereiro do mesmo ano. Tentou dar um mínimo de estrutura à nova e grande Diocese, que abrange, além de Juazeiro, outros oito municípios. Para desenvolver seu trabalho na diocese de Juazeiro, se baseou em um tripé de prioridades: evangelização e catequese (anúncio da Palavra), liturgia (relacionamento com Deus) e ação social (dimensão da Caridade e da Promoção humana). Com base nisso, criou movimentos como o Cursinho de Cristandade e Treinamento de Lideranças Cristãs (TLC), além de obras sociais, como clubes de mães, socorristas e trabalho com mulheres prostituídas. Participou de sessões do Concílio Vaticano II, evento que renovou a Igreja Católica e reabriu seu diálogo com o mundo moderno, em vista de uma volta às fontes do cristianismo e de uma nova evangelização. Em setembro de 1966, realizou o 1º Congresso Eucarístico Diocesano no Estádio Adauto Moraes, reunindo uma multidão de fiéis. Em dezembro de 1973, por motivos de saúde, pede renúncia do cargo de Bispo de Juazeiro ao Papa Paulo VI. Ficou em Juazeiro até fevereiro de 1975, completando doze anos de serviços à diocese local. É então nomeado Bispo Titular de Sululos e bispo auxiliar de São Salvador da Bahia, cargo que ocupou até a sua morte, ocorrida no dia 6 de julho de 1995, depois de sua última viagem de tratamento da Leucemia aos Estados Unidos.*

*Atualmente sua causa de beatificação está em andamento no Vaticano (VITOR, 2016).*

---

Tendo como lema os primeiros versos da Canção do Tamoio, do poeta Gonçalves Dias: “Não chores, meu filho; Não chores, que a vida/ É luta renhida: Viver é lutar”, o método de alfabetização do MEB era inspirado nas experiências educativas desenvolvidas por Paulo Freire a partir dos centros e círculos de cultura.

Segundo a professora Perpétua (2006, comunicação pessoal), na ausência de uma emissora de rádio católica, era a Emissora Rural (atualmente chamada “A Voz do São Francisco”), e pertencente à Diocese de Petrolina-PE, que transmitia as aulas e outros programas educativos produzidos pelas professoras-locutoras de Juazeiro. “Trabalhou eu”, enumerou Perpétua, “Socorro Guimarães, Gildete Lino, Maura Santos e Célia, que veio de Remanso trabalhar aqui. O nosso trabalho era dar assistência a todas as escolas que funcionavam na Diocese”.

Apesar de atuarem para as escolas do lado baiano do Rio São Francisco, as educadoras eram vinculadas ao MEB de Pernambuco, em decorrência da localização geográfica da Emissora. Por isso, tinham de ir à capital pernambucana, Recife, fazer treinamento para supervisionar os/as monitores/as, que dirigiam as escolas radiofônicas. Ficaram conhecidas em toda a região como as “Supervisoras do MEB”.

“Quando a escola era inaugurada, o monitor recebia um rádio, um quadro negro e uma Petromax [candeeiro de petróleo usado na iluminação pública e doméstica], porque as escolas do interior não tinham luz”, afirmou Perpétua (2006, comunicação pessoal). Cabia às supervisoras lecionar as aulas pelas ondas da radiodifusão, seguindo a cartilha oferecida pelo MEB. “Por sinal, essa cartilha foi até censurada. Muita gente dizia que o MEB era comunista”, lembrou Perpétua, entre sorrisos. À luz de Petromax e nas ondas sonoras da Emissora Rural, inúmeras pessoas se alfabetizaram nos três anos em que o MEB vigorou na Diocese de Juazeiro.

O Golpe Militar de 1964 abalou as estruturas do MEB, que passou a ser rotulado como atividade subversiva e refúgio de comunista. Ainda assim, as professoras-locutoras de Juazeiro permaneceram alfabetizando jovens e adultos no território da Diocese até

1966. Segundo Gildete Lino de Carvalho (2016, comunicação pessoal), o apoio do bispo Dom Tomás, de nacionalidade norte-americana, foi fundamental para a continuidade das ações e a proteção futura, impedindo que fossem instaurados processos contra as professoras, como ocorreu em outros locais. Gildete lembra ainda ter encontrado vários rádios cativos em uma exposição pública de materiais subversivos organizada pelo governo golpista por volta de 1965, no Teatro Castro Alves, em Salvador.

Sufocadas pelo aparato repressor da Ditadura Militar, que considerava qualquer ação de alfabetização com leitura crítica da realidade uma atividade subversiva, as frequências sonoras do MEB foram se dissipando. Gildete recorda (2006, comunicação pessoal), com terna lembrança, uma assertiva surpreendente: a chegada dos rádios cativos em muitas comunidades da Diocese de Juazeiro representou a introdução do primeiro meio de comunicação naquelas localidades. A partir dali, estava aberto o caminho para a integração cultural com o restante do mundo.

A relação da APM com o MEB é ainda reforçada pela presença do coordenador do Movimento em Petrolina, Padre Pedro Mansueto de Lavor, na exposição de uma série de cinco palestras sobre o matrimônio cristão, ação registrada por Maria Franca Pires em seu texto de balanço das atividades realizadas pela Associação e preservada em papéis que sinalizam os conteúdos discutidos nos chamados “Cursos para Noivos”. A primeira palestra é datada do dia 15 de julho de 1964, data em que Juazeiro celebrou seu 86º aniversário.

Embora na introdução da palestra, o Padre Pedro Mansueto de Lavor faça referência aos “diversos prismas – o médico, o jurídico, o social e sobretudo o religioso” - que guiarão a vida futura dos noivos, apenas as palestras religiosas proferidas pelo Padre Mansueto estão preservadas no arquivo de Maria Franca Pires. Entre os diversos aspectos apresentados pelo padre, a partir de passagens bíblicas e autores cristãos, merece destaque um dos fins naturais que especificam e caracterizam o matrimônio:

#### I – FIM PRIMÁRIO

a) Procriação – É patente pela anatomia e psicologia dos dois sexos, bem como pelo instinto sexual que faz o homem e a mulher se atraírem. Êste [sic]

instinto garante a existência e a propagação da espécie humana. Sem haver nem sequer o desejo de procriação o matrimônio não é válido.

b) Educação – É o complemento e a continuação natural da procriação. Sem a educação, a geração é um ato inútil, até mesmo prejudicial à sociedade. A família é a sementeira da Pátria.

Uma das palestras mais relevantes para a presente pesquisa é a quarta, intitulada “A serviço do amor”, que discorre sobre a castidade juvenil ou pré-nupcial – “abstenção de todo e qualquer prazer sexual voluntário”. Com uma mensagem direcionada aos jovens, o padre Mansueto apresenta alguns “conselhos clássicos” visando a castidade pré-nupcial:

- a) Evitar as ocasiões perigosas, tais como, namoro no escuro, etc.
- b) Evitar leituras e espetáculos (cinema, teatros) que excitam as fantasias e as paixões.
- c) Treinar a vontade em querer o bem. Firmara inteligência em um ideal. Exemplo: fundar um lar cristão.
- d) Mortificar os sentidos e educar a capacidade de sacrificar-se pelo bem pessoal e do próximo.
- e) Recorrer aos meios espirituais: Confissão e comunhão frequentes. Orientação de um Diretor Espiritual.
- f) Seguir os conselhos médicos no que toca à alimentação, às bebidas, os hábitos. Equilibrar a vida entre o trabalho e repouso, incluir esportes, passeios, contato com a natureza.

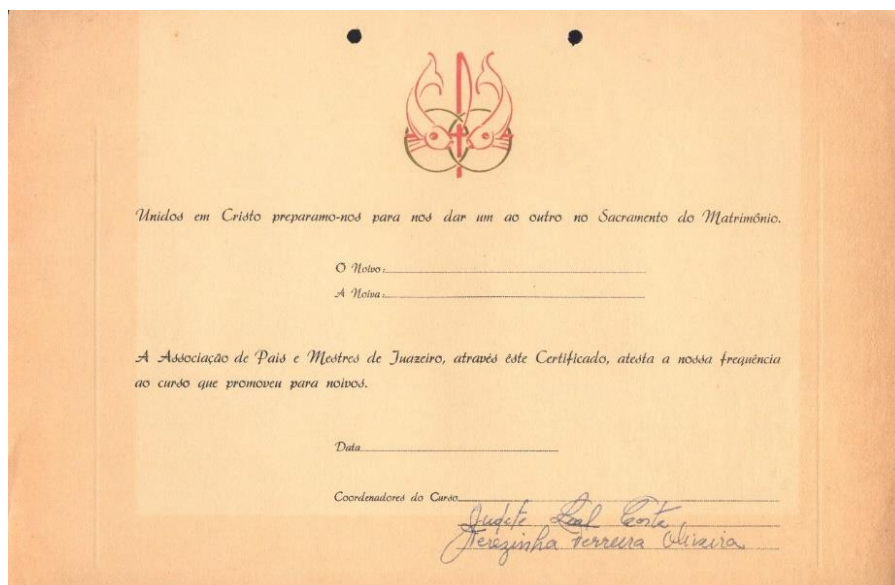
Depois de explicar as implicações do prazer sexual no matrimônio, lícito “desde que se observem os ditames da própria natureza”, o padre Mansueto adverte que embora a moral afirme que “entre marido e mulher tudo é permitido desde que se vise a ato procriador”, certas atitudes animais não convêm ao cônjuge cristão.

Em seguida, apresenta “dois problemas sérios: os métodos anti-concepcionais [*sic*] e o abôrto” [*sic*]. Afirma que “qualquer tentativa de frustrar diretamente o ato procriador é imoral e reprovável”. Além disso, “os medicamentos, as intervenções cirúrgicas, o ato sexual interrompido ou em lugar indevido, tudo o que se faz no intuito de evitar filhos constitui falta moral grave”. De acordo com o padre, “só é permitido pela moral cristã a abstinência periódica”.

As semelhanças de discursos entre as palestras proferidas pelo padre Mansueto no curso para noivos e as crônicas escritas em 1959 para o Dia das Mães são evidentes. O discurso religioso, com base na moral cristã, dá o tom das recomendações expressas em ambas as situações. O próprio certificado do Curso para noivos reforça

essa vinculação religiosa ao trazer a inscrição: “Unidos em Cristo preparamo-nos para nos dar um ao outro no Sacramento do Matrimônio”.

Imagem 13 – Certificado do Curso para Noivos.



Fonte: Arquivo de Maria Franca Pires.

---

### **Pedro Mansueto de Lavor (1930-1998)**

*Nasceu no dia 28 de novembro de 1930, no município de Barbalha, interior do Ceará, mas sua carreira eclesiástica e política se deu no Estado de Pernambuco. Advogado e jornalista, deixou a batina quando abraçou a vida pública, no final da década de 1980, para se casar com Rosa Maria e dessa união teve dois filhos: Milena e Pedro. Ordenado padre na Bahia, sua primeira paróquia foi Petrolina, onde viveu de 1961 a 1982. Mansueto de Lavor na cidade em que ele serviu, por mais de duas décadas, como sacerdote católico, educador e radialista. Esteve particularmente empenhado no grande desafio de promover uma educação e uma comunicação de massa voltadas à emancipação do povo nordestino. Deve-se destacar, nesse sentido, sua participação como coordenador, em Petrolina, do Movimento de Educação de Base nos anos de 1962 a 1965, tendo também exercido o magistério naquela cidade, por diversos anos, no Colégio Dom Bosco e na Faculdade de Formação de Professores. Também foi diretor, ao longo de uma década e meia, da Emissora Rural A Voz de São Francisco, fazendo-o com a coragem que a época exigia, ao se contrapor a poderosos interesses econômicos e políticos. Pelo compromisso longamente manifestado com a população sertaneja, conseguiu eleger-se Deputado Estadual pelo Movimento*

*Democrático Brasileiro, em 1978, o primeiro opositor à ditadura, no sertão pernambucano, a realizar tal feito. Foi eleito também para a Câmara Federal, em 1982, e tornou-se, por fim, Senador Constituinte, sempre empenhado nas causas populares e progressistas. Sua morte, em 1998. Lá, foi fundador e coordenador dos Movimentos de Educação de Base (MEB), assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Pernambuco (Fetape), professor do Colégio Dom Bosco e da Faculdade de Formação de Professores e fundador da Emissora Rural A voz do São Francisco em 1962. Dirigiu a Rádio durante 16 anos, cargo que lhe deu projeção política na região. Por sua atuação na Emissora Rural e nos movimentos de base da Igreja Católica, foi convidado pelo então Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a disputar, em 1978, uma cadeira de deputado na Assembleia Legislativa de Pernambuco, tendo sido vice-líder e depois líder da bancada da oposição ao Governo de Marco Antônio de Oliveira Maciel. Quatro anos depois (1982), graças à sua atuação na Assembleia Legislativa, candidatou-se à Câmara Federal e foi eleito, tendo obtido a maioria dos seus votos no município de Petrolina. De 85 a 86 foi o coordenador da bancada peemedebista e presidente da Subcomissão do Vale do São Francisco. Chegou ao Senado em 1986 na chapa então encabeçada por Miguel Arraes de Alencar. Nesta condição, participou da Assembleia Nacional Constituinte, sempre em defesa dos interesses dos trabalhadores e dos temas que eram advogados pela ala progressista da CNBB com a qual sempre se afinou. Ao concluir sem mandato, em 1994, afastou-se definitivamente da vida pública para cuidar de suas empresas no Sertão pernambucano (gráfica em Petrolina) e da fazenda de sua propriedade no município de Exu. Morreu de câncer de pulmão no dia 27 de agosto de 1998, aos 67 anos (MIRANDA, 2011).*

---

#### **5.4. Da euforia dos cursos de formação do professorado ao fim da Associação (1965-1974)**

Em 1965, aconteceu mais uma eleição da APM. Depois de quatro anos, exatamente o tempo que durou a gestão que havia sido eleita em 1961, o livro de atas se movimentou. A eleição para o quadriênio 1965-1969 aconteceu no dia 6 de agosto de 1965, no salão da escola professor Artur de Sales. Mais uma vez, foram submetidas à votação duas chapas completas e, novamente, o grupo de professoras liderado por Maria Franca Pires se manteve na direção da APM:

Presidente, Profª Maria Franca Pires (reeleita); Vice Presidente, Judite Leal Costa; 1ª secretária, Terezinha Ferreira Oliveira (reeleita); 2ª Secretária, Maria de Lourdes Duarte; 1ª Tesoureira, Renilde Teixeira Luna (reeleita); 2ª tesoureira, Joana Ramos. Conselho fiscal, Celita Dina Cunha, Gildete Montenegro, Léa Evangelista Muniz (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1965).

Tal qual havia acontecido na ata da eleição de 1961, a ata não registrou o nome dos membros da chapa perdedora. Não há registro sequer da composição do Conselho Auxiliar. A posse da nova diretoria da APM também foi marcada para o segundo domingo de agosto em homenagem ao Dia dos Pais, desta vez, seria realizada no salão da Sociedade 28 de Setembro. As ações desenvolvidas pela APM naquele ano de 1965 não foram descritas em nenhum documento do arquivo de Maria Franca Pires.

Embora apareça pela segunda vez a referência a duas chapas que possivelmente disputaram a Diretoria da APM, a professora Lourdes Duarte (2016, comunicação pessoal) recorda que não havia disputa pela direção da entidade. “Maria Pires assumiu de tal maneira as responsabilidades que pegou jogou tudo em cima dela e acabou a história. Tudo ela dava conta” (DUARTE, 2016, comunicação pessoal). Gildete Lino também não lembra que houvesse oposição à liderança de Maria Pires.

As atividades da APM em 1966 estão descritas em um relatório datado de 24 de maio de 1967. É possível então saber que em 1966 as ações da APM iniciaram no dia 1º de março, “conjuntamente com o reinício das aulas nas escolas primárias do Estado”. A entidade “funcionou normalmente, dando assistência a cerca [sic] de 200 (duzentas) escolas públicas, promovendo reuniões entre os alunos e seus pais, com a finalidade de melhorar as relações entre êsses [sic] e as professoras dos seus filhos” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1967).

De acordo com o relatório, os trabalhos daquele ano “obedeceram as diretrizes em vigor”, que incluía basicamente a “ajuda ao professorado, através do mimeografar [sic] de provas”, e a “distribuição gratuita de material escolar aos alunos pobres”. Portanto, ao que tudo indica, a função precípua da APM estava sendo executada. “Por falta de recursos, não foi possível proceder os melhoramentos e ampliações necessárias”, lamenta o documento. E, em seguida, apresenta uma novidade: “Foram executados

apenas serviços ligeiros em nossa sede, pequenos consertos e outros de menor importância” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, 1967). Até então não havia qualquer referência a uma sede própria para a APM. A professora Lourdes Duarte (2016, comunicação pessoal) recorda que Maria Franca Pires conseguiu junto a deputados verba do Estado para reformar a casa que a Associação havia adquirido. “Era uma casa que se transformou num salão”, lembra ela.

Embora não seja uma ação da APM, um evento ocorrido em 1966 merece destaque pelo envolvimento das professoras primárias, especialmente as fundadoras da Associação. Em setembro, mês dedicado às celebrações da Padroeira de Juazeiro, Nossa Senhora das Grotas<sup>17</sup>, a Diocese realizou o 1º Congresso Eucarístico Diocesano. Segundo a professora Lourdes Duarte (2016, comunicação pessoal), o evento foi pensado por uma irmandade religiosa, o Coração Eucarístico, antes mesmo da chegada do bispo Dom Tomás.

Uma multidão de fiéis de todos os municípios da Diocese participou dos três dias do Congresso, reunindo-se, juntamente com bispos, padres, conferencistas e lideranças políticas estaduais e municipais, no Estádio Adauto Moraes. “Até hoje, ao meu ver, foi o maior acontecimento religioso de Juazeiro”, destaca a professora Lourdes (2016, comunicação pessoal). Ela esteve envolvida diretamente com a organização do evento, ao compor a comissão de secretaria. Maria Franca Pires e Terezinha Ferreira faziam parte da comissão de recepção e alojamento e a delegada escolar Judite Leal Costa fez parte dos esforços para congregar o professorado, que, segundo a professora Lourdes, “participou vivamente do evento” (DUARTE, 2016, comunicação pessoal).

O Congresso Eucarístico inclusive foi tema de uma das perguntas feitas por estudantes da Escola Aprígio Duarte Filho à delegada escolar Judite Leal Costa, em uma entrevista que foi publicada na primeira edição do jornal “O Apriginho”, no dia 30 de novembro de 1966. Sabatinada por cinco repórteres daquela escola primária, ela

---

<sup>17</sup> De acordo com informações da Diocese de Juazeiro, o nome da Padroeira da cidade deriva do fato de um índio ter encontrado a imagem de uma Santa em uma Grota situada em Juazeiro Velho, onde hoje é a Rua XV de Novembro. Esse fato aconteceu em 1706 e, em 1840, foi fundada a Paróquia Nossa Senhora das Grotas (CATEDRAL, 2016).

respondeu que o Congresso Eucarístico “precedeu a expectativa e foi um dos grandes momentos da História Religiosa de Juazeiro” (COSTA, 1966, p. 1).

Além do relatório, outros registros da atuação da APM em 1966 estão no caderno de anotação nº 16 de Maria Franca Pires. Intitulado “Curso de M<sup>a</sup> Junqueira Schimith”, o caderno registra o roteiro dos dez temas que foram debatidos nas reuniões da Escola de Pais daquele ano: A maturidade dos Pais; Os defeitos dos Pais; Castigos e recompensas; Ciúme infantil; Espírito de família ou o que os filhos esperam do lar; O papel da mãe no lar; Autoridade Paterna; A educação religiosa integra o adolescente; Como preparar a criança e o jovem para os lazeres; e A insolência do adolescente.

Como exemplo do itinerário percorrido na discussão de um dos temas, “A maturidade dos Pais”, Maria registra que o primeiro passo do roteiro foi apresentar os conceitos de maturidade e imaturidade, depois, foram abordadas algumas características das personalidades maduras e imaturas, causas da imaturidade dos adultos, como superar as imaturidades e meditação. Foram cinco as perguntas propostas para a reflexão daquele tema:

- 1º) estou sendo um bom educador?
- 2º) sou capaz de dominar os meus problemas pessoais a ponto de não interferirem em minhas relações familiares? (mau humor, cansaço, negócios, etc.)
- 3º) sou capaz de levar em consideração só interesses dos outros além dos meus próprios?
- 4º) possuo agressividade razoável, ao mesmo tempo que uma capacidade de controle [sic] emocional da raiva, ódio, inveja e desejos de destruir e ferir?
- 5º) sou capaz de aceitar as diferenças individuais dos outros, ser tolerante e despido de preconceitos sociais, religiosos ou de classe social? (PIRES, s/d).

Além dessas cinco provocações, Maria Franca Pires anota outras quatro perguntas para os círculos (um provável retorno à proposta do Círculo de Pais). Uma delas foi acompanhada do nome “geral”, o que significa que foi dirigida a todos: “Como superar as nossas imaturidades?”. As outras três foram divididas entre os grupos A, B e C:

Grupo A – Quais as imaturidades mais frequentes dos pais que contribuem para q [sic] o lar deixe de ser um ambiente favorável ao amadurecimento dos filhos?

Grupo B – A família tem ajudado suficientemente seus membros a amadurecerem? Por que?

Grupo C – Como podem ajudar os pais os filhos [sic] a amadurecerem? (PIRES, s/d).

Pelas anotações no referido caderno de Maria Franca Pires, é possível constatar que em 1967 as reuniões da Escola de Pais continuaram. Maria anota que entre 2 de agosto e 30 de novembro foram discutidos os temas: 1 - Como fazer do meu filho um bom estudante; 2 – Espírito de família; 3 – A educação religiosa na família; e 4 – Como fazer o bom uso do lazer.

Naquele ano, teve destaque também um movimento solidário conhecido como “Bazar da Amizade”. De acordo com um escrito datilografado por Maria Franca Pires, a finalidade do Bazar “era recolher em casas de famílias as coisas consideradas inúteis, torná-las úteis e depois distribuí-las [sic] com quem necessitasse das mesmas”. O impulso inicial de partilha continuava tanto na distribuição de materiais escolares quanto dos mais variados itens de consumo.

Nos aspectos formativos das professoras primárias, a Associação promoveu em 1967 o primeiro curso de “promoção cultural e renovação do professorado”, como escreve Maria Franca Pires no texto em que faz um balanço das ações da APM. O curso foi ministrado pela educadora, historiadora e escritora brasileira Maria Junqueira Schmidt.

A professora Lourdes Duarte (2016, comunicação pessoal) lembra que ela e Maria Franca Pires conheceram Schmidt em um congresso de professores, no Recife. Embora não tenha conseguido precisar a data, tudo indica que foi no IV Congresso Nacional de Alfabetização, realizado em 1960, ocasião onde foi criada a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB).

Essa constatação é feita tendo como referência outras lembranças que acompanham a rememoração da professora Lourdes. Ela recorda (2016, comunicação pessoal) que na mesma época, além de Recife, participou de congressos em Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador. Gadotti (2000, p. 123) relata que a primeira entidade nacional de educadores, a CPPB, nasceu em 1960, “como resultado de discussões ocorridas entre 1953 e 1959, em três congressos realizados em Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre”, ou seja, nas três cidades lembradas pela professora Lourdes.

---

---

### **Maria Junqueira Schmidt**

*Foi uma educadora, historiadora e escritora brasileira que viveu no século XX. Notabilizou-se como professora de francês no ensino secundário do Rio de Janeiro, pedagoga católica e membro da Associação Brasileira de Educação (ABE). Defendia as renovações educacionais propugnadas pela Escola Nova ao mesmo tempo em que defendia seus ideais religiosos, adaptando assim as novas propostas educacionais aos preceitos católicos (FILGUEIRAS, 2013). Escreveu desde biografias de mulheres da nobreza nacional, tais como Amélia de Leuchtenberg, a segunda imperatriz do Brasil, e Princesa Maria da Glória, provavelmente publicadas entre 1928 e 1934, até livros sobre educação, pedagogia, ensino de língua e literatura estrangeiras (FREITAS, 2008).*

---

O primeiro curso de promoção cultural e renovação do professorado foi amplamente divulgado para pais e professores de Juazeiro e Petrolina. A empresa Brasil Publicidade<sup>18</sup>, “órgão publicitário que dispunha de energia própria, aparelhagem volante e a maior rede transmissora”, como afirmava o seu slogan, tratou de anunciar naquela tarde de quinta-feira, 1º de junho:

**ATENÇÃO JUAZEIRO – ATENÇÃO PAIS E EDUCADORE DE JUAZEIRO E PETROLINA**

Hoje às [sic] 20 horas no Centro Catequético da Diocese – primeira Conferência da Dra. Maria Junqueira Schmidt, sob o patrocínio da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro, especialmente para Pais e educadores sobre o tema “EDUCAÇÃO PERMANENTE”.

Dias 2 e 3 conferências na parte da manhã, da tarde e da noite, versando sobre temas educativos para o mundo de hoje.

As inscrições estão sendo feitas à rua Fernandes da Cunha nº 15 com as professoras Bernadete Braga e Lourdes Duarte.

Vá quanto [sic] antes fazer a sua inscrição (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, 1967).

Eram quatro chamadas diferentes para a estreia da “internacionalmente conhecida como autoridade em orientação educacional” e “ilustre mulher brasileira com estudos feitos na Bélgica, Suíça, França, Alemanha e América do Norte”, como diziam outros dois anúncios, veiculados das 16 às 17h na Rádio Juazeiro.

---

<sup>18</sup> Sediada em Petrolina (PE), a empresa Brasil Publicidade era dirigida por Manoel Alves Sobral.

Imagem 14 - Nota fiscal da Empresa Brasil Publicidade sobre propagandas volantes do curso de Maria Junqueira Schmidt.



Fonte: Arquivo de Maria Franca Pires.

Em outro material de divulgação datado de 29 de maio de 1967 e assinado pela professora Lourdes Duarte para ir ao ar programa “Só Notícias”, da Rádio Juazeiro, as conferências de Maria Junqueira são apresentadas como uma promoção da APM com o apoio do bispo diocesano. Além de ter cedido o espaço da diocese, o Centro Catequético, tido como “o maior auditório da cidade”, o bispo Dom Tomás Murphy aparece sentado na primeira fileira da conferência, em fotografias que registram o evento.

No material de divulgação direcionado ao programa “Só Notícias”, são apresentados os temas que seriam abordados por Maria Junqueira entre os dias 1º e 3 de junho: “Dia 1º - Educação Permanente e Escola de Pais; Dia 2 – Religião Educativa – Papel e função da família – A disciplina que faz crescer – A educação do amor; Dia 3 – O Espírito [sic] da Família – Os Valores do Lazer”. A matéria ainda cita a metodologia que seria utilizada na conferência: “todo o trabalho se desenvolverá com a participação ativa de casais animadores, dentro da moderna técnica de reuniões”.

O primeiro dia de conferências da educadora, historiadora e escritora brasileira Maria Junqueira Schmidt em terras juazeirenses também foi matéria de divulgação no rádio: “Constituiu-se verdadeira consagração a estreia da Dra. Maria Junqueira Schmidt na conferência de ontem proferida sobre a educação permanente para pais e Educadores”, destaca a matéria. Mais à frente, o texto convoca os ouvintes a

compareceram até o dia 3, às 9h30, 15h30 e 20h para as conferências. Uma outra nota afirma que “Juazeiro viveu ontem momentos da mais alta vibração no seu setor de vida educacional” e que “a conferência deixou no espírito de todos a mais viva lembrança e trouxe a melhor solução para os problemas da educação de hoje”. A renovação do convite é feita em seguida.

Imagem 15 – Registro do curso de Maria Junqueira Schimidth.



Fonte: Arquivo de Maria Franca Pires.

Em um texto noticioso que faz um balanço da passagem de Maria Junqueira Schmidt por Juazeiro, datado de 11 de junho de 1967, aparecem algumas informações novas: que a série de conferências foi entre os dias 1º e 4, embora todas as outras notícias deem conta de que tenha sido entre os dias 1º e 3 de junho; a preparação feita por Maria Junqueira para “a futura ‘Escola de Pais’ que a Associação de Pais e Mestres pretende doar à nossa comunidade”; e o envio de um ofício à Secretaria de Educação e Cultura sobre o referido acontecimento. No *post scriptum* do texto, a APM “pede ao jornal ‘A TARDE’ o obsequio [*sic*] da divulgação desta nota”, que é assinada por Judite Leal Costa, em nome da Associação.

É a mesma Judite quem assina outra matéria com teor parecido à enviada ao jornal A Tarde, com referências ao “maior acontecimento sócio cultural [*sic*] da cidade de Juazeiro” e a preparação de casais candidatos à “futura Escola de Pais de Juazeiro” que aparenta ter sido a principal finalidade da vinda de Maria Junqueira Schmidt. Mais

uma vez, os dias 1º, 2, 3 e 4 de junho são apresentados como de realização das conferências. No *post scriptum*, uma mensagem assinada pela professora Lourdes Duarte:

Negrão amigo<sup>19</sup>:

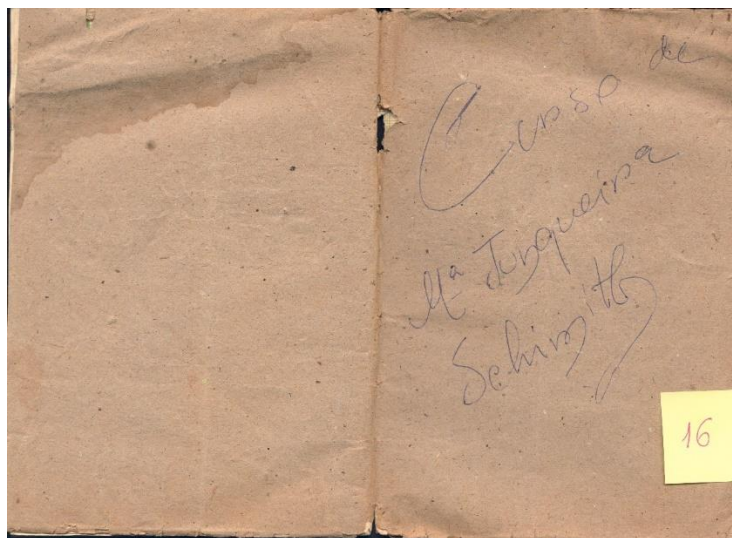
Vai esta nota para ser publicada com seu entusiasmo juazeirense. Assegure-lhe que foi absoluto e pode exagerar quanto quiser.

Com a amizade muito juazeirense de

Lourdes Duarte

Os registros das conferências de Maria Junqueira Schimidt foram feitos por Maria Franca Pires em seu caderno de anotação nº 16. Como já assinalado anteriormente, o caderno está intitulado “Curso de M<sup>a</sup> Junqueira Schimith” e dedica 19 páginas aos apontamentos das conferências realizadas pela educadora. Algumas frases anotadas por Maria Pires parecem ser transcrições de falas da conferencista, como: “Educar hoje é permitir ao outro que se afirme em todas suas possibilidades novas de uma maneira nova em situação cada vez nova (UNESCO)” ou “liberdade é fazer o q [sic] é dever; só tem liberdade quem tem disciplina” (PIRES, s/d).

Imagem 16 - Capa do caderno nº 16: Curso de Maria Junqueira Schimidth.



Fonte: Arquivo Maria Franca Pires.

<sup>19</sup> Embora não tenha lembrado o nome do “negrão amigo”, nem o jornal onde ele trabalhava, a professora Lourdes Duarte (2016, comunicação pessoal) recorda que era um jornalista, “gente antiga de Juazeiro que foi morar em Salvador”.

É um relato tão detalhado que permite ao leitor ter a sensação da essência do que foi apresentado nas conferências. É possível, por exemplo, identificar trechos em que Maria Pires se defronta com ideias que parecem distantes da prática pedagógica em que ela seria eternamente reconhecida, marcada pela rigidez, punição e castigos aos estudantes menos atentos ao conteúdo das suas aulas. Uma das perguntas que Maria Junqueira parece ter levantado em sua primeira conferência foi: Qual o maior recurso que devemos explorar na criança para ela ser um bom estudante? As respostas escritas por Maria Pires em seu caderno de anotação foram: “a) explorar o interesse; b) valorizar sua capacidade Nunca humilhar sempre encorajar [*sic*]; c) confiança” (PIRES, s/d).

As anotações de Maria Pires registram ainda as resistências ao estudo por parte das crianças, que, segundo Maria Junqueira, estão relacionadas a quatro aspectos: “1º) dispersão do espírito; 2º) embotamento dos sentidos; 3º) indisciplina mental; 4º) falta de motivação”. Ou seja, as ideias e provocações trazidas por Maria Junqueira parecem ter encontrado um ouvido ávido por aquele novo direcionamento pedagógico, tanto assim que Antonila da França Cardoso (2006, comunicação pessoal) reconhece que “com o tempo” Maria Pires “adocicou” em relação ao tratamento dispensado aos seus alunos, embora, segundo a professora Lourdes Duarte, ela nunca tenha perdido a “autoridade” e o lugar social da professora exigente. Mas algum aprendizado deve ter sido proveniente daquelas conferências, afinal, como a própria Maria anotou de uma fala da sua xará Schmidt: “Pedagogia é procura” e “Tôda [*sic*] educação é auto educação [*sic*” (PIRES, s/d).

Em uma das páginas do caderno de anotação nº 16, Maria Franca Pires escreve: “acertar vinda D. Corina março do próximo ano 1968 [*sic*]”. Uma seta indica a função de D. Corina: “contadora de histórias” e, logo embaixo, “Instituto de Educação” (PIRES, s/d). Quase um ano antes, ali estava o primeiro indício da vinda a Juazeiro da professora Corina Maria Peixoto Ruiz. A indicação foi feita por Maria Junqueira Schimidt e, do mesmo jeito que havia sido com as conferências dela, a vinda de Corina Ruiz foi largamente anunciada na propaganda volante<sup>20</sup> que circulou em Juazeiro e Petrolina no dia 1º de março de 1968:

---

<sup>20</sup> Propaganda volante é aquela feita por carros de som.

Atenção professoras [sic] e pais – A Associação de Pais e Mestres promove mais um curso de alta finalidade, dando-lhes ocasião para adquirir novas técnicas na arte de contar histórias, fator educativo de grande alcance. Por que contar estórias? – Para que contá-las? – Como contá-las? – Estórias modernas e tradicionais – Folclore e educação – Recursos audiovisuais, confecção e uso -. De tudo isto vocês tomarão conhecimento através das aulas da Profª Corina Maria Peixoto Ruiz durante os dias 2 a 9 de março no Centro catequético –

Horário das aulas – pela manhã a partir das 8 horas –

Taxa de inscrição – Ncrs.\$2,00<sup>21</sup> – A inscrição poderá ser feita na portaria ou à rua Fernandes da Cunha nº 20 (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, s/dc).

Imagem 17 - Registro do Curso de Literatura Infantil, com Corina Ruiz.



Fonte: Arquivo de Maria Franca Pires.

O curso ministrado por Corina Ruiz foi intitulado “Literatura Infantil”. Embora não haja registros nos cadernos de Maria Pires sobre o que foi discutido e nenhuma nota tenha sido enviada ao “negrão amigo” para ser publicada com o entusiasmo juazeirense, é possível, com base nas memórias das pessoas que participaram do curso, assegurar que foi “sucesso absoluto” (DUARTE, 2016, comunicação pessoal).

O roteiro do curso de Literatura Infantil está dividido em três partes: na primeira parte seria feita a entrega simbólica de um certificado e na terceira a exposição dos trabalhos. Na segunda e mais longa parte estão as referências aos autos folclóricos bumba meu boi e penitentes; O canto folclórico das professorandas; o coral “o rio

<sup>21</sup> Dois cruzeiros novos, moeda que passou a circular transitoriamente no Brasil entre 13 de fevereiro de 1967 e 14 de maio de 1970.

também tem tradições”; e as histórias “A baleia e o elefante”, por Vera Lúcia Sento Sé, “O pintinho vadio”, por Flôr de Maria; e “A cidade verde”, por Layse de Luna Brito.

É possível também ver nas fotografias a presença marcante do bispo Dom Tomás. A professora Lourdes Duarte lembra que tanto na vinda de Maria Junqueira Schimdt quanto na de Corina Ruiz, o bispo entregou a homilia da missa para elas. Na missa de Corina, os comentários sobre o Evangelho foram mediados pela contação de uma história, no intuito de aproximar a linguagem religiosa do universo infantil. “Aquela gesticulação dela, como uma boa contadora de histórias, deixou todo mundo atento. A igreja estava cheia de crianças” (DUARTE, 2016, comunicação pessoal).

Apesar da viva lembrança, é provável que a professora Lourdes tenha confundido a participação de Corina na missa de 1968 com a de 1973, quando ela esteve em Juazeiro desenvolvendo, com o apoio do padre José Polter, o método de celebração de missas para crianças. Essa constatação se sustenta na leitura do histórico do livro “A Missa das Crianças: com expressão corporal e estorinhas”, publicado por Corina Ruiz em 1977:

Quando estivemos em **JUAZEIRO**, Bahia, março de 1968, dando um curso de “ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS” E “FOLCLORE” o **bispo D. Tomaz** (sic), entusiasmado com os resultados do curso, convidou-nos para contarmos uma história na “missa das crianças”, na catedral, com o objetivo de explicar o Evangelho.

Achamos enorme responsabilidade; desculpamo-nos, pois não tivemos coragem...

Contamos nessa ocasião cerca de cinqüenta (sic) histórias para mães, pais, professores e jovens da excelente “ESCOLA DE LÍDERES”, criada por D. Tomaz, em Juazeiro.

Recebemos depois, já no rio, um telefonema do então seminarista **Maxlin Rodrigues**, enviado por **D. Maria Junqueira Schimdt**, que nos conhecia há bastante tempo.

O pedido do Max e de D. Maria era que ajudássemos a conquistar, a atrair as crianças, explicando, de maneira simples, o Evangelho, na missa dos domingos.

Ficamos surpresas e respondemos imediatamente: só conhecemos um meio... contarmos uma história (com técnica bem moderna), que contivesse a mensagem do Evangelho para ser redescoberta e, portanto, fixada pelas crianças.

Sentimos que dessa vez não podíamos furtar-nos.

Era a segunda chamada...

(RUIZ, 1977, p. 13, grifos e maiúsculas da autora).

Depois das duas provocações, Corina Ruiz fez uma parceria com o padre Maxlin Rodrigues e, juntos, criaram o método de celebração de missas para crianças. A partir

de 1974, passou a ministrar em todo o Brasil cursos de “Artes Dramáticas”, “Literatura Infantil” e “Estórias e Evangelhos”, como forma de preparação de equipes para atuar nas Missas.

Ao ler esse histórico, a professora Lourdes Duarte se deparou com a dúvida sobre a ocasião em que Corina conduziu a homilia da missa. O que chama a atenção é, de fato, a vinculação das ações da APM com o bispo Dom Tomás, a tal ponto que Corina terminou omitindo o protagonismo das professoras primárias na vinda dela a Juazeiro.

O terceiro e último curso de promoção cultural e formação do professorado foi ministrado dois meses depois do curso de Literatura Infantil. A professora Wanda Knüpfer veio a Juazeiro ensinar Matemática Moderna, entre os dias 9 e 16 de maio. Não há documento no arquivo que registre os conteúdos apresentados no curso e a professoras entrevistadas nesta pesquisa se resumiram em dizer que o curso foi bem aceito pela comunidade (DUARTE, 2016, comunicação pessoal; BRITO, 2017, comunicação pessoal). Entre as poucas referências sobre a vinda de Wanda a Juazeiro, está o certificado do curso, que registra a assinatura da educadora.

Imagem 18 – Certificado de Frequência e Aproveitamento no curso de Matemática Moderna.



Fonte: Arquivo de Maria Franca Pires.

Enquanto o curso de “Literatura Infantil” contou com a presença de 250 participantes, o de Matemática Moderna atraiu 395 professoras e pais de alunos. “A eficiência do curso deu condições ao professorado para melhoria do seu trabalho em classe”, aponta o relatório daquele ano. As reuniões de orientação educacional foram realizadas mensalmente em 1968 e, em setembro, foi iniciada a construção da sede própria à rua Conselheiro Luis Viana, nº 17, “que já se encontra em fase de conclusão, em vista porém da falta de recursos financeiros, as obras estão paralisadas”, finaliza o relatório.

O relatório das atividades desenvolvidas pela APM em 1968 informa que as ações reiniciaram no mês de março daquele ano, quando, por sinal, iniciava o calendário letivo nas escolas públicas municipais. Os cursos foram programados para dar “melhores condições de trabalho ao professorado primário”. E já era possível, no dia 24 de maio de 1969, data do relatório, sinalizar algumas mudanças: “as técnicas aprendidas no curso e aplicadas no currículo escolar, [sic] estão dando ótimos resultados”, afirma o relatório. Os anos de 1967 e 1968 são também os de reconhecimento municipal (Lei nº 649 de 11/09/1967) e estadual (Lei nº 2.531 de 18/05/1968) da APM como Utilidade Pública.

Entre os anos de 1969 e 1974, não há referências sobre a atuação da APM. Esse dado se confunde com a ida da professora Maria Franca Pires para o Grupo Escolar da Companhia de Navegação, onde ficou até 1973 na vice-Diretoria. Como lembra a professora Lourdes Duarte (2006, comunicação pessoal), a partir do momento em que “as escolas passaram a ser grupos cada qual fazia suas reuniões independentes”.

Em um balanço do trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Mestres, datilografado em duas páginas e sem datação, a professora Maria Franca Pires conclui escrevendo que “com a nova estrutura do ensino o raio de atividade da associação tende a diminuir e a mesmo desaparecer, e o grupo pioneiro então aceitará o que for melhor ainda a favor da comunidade” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO, s/db).

Um fato que pode ser encarado como o fim da APM é a doação da sua sede para a Diocese de Juazeiro. Isso aconteceu por volta de 1974, nos últimos meses do bispado de Dom Tomás Murphy. A professora Lourdes (2016, comunicação pessoal) recorda que ela e Maria Pires foram ao encontro do Bispo. Chegando lá, a professora Lourdes anunciou: “O senhor já nos deu tanto, agora está na hora de receber”. Maria Pires entregou as chaves da sede da APM para Dom Tomás.

Esse é mais um dos exemplos dos fortes laços que uniam o professorado de Juazeiro com a religião católica. A professora Lourdes (2016, comunicação pessoal) lembra “que raríssimas eram as professoras que tinham outra religião”, tanto assim que o bispo Dom Tomás recorria a ela e à delegada escolar Judite Costa para revisar os seus discursos. “Ele dizia assim: se você me entende, seu povo me entende”.

Esse reconhecimento fica ainda mais explícito no depoimento de Dom Tomás para um documentário sobre a sua vida, com foco nas comemorações dos 50 anos de sacerdócio e 30 de bispado, em que ele lembra a “iniciativa singular” das professoras de Juazeiro em levar adiante uma obra social com a criação de “um tipo de cooperativa”. A professora Lourdes Duarte (2016, comunicação pessoal) lembra dele dizia: eu aprendi muito com as professoras de Juazeiro. Eu dizia: “E nós muito mais com o senhor”.

Mesmo com todo o atraso em relação às escolas paulistas, que iniciam as APMs na década de 1930, o conjunto de atividades sociais propostas em duas décadas de atuação da APM de Juazeiro impacta significativamente a paisagem cultural e educacional da cidade. Aos pesquisadores da história local fica o desafio de mergulhar ainda mais no universo de representações possibilitado pela profícua trajetória da Associação de Pais e Mestres.

## 6 A APM NA ESTEIRA DO TEMPO: representações sobre infância, educação e cultura

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDR, 2003, p. 247).

Diferentemente dos capítulos anteriores, que privilegiaram a descrição e a narração de acontecimentos referentes à Maria Franca Pires, seu Arquivo e à Associação de Pais e Mestres, este último capítulo caracteriza-se pela pretensão de problematizar e revisar algumas categorias que se sobressaíram durante o itinerário da APM.

A partir de um amplo aparato conceitual, serão discutidas as noções de infância, educação e cultura. Os dados, pescados do capítulo anterior, construirão o leque de enunciações possíveis de serem bordadas no confronto do *corpus* de análise com o aporte teórico escolhido.

Embora dividido em três partes, este capítulo preza pela unidade na construção dos sentidos possibilitados pelas análises que serão empreendidas, com o tópico subsequente sendo de algum modo a continuação do anterior. Além disso, as categorias se inter-relacionam em vários momentos, o que revela a interdependência delas na discussão da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro.

### 6.1 Infância: uma gestação na encruzilhada da modernidade

A criança é, sem dúvida alguma, o foco principal das ações da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro. É ela quem está na função precípua que embasa o surgimento da APM, que é de “aproximar pais e mestres, na cooperação de tudo quanto se referir ao bem estar da criança e bom funcionamento da escola”, e na razão de se fundar uma Biblioteca Infantil Municipal, que se destina a despertar e desenvolver o gosto pela leitura entre as crianças.

É em nome das crianças que a maioria dos palestrantes falam. São eles e elas que reclamam a participação da família na educação das crianças, mostram o alto valor e a necessidade capital que a educação doméstica proporciona na formação da criança, ensinam como contar histórias para crianças, explicam aos pais os perigos do contágio da doença nas crianças e as vantagens e desvantagens do cinema e da imprensa na formação da criança.

São as crianças, embora ausentes como personagens ativos e atuantes na paisagem local, que unem diferentes e influentes profissionais: professoras, bispos, padres, freiras, médicos, enfermeiras, representantes de grêmios literários, instituições de ensino, sociedades, pesquisadoras renomadas internacionalmente e tantos outros agentes que contribuíram com o funcionamento da APM de Juazeiro.

Mas, afinal, que criança é essa que habita os discursos e as ações da APM? Quais saberes sobre a infância foram se constituindo como sistemas de enunciados verdadeiros para os Pais e Mestres da Associação? Quais estratégias foram utilizadas ao longo da trajetória da APM para a produção do sujeito infantil?

De início, é importante entender etimologicamente a palavra infância, que se origina do latim *in-fans* – aquele que não fala, aquele que tem pouca idade. São esses seres sem fala e de pouca idade que, no século XVIII, passam a ser vistos como seres diferenciados dos adultos e, portanto, precisam ser anulados no processo de transformação necessária em homens e mulheres. A infância então “identificava-se com animalidade e incapacidade, pela falta da razão, da fala e da consciência moral. Faltavam à criança caráter, inteligência e competência humana” (LEITE FILHO, 2008, p. 37).

Em meio às múltiplas transformações sociais, políticas e econômicas, e com base em um projeto pensado pelo Iluminismo, a infância torna-se objeto de interesse do Estado, da ciência, da religião e da família. São essas instituições, geridas por adultos, responsáveis por descrever e interpretar os desejos e as necessidades infantis, bem como suas potencialidades intelectuais. “As crianças continuam sem voz e suas identidades são configuradas a partir de perspectivas e de interesses que espelham

a vontade de poder de setores específicos da sociedade e de grupos particulares de adultos” (BUJES, 2001, p. 36).

De acordo com Bujes (2001), a perspectiva adultocêntrica de representar a infância, que caracteriza a criança como um ser imaturo, débil, desprotegido e necessitado de correção e proteção, justificava a necessidade de intervenção e de governo da infância. Além disso, reforçava a crença alimentada durante o período renascentista de que “a criança, por ser maleável, pode ser modelada; por ser frágil, necessita de tutela; por ser rude, deve ser encaminhada à civilização; pela sua fraqueza de juízo, precisará desenvolver a razão” (BUJES, 2001, p. 37).

Essa ideia de infância, que é imbuída de significações ideológicas na relação da criança com o adulto e, conseqüentemente, com a sociedade, é a que mais prevalece nos discursos proferidos pelas palestras da APM. Ela está presente, por exemplo, na palestra do Padre Bernardino, quando este reivindica a da educação doméstica na formação da criança, “expondo que sem ela a criança encontrará sérios desajustamentos para os problemas da vida” e, além disso, aconselha os pais a escolher as diversões sadias para o espírito das crianças, evitando assim “os distúrbios” que o rádio, o cinema e as más leituras produzem.

Bujes (2001), tendo como referência o aporte teórico de Foucault, utiliza a noção de governo e vontade de poder para caracterizar a estruturação do campo de ação das crianças, como resultado da vontade alheia dos adultos. Segundo a autora (2001, p. 57), os novos arranjos familiares, a constituição de novos saberes e a criação de instituições específicas para o atendimento das crianças são o pano de fundo das atividades dirigidas “a produzir sujeitos, a moldar, a guiar ou a afetar a conduta das pessoas de maneira que elas se tornem pessoas de um certo tipo”.

Na sociedade industrial, a responsabilidade sobre as crianças passa a ser estendida para outras instituições e, entendida como uma preocupação social, a infância se torna alvo do poder. A partir de então, são criadas normas que estabelecem as relações entre adultos e crianças e mobilizadas experiências de toda ordem voltadas para a sua educação e moralização, com o envolvimento de diferentes categorias profissionais (BUJES, 2001).

Embora silenciadas e inviabilizadas de serem protagonistas de suas próprias vidas, as crianças, a partir da instalação dos Estados modernos, adquirem status de cidadãos, sujeitos de direitos. “Quando sujeitas ao pátrio poder dos pais e das mães, se estabelecem obrigações relativas ao cumprimento por estes de dispositivos que lhes garantam saúde, educação, bem estar físico, social, emocional, etc.” (BUJES, 2001, p. 37).

Quando a família não dispõe de recursos suficientes para garantir as necessidades básicas das crianças, caberá à ação governamental suprir as mínimas condições exigidas para a garantia dos direitos infantis. Quando o Estado não intervém, a responsabilidade é então transferida para outras instituições sociais, entre as quais a escola. Essa é a concepção que se assenta na origem da APM, quando Maria Pires e as demais professoras fundadoras se unem em torno da defesa do bem estar das crianças, especialmente aquelas que não dispunham de recursos financeiros para adquirir o material escolar.

Entre as propostas pedagógicas que se direcionam às crianças, ainda no século XVIII, é relevante destacar a elaboração teórica de um filósofo que influenciará decisivamente a modernidade: Jean-Jacques Rousseau. Em sua obra “Emílio ou da Educação” (1995), ele apresenta um personagem literário, Emílio, e suas cinco fases de desenvolvimento. Para a perspectiva da presente pesquisa, é importante notar o que Rousseau expõe sobre a primeira e a segunda fase.

Na primeira (do nascimento até os dois anos), ele denomina idade da necessidade e requisita que a preocupação deve ser, entre outras questões, com a amamentação, com a escolha de uma ama sadia de corpo e alma, para que o leite seja bom, natural e forte. Já na segunda (dos dois aos doze anos), a idade da natureza, a ênfase recai sobre a necessidade de a criança exercitar o corpo e os sentidos, evitando-se os sermões que a criança ainda não compreende, e mantê-la “tão somente na dependência das coisas” (ROUSSEAU, 1995, p. 69). Para ele a criança ainda não está apta a raciocinar, é preciso deixá-la gozar sua infância.

Em consonância com a preservação da natureza infantil, considerada perfeita, Rousseau (1995) requisita a urgência de desvelar as necessidades naturais das crianças, para que os pais e mestres possam operar em um controle cuidadoso da educação e do ambiente infantil, pondo em ação a disciplina capaz de emancipar as crianças e atendendo aos seus estágios naturais de desenvolvimento.

É a chamada “liberdade bem-regulada” que, em Kant (2006), será revisitada a partir da noção de “liberdade administrada”. Para ele, a busca da liberdade, tida como uma inclinação natural do ser humano, será dissipada da ameaça de sacrificar o sujeito até as últimas consequências a partir do momento em que os mestres usarem o constrangimento.

"Um dos maiores problemas da educação é o de poder conciliar a submissão ao constrangimento das leis com o exercício da liberdade. (...) É preciso habituar o educando a suportar que a sua liberdade seja submetida ao constrangimento de outrem e que, ao mesmo tempo, dirija corretamente a sua liberdade" (KANT, 2006, p. 34).

A internalização das regras e o acatamento dos limites e das leis sociais são concepções vinculadas à noção de liberdade que, dois séculos depois de Kant e Rousseau, serão abordadas por Piaget em seu livro “O Juízo Moral na Criança” (1994), originalmente publicado em 1932. As formulações de Piaget reforçam a tese de que o juízo moral (assim como a liberdade em Kant e Rousseau) não é inato, sendo determinado por quatro fatores do desenvolvimento mental: maturação, experiência, interação social e regulação.

No processo da educação moral da criança, pais e mestres são diretamente responsáveis pelo nível da autonomia moral alcançado, uma vez que após a fase de anomia (incompreensibilidade da obrigação moral), a criança passa a entender a obrigatoriedade de certos preceitos decorrentes da sua relação com a autoridade do legislador, geralmente representado pelos pais, no ambiente familiar, e pelos mestres, no ambiente escolar. De acordo com Piaget (1994), esta figura, depositária da autoridade, se perde na história ancestral da humanidade, até se confundir com Deus.

Na fase anterior ao período de autonomia moral, agir moralmente correto está relacionado à obediência e cumprimento das ordens desse outrem superior. Para

Piaget (1994), a lei é inquestionável e, perante ela, a obediência é a única atitude moralmente correta. Esta fase é chamada de heteronomia moral, um helenismo composto de heteros (outro) e nomos (lei), sendo identificada pelo respeito unilateral (adulto-criança) e pelo fato de a lei provir de outrem.

A atuação das crianças no espaço da APM reforça essa perspectiva heteronômica, haja vista que acontece única e exclusivamente nas sessões comemorativas. Nessas ocasiões, as crianças são introduzidas para cumprir o gracioso papel de cantar e recitar poesias. A estreia delas é na sessão solene de posse da primeira diretoria da Associação, no segundo domingo de maio de 1954, dia em que a aluna Itela Borba canta a canção Mãezinha querida. Um ano depois, é a vez de as alunas das escolas isoladas apresentarem um pequeno programa, com poesias e cantos alusivos ao dia das Mães, na sessão comemorativa do primeiro aniversário da APM. Homenagem que se repete na comemoração do terceiro ano da Associação, com as participações de Renilde Ferreira Santos, Paulo Almeida e Edila Pimentel, que declamam, respectivamente, as poesias Mamãe, Mãe e Quem será.

Embora essa participação secundária das crianças, sempre adaptada ao contexto das sessões solenes da APM, seja a impressão mais marcante da presença delas nas ações da Associação, no ambiente escolar é possível mapear algumas iniciativas praticadas pela professora Maria Franca Pires que dão conta de uma outra concepção de infância, aliada à perspectiva que é objeto da reflexão filosófica de Walter Benjamin em pelo menos duas obras: “Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação” (1984) e “Rua de mão única” (1987).

Benjamin, tido atualmente como precursor dos estudos sociais sobre a infância, no início do século XX já revelava uma visão da criança como “sujeito criativo, indivíduo social, produtora da cultura e da história ao mesmo tempo em que é produzida na história e na cultura que lhe são contemporâneas” (KRAMER, 2002, p. 43). Essa concepção que considera a criança como detentora de uma razão peculiar pode ser exemplificada a partir da produção do diário de classe da escola professor Artur de Sales, elaborado pelos estudantes de Maria Franca Pires no ano de 1957 e que até hoje conserva “o insondável com que as palavras da infância fazem frente aos adultos” (BENJAMIN, 1987, p. 81-82).

Na leitura dos registros do cotidiano escolar feitos pela classe do terceiro ano primário, com suas descobertas de um novo mundo que a escolarização oferece aos educandos, é possível constatar expressões bem características da cultura infantil. Ali, estão presentes as pequenas dores e delícias da infância que se vivencia na escola, com suas festas, recitais e jogos, com seus deslumbramentos de um novo mundo que se descobre nos conteúdos assimilados em sala de aula, com seus castigos e punições, que dão conta de uma cultura marcada por uma socialização que também se adentra pela violência.

Tudo isso nas letras e desenhos das crianças, que revelam o seu olhar para as coisas da escola: como elas pensam, sentem e vivenciam o mundo escolar. Em Benjamin (1987), a criança, sempre encarada como um ser em maturação e a esperança de uma humanidade sem esperança, é desalojada por uma concepção de criança que é parte da humanidade e, por isso, capaz de recriá-la e recontá-la, refazendo a história humana a partir do que capta a sua sensibilidade infantil, extremamente aberta às novidades do mundo.

É essa criança que Maria Franca Pires lê e ouve no diários, tendo como via de inserção a linguagem que elas acabaram de adquirir nos processos de aprendizagem da escola. Kramer (2002, p. 46) relata que, “ao contrário dos animais, o homem tem uma infância, não foi sempre falante, e precisa, para falar, constituir-se em sujeito da linguagem. A linguagem é, pois, condição da humanidade do homem”. A partir dessa condição, os estudantes da escola Artur de Sales deixam de ser o “infante” (aquele que não fala) para se constituírem como seres históricos.

Essa concepção de infância que reconhece a especificidade do mundo infantil, com seu poder de imaginação, fantasia e criação, está presente no conteúdo do curso de Literatura Infantil, ministrado por Corina Ruiz. Ao se interessarem em aprender a contar histórias infantis, as professoras da APM sinalizam o interesse em adentrar o mundo a partir de um outro ponto de vista: o da criança.

Mas, nas ações da APM, o que prevalece é a compreensão da criança como um ser incompleto, que, por isso, necessitaria da salvaguarda do adulto. Essa é, por sinal, a

tônica da concepção moderna de infância discutida pelo historiador Philippe Ariès (1981) em sua obra clássica “História social da criança e da família”. Para ele, dois sentimentos da infância marcam o pensamento moderno: a “paparicação”, em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto, e a moralização, em que “o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral” (ARIÈS, 1981, p. 162).

Ariès (1981) revela que os sentimentos de paparicação e moralização da infância têm origens diferentes. Enquanto a paparicação surge no meio familiar, a moralização vem de uma fonte exterior à família: os eclesiásticos e moralistas que se preocupavam com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Com o tempo, esse segundo sentimento passou a fazer parte do convívio familiar.

Esse interesse psicológico e essa preocupação moral que sustentam o discurso moralista, segundo Ariès (1981, p. 162), “inspirou toda a educação até o século XX, tanto na cidade como no campo, na burguesia como no povo”. A tentativa dos educadores e moralistas era “penetrar na mentalidade das crianças para melhor adaptar a seu nível os métodos de educação” (ARIÈS, 1981, p. 163). A preocupação que rondava a necessidade de penetrar a mentalidade infantil era sempre a de que essas crianças se tornassem pessoas honradas, probas, racionais e cristãs.

Em diversas palestras realizadas pela Associação de Pais e Mestres de Juazeiro, é possível encontrar relações estreitas com essa perspectiva moralizante de penetrar a mentalidade infantil e tornar as crianças juazeirenses pessoas honradas, probas, racionais e cristãs. Uma das mais marcantes é de Braulio Limeira, proferida na reunião ordinária do dia 10 de outubro de 1954. O tema desenvolvido por ele no salão da escola professor Artur de Sales foi “Educação dos filhos, no ponto de vista de educação doméstica, moral e religiosa”, como informa a ata.

Entre os registros dessa palestra, chama a atenção dois apelos feitos por Braulio: para que “os pais fossem vigilantes sobre as companhias dos filhos, quando estes estão em formação, portanto no período de formar bons ou maus hábitos em sua personalidade” e para que os pais não fossem “de encontro à inclinação da criança,

ou querer inculcar-lhe seu ponto de vista sobre esta ou aquela profissão, por julgar mais bela, granfina etc, e sim procurar compreender os pendores da criança”. A concepção de infância impressa nesse discurso se associa a dois aspectos observados por Del Priore (1992, p. 15), que dizem respeito à infância como “o momento oportuno para a catequese” e, ao mesmo tempo, “de unção, iluminação e revelação”.

Essa perspectiva catequética também é endossada por Braulio em sua palestra, quando ele “fez compreender aos pais que, se não aprendermos a orar na infância, é tarde na velhice, quando já nada nos comove. E que para educar os nossos filhos, nada mais acertado do que seguirmos os exemplos que Jesus nos dá no Evangelho”. As mesmas palavras foram utilizadas pelo Padre Raimundo Bergmans dois anos depois da palestra de Braulio, o que indica uma circularidade das recomendações sugeridas no âmbito da APM.

Em uma história marcada pelo processo de conversão dos povos tradicionais do Brasil à religião católica, empreendido pelos colonizadores europeu, faz muito sentido a assertiva de Del Priore (1992), de que a infância sempre foi considerada pelos Jesuítas o momento visceral de renúncia da cultura autóctone das crianças indígenas, por isso, nada mais adequado do que garantir logo nos primeiros anos de vida a sua adesão ao cristianismo.

Ao apelar para a necessidade de que os pais fossem vigilantes sobre as companhias dos filhos, Braulio parece sinalizar um lugar bem definido: a rua, ambiente em que as crianças estabelecem relações diferentes das construídas na escola. Enquanto esta prima pela disciplina e forma bons hábitos na personalidade da criança, aquela realiza as ações próprias à idade infantil e proporciona companhias nem sempre desejáveis. Nas atas da APM é possível perceber que, paulatinamente, a escola passa a disputar com a rua e com outros ambientes de práticas não escolares a presença das crianças.

Isso fica explícito na sessão do dia 8 de agosto de 1954, quando a professora Maria Franca Pires proferiu a palestra sobre as “desvantagens e perigos” que as tendas trazem para as crianças. O receio aí se complexifica, pela vinculação com o trabalho fabril e os sentimentos e atitudes ruins que são expressas pelos adultos. Na ocasião, Maria Pires explicou aos pais que a tenda não é ambiente sadio, porque a criança

ouve anedotas adultas, palavras indecorosas e adquire péssimos hábitos, resultando em consequências funestas em sua formação moral.

Essa palestra da professora Maria Franca Pires reforça duas concepções expressas por Ariès (1981): a defesa de que uma criança bem educada deveria ser preservada das rudezas e imoralidades do adulto e a instituição da escola, no início dos tempos modernos, como “um meio de isolar cada vez mais as crianças durante um período de formação tanto moral como intelectual, de adestrá-las, graças a uma disciplina mais autoritária, e, desse modo, separá-las da sociedade dos adultos” (p. 165). A separação é sobretudo daqueles adultos, em sua grande maioria, homens das camadas mais pobres da população, que não tiveram a oportunidade de ter acesso a uma escolarização que minimizasse a indecorosidade nas palavras e possibilitasse hábitos mais sadios.

Se as crianças não podem ficar nas ruas, no turno oposto à escola o espaço que lhe resta é o interior das casas. As mães então terminam por assumir uma responsabilidade grande na educação das crianças, mais até do que a sociedade já reservava naquele momento. São para as mães boa parte das recomendações que se fazem aos “pais” quanto à educação das crianças e a própria vinculação da fundação da APM com o dia das mães, ao mesmo tempo em que serve de homenagem, reforça esse caráter seletivo.

As crônicas veiculadas pela Rádio Juazeiro na semana do Dia das Mães de 1959 são o mais evidente material de veiculação das concepções de mulheres jovens que circulavam nas ações da APM. As crônicas convidam os ouvintes a viver “sob o aspecto de fidelidade aos ensinamentos sadios que ouvimos, um dia, aos lábios de nossas queridas mães” e ressuscitar “do reinado de pureza e felicidade” da infância “a imagem daquela mulher feita de amor e sacrifício, que nos acompanhou em todos os instantes de nossa vida, pronta sempre para levantar-nos das nossas quedas e dar-nos alento para novas caminhadas”.

Os discursos da APM que se produzem a partir da definição do papel da mulher na sociedade têm o intuito de formar, sobretudo, o caráter das meninas de acordo com os valores morais religiosos. O modelo a ser seguido era o das freiras, que haviam

sido professoras das mestras da Associação, e o objetivo era instrumentalizar as meninas a partir dos preceitos bíblicos, para que fossem filhas, esposas e mães exemplares.

A ênfase no discurso religioso é, sem dúvida alguma, uma das marcas da atuação da APM de Juazeiro. Os principais agentes, entre os quais todo o corpo de professoras que dirigiu a Associação durante os seus 20 anos de vigência, eram vinculados à Igreja Católica. Por isso, eram sempre recorrentes as presenças de padres, freiras e bispos nas sessões ordinárias e a participação desses em cursos idealizados pela APM. Não por acaso, a concepção de educação que norteia as práticas e os discursos da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro é extremamente influenciada pela ideologia católica, nos marcos definidos por Carlos Jamil Cury em seu livro *Ideologia e Educação brasileira: católicos e liberais* (1988).

## **6.2 Educação: uma nova disciplina para todos os setores da vida**

A própria consideração da criança como objeto central da educação é um dos passos para o processo educacional defendido pela ideologia católica, afinal, “a educação é vista como uma inclinação natural, dada a natureza racional do ser humano” (CURY, 1988, p. 57).

A inclinação natural em direção ao ideal pedagógico necessita da competência de três sociedades: a sobrenatural representada pela Igreja, a natural representada pela Família e a temporal representada pelo Estado. Portanto, à missão educadora e sobrenaturalizadora da Igreja se segue a missão educadora dos pais. “Ou seja, aos direitos divinos do Criador, se seguem os direitos naturais que, resultantes da ordem das coisas, dão à família, especialmente aos pais, a educação dos filhos” (CURY, 1988, p. 58).

A educação, nesse sentido, é o veículo indispensável para a cura do mal intelectual, que todo ser humano está sujeito ferido pelo pecado original. Por estar naturalmente vinculada à família, a missão educadora da criança cabe inicialmente aos pais. É um direito natural e inalienável e, por isso, é imprescindível que os pais inculquem em seus filhos princípios éticos e religiosos antes mesmo de qualquer ação educadora

dos mestres. Cabe à escola, como grupo intermediário entre a família e o estado, complementar a natural função educadora da família, cooperando com a formação física, intelectual, moral e religiosa das crianças (CURY, 1988).

Nessa complementariedade, o professor assume a função de autoridade. Para além da competência e da erudição, a autoridade do mestre está associada, segundo Cury (1988, p. 168), a “uma verdade superior à verdade humana. Este princípio de autoridade, aceito pela consciência de modo livre, conduz a relação pedagógica a uma perfeição interior que se reflete em hábitos exteriores”. A concepção de “auto-educação” exige a ação pessoal do aluno e o ensino do mestre, que é indispensável no exercício do poder intelectual do aluno.

Embora predominante, a ideologia católica convive em alguns momentos, na trajetória da APM, com uma perspectiva educacional nos termos defendidos pela ideologia dos pioneiros da Escola Nova, caracterizando a perspectiva do “escolanovismo católico” (SGARBI, 1997), e especialmente expressa na concepção da escola-comunidade. Esta se caracteriza pela conformação da educação com a natureza da criança, a adaptação às necessidades sociais da nova civilização, que se anuncia no ensinamento dos novos hábitos de higiene e saúde e na abertura para valores morais, cívicos, sociais, literários e artísticos. A escola então passa a ampliar sua função de aparelho de instrução, tornando-se um ambiente voltado à educação integral do aluno (CURY, 1988).

A crença na potencialidade das crianças é outro pressuposto fundamental da noção educativa que circulava na APM. Proporcionar aos estudantes o exercício das suas capacidades em direção ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas era, sem dúvida alguma, um fator de motivação das professoras na busca por oferecer condições equânimes para os educandos. Algo que se coaduna com a perspectiva de Kant (2006) sobre a necessidade da cumplicidade entre as pessoas para a construção cumulativa do conhecimento:

A educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Cada geração, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes, está sempre melhor aparelhada para exercer uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas, e, assim, guie toda a humana

espécie a seu destino. (KANT, 2006, p.19).

A realização plena da felicidade e das capacidades humanas superiores, a emancipação da Humanidade e o combate à ignorância e à pobreza são premissas que estão impressas em diferentes teses educacionais. Fazer dos indivíduos cidadãos esclarecidos e senhores de seu próprio destino ainda é uma exigência que a sociedade delega à educação escolar (BUJES, 2001).

Ao retomar uma perspectiva defendida por Foucault (2000), Bujes (2001, p. 27) afirma que os regimes de verdade dominantes em cada sociedade, ao operarem a naturalização de uma determinada concepção de infância, “acabam por nos fazer esquecer este seu caráter ‘fabricado’ e que ela tem estado submetida a relações e a interesses cujo propósito tem sido definir o que é ‘ser criança’, fixar um sentido para a infância”. De acordo com ela, o significado é “constituído a partir – e no interior – de relações de poder” (BUJES, 2001, p. 27, grifos da autora).

Constituído nas redes de poder/saber, o quadro de saberes sobre a infância que circunscreve um entendimento tomado como adequado, correto, preciso, normal e natural de significar o sujeito infantil engendra uma forma de compreensão que contribui para “desencadear as estratégias que visam a governá-lo. A educação da infância insere-se, pois, num conjunto de tecnologias políticas que vão investir na regulação das populações, através de processos de controle e normatização”. (BUJES, 2001, p. 27).

Em diálogo com a compreensão educativa, as concepções naturalistas da infância fortaleceram ao longo do tempo o papel da mãe como fundamental na perspectiva de uma educação natural e influenciou a atuação de puericultores, pediatras e pedagogos. É o que revela as três participações do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) nas sessões da Associação de Pais e Mestres.

A primeira delas ocorreu na sessão ordinária do dia 14 de outubro de 1956, por meio de uma palestra proferida pela enfermeira auxiliar do SESP, cujo nome, infelizmente, não foi registrado. O tema dissertado foi “Tuberculose na Infância”. Na ocasião, ela

explicou aos pais os perigos do contágio da doença nas crianças, destacando que estas, pela condição especial de sensibilidade, adquirem mais facilmente a doença, “de uma vez que amas e outras empregadas têm grande papel na contaminação das crianças, parecendo sadias, podem ser tuberculosas”. Além disso, a enfermeira abordou os sintomas da Tuberculose e os meios de evitá-la e curá-la, lembrou da vacina BCG, que deve ser tomada por via oral nos primeiros anos de vida.

É extremamente “sintomático” que o tema desenvolvido pela enfermeira do SESP tenha sido “Tuberculose na Infância”. Atualmente ainda considerado um problema de saúde pública com profundas raízes sociais, o adoecimento por Tuberculose, muitas vezes, está ligado à pobreza e à má distribuição de renda (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016). Assim, alguns grupos populacionais possuem maior vulnerabilidade devido às condições de vida a que estão expostos. Em sua palestra, a enfermeira destaca as “amas e outras empregadas” como grandes responsáveis pela contaminação em crianças.

É justamente no círculo vicioso da doença e da pobreza, em que esta última era consequência da primeira, que se fundamenta o modelo de educação sanitária do SESP. Ao privilegiar sua atuação nas regiões tidas como menos desenvolvidas e mais carentes do país, o SESP dirige a sua atenção para o campo educacional, com base na crença de que o problema da saúde estava relacionado à educação, isto é, à falta de educação: “A doença leva à miséria e a miséria à ignorância, a qual, por sua vez, é um dos fatores que contribuem para perpetuar as enfermidades” (RENOVATO; BAGNATO, 2010, p. 280).

Nesse sentido, as escolas e, especialmente as escolas públicas primárias, seriam espaços educativos estratégicos para a criação de uma consciência sanitária. É na escola primária que se fabricam novas subjetividades, “visando à educação moral e cívica pelo estímulo dos verdadeiros ideais de solidariedade humana, amor à Pátria e cooperação para o trabalho em bem da comunidade” (SESP, 1946, p. 1). Por isso, o SESP, em Juazeiro, amplia seu espaço de atuação para além dos centros de saúde e unidades sanitárias e hospitalares integrantes de sua jurisdição distrital e chega ao ambiente escolar, instituição onde alcança, ao mesmo tempo, docentes, estudantes, pais e a comunidade como um todo.

A defesa da escola primária como local que prepara as gerações para o futuro é um discurso recorrente da educação sanitária sepiana e é com base nessa concepção que as parcerias vão se constituindo. Para o SESP (1951, p. 7), muitas crianças chegarão à idade adulta “sem ter além da escola primária outra instituição cultural que contribua a formar sua personalidade”. Mesmo sem a presença efetiva das crianças, mais uma vez a infância assume papel relevante nos discursos que se produzem no interior da Associação de Pais e Mestres.

Nas produções do SESP de um período em que consolida as suas ações na região de Juazeiro, é possível identificar como a instituição concebia a importância do envolvimento das professoras no ensino da higiene. Além das palestras proferidas sobre o assunto, caberia às professoras primárias realizar a revista matinal de asseio, a fim de estimular a formação de hábitos saudáveis, pois, segundo o SESP (1951, p. 7), “as crianças que acorrem às nossas escolas do interior, em sua maioria, são filhas de trabalhadores rurais, operários etc., que se apresentam em péssimas condições de saúde, ignorando inteiramente os mais elementares hábitos de higiene”.

O trabalho em comunidade e em família, uma das marcas da concepção de educação sanitária do SESP, se intensifica com a entrada do sociólogo José Arthur Rios no SESP em 1953. Para ele, a finalidade da educação é “provocar mudanças em suas relações sociais, despertando seus membros para novas necessidades, atingindo o progresso social” (RENOVATO, 2009, p. 133). Perspectiva que se aproxima das funções das Associações de Pais e Mestres, especialmente impressa no documento que serve de inspiração para a atuação da APM em Juazeiro. Entre as nove finalidades estabelecidas, se destaca a promoção de círculos de orientação “para oferecer às famílias informação psicológica e ajuda em suas tarefas educativas, modificando as relações das pessoas entre si, favorecendo uma ótica nova de velhos problemas, despertando os líderes para as suas possibilidades”.

A concepção educativa do SESP estava ainda assentada em alguns objetivos básicos: “a formação da nacionalidade; a defesa da saúde; a adaptação social e a preparação para o trabalho” (RENOVATO, 2009, p. 128). Sem a saúde, o papel da educação era inoperante. Era preciso portanto uma nação de homens fortes e sadios,

aptos para o trabalho. E, para tal intento, as mães seriam requisitadas mais uma vez. Exemplo disso é a palestra do dia 12 de maio de 1957, data em que a Associação comemorou seu terceiro aniversário. Naquela ocasião, o Dr. Edson Ribeiro representou o SESP e, sendo o orador oficial da solenidade, “empolgou a assistência pela maneira eloquente com que discorreu sobre a instituição do dia das Mães e aproveitou o momento para ressaltar a responsabilidade da mulher Mãe no setor da vida moderna”.

Essa “responsabilidade da mulher Mãe no setor da vida moderna” fica mais evidente na terceira e última sessão em que o SESP participou, realizada no dia 11 de agosto de 1957. O único registro que ficou no Livro de Atas foi o tema da palestra proferida pelo então diretor do Serviço, Dr. Nilson Brito de Almeida: “O valor da alimentação do recém-nascido e os cuidados que devem ser dispensados aos mesmos”. A concepção intrínseca a essa temática encontra similaridade no lema positivista da bandeira do Brasil: ordem e progresso. Para construir uma nação que pleiteia o progresso, seria necessário antes cuidar dos futuros trabalhadores.

É justamente o advento da Doutrina Positivista, em meados do século XIX, que legitima o cuidado com a criança, ação que se expressa na puericultura. Essa palavra de origem latina que, etimologicamente, relaciona duas importantes categorias para este trabalho – *puer* (criança) e *cultus* (cultura) – representa a consolidação de um projeto iniciado na Europa, no século XVIII, com um objetivo pátrio fundamental: a conservação das crianças para a ampliação do tamanho dos mercados e exércitos. A partir de então, medicina e Estados passam a privilegiar a infância, estabelecendo normas capazes de reduzir a mortalidade infantil e formando uma nova sociedade, construída por adultos saudáveis (LEITE FILHO, 2008).

O grande objetivo da puericultura passa a ser a regulação das famílias no interior dos lares. Suas estratégias de ação se voltam para tecnologias filantrópicas, que se destinam a dirigir a vida dos pobres, diminuir os custos sociais e aumentar o contingente de trabalhadores. As mães passam a ser o foco das iniciativas, que se sustentam na garantia dos cuidados de higiene, nutrição e disciplina de crianças pequenas.

Essa necessidade de cuidar dos construtores do amanhã fica ainda mais evidente na palestra proferida por um homem que encarna, em sua trajetória de vida na cidade de Juazeiro, o atrelamento dos dois elos citados anteriormente (medicina e Estado): o Dr. Edson Ribeiro. Apresentado na sexta sessão da APM, realizada no dia 14 de agosto de 1954, como ex-prefeito da cidade, ele direcionou às mães a palestra intitulada “Higiene sôbre todos seus aspectos”. Explicou a importância do “exame pré-nupcial”, que, segundo ele, “evitaria uma prole de doentes, tarados etc”. Aconselhou as mães a procurarem “os postos de Higiene e serviços Pré-natais, para melhor orientação e aquisição de conhecimentos sadios aos primeiros anos de vida da criança”. Como a higiene acompanha “todos os setores da vida”, ela torna-se indispensável também “ao trabalho, para não torná-lo improdutivo”.

Um trabalhador ao mesmo tempo dócil e produtivo, preparado para o trabalho industrial e o progresso da nação. É o que também vai fomentar a educação sanitária brasileira no ciclo de desenvolvimento das décadas de 1950 e 1960, sob os auspícios da ciência bacteriológica e munidos de interesses econômicos e políticos. Entre os discursos que expressam esses interesses, é relevante destacar a primeira mensagem presidencial de Juscelino Kubitschek, que foi presidente da República no período em que o país viveu um notável desenvolvimento econômico e uma relativa estabilidade política (1956-1961).

Na abertura do ano legislativo de 1956, em sua primeira mensagem dirigida a deputados e senadores, JK ressalta a necessidade da adoção de novos processos educativos e atualização dos métodos em vigor, a fim de que as novas gerações sejam encaminhadas ao estágio de comportamento sociocultural requerido pelo progressivo e acelerado desenvolvimento pelo qual atravessava o Brasil. As novas condições sociais serviam de impulso para a necessidade de novos processos educacionais e os desafios colocados naquele cenário não eram poucos. Os dados mais recentes sobre a escolarização davam conta de que apenas 40% das crianças em idade escolar estavam matriculadas em escolas primárias (LEITE FILHO, 2008).

Mas antes que se formem os futuros trabalhadores é preciso que as crianças se metamorfoseiem em alunos (as). Faria Filho (2014) destaca esse processo de transformação escolar como o resultado mais duradouro da produção de uma

representação da escola como instituição separada do lugar da casa e da rua. Essa mutação do sujeito escolar, segundo ele, foi fruto da apropriação e reconstrução de uma temporalidade própria para a escola, bem como da organização de conhecimentos, sensibilidades e valores específicos, que de algum modo forjaram uma formação humana singular.

A produção no interior (e através) da prática e do pensamento pedagógicos do(a) aluno(a), enquanto sujeito sócio-histórico escolar, foi imposta ao conjunto da sociedade de maneira a conformar todo o ideário e as práticas acerca da formação humana. Foi, tanto quanto a cultura escolar que lhe dá sentido e sustentação, o resultado histórico-social do desenvolvimento da especificidade, do lugar “próprio” da escola no interior de nossas formações sociais (Faria Filho, 2014, p. 187).

Um dos oito itens da lista de obrigações dos sócios da Associação de Pais e Mestres é enfático ao evidenciar a necessidade do engajamento dos pais na transformação da criança em sujeito sócio-histórico escolar: “zelar pela assiduidade, pontualidade e asseio dos alunos, ajudando a escola na obra de educação”. A obra de educação, nesse sentido, só se concretizará mediante o cumprimento dos três requisitos básicos: assiduidade, pontualidade e asseio. Esses são os ideais primordiais de uma educação escolarizada e chega mesmo a ser tema de uma das palestras proferidas pela professora Maria de Lourdes Duarte.

Ao tomar a palavra na sessão do dia 11 de julho de 1954, apenas dois meses após a fundação da APM, a professora Lourdes Duarte fez questão de frisar que os assuntos da palestra haviam encaixado justamente com o apelo da presidente da Associação, Maria Franca Pires, que havia destacado a baixa participação dos pais naquela reunião. "Se os sócios não estavam sendo pontuais, como poderiam os filhos seguir o exemplo?", provocou a professora Lourdes Duarte. "Diante de 10 sócios, que estímulo poderia ter para falar?", prosseguiu, com uma franqueza que revela sobretudo a fronteira entre o tempo e o espaço da escolarização e das outras atribuições humanas. A mensagem é bem nítida: diferente de outros ambientes, o espaço escolar não iria tolerar as ausências, impontualidades e impurezas do mundo.

Sob a exigência de que os pais zelassem pela assiduidade, pontualidade e asseio dos alunos está o imperativo de que os adultos garantam às novas gerações a produção de uma corporeidade que substitua, nas crianças, uma mundanidade considerada

inadequada ao meio e aos mecanismos escolares. Essa cobrança fica ainda mais evidente quando a professora Lourdes Duarte "aconselhou aos senhores pais que sempre vigiassem as crianças antes de ir à escola, pois mais das vezes aparecem com unhas, cabelos, roupas desorganizados (sic)".

Ao fazer referência à penetração da categoria aluno(a), em substituição a outras, como menino, menina e criança, Faria Filho (2014, p. 192) ressalta a homogeneização realizada pela escola, "na tentativa de um maior ordenamento e controle dos sujeitos que a ela adentravam". Uma homogeneização que impõe uma corporeidade e legitima a escola como a forma mais adequada e socialmente válida de formação das crianças.

A ênfase na necessidade de mudanças na forma de vestir, no asseio e cuidado com o corpo extrapola e requisita um novo repertório gestual e comportamental apropriado aos alunos no interior da escola, na rua e em casa. Tanto assim que a professora ressalta a necessidade de professores e alunos terem um ambiente sadio, com ordem e limpeza e, para isso, pede a cooperação dos pais, no sentido da pontualidade, assiduidade e "máximo asseio" possível.

As observações quanto ao espaço escolar, como um lugar higienizado e sadio, materializa uma nova racionalidade, que vai além da salubridade do ambiente e se insere como elemento simbólico que conduz e estimula a formação de novos hábitos e atitudes, não apenas no ambiente escolar, mas também nos lares. "Eram estratégias da higiene como ciência, confluindo na produção de um novo modelo de organização escolar de uma gama plural de dispositivos voltados para a racionalidade do biopoder" (RENOVATO, 2009, p. 96).

Foucault (1997, p. 128 apud Bujes, 2001, p. 33) associa a noção de biopoder à transformação dos mecanismos de poder - que antes se exercia pela ameaça de morte: "extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos" e é substituída pelo poder sobre a vida, que se desenvolve em duas direções complementares: a do corpo máquina e a do corpo espécie. Segundo Bujes (2001, p. 33):

O pólo do adestramento volta-se para o corpo máquina: treinando-o, reforçando suas aptidões, tirando o máximo de suas forças, garantindo sua integração em sistemas de controles eficazes e econômicos. É o momento da instituição das disciplinas como procedimentos de poder que visam a obtenção de corpos dóceis e úteis. A segunda direção (...) refere-se ao exercício do poder num outro âmbito, mais amplo, sobre o corpo-espécie. O corpo enquanto suporte de processos biológicos – a proliferação da espécie, os nascimentos e as mortes, a saúde das populações, o crescimento populacional ou o seu estancamento. Para regular tais processos e as condições para fazê-los variar, estabelecem-se intervenções e controles, no que vem a se constituir numa biopolítica da população.

Uma das palestras que reforça essa assertiva foi a proferida pela delegada escolar Judith Leal Costa no dia 10 de abril de 1955. O tema dissertado por ela foi Arejamento e banhos de sol e sua palestra abordou a importância de um ambiente bem arejado, os benefícios de uma respiração feita dentro das regras higiênicas, as vantagens da vida ao ar livre para o desenvolvimento físico da criança e o valor de um banho de sol bem aplicado. É bem salutar que a pessoa responsável pela inspeção do trabalho das professoras primárias no município de Juazeiro tenha assumido essa temática.

Foucault (2000) situa esses cuidados que são requeridos aos pais - de uma criança limpa e sadia, de um espaço purificado, límpido e arejado - como as leis morais essenciais da família instituídas a partir do século XVIII no Ocidente Europeu. As relações familiares passam então a ser regidas por um conjunto de obrigações que se impõem tanto aos pais quanto aos filhos:

Obrigações de ordem física (cuidados, contatos, higiene, limpeza, proximidade atenta); amamentação das crianças pelas mães; preocupação com um vestuário sadio; exercícios físicos para assegurar o bom desenvolvimento do organismo: corpo a corpo permanente e coercitivo entre os adultos e as crianças (FOUCAULT, 2000, p. 199).

Esse conjunto de técnicas que se disseminam pelo corpo social, no âmbito da transformação dos mecanismos de poder sobre as populações, passa a ser utilizado por diferentes instituições, como a escola, a família e a medicina. É nesse contexto que se intensifica um processo que, com remodelações sucessivas, chega aos tempos atuais e que Varela (1994, p. 87) denomina de “pedagogização dos conhecimentos”. Impulsionado por uma nova concepção da infância aceita por alguns grupos sociais da camada média, será produzida uma “separação cada vez mais marcada entre o mundo dos adultos e o das crianças, e vai surgir a necessidade de

delinear, de pôr em ação, novas formas específicas de educação”. Assim surgem as instituições educacionais modernas.

Ao distanciar homem e natureza, estabelecendo novas regras de conduta e individualizando cada vez mais o sujeito, o projeto educacional moderno assume um caráter civilizador. A noção de infância que se difunde entre as instâncias e instituições sociais se associa com a produção de novos modos de educação para as crianças, baseadas na institucionalização dos sujeitos infantis. A igreja, por meio dos colégios das ordens religiosas, assume um papel fundamental na institucionalização das crianças e difusão dos novos padrões de comportamento e normas de urbanidade, que inicialmente estavam associados aos círculos aristocráticos.

Veiga-Neto (1996) destaca a influência exercida pela pedagogia jesuítica na otimização e vigilância contínua do tempo e espaço escolares, definidos pela arquitetura dos colégios e pela prática de exames permanentes a que passaram a se submeter os estudantes. Essas ações passam a ser adotadas por todas as outras instituições educativas destinadas às classes populares, no intuito de garantir que os códigos disciplinares civilizados fossem estendidos à toda sociedade. Portanto, coube inicialmente às instituições escolares transformar os novos discursos sobre a infância em uma pedagogia que iria marcar decisivamente a fabricação do sujeito moderno.

Entre os efeitos mais visíveis da pedagogização dos conhecimentos que surgiram nos colégios jesuítas e, através de transformações e reinterpretções, estenderam-se às demais instituições educacionais, Varela (1994, p. 89) destaca três:

1. Em primeiro lugar, a aquisição desses saberes moralizados não exigia uma cooperação – como acontecia, por exemplo, com a aprendizagem de ofícios – entre mestres e aprendizes, destinada a materializar-se numa obra bem feita. Os mestres passaram a ser os únicos detentores do saber e os estudantes viram-se relegados a uma posição de subordinação, converteram-se em sujeitos destinados a adquirir os ensinamentos dosificados, transmitidos por seus professores para convertê-los, como também a eles próprios, em seres virtuosos.
2. Os saberes que possuíam os professores jesuítas eram saberes verdadeiros, que não remetiam a processos sociais, mas a outros saberes, sempre em consonância com a reta doutrina na Igreja e a tradição católica. Eram saberes desvinculados das urgências materiais, dos problemas sociais, saberes que se pretendiam neutros e imparciais. Deste modo, os saberes ligados ao mundo do trabalho, às lutas sociais, às culturas de determinados grupos ou classes sociais, começaram a ficar marcados pelo estigma do erro e da ignorância. Eles viram-se desterrados do recinto sagrado da cultura

culta, uma cultura que, com o passar do tempo, converteu-se na cultura dominante e reclamou para si o monopólio da verdade e da neutralidade.

3. Por último, este processo de pedagogização dos saberes implicou a instauração, progressivamente aperfeiçoada, de um aparato disciplinar de penalização e de moralização dos colegiais, que ligou a aquisição da verdade e da virtude à ascese e renúncia de si mesmo. Foi deste modo que a disciplina e a manutenção da ordem nas salas de aula passaram a ocupar um papel central no interior do sistema de ensino até chegar praticamente a eclipsar a própria transmissão de conhecimento.

Os constantes apelos direcionados pelas professoras da APM aos pais sobre a necessidade de proteger os seus filhos das hostilidades do mundo adulto, aliada à progressiva instauração de um aparato disciplinar, estão vinculados a esse processo de pedagogização dos conhecimentos.

Ao focar as condições sociais e históricas que permitiram o surgimento da escola como instituição “universal e eterna”, Álvares-Uría e Varela (1992) apontam que a primeira condição foi a definição do estatuto da infância, com a expressa proibição do trabalho nos primeiros anos e conseqüente legitimação da necessidade da educação pré-trabalho. Em uma época de frequentes questionamentos sobre a autoridade eclesiástica, a educação da infância foi o mecanismo desenvolvido pela Igreja para a conservação de seus padrões morais.

Para assentar-se como local legítimo de transmissão de conhecimentos e saberes, a educação escolar enfrentou e se opôs a outras formas de socialização e aprendizagem existentes, distanciando aprendizagem e formação a partir do deslocamento do processo de aprendizagem do trabalho e do cotidiano para a escola. A palestra da professora Maria Franca Pires sobre as desvantagens e perigos que as tendas trazem para as crianças, já discutida anteriormente, é um caso exemplar dessa disputa.

Álvares-Uría e Varela (1992) afirmam que é a partir do início do século XX que higienistas, filantropos e educadores colocarão em prática um conjunto sistemático de regras para domesticar os filhos dos operários, em oposição e ruptura com o espaço cotidiano de vida dessas crianças. A forma habitual de vestir, estar, falar, mover-se e atuar passa a ser submetida a uma “física corporal e moral que deixa a descoberto as funções que a escola cumpre enquanto arma de gestão política das classes populares” (ÁLVARES-URÍA, VARELA, 1992, p. 92).

Nesse trabalho de inculcar as noções particulares da idade infantil e descartar as formas de socialização, higienização e familiarização que não fossem desejáveis, a autoridade pedagógica, representante do Estado na forma de um funcionário público (o professor concursado), será reforçada pelo surgimento de um corpo de especialistas da "ciência pedagógica" adquirida nas Escolas Normais. Estas surgem, no Brasil, na terceira década do século XIX, com a função de formar o sacerdote laico, o disseminador das luzes que ordenaria moralmente as camadas populares (VILLELA, 1990, apud MARTINS, 2016).

Como demonstram as biografias das professoras fundadoras da APM, é a Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, gerida pelas freiras salesianas, a instituição que ensina a ciência pedagógica e sanciona a formação profissional das educadoras da Associação. No capítulo sobre a trajetória pessoal e profissional de Maria Franca Pires, foram apresentados alguns métodos de disciplinamento praticados pelo Colégio, que iam desde a revisão sistemática do comprimento das saias, estado das unhas e sobrancelhas, até o controle do banho, que durava "o tempo suficiente para evitar o pecado" (MACHADO, 2009, p. 45).

Além de novos hábitos corporais, é importante considerar, como ressaltam Álvares-Uría e Varela (1992), todo um saber teórico, próximo à teologia e à metafísica acerca da educação e seus princípios, da criança e seus progressos, da instrução e suas formas, adquiridos pelas professoras fundadoras da APM na Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. As próprias professoras, cuja origem se liga aos estratos pobres e médios da sociedade, tiveram de se adaptar em seu processo formativo aos novos hábitos adquiridos na escola das freiras.

Referindo-se às pesquisas de Foucault, Varela (1994) destaca que a disciplinarização dos saberes esteve intimamente ligada a modos de subjetivação específicos, a fim de formar capitalistas e produtores. Para tanto, colocou em ação tecnologias disciplinares destinadas a conformar sujeitos dóceis e úteis, eliminando-se assim, ao menos aparentemente, os conflitos entre as classes sociais, ou seja, a naturalização da infância foi acompanhada por uma naturalização das classes sociais.

A acumulação de homens, sua disciplinarização, sua classificação, hierarquização e normalização foi tão decisiva para o triunfo da revolução industrial como a acumulação de riquezas. E isso não apenas do ponto de vista econômico mas também político e social, já que esta disciplinarização mostrou-se decisiva para que se pudesse colocar em ação os sistemas de democracia funcional existentes, desde então, nos países ocidentais e também para permitir que se aceitasse “a rentável ficção” de que a sociedade está formada por indivíduos individualizados, por sujeitos isolados (VARELA, 1994, p. 92)

As novas experiências educativas provenientes do interior dessas práticas consolidam saberes de caráter pedagógico, que se relacionam intimamente com a manutenção da ordem e da disciplina, além de estabelecer níveis de conteúdo e métodos de ensino que farão a gestão das crianças e a educação da infância, através de processos de controle e de normalização. Todo o arcabouço teórico da ciência educacional é, ao mesmo tempo, produzido nestes arranjos institucionais e condição de possibilidade de novas formas de fazer educação (BUJES, 2001).

Esse movimento de racionalização da educação escolar impacta profundamente o controle sobre a utilização dos espaços e tempos escolares, a fiscalização permanente e o alargamento paulatino das funções da escola. Os recorrentes apelos à disciplina, ordem, obediência e limpeza – novos ordenamentos requeridos pelo professorado juazeirense - são tentativas de estender às crianças e, sobretudo, aos pais e mães elementos importantes para a vida da cidade e, especialmente, para a integração em um contexto emergente: a cultura urbano-industrial.

### **6.3 Cultura: a tradição se defronta com uma estranha noosfera**

Uma cultura que os pais e mestres da Associação desejam participar, ainda que em alguns momentos se defrontem com desafios novos, ou melhor, com problemas colocados por uma “estranha noosfera, que flutua na corrente da civilização”, como afirma Morin (2005, p. 14). Problemas colocados pela Terceira Cultura, oriunda da imprensa, do cinema, do rádio e da televisão, e que se projetam ao lado das culturas clássicas – religiosas ou humanistas – e das nacionais.

Curiosa e metaforicamente, o mesmo vapor que traz o modelo de saúde do SESP e a perspectiva educacional da Escola Nova é responsável também pelo desembarque às margens do rio São Francisco de uma cultura produzida segundo as normas

maciças da fabricação industrial, que se destina a “uma massa social, isto é, um aglomerado gigantesco de indivíduos compreendidos aquém e além das estruturas internas da sociedade (classes, família, etc.)” (MORIN, 2005, p. 14). É do bojo da sociedade norte-americana que chega a Juazeiro e ao mundo, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os produtos oriundos da Cultura de Massa.

Os efeitos da penetração dos novos valores nas crianças juazeirenses são discutidos ainda nas sessões do primeiro ano de funcionamento da APM. Na palestra do dia 13 de junho de 1954, a professora Terezinha Ferreira falou sobre "as vantagens e desvantagens que o cinema, a imprensa e o radio [sic] pode [sic] influir na formação da criança". O apelo direcionado aos pais era para que esses prestassem "atenção às leituras dos filhos, os filmes mais [sic] das veses [sic] impróprios [sic], os quais cheios de crimes, [sic] virá sobrecarregar a mente infantil de emoções demasiadas fortes para idade [sic]". No rádio, segundo Terezinha, era importante aos pais observarem "o inconveniente de certas músicas livres, inadequadas para idade [sic], chocantes ser [sic] ouvidas e cantadas por crianças que nem ao menos compreendem o sentido".

As preocupações da professora Terezinha Ferreira, que são compartilhadas por todos os sócios da APM, parte do pressuposto da presunção da inocência infantil, ideia formulada por Spigel (1998, apud Bujes, 2001) para caracterizar a autoridade adulta e o conseqüente dever cívico de controlar a disseminação da informação sobre o mundo, que marca o limite entre as duas fases da vida. “A infância – como um momento de pureza e inocência – existe apenas enquanto os jovens são protegidos de certos tipos de conhecimento”.

Essa proteção muitas vezes esbarra em uma das características fundamentais da cultura de massa: a diminuição da fronteira entre o mundo adulto e o mundo infantil. A nova concepção cultural que aí se apresenta “leva precocemente a criança ao alcance do setor adulto, enquanto em seu setor adulto ela se coloca ao alcance da criança”. O efeito disso é que a criança passa a ser adulto desde que aprende a andar e “o adulto fica, em princípio, estacionário” (MORIN, 2005, p. 39).

Ao analisar a lógica de produção inerente à indústria cultural, isto é, à transformação da cultura em mercadoria, Adorno e Horkheimer (1985) destacam os condicionamentos do gosto e do juízo estético pelo hábito de repetição e pela sensação de distração que o produto cultural passa a representar frente aos novos consumidores. Junto com a ampliação da capacidade de reprodução do produto artístico, proporcionada pelo rádio, cinema e televisão, novas técnicas de persuasão acompanham a veiculação dos bens culturais. Agora já não serão lançadas as tradicionais estratégias de retórica e argumentação, mas sim a indução psicológica, que apela para técnicas de manipulação inconsciente e subliminar.

Há um choque então com as expectativas criadas nos tempos da aristocracia pós-renascentista e nos primórdios da sociedade burguesa, de que a arte proporcionasse o acesso superior à espiritualidade cultural. O interesse na distração e no entorpecimento das massas populariza os produtos culturais, tornando-os mero entretenimento. De acordo com Adorno e Horkheimer (1985, p. 117) esse processo tem efeitos diretos na produção das canções de sucesso e nas novelas, que “ressurgem ciclicamente como invariantes fixos, mas o conteúdo específico do espetáculo é ele próprio derivado deles e só varia na aparência”.

Tão logo se popularizam, esses novos produtos culturais passam a dominar o lazer moderno, interessados muito mais no bem-estar do lar do que na coesão familiar e se mantendo à parte dos problemas políticos ou religiosos (MORIN, 2005). Nesse contexto, passa a ecoar por todo o mundo apelos como o da professora Terezinha, que revelam a necessidade de “proteger a mente infantil de emoções demasiadas fortes para idade e de certas músicas chocantes ser ouvidas e cantadas por crianças que nem ao menos compreendem o sentido”.

Apenas três meses após a palestra da professora Terezinha, o tema volta à pauta das sessões da APM, desta vez, é Expedito Almeida Nascimento quem fala sobre “Educação no sentido geral” e chama a atenção para a influência de “leituras escabrosas, filmes livres e novelas carregadas de sentimentalismo exagerado”. “Nesse ponto de sua palestra”, revela a ata, “alguns pais e professoras falaram já ter empregado meios para evitar tais leituras destruindo gibis e outras revistas perniciosas (sic)”.

No sentido geral da educação defendido por Exedito e consagrado pelos pais e mestres, está impresso o estatuto de dependência da infância que serviu de justificativa para diversas iniciativas: a tutela das crianças e das famílias, as iniciativas de ortopedia moral da filantropia, a proposição de leis e a institucionalização cada vez mais precoce das experiências de Educação Infantil, direcionada para os ideais de racionalidade e cidadania (BUJES, 2001). Com o avanço da cultura de massa e seu rastro de assombro e perplexidade para os pais e mestres, essa vertente do desamparo infantil também vai servir para questionar aquilo que é visto como ameaças que as crianças sofrem a partir de lugares sociais como a mídia e as estratégias de consumo.

Ao diferenciar a cultura de massa das demais culturas, Morin (2005, p. 46) ressalta que enquanto as outras têm um caráter normativo, sendo “impostas, pedagógica ou autoritariamente (na escola, no catecismo, na caserna), sob forma de injunções ou proibições”, a cultura de massa depende da indústria e do comércio e, por isso, “ela se sujeita aos tabus (da religião, do Estado, etc.), mas não os cria; ela propõe modelos, mas não ordena nada” (MORIN, 2005, p. 46). Sua mediação é feita lei do mercado, da oferta e da procura.

A cultura de massa é apenas uma das diferentes formas de apropriação da palavra cultura no decorrer da História. No capítulo inicial do livro *Cartografias do Desejo* (1986), Felix Guattari e Suely Rolnik lançam a seguinte provocação: “Cultura, um conceito reacionário?”. Em poucas linhas, os autores apresentam, além da cultura de massa ou da “cultura-mercadoria”, outros dois conceitos de cultura que atravessam os trilhos do tempo:

Seu sentido mais antigo é o que aparece na expressão “cultivar o espírito”. Vou designá-la “sentido A” e “cultura-valor”, por corresponder a um julgamento de valor que determina quem tem cultura, e quem não tem: ou se pertence a meios cultos ou se pertence a meios incultos. O segundo núcleo semântico agrupa outras significações relativas à cultura. Vou designá-lo “sentido B”. É a “cultura alma coletiva” (...). Desta vez, já não há mais o par “ter ou não ter”: todo mundo tem cultura. Essa é uma cultura muito democrática: qualquer um pode reivindicar sua identidade cultural (...). O terceiro núcleo semântico, que designo “C”, corresponde à cultura de massa e eu o chamaria de “cultura-mercadoria”. Aí já não há julgamento de valor, nem territórios coletivos da cultura mais ou menos secretos, como nos sentidos A e B. (GUATARRI; ROLNIK, 1986, p. 17).

A concepção de cultura que guia as ações da APM está melhor identificada com o mais antigo e recorrente sentido: da “cultura-valor”. É com esse propósito que são soerguidos esforços para a fundação da Biblioteca Infantil Municipal de Juazeiro. Tida, nos termos do seu regulamento interno, como um “centro de cultura e educação”, a Biblioteca da APM está orientada a incluir as crianças juazeirenses nos meios “cultos” ou “letrados” daquele tempo.

É também no sentido da “cultura-valor” que são viabilizadas as presenças da classe ilustrada da cidade nas sessões ordinárias. Médicos, bispos, padres, freiras, enfermeira, representantes do Grêmio Literário "Os Cruzados" e da Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses são alguns personagens da *intelligentsia* local convidados a ocupar o lugar de fala nas palestras proferidas no espaço da Associação.

Considerado desse modo, o conceito de cultura subjacente a alguns discursos e ações da APM, especialmente aqueles vinculados às práticas educativas em saúde por meio de instituições como o SESP ou de iniciativas de profissionais liberais, caracteriza-se pelo seu caráter elitista e diferenciador. Tanto assim que por diversas vezes opera-se uma articulação entre cultura e civilidade, exemplarmente justificada na contínua vigilância em relação ao asseio e à higiene, que garantiria a elevação cultural da comunidade e a sua aderência a uma “sociedade civilizada”. Nessa concepção de cultura subjaz uma profunda relação com a educação, que seria o principal instrumento para levar informações e suprir a assimetria de saberes entre os seres humanos não cultos.

A palestra de Dr. Onias Oliveira, no dia 9 de outubro de 1955, é um grande exemplo. Discorrendo sobre o “tratamento dos dentes na criança”, ele explicou os perigos de uma dentição descuidada e, mostrando “quadros ilustrativos sobre os dentes, inclusive uma caveira”, despertou o interesse e o entusiasmo dos ouvintes em relação ao tema. Entre as frases proferidas pelo dentista e registradas na ata, está uma citação de um cientista alemão que afirma: “Pela boca se conhece a civilização de um povo”. “Baseado neste principio”, teria dito Dr. Onias, “terão os filhos com o auxilio dos pais, mostrado que pertence a um povo civilizado”, registra a ata.

De acordo com os Estudos Culturais, a cultura assume papel central na constituição da subjetividade, sendo encarada como uma prática social que expressa ou comunica um significado e, assim, se funda em práticas de significação (HALL, 1997). Desse modo, o processo educativo ocorre em uma multiplicidade de momentos e a partir de variados artefatos culturais: desde às salas de aula aos programas de rádio; das revistas de gibi às músicas.

Compreendida como comum ou ordinária, a cultura, segundo outro autor dessa vertente teórica, é um “sistema de significações mediante o qual necessariamente (se bem que entre outros meios) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada” (WILLIAMS, 1992, p. 13). Portanto, a definição de cultura assume sentidos amplos:

Há certa convergência prática entre (i) os sentidos antropológico e sociológico de cultura “como modo de vida global” distinto, dentro do qual percebe-se, hoje, um “sistema de significações” bem definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em todas as formas de atividade social, e (ii) o sentido mais especializado, ainda que também mais comum, de cultura como “atividades artísticas e intelectuais”, embora estas, devido à ênfase em um sistema de significações geral, sejam agora definidas de maneira muito mais ampla, de modo a incluir não apenas as artes e as formas de produção intelectual tradicionais, mas também todas as “práticas significativas” – desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade – que agora constituem esse campo complexo e necessariamente extenso (WILLIAMS, 1992, p. 13).

Como “modo de vida global”, a cultura adquire um caráter universal, e perpassa todas as práticas sociais, das manifestações populares à cultura erudita. O inter-relacionamento dessas duas práticas culturais esteve intimamente relacionada à história da Associação de Pais e Mestres. Um dos exemplos foi o curso de Literatura Infantil, mediado pela reconhecida educadora e contadora de histórias Corina Ruiz, que foi permeado de apresentações das tradições populares da região, como o auto folclórico bumba meu boi e os penitentes.

Nos registros da apresentação do bumba meu boi e do curso oferecido por Corina se vê, pelo semblante das pessoas presentes, o mesmo respeito e tratamento das questões culturais tanto de “âmbito global” quanto restrito, sem o estabelecimento de uma escala de valores ou hierarquias no sentido de considerar determinada prática cultural superior ou inferior. Para Forquin (1993), a justificação cultural da escola diz

respeito à sua função de transmitir a cultura, ao mesmo tempo transmitindo e perpetuando a experiência humana.

A APM, que agrega diferentes escolas isoladas, se constitui como instância cultural estratégica na sociedade juazeirense. Como enfatiza Forquin (1993, p. 10), a escola supõe sempre a aquisição de “conhecimentos, competências, crenças, hábitos e valores, que constituem o que se chama precisamente de ‘conteúdo’ da educação”. Pelo fato de tal conteúdo ser “irredutível ao que há de particular e de contingente na experiência subjetiva ou intersubjetiva”, sendo sempre algo que “nos precede, nos ultrapassa e nos institui enquanto sujeitos humanos, pode-se perfeitamente dar-lhe o nome de cultura” (FORQUIN, 1993, p. 10).

Quando se fala em transmissão cultural da educação, de acordo com Forquin (1993, p. 12), a palavra cultura significa essencialmente um “patrimônio de conhecimentos e de competências, de instituições, de valores e de símbolos, constituído ao longo de gerações e característico de uma comunidade humana particular”. Mas essa herança coletiva, patrimônio intelectual e espiritual de uma dada comunidade, precisa transcender as fronteiras dos particularismos mentais e ir de encontro ao destino comum a toda a humanidade.

Essa transcendência das fronteiras juazeirenses encontra respaldo na iniciativa da APM de proporcionar aos pais e mestres o “cultivo do espírito” e das práticas familiares e educativas vigentes por meio dos cursos de “promoção cultural e renovação do professorado”, que trouxeram a Juazeiro intelectuais renomadas internacionalmente, como as educadoras Maria Junqueira Schmidt, Corina Maria Peixoto Ruiz e Wanda Knüpfer.

Sobre essa última intelectual, é curioso identificar que, entre todas as disciplinas do currículo das escolas primárias do ano de 1968, as professoras da APM tenham justamente escolhido a Matemática, ao trazer uma educadora que pudesse ensinar o enfoque moderno desse componente curricular. No cerne dessa escolha se impõe sobremaneira um processo que Santos (2011, p. 53) denomina de “matematização da existência, carregando consigo uma crescente sedução pelos números, um uso mágico das estatísticas”. Ou seja, se trata de uma necessidade que as “variáveis”

presentes naquele momento histórico requisitam para a compreensão e inserção na vida moderna.

Assim, além das iniciativas de modificação e substituição das práticas culturais em vigência na cidade de Juazeiro, por meio da construção de uma escola que incentiva novos hábitos, valores e procedimentos, há nas ações da APM a perspectiva da aprendizagem das novas teorias e métodos educacionais que circulavam no mundo moderno. O contexto educacional, para elas, estava imbricado em uma teia de referências muito mais ampla que o recorte do espaço e do território local.

No que diz respeito ao rompimento com o individualismo das massas, que configura a forma de subjetivação na cultura de massas, a APM se configura como um território de resistência à tentativa de “controle social, através da produção da subjetividade em escala planetária” (GUATARRI; ROLNIK, 1986, p. 45). O que de certo modo a Associação faz é exercer uma espécie de “autonomização” por meio da articulação de pais e mestres, no intuito de juntos operarem seus processos de semiotização, cartografando e se inserindo em níveis de relações de força local, fazendo e desfazendo alianças (GUATARRI; ROLNIK, 1986).

Essa tensão entre as forças que atuam para a instauração de uma cultura de massa em Juazeiro, representadas pelos meios de comunicação, e as que resistem a esse processo avassalador, no caso deste estudo presente na atuação da APM, coloca em discussão um tema debatido amplamente por Milton Santos (2011): a dialética entre as verticalidades e horizontalidades que compõem um espaço geográfico moderno. Para o autor (2011, p. 106), as verticalidades podem ser definidas como um “conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico”.

No bojo desse novo sistema de produção, exigente de fluidez e sequioso de velocidade, que se impõe ao território de Juazeiro e, em escala planetária, a diversas partes do mundo, começam a aparecer situações novas e completamente externas à incidência dos agentes sociais que até então ditavam as normas. É exigida a adaptação de comportamentos locais aos interesses globais, que estão sempre em mudança. Agora, são as chamadas macroempresas (transnacionais) que regulam o

conjunto do espaço, contando com a ação dissimulada do Estado. A construção do destino de uma área fica, portanto, “entregue aos interesses privatísticos de uma empresa que não tem compromissos com a sociedade local” (SANTOS, 2011, p. 107).

Na presente pesquisa, a atuação das forças centrífugas, portadoras da “racionalidade hegemônica e cujo poder de contágio facilita a busca de uma unificação e de uma hegemonização” (SANTOS, 2011, p. 107), estão relacionadas aos conteúdos produzidos pela cultura de massa, que, ao portarem um conjunto de valores destoantes da realidade local, causam um forte estranhamento aos pais e mestres da Associação. São as “leituras escabrosas”, os filmes e músicas “livres”, as “novelas carregadas de sentimentalismo exagerado” e outras produções que convocam as crianças juazeirense a se integrarem ao modelo hegemônico de uma cultura que se pretende universal.

As interpretações dos pais e mestres sobre o fluxo de informações que passam a circular em Juazeiro, contrapondo-se à ordem implacável das verticalidades, fundam as horizontalidades, um espaço que Santos (2011, p. 108) chama de “banal”: o espaço das vivências, onde as pessoas e as instituições locais se encontram a partir de uma “integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica” (SANTOS, 2011, p. 109-110).

Trata-se de um espaço de adaptação e vigilância às novas exigências advindas das verticalidades, que dá visibilidade ao interesse compartilhado pelo grupo social. Santos (2011, p. 110) destaca que “a própria existência, adaptando-se a situações cujo comando frequentemente escapa aos respectivos atores, acaba por exigir de cada qual um permanente estado de alerta, no sentido de apreender as mudanças e descobrir as soluções indispensáveis”.

Essas soluções são constantemente discutidas e acordadas nas sessões e cursos promovidos pela APM, em que se instauram formas de regulação e readaptação criadas a partir de recursos do próprio território, sobretudo capitaneados pela classe ilustrada da cidade, além dos intercâmbios com experiências reflexivas alinhadas às perspectivas predominantes na formação das professoras fundadoras.

Categoria de análise transversal a esta pesquisa, o território foi largamente estudado por Haesbaert (2004). Ao estabelecer a etimologia da palavra, o autor argumenta a proximidade etimológica entre terra-territorium e térreo-territor (aterrorizar). Com essa analogia, destaca que, além do comumente sentido do território como materialidade, é relevante também observar os sentimentos que o território inspira, de medo para quem é excluído e de satisfação para quem usufrui e se identifica com a sua produção simbólica.

Entre as concepções que fundamentam a compreensão da organização do território, duas dimensões fazem sentido para a Associação de Pais e Mestres: o caráter político-disciplinar, que envolve a apropriação e a ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos, item já bastante discutido neste trabalho, e a dimensão simbólico-cultural, em que o território é visto especialmente como o produto da apropriação simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido (HAESBAERT, 2004).

Martins (2016) recorda que, desde a sua institucionalização, a escola, enquanto instância reconhecida socialmente como *locus* de produção e reprodução da cultura erudita, se tornou o *ethos* propício para o cultivo de uma cultura específica, a cultura pedagógica que resulta de representações, procedimentos e práticas educacionais que consolidam a postura do ser professor e do ser estudante. As instâncias responsáveis pela divulgação do saber, das normas e técnicas necessárias à formação dos professores, isto é, de um *ethos* que elabora uma cultura pedagógica para a formação do professor foram justamente as Escolas Normais (MARTINS, 2016).

Passado o período de formação nas Escolas Normais que, como já foi ressaltado anteriormente, estava envolto em uma cultura pedagógica baseada em preceitos religiosos do catolicismo, era importante às professoras fundadoras da APM dar continuidade ao processo de educação permanente com ênfase no fortalecimento da “tradição docente” em vigência na cidade de Juazeiro. Nessa tarefa, encontraram em Maria Junqueira Schimidt e Corina Ruiz as educadoras perfeitas para reavivar a

articulação entre escolarização e Igreja Católica, em uma época de profundas contestações e ameaças à educação tradicional pelo avanço da cultura de massa.

Entra em jogo a defesa do que Julia (2001, p.10) chama de “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”: a cultura escolar, que foi assimilada e praticada pelas fundadoras da APM e que, no bojo das transformações culturais da segunda metade do século XX, tinha suas finalidades religiosas e sociopolíticas em constante disputa.

Julia (2001, p. 11) identifica a cultura escolar em um sentido amplo, que rompe os limites da escolas e atua no interior das sociedades, por meios de modos de pensar e agir que “não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização”. Depois de analisar o *Ratio studiorum* jesuíta, conjunto de normas do século XVI destinadas aos colégios e que vigorou até a supressão da Companhia de Jesus, em 1773, Julia (2001, p. 22, grifos do autor) evidencia que o colégio é, ao mesmo tempo, um lugar de aprendizagem de saberes e de “inculcação de comportamentos e de *habitus* que exige uma *ciência de governo* transcendendo e dirigindo, segundo sua própria finalidade, tanto a formação cristã como as aprendizagens disciplinares”.

Por conta disso, o autor (2001, p. 22) afirma que são feitas três definições: a figura central do diretor dos estudos “que permanece, entretanto, subordinado ao superior”, a hierarquia de “poderes especializados definindo a esfera de intervenção própria de cada” um no interior dos estabelecimentos e a necessidade de se apropriar do conhecimento psicológico sobre as crianças “para reconhecer não somente o nível intelectual em que se encontra cada uma delas, mas também a sua natureza, a fim de saber como agir apropriadamente sobre cada uma”. A cultura escolar, portanto, desemboca no “remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências” (JULIA, 2001, p. 22).

A originalidade da cultura produzida pela escola foi amplamente discutida por Chervel (1990, p. 180), em sua defesa de que os conteúdos de ensino são concebidos como

entidades “independentes, numa certa medida, de toda realidade cultural exterior à escola”. Para ele, o sistema escolar é detentor de um poder criativo capaz de produzir um saber específico que, ao se espalhar sobre a sociedade, “forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global” (CHERVEL, 1990, p. 184).

A especificidade e seletividade da cultura escolar é o tema das discussões levantadas por Forquin (1993). Depois de afirmar que “a educação não transmite jamais a cultura, considerada como um patrimônio simbólico e unitário e imperiosamente coerente”, nem mesmo “elementos de cultura, entre os quais não há forçosamente homogeneidade, que podem provir de fontes diversas, ser de épocas diferentes”, o autor utiliza a metáfora da *bricolage* para compreender a relação entre educação e cultura, ou seja, o currículo escolar opera o trabalho de “reutilização, para fins pragmáticos momentâneos, de elementos tomados de empréstimo de sistemas heterogêneos” (FORQUIN, 1993, p. 15).

A rapidez e a aceleração perpétua do ritmo de mudança nos tempos modernos, tornando-se o próprio princípio da avaliação de todas as coisas, impunha à cultura e à educação novas exigências. Como destaca Forquin (1993, p. 18):

À concepção da cultura como acumulação e cristalização de toda a experiência humana, à concepção da educação como recepção das novas gerações no interior do mundo “sempre já velho”, tradição ativa e transmissão de uma herança, a consciência moderna opõe sua experiência e sua exigência históricas da mudança.

Assim, instaura uma incompatibilidade estrutural entre o espírito de modernidade e a justificação da educação como tradição e transmissão cultural. Ao discutir o problema da educação no mundo moderno, Arendt (2003, p. 245) destaca a contradição inerente ao fato de a educação, por sua natureza, não poder abrir mão da autoridade e da tradição e, ao mesmo tempo, ser “obrigada a caminhar em um mundo que não é estruturado nem pela autoridade nem tampouco mantido coeso pela tradição”.

Para a autora, a primeira consequência prática dessa obrigação é o entendimento de que “a função da escola é ensinar às crianças como o mundo é, e não instruí-las na arte de viver”. Como o mundo é sempre mais velho do que elas, “a aprendizagem

volta-se para o passado, não importa o quanto a vida seja transcorrida no presente” (ARENDT, 2003, p. 246). A segunda consequência é que “a linha traçada entre crianças e adultos deveria significar que não se pode nem educar adultos e nem tratar crianças como se fossem maduras” (ARENDT, 2003, p. 246). Isto, porém, não quer dizer que se deva erguer uma muralha para apartar as crianças da comunidade adulta.

Nesse contexto, o que transcende aos especialistas e pedagogos, e diz respeito a todos os seres humanos, é “o fato de todos nós virmos ao mundo ao nascermos e de ser o mundo constantemente renovado mediante o nascimento” (ARENDT, 2003, p. 247). Através da educação é que se decide amar o mundo o bastante para se responsabilizar por ele e, assim, salvá-lo da ruína via natalidade, através da vinda dos novos, esses mesmos novos que só podem crescer com qualidade se os adultos e educadores tiverem respeito face ao passado e, cautelosamente, introduzi-los do mundo particular ao mundo público dos adultos.

O que está implícito nos cursos de “promoção cultural e renovação do professorado” é a procura de uma nova orientação pedagógica para legitimar uma ordem cultural que já estava caminhando para a “privação das amarras da tradição e da bússola do princípio da autoridade” (FORQUIN, 1993, p. 18). Era importante então reconquistar o território perdido, seja substituindo as humilhações aos educandos pelo encorajamento e valorização da capacidade, como no curso de Maria Junqueira Schimidt, seja na contação de histórias para atrair o interesse das crianças, a exemplo do curso de Corina Ruiz. O desejo de adaptar os métodos pedagógicos aos novos tempos, sem abandonar os sagrados ensinamentos do evangelho, estava latente nas ações da APM.

Ademais, imbuídas da proposta de racionalização da escola em Juazeiro, as professoras voltam as suas preocupações para a aquisição de equipamentos escolares que acompanhassem as mudanças atravessadas no mundo. É esse esforço que lança as bases para a compra de um duplicador a álcool e para o movimento do mimeógrafo. São instrumentos tão importantes para o fazer docente daquele tempo que foi a mais forte recordação da Associação de Pais e Mestres a ressoar na memória da professora Maria Perpétua Gomes de Almeida: Deixar “de ter o trabalho de copiar aquela prova toda na mão”.

Como já relatado no capítulo anterior, é a própria professora Perpétua quem participa, entre os anos de 1963 e 1966, junto com outras professoras próximas à APM, como Gildete Lino de Carvalho, de uma iniciativa pioneira na utilização do rádio como veiculador de uma ação pedagógica de alfabetização de jovens e adultos: o Movimento de Educação de Base (MEB).

O espaço da mídia local foi ainda ocupado pelas professoras primárias da APM na veiculação dos discursos que circulavam entre o professorado, em um nítido reconhecimento da influência de outras instituições, além da escola e da família, na educação das crianças e formação do povo brasileiro. Além das crônicas veiculadas nas ondas sonoras da Rádio Juazeiro, em 1959, foram feitas diversas propagandas volantes pelas ruas da cidade de Juazeiro e Petrolina na divulgação dos cursos de Maria Junqueira Schmidt, Corina Maria Peixoto Ruiz e Wanda Knüpfer e, depois da realização dos eventos, foram produzidas e enviadas matérias para diferentes mídias.

Portanto, as professoras da APM também reconhecem a possibilidade de transformar o aparato midiático da cultura de massa em um instrumento de veiculação da visão de mundo construído pela tradição docente de Juazeiro. Ao mesmo tempo, essas educadoras estavam, em plena segunda metade do século XX, inventando uma tradição escolar, “a partir de um passado histórico apropriado, que se quer negar e recuperar, e de práticas pedagógicas repetidas e repetitivas, reguladas pela ordem escolar” (FARIA FILHO, 2014, p. 123).

O movimento de expansão capitaneado por essas professoras primárias, que estabelece “sua própria ordenação do mundo social na forma de uma apropriação específica do passado histórico e da organização cotidiana de uma nova ordem escolar” (FARIA FILHO, 2014, p. 123-124), diminui o isolamento de um grupo de profissionais naturalmente organizadas para não se misturarem, característica presente na própria denominação de “escolas isoladas”. Se já não fosse o bastante, essas professoras também se misturam com as principais instituições e pessoas “ilustres” do município, dinamizando o cotidiano escolar e estreitando os laços comunitários das escolas.

Branco (1995, p. 28) afirma que nas diferentes propostas de gestão educacional propostas por grupo de pessoas interessadas em ampliar os espaços de atuação da escola, “a participação vai aparecer associada a temas como ‘democracia’, ‘progresso’ e ‘desenvolvimento’, incentivando a formação de grupos com a preocupação de reestruturar a educação e a escola de suas épocas”. Essa é, de fato, uma característica marcante da APM.

Curiosamente, o encerramento das atividades da Associação acompanha a nova modernidade educacional em termos de organização pedagógica, em que a escolarização passa a ser definida pela presença dos grupos escolares e há um aumento significativo da presença das regentes. Em 1952, o município contava com 50 professoras; 20 anos depois, já eram 447 (RODRIGUES, 2009).

Esses 20 anos de crescimento quantitativo foram também de aprendizagem. O legado que a APM deixou para as novas gerações está expresso no compromisso de ampliar os espaços de atuação da escola, incentivar a participação de diferentes agentes sociais no cotidiano escolar, propor uma autogestão educacional, além de reestruturar a educação e a escola de seu tempo. Ações que podem ser simplesmente definidas em uma palavra: Fazer. Fazer história, fazer a vida ter sentido, mostrar que é possível mudar alguma coisa no mundo.

## 7 NAVEGAÇÕES FINAIS

Cada um tem a felicidade em suas mãos, assim como o artista tem a matéria bruta, com a qual ele há de modelar uma figura. Mas ocorre com essa arte como com todas: só a capacidade nos é inata; faz-se necessário, pois, aprendê-la e exercitá-la cuidadosamente (GOETHE, 2006, p. 83).

Após tantas travessias nas veredas dessa história, torna-se impossível percorrer todas as sendas com as pontes teóricas. A sensação de incompletude agora, mais do que antes, é uma marca indelével. As palavras aqui enfeixadas, retorcidas e misturadas têm a pretensão tão somente de construir uma exposição permanente do Arquivo de Maria Franca Pires, em especial, dos materiais referentes à Associação de Pais e Mestres de Juazeiro-BA.

Por isso mesmo, o maior esforço soerguido foi em torno da descrição dos documentos que dão conta da trajetória da APM, para que, a partir dessas informações, outros pesquisadores se interessem em estabelecer novas linhas de análise nessa imensurável correnteza do conhecimento científico. Essa água avassaladora que tudo arrasta em sua fúria de “constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes apreendendo-os de um ângulo imprevisto” (BOURDIEU, 1989, p. 20).

Sobre os ângulos – imprevistos ou não – que foram possíveis focalizar nestas páginas, só resta fazer, brevemente, um apanhado. A infância, categoria que nasceu durante a gestação dos dados de pesquisa, está envolta na instabilidade característica do momento histórico de convulsão social que acompanha os 20 anos de trajetória da APM (1954-1974). Ora a criança é desprotegida, imatura e incapaz, ora é cidadã, sujeito de direitos e produtora de história (e estórias).

A educação é o lugar de refúgio das crianças em meio aos desafios dos tempos modernos. É onde elas devem assimilar hábitos urbano-industriais, de asseio, pontualidade, assiduidade, higiene, nutrição, puericultura, em suma, concepções sadias para um mundo que só tolera o trabalho produtivo. É na escola também onde a formação moral, intelectual e religiosa se complementa às instruções advindas da

família. É onde as promessas do Iluminismo chegam com dois séculos de atraso e encontram um cenário desprotegido, em que se recorre para a violência da invasão do corpo físico e simbólico. É na escola também onde todos os setores da vida convergem na tentativa de salvaguardar as crianças da monstruosa sombra de uma nova onda: a cultura de massa.

Uma cultura que chega acompanhada de “perigosas e sadias inovações”, dicotomia que marca os discursos e ações produzidas no interior da APM, que versam sobre as vantagens e desvantagens dos novos meios de comunicação, incentivam a destruição de gibis e a compra de um mimeógrafo, reivindicam a proteção das crianças em relação ao rádio e veiculam nas ondas sonoras as propagandas dos cursos de formação cultural e renovação do professorado.

É um universo confuso em um momento de muitos acirramentos sociais, políticos e culturais, que, arrisco afirmar, transcorreram em meio aos 20 anos mais conturbados da história da república brasileira, iniciando três meses antes do suicídio de Getúlio Vargas<sup>22</sup>, ocorrido em agosto de 1954 e finalizando no ano em que foi eleito presidente o quarto e penúltimo general da ditadura militar (1964-1985), Ernesto Geisel<sup>23</sup>. Esse panorama histórico é altamente significativo e requer uma investigação mais acurada para que se esmiúce os impactos na atuação da APM.

A APM vivencia esse contexto produzindo, como aliás todas as entidades e instituições educacionais, habilidades intelectuais e um sistema de significação próprio, com formas particulares de compreender o mundo em uma cidade reconhecida pelo cosmopolitismo e pela participação efetiva da população em associações profissionais e de fraternidade (CHILCOTE, 1990). Além da tentativa de

---

<sup>22</sup> O suicídio de Getúlio Vargas (1882-1954), no dia 24 de agosto de 1954, é até hoje motivo de muita controvérsia. O acirramento dos conflitos políticos, as disputas internas e externas ao Estado brasileiro e a possibilidade de ser mais uma vez deposto parecem ter sido os principais motivos de Vargas ter posto fim à própria vida (FERREIRA, 2006).

<sup>23</sup> Ernesto Geisel (1907-1996) sucedeu Emílio Médici na presidência da república, tendo sido eleito pelo Congresso Nacional em janeiro de 1974. Pela primeira vez, a ditadura militar concedeu que o único partido de oposição, MDB, lançasse um candidato. A chapa oposicionista Ulysses Guimarães/Barbosa Lima Sobrinho obteve 76 votos (16%), enquanto Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos foram eleitos com 400 votos (84%). O ano de 1974 terminaria, porém, em desastre para o governo. Nas eleições de 15 de novembro, desta vez abertas à população, o MDB elegeu 16 das 22 vagas ao Senado em disputa, conquistado 161 das 364 cadeiras e iniciando uma oposição sistemática no Congresso Nacional (FARIA, 2014).

uma gestão compartilhada do ambiente escolar, havia nas ações da APM a valorização do magistério, o favorecimento das condições de aperfeiçoamento e de formação continuada e permanente das educadoras de Juazeiro. A APM é ainda um espaço de extensão das preocupações formativas para além da escola. Não é apenas o local que cobra dos pais a formação dos filhos, mas um espaço que também procura formar pais e mães (sobretudo estas), estabelecendo condutas proativas, dentro de uma visão que funda os princípios educacionais que sustentam a escola.

Ao mesmo tempo em que são inseridos equipamentos escolares que contribuíam no desempenho do trabalho docente e de novas posturas que transformavam as crianças em alunos(as), chama a atenção também a aderência de novos conhecimentos escolares que possibilitavam uma orientação mais adequada sobre os novos desafios que o mundo impunha. E, nesse mister, tem importância fundamental a vinda de educadoras como Maria Junqueira Schmidt, Corina Maria Peixoto Ruiz e Wanda Knüpfer.

Nesta dissertação, não foi possível aprofundar as referências que essas três educadoras nacionalmente conhecidas trouxeram para a APM, como inspiração e impulso para a continuidade das ações. Além delas, caberia também uma análise das perspectivas teóricas de Antônio D'Ávila e Theobaldo Miranda, autores do "escolanovismo católico" (SGARBI, 1997) que contribuíram na articulação de preceitos católicos com as ideais progressistas da Escola Nova e marcaram decisivamente a fundação da APM.

Além dessas importantes lacunas, existe um rico emaranho de temas que, como náufragos, desejam submergir ao rio caudaloso do percurso histórico da Associação de Pais e Mestres de Juazeiro. As possibilidades são muitas. São necessárias discussões de outras categorias que emergiram durante a pesquisa e, pela limitação temporal, ficaram boiando, como a análise do associativismo profissional, da formação docente, da gestão escolar, dos saberes pedagógicos, da modernidade, dos instrumentos de comunicação, do protagonismo feminino etc.

A trajetória do MEB no território do sertão do São Francisco é outro importante capítulo da história educacional que carece de uma minuciosa investigação. Essa é uma

história que, como muitas, está soterrada nos escombros da historiografia oficial, e cabe aos pesquisadores da área escavar os meandros ainda intocados, porque o tempo, inexoravelmente, cumpre o infeliz movimento de assentar o chão do esquecimento. Nunca é demais lembrar o apelo de Rodrigues (2009) para a necessidade da escritura da história cultural e da escolarização das gentes do semiárido brasileiro.

Diante das diversas atividades exercidas, dos cargos ocupados, das influências sobre a vida de artesãos, educadores, estudantes, pesquisadores e sobre os rumos da história de Juazeiro, enfim, por toda a sua trajetória e por todas as suas produções, sistematizadas em três obras, impressas em tantos documentos, é possível inferir que Maria Franca Pires foi uma mulher que sintetizou diferentes e relevantes papéis em sua atuação, sendo, ao longo dos seus 66 anos, professora, pesquisadora, escritora e intelectual da educação e da cultura em Juazeiro. Essa abordagem multifacetada de Maria Pires, sem dúvida alguma, precisa ainda ser apurada com a profundidade necessária para situar essa elegante artesã do cotidiano local na paisagem histórica do município.

Este trabalho demonstra que já não se pode definir a história da educação escolar em Juazeiro sem considerar as especificidades religiosas, sociais, familiares, culturais. O contato com as fontes orais de pesquisa nos permite acessar uma multiplicidade de experiências que propiciam, por sua vez, diversas possibilidades de sistematizar, refletir e difundir. O diálogo que em muitos momentos é estabelecido pelo cruzamento de depoimentos e outras fontes permite evidenciar o que Ecléa Bosi (1994) já havia constatado em sua obra clássica *Memória e Sociedade*. O modo de lembrar é tanto individual quanto social. Os grupos de convívio, neste caso, a categoria profissional e o círculo de amigos comuns sustenta e dá forma às recordações.

O itinerário de pesquisa nos faz concordar com uma assertiva do jornalista Zuenir Ventura em seu livro *“Minhas histórias dos outros”* (2005, p. 15): “Navegar pelo rio das reminiscências é tarefa traiçoeira, porque se esbarra no caminho com lapsos e armadilhas”. De fato, são muitas e distintas as problemáticas que acompanham um percurso de pesquisa com memórias, como evidenciadas, por exemplo, na lembrança da professora Lourdes Duarte sobre a Missa para as Crianças promovida por Corina,

em que os tempos se cruzam, na dinamicidade que é o ato de rememorar. É um movimento permanente de imersão e dispersão, desaparecimentos e encontros, que se renovam a cada estímulo, a cada informação nova que o pesquisador descobre e confronta com as fontes de pesquisa.

Pesquisar, portanto, só se aprende pesquisando, tateando, nadando no rio perigoso da dúvida que impulsiona. Mesmo que os achados sejam incompletos e confusos ou até mesmo que nada seja pescado no emaranhado de redes tecidas pelos autores, já vale o aprendizado e cuidadoso exercício desta arte que, como nos ensina Goethe, só oferece aos seres humanos a inata capacidade: de sermos pesquisadores. Capacidade semelhante a de um carranqueiro que esculpe no tronco de umburana o imaginário de um povo. Com as ferramentas teórico-metodológicas, lapidamos até onde nos foi possível a matéria-prima (bruta) dos dados de pesquisa escolhidos como *corpus* de análise.

E, em cada toque dos dedos no teclado do computador, os excessos se transformam em essências de uma dissertação feita a muitas mãos. Algumas delas permanecerão para sempre anônimas, como as que produziram com o suor do seu trabalho os suportes materiais em que foram impressas as informações documentais, além das que doaram em tom de anonimato as reminiscências familiares na expectativa de contribuir com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico. Outras mãos, como as da professora Maria Franca Pires e de todas as outras protagonistas desta história, permanecerão para sempre na memória social da cidade de Juazeiro e este registro também serve para isto: eternizá-las, dedicando a essas pessoas cada gota de suor derramada na composição deste trabalho.

O protagonismo dessas mulheres me faz inevitavelmente pensar no momento político que o Brasil atravessa, depois da vergonhosa cassação da primeira mulher eleita para o mais alto cargo da democracia brasileira: a presidente Dilma Vana Rousseff, reeleita no dia 26 de outubro de 2014 e deposta no dia 31 de agosto de 2016, em uma articulação jurídica, midiática e parlamentar. Não foi fácil escrever esta dissertação na avalanche de acontecimentos que culminaram com o golpe de 2016. Por vários momentos, fiquei sem ânimo e em completo estado de perplexidade, ao acompanhar as notícias, sempre filtradas pela parcialidade corporativa que rege a mídia comercial

e hegemônica deste país, que davam conta das inúmeras injustiças arquitetadas para anular o voto de milhões de brasileiros e alçar à chefia do Estado um sujeito aliado à pauta ultraconservadora e neoliberal que o atual parlamento tanto estima. Escrevo estas linhas na entrada de 2017 com a esperança de que o “vapor barato”<sup>24</sup> da democracia aporte em terras brasileiras o quanto antes e o povo, na impossibilidade “legal” de devolver o mandato à Dilma, possa pelo menos exercer o direito democrático de eleger a/o sua/seu próxima/o presidente.

Por fim, a pesquisa não tem fim. A escrita sim. Chega um momento, circunscrito por um prazo acadêmico de um programa de Mestrado submetido ao controle disciplinar de órgãos internos e externos à instituição, em que é preciso deixar um ponto final, mesmo que os cardumes de reticências continuem povoando esta “água que não para, de longas beiras”, como dizia Guimarães Rosa (2001, p. 85) ao se referir ao Rio São Francisco. “E, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro — o rio” continuo o mesmo aprendiz de sempre, nas margens fluindo, à procura de novos caminhos.

---

<sup>24</sup> Vapor Barato é uma composição de Jards Macalé (1943) e Waly Salomão (1943-2003) lançada no disco “Gal: Fa-Tal, a Todo Vapor”, de Gal Costa, em 1971. Serviu como fundo musical em um período de constantes violações dos direitos humanos pela ditadura militar brasileira.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

AGUIAR, Durval Vieira. **Província da Bahia** (na 1ª Edição, Descrições Práticas da Província da Bahia), 2ª edição, Rio de Janeiro: Cátedra/MEC, 1979.

ÁLVAREZ-URÍA, Fernando; VARELA, Julia. A Maquinaria Escolar. In: **Teoria e educação**, n. 6, p. 69 – 97, 1992.

ALVES, Claudia. Educação, memória e identidade: dimensões imateriais da cultura material escolar. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, RS, v. 14, n. 30, p. 101-125, jan./abr. 2010.

AMATO, Claudio. Cruzeiro (1942) até Cruzeiro Novo (1967). Disponível em <http://www.claudioamato.com.br/pages/internas/cp/cp.html>. Acesso em

ARAUJO, F.G.B de; HAESBAERT, R. (Orgs). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Acess, 2007, 136 p.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/deputados/todos-deputados.php>>. Acesso em 10 fev. 2016.

BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas**: as infâncias de Manoel de Barros. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Summus, 1984.

\_\_\_\_\_. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOLETIM DO SESP, n. 40, 1946.

BOLETIM DO SESP. Filosofia de um educador Sanitário, 1951.

BOLETIM DO SESP. Diretrizes para uma Educação Sanitária nas unidades do SESP, 1951.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANCO, I. A. de S. **Associação de Pais e Mestres**: Um Pouco de História. Educação: Teoria e Prática, v. 3, n. 5, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/107115>>. Acesso em: 14 set. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 525, de 1º de Julho de 1938. Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 05 jul. 1938.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.529, de 2 de Janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 04 jan. 1946.

BRUNO, M. C. de O. **Teoria museológica**: a problematização de algumas questões relevantes à formação profissional. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n. 10, p. 13-21, 1997.

BUJES, Maria Isabel E. **Infância e maquinarias**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.

CAMPOS, Joseane Gomes. **Políticas públicas de educação** - condições de trabalho do professor: os reflexos do uso do mimeógrafo no dia-a-dia dos professores e dos alunos da rede estadual paulista – ensino fundamental I. Dissertação (Mestrado). Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CALIXTO, J. A.; QUILICI NETO, A. **Pensamento Educacional de Theobaldo Miranda e suas reflexões no manual de Filosofia da Educação**: Breves Apontamentos Históricos. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 2013.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Ressignificação e reapropriação da natureza**: programas e práticas da convivência com o semiárido brasileiro no território de Juazeiro (BA). 2010. 346 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia/NPGEO, São Cristóvão, Sergipe, 2010.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Usos do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia. In: **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. cap. 4, p.103-119.

CARDOSO, Antonila da F. **Nossa vale... Seu folclore beira-rio**. Thesaurus editora: Brasília-DF, 1985.

CATEDRAL - Santuário Nª. Sra. das Grotas. **A Padroeira**. Disponível em <http://santuariomaedasgrotas.blogspot.com.br/p/padroeira.html>. Acesso em 27 de dez. de 2016.

CHARTIER, R. **História cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz - Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

COSTA, Judite Leal. Dados da Prof<sup>a</sup> Judite Leal Costa. In: DUARTE, Charles Muniz. **A vida e a obra das grandes educadoras de Juazeiro**. Juazeiro, BA, p. 94-101, novembro de 1993.

CRUZ, Gutemberg. **Gente da Bahia**. Salvador: Editora P&A, 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. 4 ed. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1988.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DICK, Sara Martha. Políticas Públicas para a Escola Primária na Bahia: expansão na gestão Anísio Teixeira – 1947 a 1951. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Cuiabá-MT, 2013. **Trabalhos completos...** Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

CASTRO, R. E. F.; MELO, M. H. S.; SILVARES, E. F. M. Avaliação da percepção dos pares de crianças com dificuldades de interação em uma sucursal da clínica-escola do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. In: CONGRESSO INTERNO DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 5., 2001, São Paulo. Resumos... São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2001. p. 49.

CUNHA, Irene dos Santos. Minhas Memórias de Infância. In: PINZOH, Josemar Martins. **Pesquisa-criação**: uma experiência com escrita docente autobiográfica. Salvador: EDUNEB, 2012. 179 p.

DUARTE, Charles Muniz. **Súmula biográfica dos grandes educadores e poetas de Juazeiro**. 1964.

\_\_\_\_\_. **Memórias de Juazeirense**: Volume 1. Juazeiro, BA, jan. 1954.

DUARTE, Maria de Lourdes. Dados da Professora Maria de Lourdes Duarte. In: DUARTE, Charles Muniz. **A vida e a obra das grandes educadoras de Juazeiro**. Juazeiro, BA, p. 113-122, novembro de 1993.

FARIA, Adriano. Senado 74: A eleição que abalou a ditadura. **Jornal do Senado**. Brasília, ano XX, n. 4.207, 2014. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/jornal/edicoes/especiais/2014/11/19/jornal.pdf>. Acesso em 27 de dez. de 2016.

FÁVERO, Osmar. MEB – **Movimento de Educação de Base** - primeiros tempos: 1961-1966. Texto apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, Évora, Portugal, 2004. Disponível em: [http://forumeja.org.br/files/meb\\_historico.pdf](http://forumeja.org.br/files/meb_historico.pdf). Acesso em: 10 de setembro de 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Getulio Vargas: uma memória em disputa**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As avaliações dos livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-SP, v. 13, n. 1 (31), p. 159-192, jan./abr. 2013.

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 15. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

FREITAS, Itamar. **A pedagogia histórica de Jonathas Serrano: uma teoria do ensino de história para a escola secundária brasileira (1913/1935)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, Editores, 1973.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOETHE, J. W. **Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GUARESCHI, N. M.; BRUSCHI, M. E. **Psicologia Social e Estudos Culturais: rompendo fronteiras na produção do conhecimento**. In: GUARESCHI, N. M.; BRUSCHI, M. E. (Org.). *Psicologia Social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vórtice, 1990.

HALFELD, H. W. F. **Atlas e Relatório Concernente a Exploração do Rio São Francisco: Desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico**. Arquivo da Chesf. Rio de Janeiro: Litographia Imperial, 1860.

IBGE. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2016**. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2016/estimativa\\_dou\\_2016\\_20160913.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf). Acesso em 27 de dez. de 2016.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Tradução: Francisco Cock Fontanella. Piracicaba, SP: Ed. Unimep, 2006.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. In: **Projeto História**: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História da PUC-SP: São Paulo: EPUC, 1981 – periodicidade: anual até 1996 semestral a partir de 1997. junho/01 n° 22.

KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n° 116, p. 41-59, jul. 2002.

\_\_\_\_\_. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEITE FILHO, Aristeo Gonçalves. **Políticas para a educação da infância no Brasil nos anos 1950/1960**. Tese (Doutorado) Departamento de Educação da PUC-Rio. 2008.

LOPES, Esmeraldo. **Opara**: Formação histórica e social do submédio São Francisco. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Juliana Pires de Carvalho Rocha. **Maria Franca Pires**: entre papéis e vozes. 2009.

MARTINS, Angela Maria Souza. **Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/.../tsc\\_angela.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../tsc_angela.pdf)>. Acesso em 27 de dez. de 2016.

MELO NETO, João Cabral de. **A educação pela pedra e depois**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Tuberculose** [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2016. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/tuberculose>. Acesso em 27 de dez. de 2016.

MIRANDA, Tiago. **Câmara aprova homenagem a ex-senador Mansueto de Lavor**. Câmara Notícias, Brasília, DF, 16 de jun. de 2011. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/198820-CAMARA-APROVA-HOMENAGEM-A-EX-SENADOR-MANSUETO-DE-LAVOR.html>. Acesso em 17 de dez. de 2016.

MOGARRO, M. J.; GONÇALVES, F.; CASIMIRO, J.; OLIVEIRA, I. Inventário e digitalização do património museológico da educação – um projecto de preservação e valorização do património educativo. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 30 p. 153-179, Jan/Abr 2010.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: neurose**. Tradução de Maura Ribeiro Sardinha. 9. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 3. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 232 p.

O MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova (1932): A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago.2006. Disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf) Acesso em 05/09/2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINZOH, Josemar Martins. **Pesquisa-criação: uma experiência com escrita docente autobiográfica**. Salvador: EDUNEB, 2012. 179 p.

PIRES, Maria Franca. Dados da Prof<sup>a</sup> Maria Franca Pires. In: DUARTE, Charles Muniz. **A vida e a obra das grandes educadoras de Juazeiro**. Juazeiro, BA, p. 57-71, novembro de 1993.

\_\_\_\_\_. **Juazeiro – Bahia**. Juazeiro: Prefeitura Municipal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lendas do Velho Chico**. 2. ed. Editoração, diagramação e arte: Parlim. Juazeiro: Gráfica Gutemberg, 1996.

\_\_\_\_\_. **Você acredita em assombração?** 1. ed. Juazeiro: O Berro D'água Editora, 1992.

PORTELLI, Alessandro. A história oral como gênero. In: **Projeto História: Revisão do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**: São Paulo: EPUC, 1981 – periodicidade: anula até 1996; semestral a partir de 1997. junho/01 n° 22.

PPGESA - Programa de Pós Graduação em Educação, cultura e territórios Semi Áridos. **Sobre**. Disponível em: <http://ppgesa.uneb.br/index.php/sobre-2/>. Acesso em 27 de dez. de 2016.

REGO, T. C.; AQUINO, J. G.; OLIVEIRA, M. K. Narrativas autobiográficas e constituição de subjetividades. In: SOUZA, Elizeu C. (Org.). **Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 269-286.

REGO, Teresa Cristina; **Memórias de escola**: cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

RÊGO, Luis Flores de Moraes. **O Vale do São Francisco**: ensaio de monografia regional, São Paulo: Editora Renascença S/A, 1935.

RIBEIRO, Edson. **Juazeiro na esteira do tempo**. 2. ed. Juazeiro, BA: Câmara Municipal de Juazeiro, 2005.

RODRIGUES, Guiomar Lustosa. Dados da Prof<sup>a</sup> Guiomar Lustosa Rodrigues. In: DUARTE, Charles Muniz. **A vida e a obra das grandes educadoras de Juazeiro**. Juazeiro, BA, p. 143-148, novembro de 1993.

RODRIGUES, José Roberto Gomes. **Formas de escolarização secundária e sócio-gênese de uma instituição escolar**: o Ginásio Ruy Barbosa em Juazeiro, BA, (1953-1963). Tese (Doutorado) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2009.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

SGARBI, Antonio Donizetti. **Igreja, educação e modernidade na década de 30**. Escolanovismo Católico: construído na CCBE, divulgado pela Revista Brasileira de Pedagogia. (Dissertação) Mestrado, Faculdade de Educação PUC/SP, São Paulo. 1997.

SILVA, Patricia Konder Lins. **Breve histórico da Associação Brasileira de Educação**. Disponível em <http://www.abe1924.org.br/quem-somos>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Relatório de Instrução Pública**. Salvador. 1948. Arquivo Público do Estado da Bahia.

TREVISAN, T. A. **A pedagogia por meio de Pedagogia: Teoria e Prática** (1954), de Antônio D'Ávila. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília (SP). 2007.

VARELA, Julia. O estatuto do saber pedagógico. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O sujeito na educação: estudos Foucaultianos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CPOC FGV. **Verbete biográfico de Avelar Brandão Vilela**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/avelar-brandao-vilela>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

VIDAL, Diana Gonçalves. **80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1177.pdf>. Acesso em 17 de nov. de 2016.

VITOR, M. Diocese de Juazeiro Bahia. Disponível em <http://www.diocesedejuazeiro.com.br/2013/06/diocese-de-juazeiro-bahia.html>. Acesso em 17 de dez. de 2016.

WIKIPÉDIA. Duplicador a álcool. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Duplicador\\_a\\_%C3%A1lcool](https://pt.wikipedia.org/wiki/Duplicador_a_%C3%A1lcool). Acesso em 10 de dez. de 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

### Jornais e revistas

COSTA, J. L. O Apriginho entrevista delegada escolar: depoimento. [30 de novembro, 1966]. Juazeiro-BA: **Jornal O Apriginho**. Entrevista concedida aos estudantes James Cadidé, Alberto dos Santos, Maria Coêlho e Regina Ribeiro.

ESTÁ lançada na Bahia a semente do SENAI: Instalados os cursos na Escola Técnica do Salvador. **Revista A Capital**. Salvador-BA, p. 4-7, jun. 1945.

JUAZEIRO terá Instituto Geográfico Histórico. **Revista Fatos do Vale**. Juazeiro-BA, p. 22-23, set.-out. 1985.

M<sup>a</sup> Franca Pires Patrimônio Cultural de Juazeiro. **Jornal de Juazeiro**. Juazeiro-BA, Capa, 11-13 jun. 1988.

O Destaque da Semana. **Navegando no Vale** - Suplemento Especial do Jornal de Juazeiro. Juazeiro-BA, p. 3, 26 de out. 1985.

PIRES, M. F. Saudades da Minha Mamãe. **Jornal O Ecrínio**. Petrolina-PE, p. 4, 30 ago. 1939.

\_\_\_\_\_. Estórias Juazeirenses: depoimento (20 de out. 1987). Juazeiro-BA: **Jornal O Berro D'Água**. Entrevista concedida a Marcelino Ribeiro.

\_\_\_\_\_. Depoimento sobre a volta do vapor Benjamin Guimarães. Programa Tribuna Livre, **Rádio Juazeiro**. Juazeiro, BA, 7 de nov. de 1986.

### **Documentos oficiais, relatórios, discursos e outros**

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, 4 p., s/d.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (JUAZEIRO/BAHIA), 2 p., s/d. (Relatório final da APM datilografado por Maria Franca Pires).

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUAZEIRO. Atividades desenvolvidas pela Associação de Pais e Mestres no ano de 1968. Juazeiro, BA, 24 de maio de 1969.

\_\_\_\_\_. Dia das mães: crônicas lidas na Rádio Juazeiro. Juazeiro, BA, de 4 a 9 de maio de 1959b.

\_\_\_\_\_. Estatutos. Elaborado pelas professoras Maria Franca Pires, Maria de Lourdes Duarte, Celita Dina Cunha, Terezinha Ferreira e Renilde Teixeira Luna. Juazeiro, 25 de abril de 1954.

\_\_\_\_\_. Relatório das ocorrências verificadas na Associação de Pais e Mestres, durante o ano de 1958. Juazeiro, BA, 31 de dez. de 1959a.

\_\_\_\_\_. Relatório das ocorrências verificadas na Associação de Pais e Mestres, referente ao ano de 1966. Juazeiro, BA, 24 de maio de 1967.

\_\_\_\_\_. Relatório das ocorrências verificadas na Associação de Pais e Mestres, referente ao ano de 1966. Juazeiro, BA, 24 de maio de 1967.

\_\_\_\_\_. Nosso trabalho. Juazeiro, BA, s/db.

\_\_\_\_\_. Propaganda volante veiculada pela empresa Brasil Publicidade. Juazeiro, BA, 1º de jun. de 1967.

\_\_\_\_\_. Propaganda volante em Juazeiro e Petrolina para o dia 1º de março a ser feita na parte da manhã durante uma hora e na parte da tarde também durante uma hora. Juazeiro, BA, s/dc.

\_\_\_\_\_. Relatório das ocorrências verificadas na Associação de Pais e Mestres, no ano de 1960. Juazeiro, BA, s/da.

**BIBLIOTECA INFANTIL MUNICIPAL DE JUAZEIRO. Regulamento interno.**  
Juazeiro, BA, s/d.

CSU – Centro Social Urbano. O agradecimento do CSU a Maria Franca Pires. Juazeiro, BA, 5 de nov. de 1984.

LUNA, Pe. José Gilberto. Oração fúnebre pronunciada pelo Pe. José Gilberto Luna na missa de 7º dia de sua amiga, profª Maria Franca Pires. Juazeiro-BA, 10 de ago. 1988.

O agradecimento do CSU a Maria Franca Pires. Juazeiro-BA, 5 de nov. 1984.

PIRES, Maria Franca. Cadernos de anotação – 1 ao 29, s/d.

\_\_\_\_\_. Perfil de uma amiga. In: PERGENTINO, Esmelinda. **Biografia da profª Maria Franca Pires**, s/d.

### **Entrevistas**

BONFIM, Thomázia. 2006. Entrevista concedida à equipe projeto “O Arquivo da profª Maria Franca Pires: memória e história cultural em pesquisa na região de Juazeiro-BA”, Juazeiro-BA, 3 dez. 2006.

BRITO, Layse de Luna. 2017. Entrevista concedida a Luis Osete, Juazeiro-BA, 5 jan. 2017.

CARDOSO, Antonila da França. 2006. Entrevista concedida à equipe projeto “O Arquivo da profª Maria Franca Pires: memória e história cultural em pesquisa na região de Juazeiro-BA”, Juazeiro-BA, 10 set. 2006.

CARVALHO, Gildete Lino. 2016. Entrevista concedida a Luis Osete, Juazeiro-BA, 5 dez. 2016.

DUARTE, Maria de Lourdes. 2006. Entrevista concedida à equipe projeto “O Arquivo da profª Maria Franca Pires: memória e história cultural em pesquisa na região de Juazeiro-BA”, Juazeiro-BA, 5 nov. 2006.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Luis Osete, Juazeiro-BA, 10 dez. 2016.

OLIVEIRA, Maria Thereza. 2017. Entrevista concedida a Luis Osete, Juazeiro-BA, 6 jan. 2017.

SANTOS, Maria Perpétua de Almeida. 2006. Entrevista concedida à equipe projeto “O Arquivo da profª Maria Franca Pires: memória e história cultural em pesquisa na região de Juazeiro-BA”, Juazeiro-BA, 3 dez. 2006.